



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCELLE DANIELLE DE CARVALHO BRAGA

**CAMINHOS DA DIÁSPORA NEGRA NO ATLÂNTICO:
CIRCULAÇÃO DE NEGROS(AS) ESCRAVIZADOS(AS), LIVRES E LIBERTOS(AS)
ENTRE ESTADOS UNIDOS, LIBÉRIA E CANADÁ (1847-1861)**

FORTALEZA

2024

MARCELLE D DE CARVALHO BRAGA

CAMINHOS DA DIÁSPORA NEGRA NO ATLÂNTICO:
CIRCULAÇÃO DE NEGROS(AS) ESCRAVIZADOS(AS), LIVRES E LIBERTOS(AS)
ENTRE ESTADOS UNIDOS, LIBÉRIA E CANADÁ (1847-1861)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.
Linha: Trabalho e Migrações.

Orientador: Franck Pierre Gilbert Ribard

Co-orientador: Itacir Marques da Luz

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B794c Braga, Marcelle Danielle de Carvalho.
Caminhos da Diáspora Negra no Atlântico : Circulação de negros(as) escravizados(as), livres e libertos(as) entre Estados Unidos, Libéria e Canadá (1847-1861) / Marcelle Danielle de Carvalho Braga.
– 2024.
290 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.
Coorientação: Prof. Dr. Itacir Marques da Luz.
1. Diáspora negra. 2. Protagonismo negro. 3. Liberdade . I. Título.

CDD 900

MARCELLE DANIELLE DE CARVALHO BRAGA

CAMINHOS DA DIÁSPORA NEGRA NO ATLÂNTICO:
CIRCULAÇÃO DE NEGROS(AS) ESCRAVIZADOS(AS), LIVRES E LIBERTOS(AS)
ENTRE ESTADOS UNIDOS, LIBÉRIA E CANADÁ (1847-1861)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para o título de Doutor(a) em História. Área de concentração: Trabalho e Migrações

Aprovada em: 30-06-2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Franck Franck Pierre Gilbert Ribard (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Itacir Marques da Luz (Co-orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
AGRADECIMENTOS E ESCREVIVÊNCIA

Acredito que toda escrita parte de uma trajetória social, afetiva, cultural, social, econômica e política. Dessa forma, penso essa tese como proveniente de um caminho específico, marcada pela migração, pela maternidade, por grupos de estudos, projetos de pesquisa e extensão, por disciplinas e pessoas diversas. Ao longo dessa tese, eu dialogo com narrativas de pessoas negras que viveram no século XIX e me senti compelida a traçar aqui um pouco desse meu lugar de escrita.

Nasci em uma cidade do interior de Minas Gerais, chamada Ubá, sou filha de um casal interracial e tenho 5 irmãos, sendo três do primeiro casamento do meu pai e dois de seu segundo casamento, do qual sou proveniente. Minha mãe, uma mulher negra, antes de se unir a meu pai trabalhava como babá. Meu pai, um homem branco, era professor de Geografia no Ensino Básico da rede Estadual. Para além deles, o contato mais forte e persistente foi com minha avó, meus tios, tias e primos/as do lado materno. Estudei em escola pública por toda minha vida e fiz cursinho pré-vestibular com bolsa a fim de tentar a universidade pública, em alguma cidade próxima, uma vez que Ubá não tinha universidade pública, institutos federais ou quaisquer políticas públicas de promoção do ensino superior.

Minha escolha foi por Ouro Preto, a cerca de 189 Km de distância da minha cidade natal. Essa escolha foi devido à visível conservação do patrimônio histórico, minha admiração pelo seu acervo arquitetônico e, principalmente, sua conexão com a história negra no país. Acreditava que, assim, teria maior contato com esse passado, que fora muito filtrado no meu ensino básico e com o qual eu já me identificava fisicamente e pessoalmente. No ano de 2008, eu entrei para a graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no Campus de Mariana, onde possuí bolsa alimentação e residi em moradia estudantil. Morei com amigos queridos, em repúblicas de doze a treze pessoas, formando uma base de acolhimento, de fortalecimento e de estudos coletivos. Apesar de conscientes de nossa situação socioeconômica, não tínhamos aprofundamento sobre questões raciais.

Inspirada pelas minhas maiores referências, minha irmã mais velha, Caryne Braga, e meu namorado (hoje esposo), Roberth Fagundes, ambos da área de Ciências Biológicas, tinha muito interesse em realizar pesquisa na universidade. Eu me envolvi, escrevi e desenvolvi quatro projetos de pesquisas ao longo dessa trajetória com financiamento, fosse da CNPq ou da própria UFOP, os quais foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e manutenção

na cidade. Trabalhei em projetos de temáticas diversas, como Ensino de História, História do Brasil colonial e História da abolição da escravidão nos Estados Unidos.

Meu interesse em História dos EUA ocorreu a partir da disciplina de História da América II, ministrada pelo prof. Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, em 2010. A partir de então, o professor me orientou em projetos de pesquisa de Iniciação Científica financiados pela instituição e, posteriormente, no mestrado. Nós, junto a outros/as queridos/as amigos/as que eram graduandos/as na época, como minha irmã de coração Fernanda Bastos, abrimos o Grupo de Estudos de História das Américas (GEHA), onde pudemos aprofundar temas específicos.

No mestrado, iniciado em 2012 e financiado pela UFOP, analisei o debate que o romance estadunidense *A Cabana do Pai Tomás* estimulou no mercado editorial, verticalizando o estudo sobre os romances *anti-tom's* (gênero criado por historiadores para designar os romances de respostas à obra). Na pesquisa, destaquei a questão racial, bem como a de gênero, pontuando sobre os impactos internacionais da obra.

Em 2014, fui aprovada no processo seletivo de doutorado em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), porém não pude dar prosseguimento pela ausência de bolsas. No mesmo ano, fui aprovada no Processo Seletivo como Professora substituta da UFOP, para o Departamento de Educação. Assumir esse cargo me fez olhar para minha própria imagem e refletir sobre minha aparência. Busquei referências de professoras no meu passado, na instituição em que estava, mas não encontrei mulheres com o meu cabelo, minha idade, minha cor ou algo que me inspirasse. Decidi alisar o cabelo e adquirir roupas mais formais na intenção de validar meu corpo naquele espaço.

Enquanto docente, ministrei disciplinas a nível de graduação para diversos cursos, que envolviam conhecimentos interdisciplinares com a História, a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia. Entre as diversas disciplinas, as que mais me impactaram foram aquelas em que pude aprofundar debates sobre questões raciais. Os programas de algumas disciplinas me conduziram por caminhos importantes para repensar questões de gênero e raça que me atingiam diretamente. Quando me deparei com um artigo da Dra. Nilma Lino Gomes me senti compelida a lidar novamente com minha imagem. Em seu texto, ela afirmava que o corpo ensinava antes mesmo das palavras serem emitidas por um/a professor/a. Isso me atingiu de uma forma particularmente sensível e decidi passar pela transição capilar, em busca da recuperação do meu corpo em harmonia com meus valores pessoais e profissionais.

Em 2015, fui aprovada no doutorado em História da Universidade de São Paulo (USP), mas fui informada de que não possuiria bolsa de imediato, teria que solicitar através de editais de agências de fomento. Dei continuidade por cerca de um ano, a distância, enquanto trabalhava na UFOP. Viajava para São Paulo, para participar de grupos e discussões, além de acessar acervos disponibilizados pela USP. O tempo passava, mas a bolsa ainda parecia distante de meu horizonte. Nesse período, prestei um concurso para professora efetiva no Instituto Federal de Alagoas (IFAL - Campus Penedo) e fui aprovada. Assim, decidi abandonar o doutorado e me dedicar à docência, que era algo que sempre amei fazer.

Poucos meses depois, meu esposo foi aprovado no Concurso para Professor Efetivo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Assim, ele se mudou para o Ceará e eu para Alagoas. Passei minha gravidez em Penedo-AL, e decidi pedir exoneração, pois pretendia ter o bebê em Fortaleza. Foi muito doloroso deixar o cargo, pois era um espaço muito acolhedor, respeitoso e caloroso. Em agosto de 2017, me mudei para Fortaleza (CE). Nessa terra de muita luz, pude viver uma maternidade tranquila, de muito amor e companheirismo, oferecendo os alicerces do meu pequeno Murillo, que me ensinou as coisas mais preciosas que sei atualmente.

Dois anos depois, quando meu filho já havia crescido um pouco, abriu Processo Seletivo para Professora substituta na UNILAB (Campus Ceará), os pontos envolviam temáticas a respeito de decolonialidade, interdisciplinaridade, novas epistemologias, entre outros. Tais estudos me levaram para caminhos que eu só havia mapeado, permitindo um aprofundamento muito transformador. Um grande amigo, agora Dr. Felipe Alves, me indicou muitas obras que fizeram toda diferença nessa caminhada, assim, pude me (re)encontrar em discussões sobre raça, gênero e classe e seus impactos no Brasil e na Diáspora.

Fui aprovada no processo seletivo e o período de docência na UNILAB foi maravilhoso. Lá pude conhecer professoras/es negras/os, que tinham domínio das questões raciais em suas interseccionalidades. Também tive alunas/os diversos (negros/as, quilombolas, indígenas, africanos/as, LGBTQIAPN+) que contribuíram muito para meu crescimento pessoal e acadêmico. Conheci e pratiquei metodologias diversificadas, permeei leituras libertadoras e me abri para questionamentos nunca imaginados. A UNILAB, enquanto espaço repleto de professoras/es negras/os e de projetos inter e transdisciplinares, me possibilitou vislumbrar outras abordagens para o Ensino, a Pesquisa e a extensão, estabelecendo vínculos importantes e aprofundando minha prática docente. Além de tudo isso, me oportunizou vivenciar a academia como um espaço possível de acolhimento e fortalecimento intelectual e coletivo.

Em 2020, adentrei o doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC), com bolsa financiada pela Capes. Tive a sorte de ter o prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard como meu orientador, uma pessoa fantástica, um profissional incrível, com longa carreira na área de História da África, leituras anticoloniais e perspectivas diferenciadas sobre a pesquisa. Em parceria, pude contar com o prof. Dr. Itacir Marques da Luz (UNILAB) como coorientador e amigo, um intelectual negro, com conhecimento amplo e profundo da Diáspora negra. A pesquisa foi muito enriquecida pelas contribuições de ambos, que sempre me estimularam e confiaram em mim. Tenho muito a agradecer aos dois.

O ano de 2020 também foi o início da pandemia de COVID-19, que afetou profundamente o cotidiano de todas/os, inclusive do fluxo do doutorado, privando-nos das atividades presenciais, dos contatos pessoais e profissionais e forçando a reelaboração de nós mesmos. A bolsa me permitiu dedicação total ao doutorado e realizar toda a pesquisa online, através de arquivos digitais. Mas, sem dúvida, todas as vidas foram impactadas pela experiência do isolamento, do medo e das privações. O altíssimo número de mortes levou familiares e deixou sequelas em amigos próximos. Foi um período muito estressante e repleto de incertezas.

Através de ferramentas online, fiz grandes amigos/as que me mostraram o quão gigantes e urgente são as discussões raciais, de gênero, sexualidade, território e suas interseccionalidades. Gostaria de agradecer à Yasmim Rodrigues, por caminhar comigo na busca pela representativa de mulheres negras na História; à Joseli Cordeiro por me mostrar a força, a intelectualidade e a potência das/os quilombolas na universidade; ao Ruan Mendes, um amigo atencioso e sempre aberto a boas conversas; à Hilana Ferreira, por todas as parcerias e fortalecimento conjunto; ao Daniel de Oliveira Sampaio, pela amizade e companheirismo; ao Andy Monroy, pelas conversas enriquecedoras e acolhedoras. E gostaria de agradecer a todo grupo de Estudos “Caldeirão: confluências anticoloniais”, que se construiu enquanto espaço diferenciado na academia, discutindo densamente questões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e territorialidade.

Eu também gostaria de agradecer ao coletivo que movimenta o projeto de extensão “Lélia Gonzalez, Presente!”, sob coordenação da professora Dra. Jacqueline Costa, objetivando o empoderamento intelectual e político de mulheres negras da UNILAB (e lideranças que atuassem em escolas da rede, nos diversos coletivos, nos movimentos sociais e nos partidos políticos). O projeto me possibilitou dialogar com intelectuais negras insurgentes de vários estados do país, tratando temas específicos e dialogando com as várias realidades brasileiras. Através dele pudemos colocar em prática uma agenda feminista antirracista, a partir de

perspectivas profundamente democráticas e libertárias. A professora Jacqueline é uma fonte de inspiração da potência da mulher negra na academia, por sua inteligência e compromisso social.

Nessa minha trajetória, a prof. Dra. Natalia Cabanillas também contribuiu profundamente, como pessoa, amiga e como parceira de trabalho, adensando possibilidades para abordagens feministas na pesquisa e no cotidiano, tornando-se uma inspiração de profissionalismo, dedicação e comprometimento. O prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes também se tornou uma referência de intelectual fantástico, com uma abordagem tão humana e tão gentil. O professor Dr. Lourenço Cardoso me surpreendeu com sua crítica certeira da branquitude na sociedade brasileira e, especialmente, na academia. Suas produções são de grande importância e força, sendo de grande urgência como leitura obrigatória nas universidades e escolas brasileiras.

A profa^a Dra. Luciana Brito participou de minha qualificação e colaborou com questionamentos e bibliografias inestimáveis, sua gentileza e erudição serão sempre uma referência de profissional e de pessoa. Agradeço ao prof. Dr. Tshombe Miles que também participou da banca e trouxe ponderações interessantes. As contribuições de ambos foram consideradas para escrita dessa tese e se estenderão para escritos futuros. Agradeço à banca da tese que aceitou o convite para a avaliação final, por seu tempo, carinho e atenção. É muito importante para mim ter pesquisadores/as negros/as com tamanha estima num momento tão importante, analisando esse trabalho, que foi resultado de tanto esforço. Agradeço à Jacqueline Costa (UNILAB), Lourenço Cardoso (UNILAB), Marcus Vinícius Fonseca (UFOP) e Leandro Bulhões (UFC) que aceitaram prontamente o convite e compartilharam essa leitura.

Tenho muito ao agradecer a meu esposo e ao meu filho por toda essa trajetória, regada a muito amor e companheirismo, foram minha referência, minha força e inspiração. Agradeço também à minha irmã, Caryne, que mesmo distante, sempre foi presente. Agradeço aos meus sobrinhos, que sempre tiveram um pedaço do meu coração por onde quer que fossemos. Agradeço à minha avó, meus tios/as e primos/as maternos, minha mãe e meu pai que foram uma base importante para mim. Gostaria também de agradecer à minha amiga e poeta Mirian Teodózio, que me fez lembrar a poesia das coisas simples. Tenho muito a agradecer à UFC, à UNILAB e às parcerias entre ambas, suas/seus professoras/es e alunas/os, pelo conhecimento adquirido e pelo ambiente caloroso. Sendo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Em 1847, a Libéria declarou independência de sua metrópole, os Estados Unidos da América. Internamente, os EUA promoviam leis que cerceavam a liberdade de negros(as) livres, facilitavam a busca por fugitivos e sua re-escravização. O aumento de publicações acerca da validade da emigração da população negra se intensificou, fosse para cruzar o Atlântico ou em busca de outro local do mundo onde pudessem ser livres. Na década seguinte, a emigração figurava entre as escolhas de inúmeros(as) negros(as), que se destinavam à Libéria ou ao Canadá. Por outro lado, a resistência a deixar o país também aparecia nos discursos de vários(as) negros(as) posicionados em espaços públicos. Dessa forma, nosso objetivo é compreender a circulação da população negra entre 1847 e 1861, focando seu protagonismo na construção de um futuro para a raça negra, tendo em vista o contexto de uma nação que se projetava sobre o mundo, com interesses imperialistas. Assim, essa tese reflete sobre como diversos setores da sociedade discutiram a questão da emigração da população negra, os interesses envolvidos e seus espaços de circulação. Consequentemente, envolve uma série de redes construídas (fisicamente, intelectualmente e afetivamente) para movimentação e acolhimento de pessoas negras em deslocamento. Nossas fontes se estendem por narrativas de escravizados(as), relatos, jornais, panfletos, livretos, sermões e outras publicações da imprensa (dos Estados Unidos, Libéria e Canadá) entre 1847 e 1861. Compreender tais movimentações permitem-nos acessar uma parte da história que evidencia as formas organizativas negras no século XIX, o engajamento numa imprensa própria (inclusive com participação feminina), a busca e investimento em assentamentos sociais estáveis, as lutas por direitos e as diversas estratégias para busca e prática de solidariedade em meio às violências da escravização e do racismo.

Palavras-chaves: Diáspora negra; Estados Unidos; Libéria; Canadá; imprensa.

ABSTRACT

In 1847, Liberia declared independence from its metropolis, the United States of America. Internally, the United States promoted laws that restricted the freedom of free blacks, facilitating the search for fugitives and their enslavement. The increase in publications about the validity of the emigration of the black population intensified, to cross the Atlantic or to search for another place in the world where they could be free. In the following decade, emigration was among the choices of countless blacks, destined for Liberia or Canada. On the other hand, resistance to leaving the country also appeared in the speeches of several blacks positioned in public spaces. Thus, our objective is to understand the circulation of the black population between 1847 and 1861, focusing on its leading role in building a future for the black race, given the context of a nation that projected itself onto the world, with imperialist interests. This thesis reflects on how various sectors of society discussed the issue of black emigration, the interests involved and their spaces of circulation. Consequently, it involves a series of connections constructed (physically, intellectually and emotionally) for the movement and reception of black people in displacement. Our sources include narratives of enslaved people, reports, newspapers, pamphlets, books, sermons and other publications from the press (from the United States, Liberia and Canada) between 1847 and 1861. It is necessary to understand these movements to access a part of history that highlights black organizational forms in the 19th century, the engagement in their own press (including female participation), the search and building of stable social settlements, the struggles for rights and the various strategies for practicing solidarity amid the violence of slavery and racism.

Keywords: Black diaspora; United States; Liberia; Canada; press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos Estados Unidos dividido em regiões (Norte, Litoral Sul e Interior Sul)	23
Figura 2 - Mapa político dos Estados Unidos, com destaque dos estados livres e escravistas e o território aberto à escravidão ou à liberdade (1856)	31
Figura 3 - Mapa com as principais rotas de fugas da Ferrovia Subterrânea	77
Figura 4 - Ilustração de mulher negra com instrumento para evitar a fuga	79
Figura 5 - Fotografia de Martin Delany	94
Figura 6 - Fotografia de Alexander Crummell (1819-1898)	124
Figura 7 - Fotografia de Harriet Beecher Stowe	134
Figura 8 - Pintura de Sarah Hale	144
Figura 9 - Capa da obra de Henry Ruffner	156
Figura 10 - Ilustração da África no livro "A Cabana do Pai Tomas"	160
Figura 11 - Certificado de membro da Sociedade Colonização da cidade de Nova York	161
Figura 12 - Bandeira da colônia da Libéria (1827-1847)	177
Figura 13 - Bandeira da República da Libéria	178
Figura 14 - Selo da Libéria (1847)	178
Figura 15 - Mapa da Libéria (década de 1840)	180
Figura 16 - Província do Canadá (1841-1867)	199
Figura 17 - Mapa do sudoeste da região de Ontário, no Canadá, na década de 1840, com as algumas grandes comunidades negras identificadas	202
Figura 18 - Fotografia do Rev. William King	209
Figura 19 - Imagem do jornal "Provincial Freeman"	214
Figura 20 - Fotografia de Mary Ann Shadd	215
Figura 21 - Fotografia de Josiah e Nancy [Gamble] Henson (1877)	219
Figura 22 - Fotografia de Harriet Tubman (1885)	220
Figura 23 - Fotografia de Theodore Holly	221
Figura 24 - Fotografia de busto de Martin Delany	224
Figura 25 - Fotografia de Martin Delany em trajes militares	225
Figura 26 - Joshua McCarter Simpson	233
Figura 27 - Fotografia de descendentes de fugitivos guiados por Harriet Tubman	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População escravizada segundo região e ano.....	25
Tabela 2 - População negra livre segundo região e ano	29
Tabela 3 - Número de emigrados dos estados com maior envolvimento na SAC (1820-1861)	184
Tabela 4 - Situação dos emigrantes (1820-1866)	185
Tabela 5 - População negra nos assentamentos registrados por Benjamin Drew em 1854 comparada ao censo de 1861	201
Tabela 6 - Cronologia da abolição da escravidão nos Estados Unidos e Colônias britânicas	268

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	RELATOS DE ESCRAVIZAÇÃO EM MEADOS DO SÉC. XIX.....	22
2.1	Situação da escravização estadunidense.....	24
2.2	Escravização sob uma perspectiva interseccional.....	33
2.3	Limites da liberdade, ódio racial e outros tensionamentos.....	47
3	PROTAGONISMO E FUGA DE NEGROS/AS DA ESCRAVIZAÇÃO	56
3.1	O Avanço dos(as) negros(as): imprensa e outros meios públicos.....	56
3.2	Reuniões de negros(as): educação, religião e vigia.....	62
3.3	A dinâmica das fugas e a ferrovia subterrânea.....	75
4	CRISE, CONFLITO E COLONIZAÇÃO.....	90
4.1	Manifestações africano-americana.....	91
4.2	Ideólogos negros e o discurso pró-colonização.....	104
5	CRIANDO PAPÉIS PARA AS RAÇAS.....	129
5.1	Estratégias entre ficção e realidade.....	132
5.2	A excepcionalidade da colonização da Libéria.....	154
5.3	Redes da branquitude.....	165
6	EMIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRO-AMERICANA PARA LIBÉRIA.....	175
6.1	Colonização da Libéria – primeiros desdobramentos.....	175
6.2	Mapeamento da população emigrada e dos assentamentos liberianos.	182
6.3	A Sociedade Americana de Colonização: relações domésticas e internacionais.....	188
7	EMIGRAÇÃO DE AFRO-AMERICANOS/AS PARA O CANADÁ.....	199
7.1	Um mapeamento da população negra refugiada.....	199
7.2	Acomodação dos negros e negras nas novas terras.....	202
7.3	Espaços, sujeitos e articulações políticas.....	209
8	IMAGINÁRIO E EXPERIÊNCIAS DOS/AS NEGROS/AS NO CANADÁ	227
8.1	“Um lar em liberdade e paz”	228
8.2	As tensões raciais enfrentadas pelos emigrados na nova terra.....	244

8.3	A construção coletiva: “Elevação racial”	251
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
	REFERÊNCIAS.....	269

1 INTRODUÇÃO

A resistência à escravização é registrada ao longo da história das Américas desde o período colonial. Particularmente nos Estados Unidos, a primeira metade do século XIX registrou um aumento profundo de formas alternativas de liberdade para negros e negras, com o crescimento do número de fugas, individuais ou coletivas, bem como de legislações estaduais do Norte que promulgaram a abolição da escravidão (primeiro gradualmente e, depois, definitivamente), fazendo com que a população livre crescesse significativamente nos diversos estados do país (com exceção do vale do Baixo Mississippi) (BERLIN, 2006, p. 320-327). Desafiando a legislação escravagista e as perseguições dos captores de escravizados, esses indivíduos desterritorializados se reorganizaram em grupos, nas matas, áreas rurais e nas cidades. Os capturados enfrentaram as mais diversas formas de castigo (físicos e psicológicos) fossem por tribunais, pelos fazendeiros ou por motins populares. Aqueles que auxiliaram os fugitivos arriscaram suas vidas, desafiando a legislação e a sociedade pró-escravista, podendo ser punidos com multas, encarceramento e açoites, e, em alguns lugares, podiam ser condenados à morte. O objetivo era tornar público as consequências da investida para todos os envolvidos. São inúmeras as narrativas de escravizados que narraram essas histórias, como Linda Brent (Harriet Ann Jacobs), William Still e Solomon Northup ou Frederick Douglas.

Embora a maior parte da população negra tenha permanecido em condições degradantes e sujeita aos desmandos dos escravistas, diversos grupos traçaram tentativas organizadas para uma evasão do sistema escravista, com maior ou menor sucesso. Indivíduos brancos, com contatos políticos e com poderes aquisitivos, elaboraram projetos de emigração que contemplariam uma alternativa à situação de racismo e de escravidão estadunidense. A colonização da Libéria foi o projeto que teve maior apoio do governo estadunidense e dos pró-escravistas. A região do cabo Mensurado, na África ocidental, foi comprada pelos Estados Unidos (e depois expandida) com intenção de servir de abrigo aos libertos, ao mesmo tempo em que coadunava com ideais de expansão do modelo de vida “civilizada” para a África. Portanto, envolvia ideias de transposição de valores culturais e econômicos para esse enorme continente, tido como um espaço a se desenvolver e com habitantes supostamente abertos à aculturação. Na década de 1850, a região já havia conquistado sua independência, com a Declaração da Independência datada de 26 de julho de 1847. Porém, segundo Ralph Greenwood, os Estados Unidos somente reconheceram sua independência em 1862, durante a presidência de Abraham Lincoln, postergado, principalmente, pela oposição sulista. (GREENWOOD, 2021)

A resistência à colonização da Libéria pelos(as) negros(as) estadunidenses foi expressiva. A maior parte dessa população era nascida nos EUA e, ao menos, uma parcela já havia tomado para si a criação de seus próprios destinos, com a projeção de seus valores e a escolha da terra que mais lhes representava, dentro do que lhes parecia possível. Eles(as) organizaram convenções, ofereceram palestras, publicaram jornais, panfletos e livros e tentaram oferecer orientação a escravizados(as) e livres que tinham intenção de deixar o país, bem como brancos e negros que se dispusessem a auxiliá-los(as). Muitos(as) fugitivos(as) da escravidão permaneceram nos estados do Norte, porém, muitos(as) outros(as) se sentiram forçados a emigrar para o Canadá, fugindo da legislação pró-escravista e do racismo estadunidense.

Acreditamos na importância de compreender como negros e negras (fugidos da escravidão, livres ou libertos) no século XIX se expressaram sobre o cotidiano da escravidão e projetaram seus próprios destinos, dialogando com propostas elaboradas por mãos brancas e como criaram para si mesmos estratégias próprias. Tudo isso possibilitará alcançar nosso objetivo geral de compreender as experiências de emigração da população negra dos Estados Unidos, entre 1847 e 1861.

O recorte temporal se inicia em 1847, ano de independência da Libéria, que precederá uma série de debates sobre emigração e situação dos negros(as) nos EUA, sabendo que antes desse período já existia produções importantes de pessoas negras, inclusive contra o projeto de colonização, porém o evento reforça a discussão sobre o tema. Estendemos o recorte temporal para a primeira metade do século XIX, sempre que necessário para melhor situar as memórias e experiências retomadas pelos emigrados. Assim, o recorte cobre toda a década de 1850 até 1861, ano em que se iniciou a Guerra de Secessão Americana (1861-1865). Com o início do conflito, muito se alterou na conjuntura política e social, abrindo novas questões e possibilidades. E, por outro lado, o contexto canadense também trouxe novas configurações, em diálogo com as lutas e desfechos estadunidenses.

E nossos objetivos específicos se distribuem em: 1) Compreender as condições dos negros e negras nos Estados Unidos oitocentistas através das narrativas que foram publicadas no período, adentrando perspectiva interseccional e os limites da liberdade; 2) compreender o protagonismo negro na articulação entre a população negra, especialmente nos meios públicos, nas reuniões para fortalecimento de questões internas e seus desafios, bem como na execução das fugas; 3) Compreender como a migração aparece como uma solução para um período de crise e conflitos internos, dessa forma identificando os posicionamentos de intelectuais

negros/as sobre a colonização; 4) pensar como a questão racial aparece na literatura e na educação tecendo uma identidade nacional branca e insere a história da Libéria como parte fundamental para esvaziamento da população negra, movidas por redes da branquitude; 5) Compreender os primeiros desdobramentos da colonização da libéria, mapear a população afro-americana no período selecionado e identificar as relações domésticas e internacionais da Libéria; 6) identificar e mapear a emigração para o Canadá; 7) Compreender o imaginário e as experiências dos(as) refugiados(as) que circulavam na imprensa sobre o Canadá.

Assim, pretendemos compreender como se viabilizaram alternativas de emigração, dentro ou à margem da legalidade na década de 1850, como estrutura de resistência à escravidão e ao racismo estadunidense. Nossas fontes foram encontradas disponíveis online, em acervos digitais, estendendo-se por: narrativas de sujeitos negros (livres e fugidos da escravidão), relatos, sermões, narrativas de viagens, documentos produzidos por convenções e Sociedades, legislação, jornais e revistas, panfletos, livretos, entre outros. Tal estratégia possibilitou o desenvolvimento da pesquisa em meio à pandemia de COVID-19, que causou mais de 620 mil mortes até janeiro de 2022, restringiu a circulação de pessoas e criou diversas dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, acrescido do governo federal que estabeleceu cortes sucessivos e constantes no orçamento do ensino superior.

O interesse pela história negra no Canadá na década de 1850 se deve à constatação de que a emigração para a região teve uma baixa resistência da população negra estadunidense, com participação significativa de líderes negros(as) e números mais elevados de emigrantes. Mesmo considerando a variação no tamanho da população negra no Canadá nessa época, a migração continua significativa e com relativa importância na história estadunidense e, em particular, entre os escravizados. Benjamin Drew, em visita à região em 1852, sob informação da Sociedade Antiescravista, apontou que 30.000 negros(as) haviam fugido para a região. (DREW, 1856). E os pesquisadores Eli Yarhi e Clayton Ma, na Enciclopédia Canadense, apontam que é estimado que cerca de 30.000 a 40.000 negros e negras, entre nascidos livres e escravizados, fugiram para a região através da ferrovia subterrânea (YARHI & MA, 2013).

Para o professor da Universidade de Toronto Michael Wayne, com uma interpretação mais cética, esse número foi superestimado. Uma década depois, segundo ele, o censo de 1861 registrou que a população negra atingia 17.053. Em 1863, o abolicionista Samuel Gridley Howe, da Comissão de Inquérito do homem livre (American Freedman's Inquiry Commission), em visita à região, estimou que a comunidade negra não ultrapassasse 20.000 (HOWE, 1864). Ainda é de consenso de que o censo possuía subcontagem de, ao menos, 20%.

(WAYNE, 1998, p. 468-469). Ainda assim, os números são muito superiores ao de emigrados para a Libéria, sendo que a lista publicada pelo *African repository and colonial journal* consta de 5.236 emigrantes, entre 1820-1866.

A historiografia brasileira ainda possui poucas publicações acerca da história dos negros nos Estados Unidos e, principalmente, acerca do tema das fugas ou da vida em liberdade dessa população no século XIX. Há livros gerais importantes sobre História dos Estados Unidos feitos no Brasil, porém tem recortes amplos, de modo a contemplar a história desde o período colonial até a atualidade, sem se apegar aos temas que propomos nessa tese (SELLERS; MAY & McMILLEN, 1990); (JUNQUEIRA, 2018); (KARNAL; PURDY; FERNANDES, & MORAIS, 2007).

Há também livros gerais com foco na história negra estadunidense produzidos nos EUA e traduzidos em português, com destaque para o de bell hooks (2020), com contribuições fundamentais para as experiências femininas e as relações de gênero na história do país, e o de Franklin e Moss, que possui um pequeno e importante subitem sobre a colonização e um sobre as fugas dos escravizados (sem atenção específica ao recorte de gênero). (FRANKLIN; MOSS Jr, 1989). Nos últimos anos, algumas obras estadunidenses traduzidas têm sido publicadas, como as de Seymour Drescher, Ira Berlin e Edward E. Baptist.

Os programas de Pós-graduação das universidades públicas têm apresentado trabalhos importantes de pesquisa sobre os/as negros/as nos Estados Unidos no século XIX, como de: Luciana da Cruz Brito (2014), Rafael Domingos Oliveira (2016), Maria Clara Carneiro Sampaio (2013) e Clicea Miranda (2017). Mas ainda assim o interesse que a história dos Estados Unidos tem despertado nos pesquisadores brasileiros é bastante reduzido se comparado com outras temáticas.

Muito menores são as produções acerca da Libéria ou do Canadá no Brasil. Na Universidade de São Paulo, a pesquisa de doutorado de Maria Clara Sales Carneiro Sampaio se dedicou aos projetos de colonização e emigração tanto para a Libéria quanto para países da América Latina, porém, com foco na década subsequente a proposta aqui: 1860. E a monografia de Willian Lamec De Andrade Sá (2016), sobre as o papel das mulheres na segunda guerra civil da Libéria, contemplou um período posterior: entre 1999 e 2003. A história da Libéria também é tangenciada em trabalhos mais gerais sobre história da África, como a coleção *História Geral da África*. (AJAYI, 2010).

Já as publicações de pesquisadores oriundos dos Estados Unidos e do Canadá a respeito da emigração de negros(as) estadunidenses no século XIX é significativa. Sendo que

as fontes utilizadas são conhecidas na história e historiografia dos respectivos países, algumas ainda republicadas no século XXI, e seus elaboradores já figuram entre grandes ícones das histórias nacionais oficiais, alguns deles reconhecidos como heróis e heroínas nacionais, homenageados em eventos e nomeando ruas, escolas, praças, monumentos, museus etc. Algumas pesquisas acadêmicas estendem seu período temporal até a atualidade, pois determinados assentamentos erigidos no século XIX sobrevivem atualmente (como Buxton e Queen's Bush, no Canadá). (SHADD; COOPER; FROST, 2009; SILVERMAN, 1998).

Ainda assim, a pesquisadora Winfried Siemerling, em 2015, afirmou que as pesquisas que focavam na história negra no Canadá eram insuficientes. (SIEMERLING, 2015). Seu trabalho abrangeu obras em língua inglesa e francesa, oferecendo grande panorama para a temática, disponibilizando online e gratuitamente uma grande diversidade de fontes, artigos acadêmicos e informações preciosas sobre a temática.¹ Siemerling destacou as contribuições das produções intelectuais desde os escravizados fugidos, emaranhando-se numa rede transnacional, adentrando nas conexões do Canadá com a diáspora negra.

Também conseguimos mapear produções norte-americanas sobre a colonização da Libéria e o reconhecimento público dos principais ideólogos negros, com destaque para Alexander Crummel e Edward Blyden. Algumas dissertações, teses e livros foram produzidos com significativa qualidade e serão importantes para as nossas reflexões (MUDIMBE, 2019) (LYNCH, 1970) (TIBEBU, 2012) (WALKER, 2014). Porém, a maioria deles tratam autores específicos ou focam na Sociedade Americana de Colonização (SAC).

A presente tese nasce com a proposta de enriquecer os estudos sobre a população negra, por uma perspectiva comprometida com as perspectivas e interesses desses indivíduos em trânsito. Como convida Beatriz Nascimento, acreditamos que é necessário pensar uma história que perceba os(as) negros(as) como agentes ativos, dotados de força e inteligência, em busca de formas alternativas de vida, movidos por valores próprios. (NASCIMENTO, 2018). Assim, nossa proposta é distanciar-se de uma história que naturaliza a escravidão, reproduz estigmas e minimiza as ações de líderes abolicionistas (como indivíduos que lutavam sozinhos). Intencionamos aprofundar a complexidade dos movimentos, das migrações, das fugas, estratégias de sobrevivência e ascensão social como formas de dar visibilidade às articulações negras oitocentistas. Demonstrando que, mesmo sob situações extremas de opressão, negros e negras emergiram, instruíram-se, buscaram e conseguiram trazer milhares consigo.

¹ *Black Atlantic*. Disponível em: <http://blackatlantic.ca/documents-sources/> Acesso em: 29-02-2024.

Cabe destacar que todas as citações serão traduzidas do original para português, a fim de uniformizar o texto e torná-lo mais acessível ao leitor brasileiro, sendo seguidas de nota de rodapé com a versão original em inglês e referência bibliográfica. Acreditamos que, desta forma, o leitor bilíngue pode realizar sua própria interpretação dos termos, ciente de que o exercício da tradução nunca será uma transposição completamente fiel aos sentidos envolvidos no idioma original, suas especificidades históricas e culturais.

Ainda sobre o uso da linguagem, adotaremos o termo “escravizado” em lugar de “escravo” para respeitar a perspectiva dos(as) negros(as), que se viam numa situação de injustiça de sua condição frente ao sistema, que reclamavam seu reconhecimento como pessoas de direitos naturais (como constava na Constituição do país), acima de tudo, demandando sua liberdade e autonomia. Dessa forma, nossa intenção é pensar uma história que respeita sentimentos e saberes silenciados pelos interesses escravagistas e pela historiografia, contribuindo assim para humanizá-los. Conseqüentemente, evitaremos o termo “escravo”, que os definia como coisas/propriedades no sentido jurídico, destituídas de direitos e vontades. Assim como opta Grada Kilomba (2019, p. 20): “uso o termo “escravizada/o, e não *escrava/o*, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto *escrava/o* descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas.”

O Capítulo 1 intenta abordar experiências vivenciadas por indivíduos negros no Norte e Sul dos Estados Unidos. Abordaremos um pouco da historiografia para situar as condições do país no período entre 1847 e 1861 e retomar eventos e debates necessários que remontam à primeira metade do século XIX para compreender as narrativas de escravizados em circulação, dando preferência para autores de grande reconhecimento, sendo que a maioria das fontes aqui tratadas foram produzidas por indivíduos que migraram. Alguns outros não saíram do país, porém tornaram-se grandes líderes no referido período, impactando diretamente os eventos políticos – fossem palestras, convenções ou publicações – e as perspectivas sobre a escravização. Assim, também tematizaremos o avanço dos(as) negros(as) nos meios públicos, a Escravização sob uma perspectiva interseccional, os limites da liberdade, aprofundando questões referentes às experiências de ódio racial e outros tensionamentos

No Capítulo 2, refletiremos sobre o protagonismo negro no período, refletindo sobre como muitos(as) dos(as) negros(as) se envolveram em redes que lhes possibilitaram acessar meios públicos, fosse através da imprensa ou palestras públicas. Nesse sentido, será fundamental tematizar as reuniões promovidas por indivíduos negros(as), evoluindo questões

sobre educação, religião e vigia, que possibilitará compreender suas experiências subjetivas e suas formas de perceber e dar significado ao mundo. E, por fim, tratar a dinâmica das fugas do cativeiro, individuais e coletivas, bem como as experiências daqueles que se envolveram na Ferrovia Subterrânea, fossem como fugitivos ou condutores.

No Capítulo 3, analisaremos os discursos sobre migração a partir da chave interpretativa da crise de uma nação que se estruturava a partir de um pilar profundamente racial e excludente. Nesse contexto, cabe pensar as reações de indivíduos africano-americanos que se manifestaram publicamente contra a saída do país, colocando em prática seus interesses e demandas. E, por outro lado, compreender aqueles negros que se colocaram como ideólogos de um discurso pró-colonizacionista, em busca de um outro lugar, distante dos corpos brancos, da supremacia branca e da escravidão. Analisando como argumentaram em favor de seus semelhantes no erguimento de uma nova nação onde pudessem dispor de direitos e aspirar a ascensão social e econômica.

No Capítulo 4, pensaremos como a imprensa foi mobilizada para divulgação de ideias pró-colonizacionistas, por mulheres brancas de impacto do período, especialmente Harriet Beecher Stowe e Sarah Josepha Hale. Incluindo ainda as repercussões que geraram entre líderes negros que se pronunciaram a respeito das ideias vinculadas que excluía a presença negra da nação estadunidense. Cabe pensar como as pró-colonizacionistas buscaram definir uma excepcionalidade da Libéria como lugar de redenção da população negra escravizada estadunidense, em consonância com a Sociedade Americana de Colonização. E compreender como os colonizacionistas ainda se integravam em redes marcadas pela branquitude, seus valores e interesses para manter uma sociedade racializada.

No Capítulo 5, pensaremos a emigração da população afro-americana para a Libéria, tendo em vista como o processo foi organizado nos seus primeiros desdobramentos e, posteriormente, faremos o mapeamento da população emigrada e dos assentamentos estabelecidos na região na década de 1850. Pensamentos como a Sociedade Americana de Colonização auxiliou na formação da identidade nacional liberiana através das relações políticas domésticas e internacionais, com base em ideais expansionistas (que envolvia as dimensões físicas, culturais e políticas).

No Capítulo 6, pensaremos a emigração da população afro-americana para o Canadá, identificando os principais espaços ocupados e sua acomodação nas novas terras, especialmente na região de Ontário. Levantaremos ainda as principais ações de homens e mulheres negros/as que foram ativos na articulação política no Canadá em prol da migração, se

movimentaram pela disponibilização de informação para população negra na diáspora e se envolveram na organização de eventos para celebração e debate acerca das questões referentes à escravidão e liberdade.

No Capítulo 7, analisaremos a construção do imaginário sobre o Canadá cunhado especialmente por pessoas negras, que envolve o território como espaço diferente dos Estados Unidos, como possível para a liberdade e a paz. Acreditamos na importância de compreender como a imprensa negra se movimentou para a divulgação dessas ideias, mesmo por indivíduos pouco adeptos da emigração (como Frederick Douglass). E pensaremos como os(as) refugiados(as) buscaram erigir outra forma de sociedade, sustentadas sobre as práticas de solidariedade empreendidas pelos(as) negros(as) em busca da ascensão social e econômica, o que designavam como “elevação racial”.

Dessa forma, aprofundaremos nas redes mobilizadas a nível transatlântico para tratar de questões referentes à população negra estadunidense, dando protagonismo a indivíduos diversos, incluindo homens e mulheres, brancos e negros, de variadas classes sociais. Ciente de que esses processos envolviam a história de outros países, especialmente, do Canadá e da Libéria como espaços de circulação, impactando diretamente na legislação e nas perspectivas de nação de cada espaço, o que se projetava a nível mundial. Essa pesquisa, assim, contribui para o enriquecimento a nível de história atlântica, conectando, especialmente, as América à África.

2 RELATOS DE ESCRAVIZAÇÃO EM MEADOS DO SÉC. XIX

Os Estados Unidos passaram a primeira metade do século XIX com uma série de pendências em relação à sua configuração nacional. Os estados mantinham grande autonomia para contemplar seus interesses e agiram, em diversos momentos históricos, em conjunto, conforme tendências políticas, econômicas e sociais. Gradativamente, essas diferenças levaram à configuração de duas polaridades, cada vez mais marcados por diferenças entre si: Norte e Sul. Tal distanciamento aparecia nas decisões legislativas, na imprensa e, especialmente, nas vidas e expectativas das pessoas negras.

O Norte concretizava, progressivamente, uma economia e estilo de vida pautados no trabalho livre, tendo adotado legislação específica para abolição gradual da escravidão desde fins do século XVIII. Os discursos políticos e os interesses econômicos voltaram-se para a produção manufaturada, de pequenas propriedades, com valorização dos meios urbanos e uma opinião pública cada vez mais direcionada ao antiescravismo. Apesar dessas tendências, havia muitos indivíduos nortistas ligados economicamente ao Sul ou a grandes proprietários sulistas, que se expressavam de formas públicas (físicas ou na imprensa) com discursos estruturalmente marcados pelo preconceito racial e/ou abertamente contra a abolição da escravidão.

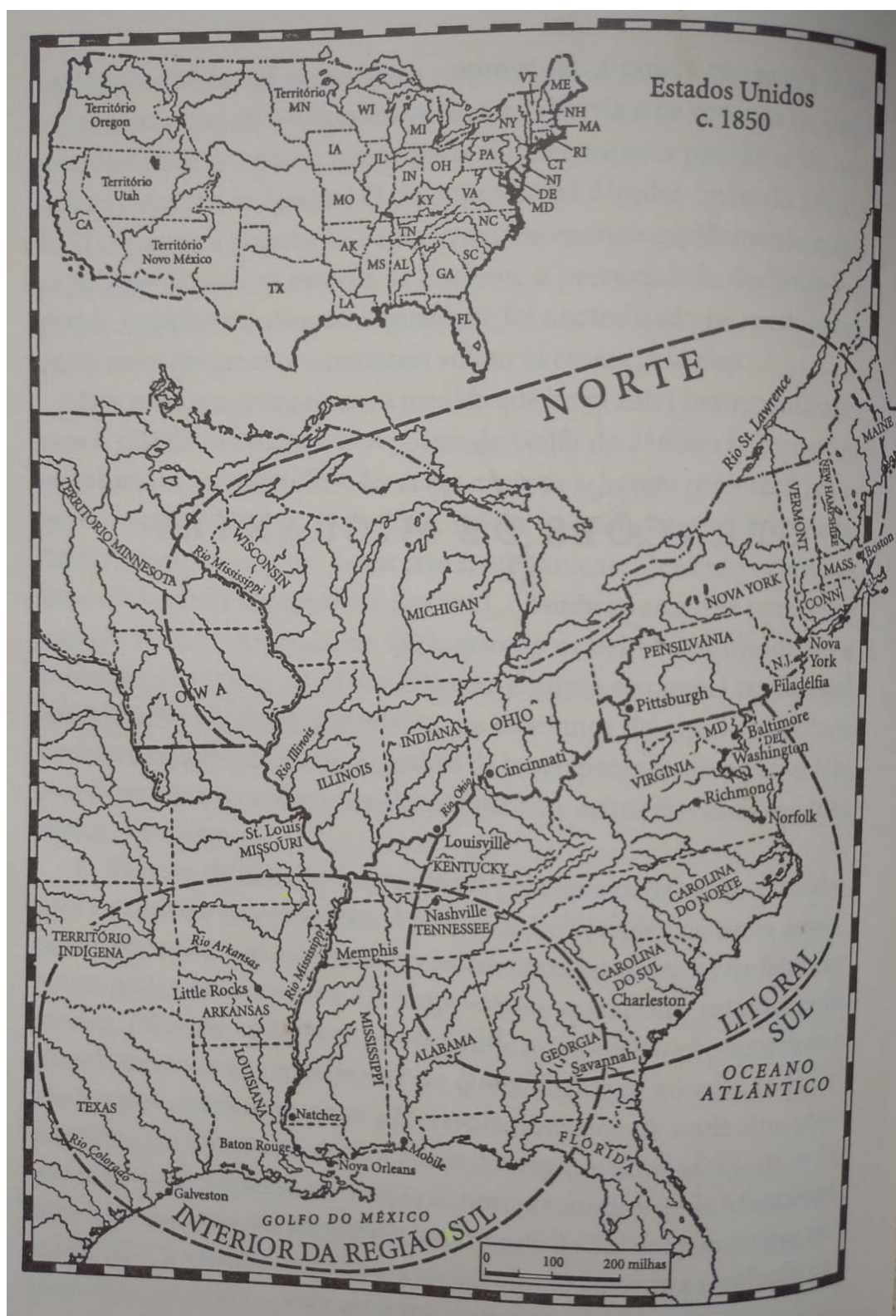
O Sul do país ainda era marcado pela escravização da população negra, o que permeava as mentalidades, a política, economia, legislação etc. Os estados mais próximos do litoral vivenciavam uma progressiva redução da população escravizada redirecionando-a para as terras do interior sul, mais férteis, alimentando, assim, um forte tráfico interno. Teoricamente, é comum a sub-repartição do Sul para identificar suas histórias específicas, seja como: Litoral Sul ou Interior Sul (como na figura 1) ou nas divisões de Alto Sul,² Baixo Sul³ e Baixo vale do Mississippi.⁴ Apesar de serem tratados com certa homogeneidade (enquanto região), os estados e, até mesmo as localidades, poderiam ter legislações próprias, dissensos, tensões e conflitos. Os escravagistas circulavam por todo país, muitas vezes, acompanhados de seus escravizados, o que intensificava ainda mais as discussões a respeito da legalidade da instituição e alimentava ações individuais e/ou coletivas de fuga.

² Composto por: Delaware, Maryland, Virginia, Carolina do Norte, Kentucky, Missouri, Tennessee e Distrito de Columbia.

³ Composto por Carolina do Sul, Georgia, Florida do Leste, Florida.

⁴ Composto por Louisiana, Florida do oeste, Alabama, Mississippi, Arkansas, Texas.

Figura 1 - Mapa dos Estados Unidos dividido em regiões (Norte, Litoral Sul e Interior Sul)



Fonte: BERLIN, 2006, p. 190.

A imagem acima possibilita perceber as divisões (Norte, Litoral Sul e Interior Sul), organizadas pelo historiador Ira Berlin. Nos próximos itens pretendemos compreender, com base nessa disposição imagética, as condições e as experiências mais marcantes dos indivíduos negros em relação à escravização que foram colocadas em circulação pela imprensa nos Estados Unidos oitocentistas. Nosso foco será nos indivíduos que se envolveram em debates sobre a emigração e publicaram seus relatos entre 1847 e 1861. Desse modo, refletiremos acerca das experiências narradas em relação à legislação, sociedade, cultura, economia e política, no que se refere às questões raciais, uma vez que a escravidão marcava indelevelmente a vida dos(as) negros(as) e suas experiências diaspóricas.

2.1 Situação da escravização estadunidense

Segundo os historiadores John Hope Franklin e Alfred A Moss Jr., o seccionalismo entre Norte e Sul tornou-se mais perceptível pouco depois da Guerra de 1812, muitas vezes chamada de “Segunda Guerra de Independência”, quando os Estados Unidos lutaram contra a Inglaterra pelas terras ao norte. Assim, progressivamente, as regiões se diversificaram mais claramente, o Norte adotou a manufatura e o Sul aprofundou suas bases agrícolas. O desenvolvimento industrial nortista teria sido um catalizador nesse processo e a Crise do Missouri (1819-1821) consolidaria as tensões entre as duas regiões. (FRANKLIN, 1989, p. 176). A Crise do Missouri começou quando o território solicitou sua admissão como Estado escravista em 1819, divergindo do acordo de ser uma terra livre, causando grande espanto entre os antiescravistas, quando os representantes escravistas sulistas radicalizaram sua defesa da escravidão, deixando o discurso de que a escravidão era um “mal necessário” para defendê-la como um “bem positivo”. Tais eventos alarmaram a opinião pública de que, diferente do que se acreditava, a instituição não era arcaica e não estava condenada a desaparecer. Pelo contrário, seu potencial de expansão se tornava cada vez maior, tanto territorialmente quanto politicamente. (IZECKSOHN, 2003, p. 56-57).

Através de um processo gradativo que se iniciou em 1780, com o estado da Pensilvânia, até por volta da década de 1830, a maior parte dos estados do Norte aboliram a escravidão, total ou gradativamente. Enquanto o litoral Sul sofria um processo diferente, mantendo a elite pró-escravista e incentivando a expansão da escravidão para o interior. Com o decreto de 1808, o tráfico transatlântico de escravizados se tornou ilegal e os proprietários

buscaram novas formas de acessar a mão-de-obra. A maioria se voltou para o remanejamento interno da população já escravizada, além de casos frequentes de sequestros e (re)escravização de negros livres, ou para atividades ilegais de importação (principalmente, pela colônia espanhola da Flórida, até 1819, ou pela província do Texas). (BERLIN, 2006, p. 197-198). O tráfico interno de escravizados deslocou mais de um milhão de homens, mulheres e crianças para o interior sulista. Muitos proprietários aumentaram ou adquiriram novas terras no interior sulista, sob a promessa de solos mais férteis, expandindo a monocultura de algodão, açúcar e/ou cânhamo. (BERLIN, 2006, p. 191-192).

Para os(as) negros(as), os traumas foram inúmeros nesse movimento, entre eles: o deslocamento para área muito distantes, separações de familiares e conhecidos, rompimento com as redes criadas nas antigas terras, perda de direitos costumeiros, submissão a um trabalho mais exaustivo e eventualmente desconhecido, sujeitos a castigos mais severos etc. (BERLIN, 2006, p. 191-192). Assim, a migração para o sul mais profundo figurava constantemente como uma ameaça aos negros insubmissos ou como um castigo de fato àqueles que ameaçaram a instituição.

Dessa forma, o Sul fortalecia seu modelo colonial, pautado na vida rural, nos latifúndios, na mão de obra negra escravizada (fossem de africanos naturais ou seus descendentes) e na monocultura de larga escala para comércio internacional, com foco no algodão e tabaco. Segundo Rafael Marquese, em 1810, os estados escravistas estadunidenses ofereciam cerca de 16,8% do algodão mundial e, na década de 1850, já atingia cerca de 67% (MARQUESE, 2004). Esse crescimento foi possível devido ao aumento da população escravizada, à intensificação da cobrança de trabalho dos escravizados e ao aumento dos castigos físicos, com açoitamentos cada vez mais brutais. (BAPTIST, 2013, p. 12). A cobrança de cotas e seu aumento progressivo, seguido de castigos físicos constantes, extraíam dos trabalhadores uma produtividade sobre-humana. Narrativas de escravizados(as) evidenciaram a insalubridade e impunidade que sustentavam esse sistema.

Dessa forma, durante a primeira metade do século, a população escravizada cresceu vertiginosamente, como é possível ver na tabela abaixo sobre a distribuição da população escravizada segundo região e ano:

Tabela 1 - População escravizada segundo região e ano

Região	1810	1860
---------------	-------------	-------------

Alto Sul Delaware, Maryland, Virginia, Carolina do Norte, Kentucky, Missouri, Tennessee e Distrito de Columbia	810.423	1.530.229
Baixo Sul Carolina do Sul, Geórgia, Flórida do Leste, Flórida	303.234	926.349
Baixo vale do Mississippi Louisiana, Flórida do oeste, Alabama, Mississippi, Arkansas, Texas	51.748	1.497.118

Fonte: dados extraídos de BELIN, 2006.

O historiador Dale Tomich (2004) apontou que a escravização era um sistema cada vez mais lucrativo ao longo do século XIX, e as tecnologias implantadas para as *plantations* foram acrescidas pela instalação de ferrovias e o uso de navios a vapor, tornando o sistema ainda mais rápido e mais lucrativo, capaz de escoar quantidades maiores de produtos e de colocar maior número de pessoas em circulação. Entre 1845 e 1860 o interior Sul instalou mais milhas de estrada de ferro do que a Nova Inglaterra e o Sul litorâneo juntos. E isso demonstra a forte conexão de uma parte do país com a economia mundial. (TOMICH, 2004, p. 92).

Tendo em vista esse fortalecimento da economia de *plantation* do século XIX, compreende-se que as ações antiescravistas e abolicionistas iam na contramão. A Revolução Industrial inglesa ganhava força e precisava das fontes de algodão americanas. A mão-de-obra escravizada foi engrenagem fundamental desse sistema, principalmente, por ser barata e produtiva. Esse fenômeno é nomeado como “Segunda Escravidão”, marcado pelo um aumento da produtividade e dos lucros, possibilitados por grandes invenções tecnológicas (fosse a tecnologia de maquinário, novas espécies de algodão ou da tecnologia da tortura) e movidos pelo deslocamento do trabalho escravizado. (TOMICH, 2004) A primeira escravidão foi movida pelo mercado de açúcar e tabaco, para consumo das elites. Já a segunda produzia um bem de largo consumo.

Um sistema financeiro internacional foi fundamental para edificação da Primeira Escravidão, iniciada com os impérios mercantilistas, e, posteriormente, sua articulação ao mercado financeiro de nível nacional, possibilitou a “Segunda Escravidão”. Diversos estados venderam terras de fronteira para companhias especulativas, que posteriormente ficaram

responsáveis pelo seu comércio. Os lucros eram significativos para os diretores das empresas. Assim, foi se desenvolvendo novas formas de crédito, alterando a demografia sulista, deslocando trabalhadores (e com eles transferindo capital para as regiões da fronteira). Muitos proprietários embarcaram nessa nova onda expansionista, usando seus próprios cativos como garantia dos créditos e, por outro lado, tornando-se dependentes da expansão da produção para pagar esses credores. (BAPTIST, 2013, p. 16). São inúmeros os relatos de escravizados(as) que foram vendidos(as) e separados(as) de suas famílias por tais endividamentos.

Segundo Nancy Naro, a produção de matéria prima sulista era, em grande parte, direcionada para as indústrias têxteis do Norte, o que a tornou, progressivamente, dependente dela, principalmente, depois do governo lançar medidas protecionistas que as favoreciam e aumentar as taxas de importação da Europa sobre a importação de algodão e arroz. Os fazendeiros do Sul se organizaram e reivindicaram a industrialização de sua região, mas as medidas não foram suficientes para se sobrepor as do Norte, e em 1860 possuía apenas 15% das indústrias do país. Eles também se organizaram para solicitar a anulação de tais medidas federais, porém, a questão somente serviu para intensificar os debates (NARO, 1987, p. 26-27).

Os sulistas escravagistas conseguiram aprovações em diversas propostas de leis – a nível estadual, local ou federal – que endureciam a legislação e favorecia a exploração da população negra e sua escravização, ao mesmo tempo em que dificultava a prática de alforria de escravizados pelos seus próprios proprietários. A abolição era tema cada vez mais combatido pelos sulistas. Em vários estados, a legislação dificultava as concessões de alforrias, tornando-as cada vez mais seletivas e raras. (BERLIN, 2006). Os anos subsequentes às revoltas de escravizados tornaram a própria prática da manumissão ilegal em alguns estados. A presença de negros livres circulando entre espaços escravistas continuamente era interpretado pelos proprietários como uma ameaça à escravidão. Alguns estados decidiram impossibilitar a permanência de livres e libertos nos seus espaços, obrigando-os a emigrar.

William Troy, um homem negro, nascido livre por herdar a condição de sua mãe, narrou que seu pai decidiu não comprar a própria liberdade, mesmo tendo a possibilidade, para evitar ter de deixar o estado, pois a lei proibia sua permanência. Em suas palavras: “Ele [...] não comprou sua liberdade assim que foi capaz de fazê-lo; pois, se tivesse comprado sua liberdade, teria sido obrigado a deixar o Estado e a lei dizia explicitamente que não era permitido a um escravizado comprar a si mesmo e permanecer no local”.⁵ (TROY, 1861, p. 03).

⁵ No original: “He did not [...] purchase his freedom just as soon as he was able to do so; for, had he purchased his freedom, he would have been obliged to leave the State,--the law explicitly saying that it is not permitted to a slave to purchase himself, and remain.”

Segundo Edward Wilmot Blyden (1832-1912), a Legislatura do Estado da Geórgia, em 1855-1856, aprovou uma lei proibindo a alforria de seus escravizados dentro ou fora do Estado, impossibilitando até mesmo o costume de transportar escravizados para Ohio, Pensilvânia ou algum outro estado livre para conceder-lhes a liberdade, mesmo após a morte do senhor. Assim a lei proibia tais práticas e declarava nulos e sem efeito todos os legados póstumos. (BLYDEN, 1856, p. 24-25).

Em Kentucky, uma lei dificultava a emancipação dos escravizados, impedindo sua permanência no estado. Mesmo que maiores de 65 anos ou com enfermidade que dificultasse seu trabalho, a Lei estabelecia a obrigatoriedade de o liberto sair do estado e ter capital suficiente para se sustentar por um ano. Caso seu ex-escravizador não fornecesse fundos para esse deslocamento e sustento, o liberto corria o risco de ser alugado por tempo indeterminado a fim de conseguir o pecúlio necessário para custear as despesas.⁶

A perseguição contra a imprensa abolicionista também ficou mais sistêmica nos estados sulistas. A censura sobre os impressos aumentou ao longo da primeira metade do século XIX e os editores de jornais que tentaram publicar textos antiescravistas tiveram suas sedes atacadas e suas prensas queimadas, fossem em terras escravagistas ou terras livres. Os diversos envolvidos no comércio de impressos abolicionistas registraram inúmeros casos de perseguição e penalização pela legislação ou pela própria população, que se amotinou em represálias em diversas cidades. Há registros de apreensão de obras, queima de livros em espaços públicos, prisões (com penas que chegavam a 10 anos) e perseguições aos vendedores. (BERLIN, 2006). Portanto, o abolicionismo era uma luta que envolvia grandes riscos e, apesar disso, não deixou de se intensificar ao longo das décadas.

Na tabela abaixo é possível perceber que no Alto Sul e no Baixo Sul não houve aumento da porcentagem de negros que compunham a população negra livre em relação à população negra entre 1810 e 1860, sendo que houve significativa queda no Baixo vale do Mississippi:

⁶ Nas palavras da lei: Nenhum escravizado será emancipado com mais de sessenta e cinco anos de idade, ou que, por doença ou enfermidade, seja incapaz de trabalho para sustento, a menos que o proprietário forneça os meios de transporte para fora deste estado e um ano de sustento. Quando a pessoa que emancipa um escravo, por escritura ou testamento, deixar de providenciar sua remoção para fora do estado, o tribunal do condado deverá, por ordem, instruir o escravo a ser alugado ano a ano, até que um fundo suficiente seja criado para custear as despesas de mudança do referido escravo para algum lugar fora deste estado, e para mantê-lo por doze meses. (Acts of General Assembly of the Commonwealth of Kentucky, 1850, p. 307-308 *apud* KALTENBRUN, 1941, p. 51).

Tabela 2 - População negra livre segundo região e ano

Região	1810		1860	
	População negra livre	% negros livres em relação a população negra	População negra livre	% negros livres em relação a população negra
Alto Sul Delaware, Maryland, Virginia, Carolina do Norte, Kentucky, Missouri, Tennessee e Distrito de Columbia	94.085	13	224.963	13
Baixo Sul Carolina do Sul, Georgia, Florida do Leste, Florida	6.355	2	14.346	2
Baixo vale do Mississippi Louisiana, Florida do oeste, Alabama, Mississippi, Arkansas, Texas	7.825	13	22.609	1

Fonte: dados extraídos de BELIN, 2006.

A assimilação de inúmeros territórios marcou as discussões políticas estadunidenses e intensificou temas já complicados sobre o estilo de vida que se adotaria nas novas terras. A manutenção da possibilidade da mão-de-obra escravizada retornava a todo momento nas discussões políticas, aumentando na proporção da expansão para o Oeste, causando grande desconforto entre os estados. Os sulistas organizados politicamente defendiam ardentemente a manutenção do modelo escravista, enquanto nortistas, cada vez mais, defendiam a mão de obra livre. Conflitos sangrentos entre cidadãos estadunidenses estouraram inúmeras vezes ao longo da primeira metade do século em várias cidades antes do conflito nacional de 1861.

Em 1850, foi aprovada a Lei do Escravo⁷ Fugitivo, que intensificou as tensões entre abolicionistas e pró-escravistas por aumentar o poder dos escravistas, possibilitando-os adentrarem territórios onde a escravidão era juridicamente proibida e recapturar os reclamados diretamente e com ajuda do Estado e dos habitantes locais. Segundo Stanley W. Campbell, a lei revigorou os comitês de resgate de escravizados fugitivos e, em última análise, aproximou o Norte e o Sul da guerra:

A Lei do Escravo Fugitivo [...] criou o cargo de comissário dos Estados Unidos, um oficial de audiências federal vagamente afiliado aos tribunais estaduais do Norte, que tinha autoridade final sobre os procedimentos de extradição. A lei também ordenou que as autoridades estaduais e federais cooperassem na captura de fugitivos e impôs uma multa de US \$ 1.000 ou uma pena de prisão de seis meses para qualquer pessoa que ajudasse um fugitivo. Mais importante, a lei tornava a audiência de certificação de escravos um procedimento administrativo, e não judicial. Os negros não podiam testemunhar por si próprios e não tinham direito a advogado ou a uma audiência de habeas corpus; os negros livres consideravam a lei uma grave ameaça à sua liberdade. (CAMPBELL, 1968, p. 15-25)

O país se expandia e trazia consigo um rol de novas possibilidades, principalmente para os brancos. A compra da Louisiana (1804) da França possibilitou o alcance das terras entre as cadeias Apalaches e o rio Mississippi. Em 1814 anexou praticamente todo o Alabama e a região oeste da Geórgia. Enquanto a tomada da Flórida (1819) da Espanha possibilitou o acesso às terras férteis mais ao sul. A compra desses espaços trouxe o investimento – e consequentemente endividamento – para com bancos britânicos e anglo-holandeses. Baring Brothers e Hope and Company, as principais financiadoras dessas empreitadas na fronteira dos EUA, eram frutos do financiamento de guerras europeias setecentistas e dos investimentos no comércio transatlântico de escravizados. Ou seja, a expansão para o oeste norte-americano foi bancada por um sistema financeiro mundial emergente dos lucros da própria escravidão. Em 1816, o governo criou um banco nacional, que poderia auxiliar o financiamento da fronteira. (BAPTIST, 2013, p. 17).

Esses novos territórios traziam para o Congresso debates acalorados, que tendiam a buscar apoio político para o tipo de sociedade que se planejava (livre ou escravista). Para ilustrar e aprofundar essa situação é interessante analisar o mapa, feito em 1856, pelo recém-criado Partido Republicano, que defendia a plataforma antiescravista. William Reynolds, o geógrafo que o desenhou, destacou as regiões conforme a distribuição espacial dos estados livres e escravistas, com uma clara delimitação entre um “Norte livre” e um “Sul escravista”

⁷ Optamos em manter o termo “escravo” para indicar a naturalização na identificação do indivíduo, com a ressalta de que era uma lei estruturalmente pró-escravista e desumanizante.

exposta na imagem. O Kansas é destacado pelo autor como um centro de conflito sobre a escravidão. Reynolds, ao retratar as áreas livres e as escravagistas, incluiu tábuas estatísticas para cada estado do país, contendo informações: do censo nacional de 1850, o resultado da eleição presidencial de 1852, representação no congresso por estado e o número de escravizados de cada localidade.

Figura 2 - Mapa político dos Estados Unidos, com destaque dos estados livres e escravistas e o território aberto à escravidão ou à liberdade (1856)



William Reynolds. *Mapa político de Reynolds dos Estados Unidos, projetado para expor a área comparativa dos estados livres (em vermelho) e escravistas (em cinza) e o território aberto à escravidão ou à liberdade pela revogação do acordo de Missouri (verde)*.⁸ (Litogravura). New York: Wm. C. Reynolds and J.C. Jones, 1856. Disponível em: <http://www.loc.gov/item/2003627003>. Acesso em: 25-05-2020.

Esse documento, trazido apenas como uma entre muitas outras possibilidades, construía uma imagem pretensa de verdade sobre o país nos anos de 1850: A crescente secessão que se percebia na própria época entre duas partes do país. Ou seja, o mapa já territorializava ideologias opostas que se desenhavam no cotidiano dos estadunidenses e que tornava o

⁸ Título original: *Reynolds's political map of the United States, designed to exhibit the comparative area of the free and slave states and the territory open to slavery or freedom by the repeal of the Missouri Compromise.*

planejamento comum cada dia mais difícil. Essas identidades eram assumidas no dia a dia e suas divergências fomentavam motins, perseguições contra a imprensa, linchamentos e assassinatos.

É importante ressaltar que a expansão sobre esses novos territórios envolveu a expulsão, principalmente, de povos indígenas, além de espanhóis e franceses. Sob força brutal, do exército ou de milicianos estaduais, o caminho foi aberto para a monocultura e a escravidão negra. Desde a década de 1830, entre os Apalaches e o vale do Mississipi, as populações indígenas já haviam sofrido grandes perdas, restando somente fragmentos. Muitos deles se misturaram entre colonos brancos e escravizados fugidos, configurando novos povos. Em outras situações ascenderam às classes de proprietários de negros escravizados. Outros ainda aceitaram trabalhos como de soldados ou caçadores de fugitivos. Nas margens das *plantations* também se registrou a presença de indígenas que negociavam com negros escravizados, configurando um tipo de mercado de bens roubados. (BERLIN, 2006, p. 194).

Além de indígenas, descendentes de africanos e de ingleses, os EUA receberam grande número de imigrantes brancos. Em 1820, o país passou a coletar dados estatísticos sobre as pessoas que imigrava através de navios. (BERGQUIST, 2008). No início do século, a população de imigrantes irlandeses já configurava mais de um terço de todos os imigrantes, sendo a maioria vinda do Canadá. Em 1800, na Filadélfia vivia a maior do país, com cerca de 6 mil, principalmente, presbiterianos, uma parte *quaker* e outra da igreja episcopal. Entre 1820 e 1840, os imigrantes irlandeses eram marcados por outra religião e classe: grande quantidade de católicos pobres. Esses números aumentariam significativamente ao longo do século, chegando 54 mil, na década de 1820 e, nos anos 1840, já passavam de 914 mil, a maioria chegando nos portos de Nova York. A Grande Fome de 1845-49 elevou essa população, atingindo cerca de 1.7 milhões de imigrantes irlandeses desembarcados em portos estadunidenses até 1860. (POWELL, 2009, p. 154). Mas não é de se subestimar um contingente significativo de imigrantes de outras regiões, sendo que entre 1820 e 1870, os imigrantes eram: 6.717.328 europeus; 106.529 asiáticos; 349.171 de outras regiões das américas. (SOLIMANO, 2003, p. 58).

Com toda essa movimentação humana, intentamos destacar que o século XIX vivenciou uma grande mudança a nível global, sob a perspectiva de mundo economicamente conectado, houve uma redistribuição das pessoas das áreas periféricas para as centrais. A Revolução Industrial trouxe grandes impactos, com suas invenções tecnológicas que tornaram o transporte, de pessoas e mercadorias, mais eficazes, mais rápidos e mais lucrativos. Assim,

era possível redistribuir trabalhadores e, ao mesmo tempo, criar consumidores no exterior. (SANTOS, 2017). Com tamanha mobilização, o historiador Eric Hobsbawm chegou a conceber o período como o século da “maior migração de povos da História”. (HOBSBAWN, 1996, p. 271). A primeira metade do século XIX se configurava uma grande era das migrações em nível global, e os Estados Unidos sentia isso a nível nacional, especialmente com: a expansão para o oeste, a reorganização do mercado interno de escravizados e a imigração europeia. Assim, destacamos que pensar a condição da população negra nesse período implica pensar em uma teia complexa em todos os níveis: político, econômico, demográfico, geográfico, social e cultural.

2.2 Escravização sob uma perspectiva interseccional

Nesse subitem, analisamos algumas experiências de mulheres negras que narraram ou que tiveram suas vidas (seja na escravidão ou em liberdade) narradas por homens negros e disponibilizadas na imprensa de seu período histórico. Trataremos somente fontes produzidas no período de 1847 a 1861, sobre experiências nos Estados Unidos, a fim de perceber um pouco do que circulava na imprensa acerca da perspectiva dos(as) negros(as) sobre a escravidão. Segundo Patrícia Hills Collins, desde o período escravista foram impostas imagens de controle sobre as mulheres negras, fossem como *mammies*, matriarcas, negras más ou hipersexualizadas. Tais estereótipos eram interessantes aos grupos dominantes e buscavam manter a subordinação das mulheres negras. Por outro lado, o patriarcado branco sustentou-se sobre uma imagem tradicional de família que excluía as mulheres negras ao impor quatro virtudes fundamentais como definidoras da mulher “de verdade”: piedade, pureza, submissão e domesticidade. Esses atributos eram aspirados por mulheres brancas de classe alta e média, mas inacessíveis às negras. (COLLINS, 2019, p. 140).

Diversas obras foram compostas para consolidar as diferenças entre brancas e negras e uma hierarquia entre elas. O senso comum consumiu e perpetuou tais concepções, apesar de haver outras obras que promoviam outras perspectivas das mulheres negras. Aqui buscamos perceber como algumas mulheres negras agiram, narraram suas vidas, foram agentes em histórias complexas, lidando com interesses próprios, em sistemas extremamente opressivos e violentos. Suas vozes sempre existiram, aqui daremos ouvidos a elas, traçaremos paralelos e compreenderemos um pouco desse universo sistematicamente silenciado.

Assim, é importante destacar que o patriarcado não estendeu a ideia de fragilidade feminina para as mulheres negras, sequer impediu castigos físicos brutais contra elas. Conforme Angela Davis, as mulheres negras trabalharam intensamente nas minas de carvão e nas fundições de ferro, no corte de lenha e abertura de valas, na construção de canais, diques e estradas de ferro. Mesmo grávidas, as mulheres negras faziam o trabalho usual no campo, obrigadas a atingir as mesmas cotas que os/as demais trabalhadores/as e submetidas a chicotadas quando não as atingiam. (DAVIS, 2016, p. 22-23).

Se, por um lado, o patriarcado não reduziu os trabalhos das mulheres negras, por outro lado, agiu para silenciar as violências contra seus corpos. É comum se deparar nas fontes com homens negros que se negaram a relatar tais tipos de violências, como Roper Moses: “Observar-se-á que a maioria dos casos aqui citados, são em relação ao sexo masculino. Muitos casos, no entanto, em relação às mulheres, podem ser mencionados, mas são muito nojentos para aparecer nesta narrativa.”⁹ (ROPER, 1848, p. 16). Ou seja, narrar as violações contra as mulheres compunha uma escrita mais visceral do que no caso masculino. Talver Roper temesse que seu livro fosse censurado ou sequer lido.

Contudo, algumas mulheres, que conseguiram publicar seus relatos, não se censuraram, como Harriet Ann Jacobs, Sojourner Truth e Harriet Tubman. Abaixo, apontamos um trecho narrado pela Senhora James Seward, fugida da escravidão, de um caso de sua experiência pessoal:

Certa vez fui espancada na cabeça por meu mestre, até que o sangue escorreu de minha boca e nariz; então ele me amarrou no sótão, com minhas mãos sobre a cabeça – então ele me derrubou e me colocou em um pequeno armário, onde eu tive que me sentar com câibras, parte da noite, a noite toda, até entre quatro e cinco horas do dia seguinte, sem comida. O armário estava perto de uma fogueira, e pensei que iria sufocar.¹⁰ (Sra. James Seward. In: DREW, 1856, p. 42).

Elas também não eram poupadas dos trabalhos mais pesados, difíceis ou degradantes. Nas palavras de Elis: “Eu fiz muito trabalho pesado ao ar livre, como dirigir equipe, transportar estrume etc. Eu tenho um caroço na minha cabeça de um golpe que meu mestre me deu, e vou levá-lo para o meu túmulo.”¹¹ (Sra. Ellis. In: DREW, 1856, p. 44). O

⁹ No original: “It will be observed that most of the cases here cited, are those in respect to males. Many instances, however, in respect to females, might be mentioned, but are too disgusting to appear in this narrative.”

¹⁰ No original: “I was beaten at one time over the head by my master, until the blood ran from my mouth and nose; then he tied me up in the garret, with my hands over my head,--then he brought me down and put me in a little cupboard, where I had to sit cramped up, part of the evening, all night, and until between four and five o'clock, next day, without any food. The cupboard was near a fire, and I thought I should suffocate.”

¹¹ No original: “I did a great deal of heavy out-door work,--such as driving team, hauling manure, etc. I have been whipped with a wagon whip and with hickories,--have been kicked and hit with fists. I have a bunch on my head from a blow my master gave me, and I shall carry it to my grave.”

relato de Elis testemunhava que o trabalho das mulheres negras não recebia tratamento diferenciado, ou seja, não a poupava de nenhuma atividade, e ela poderiam até mesmo assumir trabalhos de controle sobre grupos para determinados serviços.

Apesar de realizarem os mesmos trabalhos, as mulheres negras ainda tiveram que lidar com uma exploração, geralmente, não experienciada pelos homens negros: a sexualização. Assim como bell hooks (2020), acreditamos que é necessário salientar que, no caso das mulheres negras, racismo e sexismo agiam conjuntamente criando formas específicas de opressão e violência contra seus corpos. A escravidão atingia diferentemente homens e mulheres, negros e brancos, livres, escravizados e coartados, com maior ou menor poder aquisitivo. Dentro desses universos, as mulheres eram permeadas por questões próprias, relacionados as condições do século XIX, que permeavam seus corpos, raça, gênero, classe social e condição em relação a escravidão etc. Esses marcadores não agiam em separado, mas sobrepunham-se submetendo-as a experiências e violências específicas, confluindo interseccionalidades, direcionando ideias e ações, limitando estratégias e possibilidades de ascensão social.

Na escravidão, os corpos femininos eram submetidos às torturas do trabalho e da exaustão diária, como também aos abusos sexuais. Mães, tias, primas, irmãs, sobrinhas vivenciaram inúmeros casos de estupros, testemunhados por seus maridos, pais, tios. Por vezes, os familiares ou cônjuges eram obrigados a deixar as casas para livre acesso dos abusadores. Henry Bibb, fugido da escravidão, relatou sobre a violência contra os lares dos escravizados: “Homens brancos licenciosos, podem e devem entrar de noite ou de dia nos alojamentos dos escravizados; romper os laços afetivos nas famílias; destruir toda a sua união doméstica e social para a vida; e as leis do país não lhes oferecem proteção.”¹² (BIBB, 1849, p. 38).

Como afirmava Angela Davis, o próprio patriarcado, ao pregar a função do homem como protetor da esposa e filhos frustrava o homem negro por ser incapaz de oferecer essa proteção. (DAVIS, 2016, p. 20). Fenômeno bastante pertinente em trechos como o relatado pelo fugitivo Dan Josiah Lockhart: [o proprietário] chicoteou minha esposa e filhos, (eu agora tinha dez filhos com Maria). Eu não suportava esse abuso deles, então decidi ir embora.”¹³ (DAN JOSIAH LOCKHART. In: DREW, 1856, p. 46). Assim, mulheres negras eram estupradas e abandonadas cotidianamente no contexto escravista.

¹² No original: Licentious white men, can and do, enter at night or day the lodging places of slaves; break up the bonds of affection in families; destroy all their domestic and social union for life; and the laws of the country afford them no protection.

¹³ No original: Then he whipped my wife and children,--(I had now ten children by Maria). I could not stand this abuse of them, and so I made up my mind to leave.

Ao longo da história da diáspora negra, ou seja, além dos Estados Unidos, muitas mulheres negras registraram que a transição da faixa etária que delimita a infância para vida adulta da menina/mulher era um período de tensão, que a transformava em um ser sexualizado na sociedade patriarcal. O que não significa que os abusos não poderiam ser ainda mais precoces. Para permanecermos no recorte dos EUA, trazemos o relato de Harriet Ann Jacobs:

Mas agora eu completaria quinze anos - uma época triste na vida de uma menina escrava. O meu senhor começou a sussurrar palavras obscenas no meu ouvido. Jovem como era, eu não podia permanecer ignorante a respeito do peso que elas tinham. Tentei tratá-las com indiferença ou desprezo.¹⁴ (BRENT [JACOBS], 1861, p. 44)

Jacobs, apesar de muito jovem, sabia que todo o contexto não contribuía para sua proteção, pelo contrário, colocava-a em uma posição extremamente desfavorável, a julgo de seu senhor, por mais que resistisse. Ela ainda temia que a situação de violência fosse relatada à avó, uma figura de extrema importância moral dentro das famílias negras (muitas vezes superior à mãe, pai, irmãos ou tios), sabendo que seria castigada por “deixar-se” abusar pelo senhor. Ou seja, socialmente, esperava-se que ela impusesse sua vontade numa relação de poder extremamente desigual. A situação levou-a ao silenciamento. Jacobs foi violentada sexualmente por seu escravizador.

O abuso sexual nunca foi uma questão estritamente individual. O relato de Ann Jacobs permeava os significados distintos para os diversos indivíduos da fazenda e desdobrava-se sobre a criança que nascia deste abuso. Ela relatou que quando engravidou de seu escravizador/abusador, ela se tornou moralmente suja, mesmo que o ato fugisse completamente de seu controle, e foi penalizada socialmente por isso, bem como seu filho (fruto da violação), que se tornou uma lembrança constante das violências sofridas. Em suas palavras:

Meu bebê inocente era a testemunha constante da minha vergonha. Se escutava com desprezo silencioso quando o médico falava sobre como eu tinha perdido a opinião positiva *dele*, eu derramava lágrimas amargas por não ser mais digna de ser respeitada pelos bons e puros.¹⁵ (BRENT [JACOBS], 1861, p. 117).

Apesar da prática de abuso sexual das mulheres negras escravizadas ser moralmente discriminada, ela era muito praticada. A Sra. Henry Gowens, fugida da escravidão, narrou sobre como era frequente a prática de castigos físicos sobre aquelas que se negavam às pressões do

¹⁴ No original: “But I now entered on my fifteenth year—a sad epoch in the life of a slave girl. My master began to whisper foul words in my ear. Young as I was, I could not remain ignorant of their import. I tried to treat them with indifference or contempt.”

¹⁵ No original: “My unconscious babe was the ever-present witness of my shame. I listened with silent contempt when he talked about my having forfeited *his* good opinion; but I shed bitter tears that I was no longer worthy of being respected by the good and pure.”

escravagista. (DREW, 1856, p. 143-147). Ou seja, mulheres negras cotidianamente ficavam encurraladas entre o abuso sexual e outras formas de violência (pelo castigo físico e psicológico).

Por outro lado, a Sra. Henry Gowens demonstrou que as mulheres brancas, como esposas, também eram incluídas no sistema de dominação masculina branca, em lugar de subserviência e obrigadas a conviver com a não-monogamia dos escravagistas:

Conheci muitos proprietários que têm duas ou três mulheres de cor como esposas e, quando têm uma esposa branca, ficam com todas. Se a escravizada não obedecesse, ela seria chicoteada, ou então vendida ao sujeito mais pobre e mesquinho que ele pudesse encontrar.¹⁶ (Sra Henry Gowens. IN: DREW, 1856, p. 146).

Jacobs chegava a desdobrar as camadas de diferenças e tensões entre as esposas brancas e as cativas abusadas pelo esposo/escravagista. Jacobs narrou sobre a recorrência de mulheres brancas escravagistas que violentavam as mulheres cativas, aplicando castigos cruéis devido ao sentimento de rivalidade criado pela prática poligâmica do esposo. Suas representações descontroem as imagens das mulheres brancas dóceis e cristãs, comumente idealizadas na historiografia e na literatura. Em suas palavras: “[...] minha senhora não se solidariza com elas [suas escravas jovens e inocentes]. Eram objeto constante de suas desconfianças e maldades”¹⁷ (BRENT [JACOBS], 1861, p. 49).

A superexploração feminina foi tema frequente nas narrativas, além do abuso sexual, mulheres negras foram forçadas a unir o trabalho e a maternidade sob regime escravista, muitas vezes, sem apoio do pai ou de terceiros. As escravizadas do eito eram compelidas a levar seus filhos para a plantação, colher o algodão carregando-os amarrados em seus corpos, evitando colocá-los no chão, onde poderiam ficar à mercê de ataques de animais peçonhentos. Em muitos casos, o trabalho impossibilitou completamente os cuidados da maternidade, e a infância negra foi colocada em segundo plano:

Os plantadores de algodão em geral nunca permitem que uma mãe escravizada tenha tempo para ir para casa, ou um quarto durante o dia para amamentar seu filho; portanto, eles têm que carregá-los para os campos de algodão e amarrá-los à sombra de uma árvore, ou em grupos de ervas daninhas nos campos, onde podem ir até eles ao meio-dia, quando podem parar de trabalhar por meia hora. Esta é a razão pela qual tão poucos filhos escravizados são criados nessas plantações de algodão, as mães não

¹⁶ No original: “I have known many owners to have two or three colored women for wives, and when they got a white wife, keep all. If the slave woman would not comply she would be whipped, or else sold to the lowest, meanest fellow he could find”.

¹⁷ No original: “but for them she had no sympathy. They were the objects of her constant suspicion and malevolence”.

têm tempo para cuidar deles - e muitas vezes são encontrados mortos no campo e no bairro por falta dos cuidados de suas mães.¹⁸ (BIBB, 1849, p. 116).

Frederick Douglas (1845) narrou que em sua plantação, assim como em muitas outras, as crianças eram separadas das mães em tenra idade e colocadas aos cuidados de uma mulher idosa, considerada imprópria para o trabalho desgastante dos campos. As crianças mantinham pouco ou nenhum contato com as mães, as quais eram enviadas para trabalhar em terras distantes. Douglas afirmou que nunca viu o rosto de sua mãe sob a luz do dia, sendo que seus poucos encontros ocorreram a noite. Ele acreditava que essa conduta era uma estratégia consciente de quebra de vínculos afetivos entre as mães e filhos, adotada pelos senhores.

As experiências entre filhos/as e mães eram diversas, inúmeros escravizados(as) relataram que conseguiram manter fortes laços afetivos com suas mães, apesar de, assim como Douglas, a maioria ter sido separada das mães no período em que ainda eram crianças. Muitos casos enfatizavam as dificuldades específicas da intersecção de escravidão e gênero, ou seja, das dificuldades das mães escravizadas. Como no relato de Isaac Williams em que contava sobre o momento em que descobriu sobre a iminente separação de sua mãe. Em terceira pessoa, afirmava:

Todo o passado voltou para ele, realmente doloroso, mas suportável porque compartilhado com ela. Suas primeiras lembranças foram daqueles longos dias nos campos de arroz, quando ela o carregava firmemente preso às costas, com seu irmão caçula enfiado em seu vestido na frente, porque ela não os deixaria para serem negligenciados em sua cabana, nem os deitariam ao chão, onde as cobras pudessem rastejar por cima deles, ao lado da cerca.¹⁹ (AMERICAN REFORM TRACT AND BOOK SOCIETY, 1858, p. 10).

Como visto acima, as mulheres sofriam a separação pela venda dos filhos, fossem de filhos de pais negros ou de homens brancos que usavam a venda para apagar sua paternidade. Inúmeros abolicionistas relataram serem filhos dos seus proprietários, como nos casos de Frederick Douglas, Henry Bibb e Moses Roper. Apesar de a historiografia brasileira constatar que, no Brasil, crioulos tiveram maior acesso à alforria do que africanos (CASTRO, 2017), no

¹⁸ No original: "The cotton planters generally, never allow a slave mother time to go to the house, or quarter during the day to nurse her child; hence they have to carry them to the cotton fields and tie them in the shade of a tree, or in clusters of high weeds about in the fields, where they can go to them at noon, when they are allowed to stop work for one half hour. This is the reason why so very few slave children are raised on these cotton *plantations*, mothers have no time to take care of them--and they are often found dead in the field and in the quarter for want of the care of their mothers."

¹⁹ No original: "All the past came back to him, sorrowful indeed, but enduring because shared with her. His earliest recollections were of those long days in the rice-fields, when she carried him securely fastened to her back, with his baby brother tucked in her dress in front, because she would not leave them to be neglected in her cabin, nor lay them down, where snakes might crawl over them, by the side of the fence."

caso norte-americano, são constantes os relatos sobre a frustração dessa expectativa de liberdade. O abolicionista negro William Troy, por exemplo, registrou o relato de Robert Blackburn: “Robert foi finalmente vendido pelo reverendo cavalheiro ao homem que foi reconhecido por todos como seu pai. Todos esperavam que seu pai o emancipasse; mas, nisso, Robert e seus amigos foram desapontados.”²⁰ (TROY, 1861, p. 51). Harriet Ann Jacobs também relatou:

As mulheres do Sul com frequência se casam com um homem sabendo que ele é pai de vários pequenos escravizados. Elas não se preocupam com isso. Consideram tais crianças como propriedade, tão vendáveis quanto os porcos da fazenda; e é raro que não as façam saber disso ao entregá-las nas mãos dos mercadores de escravos o mais cedo possível, tirando-as assim de vista.²¹(BRENT, [Jacobs]; 1861, p. 57).

No trecho acima percebemos que as mulheres brancas, muitas vezes, tinham conhecimento que seu futuro esposo era progenitor dos/as filhos/as das escravizadas. Mas que elas as consideravam bens móveis, ignorando quaisquer laços familiares. E, apesar das esposas brancas e dos proprietários abusadores, as crianças negras eram tema recorrente nos relatos de fugitivos/as como motivadores para permanecer nas fazendas ou fugir com eles/as. É recorrente o relato sobre mulheres negras que se recusaram a fugir por ter de abandonar filhos(as) ou parentes envelhecidos ou doentes. Na maioria das vezes, elas eram retratadas como responsáveis naturais pelas crianças, enquanto os maridos, mesmo os homens negros escravizados mais apegados, sentiam-se na possibilidade de fugir, sabendo que os filhos seguiriam amparados. Como evidenciava a fala da avó de Jacobs à neta, ao desconfiar de sua intenção de fugir: “Ninguém respeita a mãe que renega os filhos; se você os abandonar, nunca mais terá um momento feliz. Se for embora, vai me deixar arrasada pelo pouco tempo que ainda tenho de vida”²² (BRENT [JACOBS], 1861, p. 139).

Ao fugir, Jacobs carregaria consigo a dor do abandono acrescida da dor do rompimento das expectativas da maternidade, o que fundamentou sua resiliência em permanecer meses escondida num sótão exposto às variantes do tempo, com reduzida alimentação e limitada capacidade de movimentação, enquanto assistia seus filhos crescerem

²⁰ No original: “Robert was finally sold by the reverend gentleman to the man who was acknowledged by all to be his father. It was expected by all that his father would emancipate him; but in this both Robert and his friends were disappointed.”

²¹ No original: “Southern women often marry a man knowing that he is the father of many little slaves. They do not trouble themselves about it. They regard such children as property, as marketable as the pigs on the plantation; and it is seldom that they do not make them aware of this by passing them into the slave-trader's hands as soon as possible, and thus getting them out of their sight.”

²² No original: Nobody respects a mother who forsakes her children; and if you leave them, you will never have a happy moment. If you go, you will make me miserable the short time I have to live.

pelas frestas das paredes. Mesmo depois de deixar a fazenda e fugir só, Jacobs trabalhou obstinada para comprar a liberdade de seus filhos. E somente uma amiga, uma pessoa branca, conseguiu fazer isso por ela. Ao fim de sua narrativa, ela ressaltava que seu sonho de reavê-los ainda estava por se realizar, pois não tinha condições financeiras de morar com seus filhos em uma casa própria. Esse desfecho transpunha para o leitor, que acompanhou toda a história da mãe obstinada (mas não imobilizada), parte da angústia da narradora.

O caso de Jacobs, assim como de muitas outras mulheres negras, era de uma mãe com filhos frutos do abuso sexual do proprietário. Contudo, relacionamentos de pessoas negras também circulam em outras narrativas. Segundo algumas delas, os casamentos entre negros nos Estados Unidos era uma instituição pouco recorrente, sem pressão da Igreja ou do Estado, acreditamos que tal estratégia era uma forma de abrir brecha para maior domínio do explorador, facilitando as possibilidades de venda e separação das famílias negras, ao mesmo tempo em que desumanizava e desprezava seus sentimentos. Segundo Henry Bibb: “Não há casamento legal entre os escravizados do Sul; eu nunca vi nem ouvi tal coisa em minha vida e já passei por sete dos estados escravistas. Um escravizado que se casa de acordo com a lei é algo desconhecido na história da escravidão americana.”²³(BIBB, 1849, p. 38).

O fenômeno estadunidense se diferenciava de casos relatados pela historiografia brasileira, onde, segundo Robert Slenes, “Os senhores médios e grandes de Campinas não só olhavam com favor, mas também incentivavam o casamento religioso de seus escravos”²⁴. A observação do historiador é referente ao período posterior a 1840, contudo o historiador afirma a possibilidade de isso ser recorrente em períodos precedentes, sendo que a maioria dos casamentos ocorriam nas cidades, nas igrejas matrizes, e não nas propriedades da zona rural. (SLENES, 2011, p. 101-102). Segundo Hebe Mattos de Castro (2017), frequentemente, a oficialização dos matrimônios permitiu a procura da justiça para a luta em prol da manutenção da família unida e interferência jurídica nas vendas.

É recorrente que narrativas de escravizados tomassem um tom de heroísmo pautado na defesa da masculinidade negra (SCHERMERHORN, 2020, p. 13-14.). De diversas formas, essa estratégia transformava as mulheres e crianças em objetos a serem salvos. Nesse sentido, há diversos relatos colhidos por William Troy, assim como a narrativa de Henry Bibb, que seguem essa linha do protagonismo masculino, com histórias de homens que fugiram e mantiveram acesa a esperança de conseguir resgatar suas esposas escravizadas ou que as

²³ No original: “There is no legal marriage among the slaves of the South; I never saw nor heard of such a thing in my life, and I have been through seven of the slave states.”

²⁴ Por ser uma citação, mantemos o termo original usado na tradução da obra publicada. (SLENES, 2011, p. 101).

levaram consigo, apresentando-se como responsáveis pela fuga. Bibb, por exemplo, voltou diversas vezes para tentar auxiliar na fuga da primeira esposa (Malinda) e filha (Mary Frances), porém sem sucesso. Desistiu quando foi definitivamente separado da família, perdendo o rastro do destino delas.

Ainda assim é de se destacar os relatos sobre mulheres negras que ousaram fugir, sozinhas ou acompanhadas de seus maridos, com todos os filhos ou parte deles, para estados nortistas ou para o Canadá. Elas relataram que seus proprietários acreditavam na improbabilidade da saída das mulheres negras do cativeiro e desafiavam sua coragem de viver em liberdade. A Sra. Sarah Jackson, por exemplo, relatou que seu proprietário e familiares descreditavam que a escravizada iria embora, mesmo se ele permitisse, tentando fazê-la acreditar que seria uma ação tola. Ainda assim, somente com o dinheiro da passagem, a escravizada partiu com seus três filhos para fora do país, deixando um irmão e uma irmã no cativeiro em Kentucky. (Sra. Sarah Jackson. In: DREW, 1856, p. 179-180).

Entre nossas fontes emergem diversas outras mulheres negras que se lançaram para conquistar a liberdade, como as entrevistadas por Drew: Harriet Tubman fugiu e depois voltou diversas vezes para auxiliar fugas coletivas; Sra. Elis declarou ter fugido com dois filhos; Sra. James Seward fugiu com o marido; uma senhora anônima declarou ter fugido sozinha (a Sra.--); Sra. Henry Gowens declarou que sua família inteira fugiu depois de ameaça de venda de sua mãe; Mary Younger fugiu sozinha e foi forçada a deixar os filhos na escravidão; uma senhora anônima, segundo Drew, bem conhecida em St. Catharines, declarou ter fugido da escravidão sozinha, depois se casou e, com medo da legislação, resolveu fugir com o marido para fora do país (DREW, 1856).

É possível perceber outras formas de resistência, além da fuga, adotada por mulheres negras e, nesse sentido, foi especialmente interessante notar cenas de embate direto delas com o escravizador. A senhora James Seward, por exemplo, narrou que a irmã: “costumava correr quando o mestre a chicoteava. Ele a manteve no trabalho com apenas o que ela podia pegar para amarrar nela por decência. Ele tirou o filho dela que tinha começado a andar, e o deu a outra mulher, mas ela foi e o pegou depois.”²⁵ (Sra. James Seward. In: DREW, 1856, p. 42). Ou seja, o castigo físico, a violência moral, psicológica e emotivas foram largamente usadas contra ela, porém não necessariamente despertava a reação esperada pelo escravizador: a submissão. A mulher se impôs sobre as mais condições mais cruéis. A mesma

²⁵ No original: “she used to run when master whipped her. He kept her at work with only what she could pick up to tie on her for decency. He took away her child which had just begun to walk, and gave it to another woman,-- but she went and got it afterward.”

senhora contou ainda que a irmã resistia aos castigos do proprietário, que tinha dificuldades em lidar com sua força: “Meu mestre não conseguia chicotear minha irmã quando ela estava forte. Ele esperou até que ela fosse confinada e, na segunda semana após o confinamento, ele disse: “Agora eu posso lidar com você, agora você está fraca”.²⁶(Sra. James Seward. In: DREW, 1856, p. 42).

O desgaste físico, após período de confinamento e outras formas de tortura, foi a forma escolhida pelo escravizador que já havia se utilizado de várias outras estratégias de “adestramento” de sua escravizada. Contudo, a mulher não cedia facilmente. Sua força e persistência evidenciava o quanto a escravização era uma condição imposta cotidianamente, em que a dominação era disputada diariamente e os indivíduos usavam as armas e estratégias que conseguiam para lutar por seus interesses.

No caso das narrativas colhidas por Wiliam Troy, os relatos das mulheres negras são curtos e, geralmente, são das esposas de homens que também cederam suas narrativas de vida. Além desses, também há casos em que os maridos narram suas experiências, indicando que a mulher chegara fugindo sozinha e encontrou-o em terras livres. Enquanto Benjamin Drew oferta tanto narrativas de mulheres desconectadas de uma respectiva figura masculina quanto mulheres casadas, e, assim como Troy, receberam menor atenção, com relatos curtos em relação aos dos homens. Se analisarmos a quantidade de obras individuais produzidas por homens negros nos Estados Unidos em comparação com o volume de narrativas publicadas de autoria feminina também percebemos uma grande desproporção, com textos maiores, fortalecendo as ações dos homens negros como heróis na luta contra sua própria escravização. Enquanto as mulheres negras, muitas vezes, foram simplesmente citadas quando conseguiram fugir e encontrar com seus companheiros em terras livres.

Além da evidente dificuldade de inserção feminina na imprensa e do forte patriarcado, talvez o número reduzido de relatos femininos também sustentasse a intenção de demonstrar que a escravidão mantinha, por um lado, mais mulheres presas e, por outro, um número significativo de homens arrasados emocionalmente pela separação. No próprio prefácio, escrito por Arthur Mursell, do livro *Hair-breadth Escapes from Slavery to Freedom*, percebe-se o protagonismo masculino das narrativas que se seguiriam: “Em Windsor [...] são irmãos chorando por suas irmãs ainda acorrentadas; e maridos orando por esposas e filhos ainda

²⁶ No original: “My master could not manage to whip my sister when she was strong. He waited until she was confined, and the second week after her confinement he said, “Now I can handle you, now you are weak.””

sob o açoite brutalizante.”²⁷ (MURSELL. In: TROY, 1861, p. viii-ix). O apelo levava o foco para os homens, ao mesmo tempo em que demonstrava a impotência da masculinidade negra em proteger sua família e denunciava a destruição dessa unidade, tida como sagrada pela cristandade.

A figura materna, em inúmeros casos, foi a principal estimuladora no universo religioso nas narrativas de escravizados/as. Como relata Troy: “Minha mãe fez de todos nós objeto de oração diária e, além disso, muitas vezes, nos falava de Deus e de sua bondade, a todos os quais eu prestava a mais profunda atenção”.²⁸ (TROY, 1861, p. 04). Não descartamos também a possibilidade de interesse de encaixar as mulheres negras no padrão da maternidade branca de responsável pelo repasse das virtudes cristãs para seus/as filhos/as. O universo religioso se mostrou fundamental para a maior parte (ou todas/os) as/os negros/as que conseguiram ascensão social no século XIX²⁹, tal esfera auxiliou na sustentação psicológica, na ligação a um grupo social (composto pelos membros da igreja) e foi um trampolim para esfera pública, quando muitos/as se tornaram pastores ou pregadores/as.

Embora a maioria das fontes (principalmente elaboradas por homens) não aborde a condição financeira das mulheres negras, William Troy contou uma experiência pessoal diferente das recorrentes histórias de submissão financeira das mulheres escravizadas. Sua mãe era uma mulher negra casada com um homem escravizado. Ela possuía significativa autonomia, com permissão para trabalhar na cidade. Assim, “Meu pai [...] pagou o valor de si mesmo pelas mãos de minha mãe. Uma nota fiscal foi passada para as mãos de minha mãe, tornando-o propriedade de minha mãe. Ela, no entanto, logo lhe deu os papéis da alforria”³⁰ (TROY, 1861, p. 03). Dessa forma, percebemos que sua mãe, uma mulher negra livre (que seguiu o ventre da mãe, uma mulher branca inglesa), foi quem possuía um trabalho remunerado capaz de comprar a liberdade do pai e foi a protagonista na libertação do marido.

A mãe de Troy era uma mulher livre, mas muitas mulheres escravizadas conseguiram trabalhar por aluguel e acumular algum pecúlio para si e sua família. No Brasil essa modalidade de trabalho é conhecida como “escrava de ganho” ou “ganhadeira” (DIAS, 1985); (SOARES, 1996). Ou seja, uma escravizada que trabalhava na residência ou na fazenda

²⁷ No original: “At Windsor [...] there are brothers weeping for their sisters still in chains; and husbands praying for wives and children yet beneath the brutalising lash.”

²⁸ No original: “My mother had made us all a subject of daily prayer, and beside she often told us of God and his goodness, to all which I paid the deepest attention.”

²⁹ Como: Maria W. Stewart, Sojourner Truth, Henry Highland Garnet, Alexander Crummell e Harriet Tubman.

³⁰ No original: “My father [...] and paid the value of himself through the hands of my mother. A bill of sale was passed into my mother’s hands, thus making him the property of my mother. She, however, soon gave him papers of manumission.”

de outra pessoa, que não era seu proprietário oficial, recebendo uma quantia repassada para o proprietário, com a permissão de, em muitos casos, embolsar parte da renda. Samuel Ward apontou em sua narrativa que sua mãe trabalhou dessa forma e pôde “reverter esse dinheiro ao benefício do filho e do marido:

[...] ela tinha permissão para fazer o que quisesse e ir para onde quisesse, desde que pagasse ao proprietário uma certa quantia anualmente. Ela encontrou amplos meios de fazer isso, por meio de sua energia, engenhosidade e economia. Minha mãe era uma boa financista (oh, se seu manto tivesse caído sobre mim!) Ela pagava o aluguel anual e embolsava um excedente, com o que fazia muito para aumentar o conforto de seu marido e de seu filho doente.³¹ (WARD, 1855, p. 14).

Na passagem acima percebe-se que Ward destacou o reconhecimento da esfera de autonomia criada pela mãe/mulher negra tanto no quesito da mobilidade quanto financeira. As ações da mulher dentro da família foram importantes no cuidado e sobrevivência do filho doente, além do bem-estar do marido. As habilidades dela não se resumiram ao meio doméstico ou ao padrão de feminilidade geralmente pregado no século XIX. Anne Ward foi reconhecida pelo filho por sua “energia, engenhosidade e economia”, principalmente no que se refere ao manejo das diversas esferas da vida. Em passagens subsequentes, delicadeza ou subserviência esvaem-se por completo das características que a definem. O tema ganha maiores proporções, especialmente, quando Anne chega em casa e toma conhecimento de que seu marido fora brutalmente espancado pelo proprietário. Ela toma a dianteira e, nas palavras de Samuel, se expressa fortemente contra os agressores. Sua reatividade foi vista como insolência inadmissível. Nas palavras de Samuel Ward:

[...] essa Anne Ward de fala livre deve ser levada a enfrentar os maiores rigores da instituição doméstica. Ela deveria ser açoitada? Isso era questionável. Ela nunca havia sido chicoteada, exceto, talvez, por seus pais; ela estava agora com trinta e três anos - bastante tarde para o início do adestramento; ela pesava 83,5 quilos; ela era forte o suficiente para chicotear um homem de tamanho normal; ela tinha tanta força de vontade quanto de mente; e o que não diminuiu a estranheza do caso foi que ela deu as mais inconfundíveis evidências de "resistência bastante alta", no caso de um ataque.³² (WARD, 1855, p. 16).

³¹ No original: [...] she was permitted to do what she pleased, and go where she pleased, provided she paid to the estate a certain sum annually. This she found ample means of doing, by her energy, ingenuity, and economy. My mother was a good financier (O that her mantle had fallen on me!) She paid the yearly hire, and pocketed a surplus, wherewith she did much to add to the comforts of her husband and her sickly child.

³² No original: “[...] this free-speaking Anne Ward must be made to fell the greater rigours of the domestic institution. Should she be flogged? that was questionable. She never had been whipped, except, perhaps, by her parents; she was now three-and-thirty years old--rather late for the commencement of training; she weighed 184 lbs avoirdupoise; she was strong enough to whip an ordinary-sized man; she had as much strength of will as of mind; and what did not diminish the awkwardness of the case was, she gave most unmistakeable evidences of "rather tall resistance," in case of an attack.”

No trecho percebemos que Anne não possuía histórico de ter sido espancada (como forma de castigo), ela era uma mulher adulta e seu tamanho intimidou os capatazes. Apesar de representar uma ameaça para todas as fazendas escravistas ao redor, seu castigo físico foi descartado, tendo em vista também sua demonstração de resistência. A decisão do escravagista foi pela venda, adiada somente pela situação de saúde do filho de Anne (Samuel), que ainda possuía somente dois anos. A ameaça da venda reforçou as forças dela em busca de alternativas. Com o tempo, a criança se recuperou das doenças e a necessidade de estratégia para escapar da venda se tornou mais urgente. Assim, a matriarca planejou toda a fuga da família e teve ainda o trabalho de convencer o companheiro a acompanhá-la.

Nesse sentido, é perceptível as tentativas de Ward evidenciar as qualidades e protagonismo da mãe em sua própria história, ela foi representada como fonte de identificação e inspiração. Ele qualificava os pais com características que fugiam das normas tradicionais de gênero e raça, reiterando a determinação e a busca pela concretização de seu anseio pela liberdade e pela manutenção da família unida (elementos questionados na época para pessoas negras, como nos discursos do racismo científico). E desconstruía diversos estereótipos de gênero, qualificando a mãe em suas qualidades intelectuais (especialmente, sua capacidade estratégica, de planejamento, de finanças, de gestão e cuidado da família), seus atributos físicos e suas ações práticas. Enquanto o pai dispunha de atributos mais emotivos. Assim, a união deles representava uma família que se completava: a alegria do pai e a força e determinação de sua mãe (WARD, 1855, p. 18)

Segundo Angela Davis, o período era caracterizado pelo avanço de ideais de feminilidade, disseminados por revistas e romances, que reforçavam o papel doméstico da mulher, enquanto “mãe” e “dona de casa”, o que era aplicável às mulheres brancas com maiores posses. Ainda assim, essa ideologia representava uma inferioridade em relação aos homens. Para a pesquisadora, tais ideologias não eram estendidos ou aplicáveis à comunidade escravizada especialmente tendo em vista as condições econômicas em que estava inserida. (DAVIS, 2016, p. 25). Contudo, acreditamos aqui que as mulheres negras não se encaixavam nesses padrões porque elas desempenhavam papéis sociais e atividades econômicas que eram incompatíveis com essa ideologia da feminilidade. Elas não somente trabalhavam – na fazenda ou como negras de ganho – como também agiam e mediavam conflitos dentro da comunidade negra e, em muitos casos, entre negros/as e proprietários, como narrou Ward, além de Linda Brent/Harriet Ann Jacobs, Louisa Picquet, entre outras/os.

Em sentido diferente da maioria das outras narrativas de escravizados/as, há a trajetória da ex-escravizada Louisa Picquet, narrada ao Reverendo Hiram. A obra abordava a experiência de uma mulher que nasceu na escravidão, oriunda de família negra, mas que não possuía os traços característicos da raça. Uma mulher de aparência branca e bochechas rosadas destoava do padrão dos/as escravizados/as e suas experiências seriam atravessadas por essa incoerência. Ela seria acusada de mentir sobre sua procedência e suas intenções. Após conquistar sua liberdade, se viu na incapacidade de conseguir, através do trabalho doméstico, juntar o dinheiro necessário para comprar a liberdade da mãe. Ela decidiu percorrer o país em busca de levantamento de fundos para a compra. Dessa forma, o foco da narrativa é em suas viagens (outro tema pouco recorrente para mulheres no século XIX). Louisa precisava reunir uma quantia inacessível a uma empregada doméstica: mil dólares. Então, percorreu diversos estados, com um livro de assinaturas que constava declarações sobre a confiabilidade de sua história e os valores doados. Porém, mesmo com todos os esforços e muitas viagens, até a publicação da obra, ela não havia conseguido completar o dinheiro necessário. A publicação da narrativa terminava com o apelo para que o público ajudasse com doações. A estratégia deu certo e a obra adicionou uma nota sobre sua conquista.

Picquet teve experiências diferenciadas em seu momento histórico, narrou seus próprios feitos, sua capacidade de circulação, de movimentação de contatos e a habilidade discursiva em um contexto extremamente avesso a tais liberdades para as mulheres. Sua narrativa traz um protagonismo, muitas vezes, difícil de captar para as mulheres não-brancas no século XIX, em meio ao sistema escravista, patriarcal, racista e classista. Ela ressalta sua determinação em busca da acumulação de um bem que não fora previsto para sua raça, classe e gênero: o capital. Sua constituição biológica limitava a possibilidade de sucesso de seu objetivo, fazendo com que a caridade fosse o único dispositivo que poderia ser acionado como estratégia dentro do jogo de poder existente. A imprensa fez o papel de catalizador, possibilitando essa, entre várias outras, alforrias no período.

Assim, destacamos aqui as diversas formas de ação das mulheres negras, em meio ao sistema extremamente adverso, que as atacou com indiscriminada violência, física e psicológica. Elas desempenharam as mais diversas tarefas, no meio doméstico e no campo, além de serem mães, avós, irmãs e cuidadoras de indivíduos envelhecidos, doentes e crianças. Em meio a tudo isso, elas ainda se organizaram, se articularam, em contato com pessoas diversas, planejando a sua própria fuga ou facilitando a fuga de terceiros, em prol de seus ideais e buscando outras formas de existência.

2.3 Limites da liberdade, ódio racial e outros tensionamentos

Nos estados do Norte, a movimentação contra a escravidão crescia continuamente, muitos brancos se juntavam a negros/as libertos/as reforçando a luta através de palestras, pregações, publicações de livros, panfletos e jornais. Suas atividades, em consonância com ideais morais e religiosos, conseguiram reconhecimento pelas legislaturas estaduais, que passaram a produzir políticas de emancipação gradual, até sua emancipação geral nas primeiras décadas do século XIX. Sulistas que apoiavam a abolição eram impelidos a migrar para poder se juntar ao movimento diretamente, como as irmãs Angelina e Catharine Grimké.

Gradativamente, o Norte foi se tornando um referencial de liberdade para muitos/as escravizados/as fugidos/as das *plantations* do Sul. A diferença de legislação entre os estados a respeito da legalidade da escravidão gerou inúmeras disputas entre abolicionistas e escravagistas sobre o estatuto do/a fugitivo/a e de sua prole nas terras livres, sendo que, nas legislações escravistas, os indivíduos herdavam a condição da mãe, independente da condição do pai, portanto, caso a mulher fosse escravizada, os filhos também seriam. Em terras onde a escravidão era proibida por lei: Qual seria o estatuto da fugitiva? E, conseqüentemente, dos(as) filhos(as) dessa fugitiva? E se nascessem filhos no estado livre? Como demonstra Samuel Ward em sua narrativa, no nível da legislação sulista, a fugitiva permanecia na condição de escravizada, assim como seus descendentes; mas, na prática, se a fiscalização não apreendesse ou se caçadores de escravizados fugidos não os alcançasse, a vida era mais complexa. Ward e sua família seguiram vivendo em liberdade em Nova Jersey (quando o estado ainda não havia deixado de ser totalmente escravista), vivendo sob instabilidade:

Do jeito que estava, éramos todos sujeitos a qualquer momento a ser capturados, escravizados e reescravizados – primeiro, porque tínhamos sido roubados de nossa liberdade; então, porque nossos ancestrais foram roubados da mesma maneira; e, em terceiro lugar e de forma conclusiva, na lei, porque éramos negros americanos.
³³(WARD, 1855, p. 11-12).

Ward evidencia em sua fala que mesmo em “terras livres” os negros(as) não teriam igualdade para com os brancos. A imprensa abolicionista denunciava cotidianamente as dificuldades de trabalho, moradia, alimentação, educação e saúde da população negra nortista.

³³ No original: “As it was, we were all liable at any time to be captured, enslaved, and re-enslaved--first, because we had been robbed of our liberty; then, because our ancestors had been robbed in like manner; and, thirdly and conclusively, in law, because we were black Americans.”

A imprensa abolicionista e a antiescravista usava tais situações para clamar por ações coordenadas para melhoramento dessas condições. Enquanto a imprensa pró-escravista e moderada usava essas situações para fortalecer discursos sobre a necessidade da tutela dos negros pelos brancos e fortalecer a ideia de incapacidade intelectual e financeira de organizarem suas próprias finanças.

Nesse sentido percebe-se a configuração de diversos tipos de racismo, desde a exclusão física até discursos mais sutis que justificavam a permanência da hierarquia racial. Para compreender as diversas formas como o racismo se desdobrou sobre as populações negras partiremos das reflexões de Grada Kilomba, que chama a atenção para a necessidade de pensar o racismo cotidiano:

O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo não é um ataque único” ou um evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma exposição constante ao perigo”, um padrão contínuo de abuso”, que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família. (KILOMBA, 2019, p. 80)

Conforme a citação acima, destacamos o quanto o racismo pode ser capilarizado, adentrando diversas camadas de sentidos em variados espaços cotidianamente. O jornal editado pela africano-americana Mary Shadd, *Provincial Freeman*, evidenciava o tratamento diferenciado dos/as negros/as americanos/as impossibilitados/as de se inserirem na sociedade, mesmo depois de libertos/as. O conhecimento de história mundial fez a editora perceber que era uma condição contrastante com a de outras formas de trabalho compulsivo, em especial, a situação dos servos russos que não encontravam um impeditivo físico que funcionasse como estigma na vida em liberdade. Assim, em terras americanas, a cor tornava-se elemento central de diferenciação:

[...] quando o escravizado se torna um homem livre, a cor é um obstáculo ao seu progresso. Na Rússia, quando o servo se torna livre, ele imediatamente assume uma posição junto com a classe para a qual é promovido; enquanto, nos Estados Unidos, como a cor não pode ser removida, um preconceito fulminante o persegue constantemente.³⁴ (*The Provincial Freeman*, 20 de janeiro de 1854).

Como denunciava Shadd na passagem acima, nos estados livres, o racismo seguia os ex-escravizados e seus descendentes após a liberdade, de forma intensa e explícita, proibindo-os/as de frequentar diversas faculdades, escolas e igrejas, além de restringir o acesso

³⁴ No original: “when the slave becomes a freeman, the color is a bar to his progress. In Russia, when the serf becomes free, he at once takes a position along with the class to which he is promoted; while, in the States, as the color cannot be removed, a withering prejudice constantly pursues him.”

a uma série de trabalhos ou direitos civis. Nesse sentido, Shadd chamava a atenção para discutir as formas de violência sustentadas na raça que recaiam sobre a população negra já no século XIX, trazendo muitas questões que seriam popularizadas posteriormente nos movimentos pós-abolição e movimentos civis da década de 1960.

A intelectual Lélia Gonzalez, nos anos 1980, qualificou o racismo dos EUA como um racismo aberto e destacou que essa forma de violência gerava nos oprimidos um senso de grupo, uma identidade racial. (GONZALEZ, [1988], 2018. p. 326). Dessa forma, os negros se organizavam e lutavam ardentemente contra a escravidão e às limitações impostas. Enquanto, os pró-escravistas resistiam ferozmente às suas tentativas. As instituições negras se multiplicavam e tornavam-se foco desses conflitos.

A década de 1830 registrou inúmeros acontecimentos explosivos contra a população de cor. Em 1832, a Filadélfia (Pensilvânia) já registrava 50 sociedades benevolentes voltadas para afro-americanos. Em 1834, um grupo de cidadãos brancos se levantou e queimou empresas e residências negras, especialmente as mais prósperas. Nesse conflito, um homem foi agredido até a morte. As publicações abolicionistas também não foram poupadas. Em 1835, brancos atiraram uma caixa de livros abolicionistas no rio Delaware. E, mesmo com toda essa violência, em 1837, o número das sociedades benevolentes chegava a quase o dobro de 1832, e abarcava mais de 80% dos negros. Em 1838, a Sociedade Americana Antiescravista organizou uma manifestação, que despertou novamente a ira da população branca, que cercou a reunião no Pennsylvania Hall, recém-construído na época, e as autoridades da cidade se recusaram a intervir, mesmo depois de queimarem o prédio. Dalí a multidão seguiu para atacar um abrigo de órfãos de cor e uma igreja de mesmo público. (HETRICK, 2013, p. 127).

Em Connecticut, estado que iniciou a abolição gradual em 1794 e a aboliu definitivamente em 1848, o racismo também tomava formas físicas extremas. Em 1831, por exemplo, Arthur Tappan, empresário americano, filantropo e abolicionista, planejou abrir e financiar uma escola para negros na cidade de New Haven, junto ao Reverendo Jocelyn. Habitantes da cidade se levantaram contra a empreitada, o prefeito convocou uma reunião pública e reuniu vereadores, conselho comum e homens livres da cidade. A decisão final da reunião foi de resistir, coletivamente, ao estabelecimento do colégio por todos os meios legais. Em vista disso, os planos de Tappan foram abandonados. (WILLIAMS, 2014, p. 54).

Pouco depois, no outono de 1832, Prudence Crandall, membra da igreja batista e professora já conhecida, comprou uma casa para o estabelecimento de uma escola para meninas em Canterbury, também no estado de Connecticut. Uma menina negra solicitou a admissão e

teve sua candidatura contestada pelos moradores da cidade e pelos pais das crianças matriculadas na escola. Porém, Crandall estava determinada a admitir a garota e assim o fez. A reação dos pais foi de resistência, retirando todos os outros alunos da escola. A instituição fechou por um tempo e, em 2 de março de 1833, reabriu como uma escola exclusivamente para meninas negras. (WILLIAMS, 2014, p. 54).

A interferência do abolicionista William Lloyd Garrison foi crucial para reverter esse quadro, anunciando sobre a escola em seu jornal, *Liberator*. Pouco depois, a escola conseguiu preencher suas vagas. (WILLIAMS, 2014, p. 54). Mas a resistência da população branca não cessou, tornando a existência da escola alvo de inúmeras críticas e de vandalismos contra Crandall, contra as alunas e contra a integridade física da escola. Andrew T. Judson, deputado e depois juiz federal, intimidou Crandall afirmando se preocupar com o valor dos imóveis na cidade por possuir uma escola para pessoas de cor. E, de forma categórica, afirmou ao pastor abolicionista branco Samuel May (que se colocou em defesa de Crandall):

Sr. May, não nos opomos apenas ao estabelecimento dessa escola em Canterbury; queremos dizer que não haverá tal escola em nenhum lugar do nosso Estado. As pessoas de cor nunca podem sair de sua condição servil em nosso país; eles não deveriam ser autorizados a ascender aqui. Eles são uma raça inferior de seres, e nunca devem ser reconhecidos como iguais aos brancos. A África é o lugar para eles. Sou a favor do esquema de colonização. Que os negros e seus descendentes sejam enviados de volta à sua pátria; e ali melhoram-se tanto quanto podem, e civilizam e cristianizam os nativos, se puderem. Eu sou um colonizador.³⁵ (MAY, 1869, s/ pag.)

Como explicitado acima, o deputado era contra o melhoramento da situação dos negros/as, bem como toda a agenda abolicionista, defendendo o envio deles para a África. Ele defendia que a posição de subalternidade era a única aceitável para a raça (vista em seus termos biológicos e sociais, semelhantes ao racismo científico da época). Dessa forma, cabe destacar que o antiescravismo, nesse caso e em muitos outros, também era um posicionamento anti-negro, ou seja, contra a escravidão e, também, contra a permanência de pessoas negras nos estados livres.

O caso de Crandall ainda teve continuidade, cidadãos brancos conseguiram apelar ao legislador estadual e conseguiram aprovar uma lei que tornava uma contravenção estabelecer qualquer escola ou instituição literária para a educação de pessoas de cor no Estado. A

³⁵ No original: "Mr. May, we are not merely opposed to the establishment of that school in Canterbury; we mean there shall not be such a school set up anywhere in our State. The colored people never can rise from their menial condition in our country; they ought not to be permitted to rise here. They are an inferior race of beings, and never call or ought to be recognized as the equals of the whites. Africa is the place for them. I am in favor of the Colonization scheme. Let the niggers and their descendants be sent back to their fatherland; and there improve themselves as much as they may, and civilize and Christianize the natives, if they can. I am a Colonizationist."

aprovação desta lei foi comemorada na cidade com o disparo de canhões e toque de sinos. Com base nas disposições, Crandall foi presa no dia 27 de junho e, em agosto, foi julgada no tribunal do condado e condenada. Ao descobrir os fatos, Arthur Tappan financiou a defesa de Crandall. O caso chegou até a Suprema Corte estadual, que definiu que não havia crime na existência da escola. Assim, a escola seguiu funcionando, sob diversos atos de vandalismos, até que uma parcela da população ateou fogo na instituição e fez Crandall decidir fechar a escola, em 9 de setembro de 1834. (WILLIAMS, 2014).

A década de 1830 foi marcada por diversas violências e pela radicalização em relação ao posicionamento frente a abolição. Abolicionistas e antiescravistas se distinguiram, cada vez mais, em relação às ações políticas que deveriam ser adotadas para a consolidação de uma emancipação geral. Alguns eram adeptos da emancipação geral, imediata e irrestrita – como William Lloyd Garrison ou Frederick Douglas; outros eram a favor de um processo gradativo; e outros defendiam somente possibilidades de emancipar escravizados, sem intervir no sistema escravista. Os primeiros são conhecidos na historiografia como abolicionistas imediatistas, os demais como antiescravistas. Com essa diversificação, uma imensa quantidade de problemas era colocada, como: qual/como deveria ser o destino dos negros libertos? Deveriam permanecer no país ou deveriam ser segregados? Seria possível uma emigração em massa para fora do país? No caso de uma emancipação lenta e gradativa, os libertos poderiam permanecer próximos de escravizados, sem oferecer ameaça aos brancos? Haveria necessidade (ou não) de uma transição para a vida/trabalho em liberdade? Deveria haver agentes responsáveis por inseri-los nessa vida em liberdade?

Na leitura do historiador Edward Baptist, a busca pela melhoria das condições dos/as negros/as era uma luta vã, uma vez que as violações às vidas desses indivíduos era uma constância nos Estados Unidos, e não uma exceção ou um infortúnio. Além dos costumes, destacou que muitos nortistas possuíam grandes investimentos nas *plantations* do Sul, apesar de habitarem em estados livres. Demonstrou que a partir de bancos, como o B.U.S. (Banco dos Estados Unidos), muitos nortistas e europeus conseguiram participar do sistema de crédito que financiava a expansão da escravidão para o Oeste. (BAPTIST, 2013). Assim, a luta contra a escravidão encontrava resistência entre beneficiários do sistema residentes no Sul e no Norte, além de investidores britânicos, todos interessados na continuidade e crescimento da instituição.

Em 1850, a aprovação da Lei do Escravo Fugitivo, segundo o abolicionista negro Samuel Ringold Ward, evidenciaria esse sentimento pró-escravista existente no Norte. A lei permitia que escravistas enviassem caçadores para capturar negros/as que fugiram para terras

livres, impondo multa (de mil dólares) aos que lhes oferecesse auxílio e obrigando os estados livres a oferecer ajuda nas buscas. A legislação foi aprovada no Senado, onde havia senadores do Norte e do Sul, na Câmara dos Representantes, com maioria de representantes do Norte, e foi assinada pelo presidente Millard Fillmore (também nortista, de Nova York). (WARD, 1855, p. 108). Ou seja, havia grande apoio a interesses pró-escravistas em postos de poder no Norte, que não pouparam esforços para garantir a expansão de direitos escravistas.

Samuel Ward afirmou que a escravidão era abertamente defendida por muitos nortistas, demonstrando em sua narrativa que não havia unanimidade em relação à defesa da abolição da escravatura no Norte, sequer entre os religiosos. Ele destacou que “Os oradores do púlpito do norte defendem a escravidão com base na Bíblia, no Antigo Testamento e no Novo; e isso não é verdade para um aqui e ali apenas, é assim para os mais eruditos, os mais distintos deles, de todas as denominações”³⁶ (WARD, 1855, p. 63). Ward apontou ainda que sociedades com fins beneficentes suprimiam ou silenciavam-se a respeito de denúncias da escravidão. Suas ações beneficiavam o funcionamento da própria instituição escravista:

[...] todo o mecanismo das sociedades benevolentes é estruturado, montado e mantido em funcionamento, não apenas para não interferir na escravidão, mas para favorecê-la. A American Tract Society não apenas não publica nenhum tratado contra a escravidão, como favorece esse sistema abominável de duas seguintes maneiras: - 1. Se uma obra inglesa que eles republicam contém uma linha que desacredita a escravidão, mesmo que indiretamente, ela é retirada ou alterada de modo a perder sua força naquela direção específica. A censura de "Gurney on the Love of God" é notória. 2. Eles se recusam a publicar um tratado sobre o assunto [...].³⁷(WARD, 1855, p. 64).

Ward listava diversas sociedades com inclinação à defesa pró-escravista ou silenciamentos dos discursos abolicionistas, tais como: a Sociedade Americana de panfletos (American Tract Society), a Sociedade Americana de Bíblia (American Bible Society), a União Americana da Escola Dominical (American Sunday-school Union), o Conselho Americano de Comissários para Missões Estrangeiras (American Board of Commissioners for Foreign Missions), incluindo as diversas vertentes religiosas, de todas as denominações, das quais

³⁶ No original: “Northern pulpit orators defend slavery from the Bible, the Old Testament and the New; and this is not true of one here and there only, it is so of the most learned, most distinguished of them, of all denominations.”

³⁷ No original: “all the machinery of the benevolent societies is so framed, and set, and kept at work, as not only not to interfere with slavery, but to pander to it. The American Tract Society not only publishes no tract against slavery, but they favour that abominable system in the two following ways:--1. If an English work which they republic has a line in it discountenancing slavery, however indirectly, it is either taken out, or so altered as to lose its force in that particular direction. Their emasculation of "Gurney on the Love of God" is notorious. 2. They refuse to publish a tract on the subject [...].”

excluiu somente os *quakers* e os “Batistas de Livre Arbítrio”³⁸. Além desses, professores de teologia e alguns clérigos também demonstravam apoio à escravidão.

O abolicionista apontava que um sexto de todos os proprietários de escravizados pertencia a seitas metodistas, batistas, episcopais e presbiterianos. Configurando, portanto, uma presença significativa nas igrejas. A tentativa de acordos com eles era, em sua opinião, a principal causa que distanciava as instituições religiosas do antiescravismo ou do abolicionismo. Oficialmente, as igrejas tentavam evitar o assunto para que tais membros não se sentissem ofendidos, assim, a escravidão seria vista somente como um aspecto da vida dos escravistas, recebendo o perdão por seguirem as doutrinas religiosas em outros assuntos.

Ward também fazia uma análise política alarmante, observando que o Norte estava dividido em dois grandes partidos político desde fins da década de 1830, os quais possuíam membros sulistas que exerciam alto controle sobre o encaminhamento de suas ações. Em sua perspectiva, os abolicionistas sabiam que a distribuição dos melhores e mais altos cargos eram concedidos aos sulistas, que recebiam quantidade de poder desproporcional, utilizado para garantir os interesses pró-escravistas. Tal poder convergia para que os agentes diplomáticos do país fossem sulistas (em sua maioria, pró-escravistas). Assim, “antes que um homem do Norte pudesse ser qualificado para qualquer cargo de honra na nação, ele deveria provar que sempre esteve inteiramente livre da menor mancha de abolicionismo”.³⁹(WARD, 1855, p.73-74). Os abolicionistas sabiam, portanto, que votar em qualquer um dos partidos políticos significava a mesma coisa: o fortalecimento do escravismo. (WARD, 1855, p.74).

No cotidiano, são diversos os relatos de negros(as) fugidos que encontraram inúmeras dificuldades para se integrar à sociedade, tanto no Sul quanto no Norte. A Sra. Colman Freeman, fugida da escravidão, destacava a complicada situação de abandono sentida por negros(as) em estados nortistas, principalmente quando oriundos de outros estados. Ela afirmou:

Morei dez anos em Ohio, pois me casei lá, - mas viveria tanto nos Estados escravistas quanto em Ohio. Nos Estados escravistas eu, às vezes, tinha proteção de pessoas que me conheciam – não tinha nenhuma em Ohio. Eu entendo que as leis são melhores em Ohio agora do que eram naquela época. (MRS. COLMAN FREEMAN. In: DREW, 1856, p. 332-333).

A Sra. Ellis, também fugida da escravidão, e residente no Canadá, reconheceu que nos estados do norte dos EUA, os negros poderiam acessar determinados espaços que lhes

³⁸ Free-Will Baptist era uma denominação religiosa específica, que remonta ao século XVII.

³⁹ No original: “that ere a Northern man could be qualified for any post of honour in the national gift, he must prove himself to have been always entirely free from the least taint of abolitionism, [...]”.

permitiriam ascensão econômica e social, porém a instabilidade da liberdade ainda era um problema incontornável. Ela relatava: “poderia ter um de meus filhos bem-educado e cuidado por alguns amigos em Massachusetts, o que me aliviaria muito, mas não posso deixar meu filho ir para lá por causa das leis, que não os protegeriam.”⁴⁰ (Sra. Ellis. In: DREW, 1856, p. 44). Ou seja, a ausência de leis que protegessem os/as negros/as (especialmente contra a escravidão ou às diversas formas de discriminação) era capaz de estimular a emigração e a permanência de novas gerações em outro país.

As limitações da liberdade para os livres ou libertos ainda eram inúmeras na primeira metade do século XIX, adentrando a década de 1850. Em estados livres, como Pensilvânia e Indiana, desestimulavam a fixação dos negros(as), negando-lhes diversos direitos, como direito ao voto, a tratamento igual perante a lei e a frequentar escolas públicas. O abolicionista Ward, fugido da escravidão, afirmava:

Mas a impudência fria e a covardia de negar a um negro uma vaga na maioria de suas faculdades, academias, instituições literárias e científicas, de um extremo a outro da república; e, da mesma maneira, excluindo-o da maioria das profissões e comércios lucrativos e honrados, condenando-o a ser um mero "cortador de lenha e carregador de água" - desencorajando todos os esforços que ele faz para se elevar – e então declarando o negro ser natural, moral, intelectual ou socialmente inferior ao branco - não tem paralelo nem existência fora daquela sede de injustiça para com o negro, os Estados Unidos da América.⁴¹ (WARD, 1855, p. 88).

A limitação da liberdade de expressão, da circulação de escritos ou quaisquer atos que pudessem incitar negros/as também eram regulados pelos estados. Como no caso dos Estatutos revisados da Louisiana, que previa pena de 3 a 20 anos para aqueles que fossem condenados em tribunal por tal tipo de conduta, podendo ser condenado, até mesmo, à morte. Nas palavras de Troy:

Todo aquele que fizer uso da linguagem em qualquer discurso público no bar, no banco, no palco, no púlpito ou em qualquer lugar; ou quem fizer uso da linguagem em discursos ou conversas particulares, ou usar sinais ou ações que tenham tendência a produzir descontentamento entre a população de cor livre deste Estado, ou a incitar a insubordinação entre os escravos; ou qualquer pessoa que conscientemente seja instrumental em trazer para este Estado qualquer papel, panfleto ou livro, tendo a tendência acima mencionada, deverá, em caso de condenação, perante qualquer

⁴⁰ No original: “I could have one of my children well brought up and taken care of, by some friends in Massachusetts, which would much relieve me,--but I cannot have my child go there on account of the laws, which would not protect her.”

⁴¹ No original: “But the cool impudence, and dastardly cowardice, of denying a black a seat in most of their colleges and academies, and literary and scientific institutions, from one end of the republic to the other; and, in like manner, shutting him out of most of the honourable and lucrative trades and professions, dooming him to be a mere "hewer of wood and drawer of water"-- discouraging every effort he makes to elevate himself-- and then declaring the Negro to be naturally, morally, intellectually, or socially, inferior to the white--have neither parallel nor existence outside of that head-quarters of injustice to the Negro, the United States of America.”

tribunal de jurisdição competente, sofrer prisão por trabalhos forçados não inferior a três anos, nem superior a vinte e um anos; ou morte, a critério do tribunal.⁴² (TROY, 1861, p. 32).

Segundo Ira Berlin, a legislação dos vários estados tornou-se progressivamente mais rígida em relação aos negros ao longo do século XIX, muitas vezes tratando de forma semelhante juridicamente livres e escravizados. Na maior parte dos espaços foram desprovidos de direitos políticos, tiveram sua circulação limitada, proibidos de testemunhar contra brancos e poderiam receber punições com chicote. (BERLIN, 1974, p. 97). Conforme Franklin e Moss Jr., as medidas contra a liberdade afetaram a taxa de crescimento da população livre, mas ainda assim a população livre não deixou de aumentar. Em 1830, registravam 319.000 e, em 1860, subiram para 488.000, sendo que 44% deles viviam nos estados sulistas atlânticos e 46% nos estados do Norte. (FRANKLIN & MOSS Jr, 1989, p. 156). Ou seja, ainda havia certo equilíbrio dessa população entre estados livres e escravistas, em ambos os espaços pressionando a discussão sobre a sua presença e seus direitos.

Desta forma, é importante perceber o clima de tensão que as legislaturas estaduais assumiam em relação a ameaça à escravidão, especialmente, na década de 1850. Os estados que adotavam o discurso do trabalho livre, muitas vezes, possuíam uma população que não estava conjecturando a aceitação da existência de corpos negros nos mesmos espaços de educação, religião ou saúde. As possibilidades para a formação de uma classe negra livre foram, em muitos casos, tomadas pelos libertos, em constante negociação com brancos. Em todos os lugares, havia diversos limites ao desfrute dessa liberdade, incluindo variadas formas de manifestação de um ódio racial e outros tensionamentos que se desdobravam em atos fisicamente e moralmente violentos sobre a população negra.

⁴² No original: "Whosoever shall make use of language in any public discourse from the bar, the bench, the stage, the pulpit, or in any place whatsoever; or whoever shall make use of language in private discourses or conversations, or shall make use of signs or actions having a tendency to produce discontent among the free coloured population of this State, or to excite insubordination among the slaves; or whosoever shall knowingly be instrumental in bringing into this State any paper, pamphlet, or book, having such tendency as aforesaid, shall, on conviction thereof, before any court of competent jurisdiction, suffer imprisonment at hard labour not less than three years, nor more than twenty-one years; or death, at the discretion of the court."

3 PROTAGONISMO E FUGA DE NEGROS/AS DA ESCRAVIZAÇÃO

3.1 O Avanço dos(as) negros(as): imprensa e outros meios públicos

Na primeira metade do século XIX, negros e negras acessaram meios públicos das mais diversas formas. Eles(as) agiram tanto em conjunto com ativistas brancos quanto separadamente, ofertando palestras; coletando doações para compra de alforrias; organizando Convenções; publicando narrativas, panfletos, sermões e jornais; criando e mantendo sociedades e sistemas que poderiam acolher negros(as) fugitivos(as); entre outras possibilidades. Alguns(as) dominavam a escrita e outros(as) tiveram auxílio de pessoas brancas para escrever suas biografias, fortalecendo a difusão da causa e combatendo preconceitos.

A imprensa foi um dos meios principais de divulgação e ação do abolicionismo. Segundo o documento “Procedimentos da Convenção Nacional de Emigração de Pessoas de Cor realizada em Cleveland”, a população de cor organizada reconhecia a importância desse meio bem como da sua expansão entre as diversas classes sociais, fazendo dos Estados Unidos um espaço muito específico e diferente do restante do mundo em meados do século XIX:

Esta é enfaticamente uma época e um país de leitura. Obras elaboradas, que em épocas anteriores só estavam ao alcance de uns poucos ricos, por edições populares e baratas, são colocadas ao alcance do indivíduo mais humilde [...]. Enquanto resenhas, revistas e jornais cobrem o país, autores, editores, ensaístas e críticos se tornaram uma classe numerosa, e por nenhuma outra classe, em um país esclarecido, é tão grande a influência exercida sobre o caráter de seus semelhantes, e os destinos futuros da raça.⁴³ (NATIONAL EMIGRATION CONVENTION OF COLORED PEOPLE, 1854, p. 28).

Acadêmicos estimam que somente cinco por cento (5%) dos escravizados no período pré-guerra era alfabetizado. (WEAKS, 2002, p. 10). Não encontramos informação sobre a porcentagem de alfabetizados livres. Segundo Shirley Wilson Logan, até mesmo os livres nos estados nortistas enfrentavam dificuldades para conseguir se alfabetizar, tendo em vista as dificuldades para serem aceitos nas escolas públicas. Geralmente, eles/as recorriam às instituições privadas criadas e mantidas pelos(as) próprios(as) negros(as) em associação com as igrejas. Ao longo do século XIX, livres e escravizados(as), buscavam a alfabetização,

⁴³ No original: “This is emphatically a reading age and country. Elaborate works, which in former ages were only within the reach of the wealthy few, by popular and cheap editions, are brought within the reach of the most humble individual [...]. While reviews, magazines and newspapers cover the land, authors, editors, essayists and critics have become a numerous class, and by no other class, in an enlightened country, is so great an influence exerted upon the characters of their fellow men, and the future destinies of the race.”

percebendo-a como forma fundamental de comunicação, além de ferramenta importante para sua luta pela liberdade. (LOGAN, 1995, p. 180) E destacamos ainda que aqueles que não sabiam ler poderiam acompanhar a imprensa através de leituras públicas ou leituras particulares feitas por terceiros.

Assim, destacamos que negros e negras organizados/as percebiam a fluidez dos impressos nos círculos domésticos, nas escolas, na política e demais ambientes. Compreendiam ainda sua capacidade de direcionar a opinião pública e incomodavam-se que a maioria das obras escritas por brancos ainda reproduziam imagens que reforçavam discursos de hierarquia entre as raças (fosse de cunho social ou biológica), reforçando a escravidão negra e dificultando a positivação de uma identidade negra. Assim, é notável as tentativas de resposta a ideias e estereótipos recorrentes nas expressões de fugitivos e livres.

Segundo Maria Clara Sampaio e Marília Ariza, as autobiografias se tornaram um gênero especialmente relacionado ao abolicionismo e com grande reconhecimento desde fins do século XVIII até a atualidade. O período que se estende entre a década de 1830 e o ano de 1865 desfrutou de maior impacto político e vendagens frente ao abolicionismo atlântico. (SAMPAIO, 2019, p. 179-180). Eram publicadas por negros(as) que se mudaram para o Norte ou para o Canadá (e alguns para Europa) e traziam em primeira mão as mazelas e os sentimentos da população escravizada, as dificuldades da fuga e a busca de uma comunidade de acolhimento. As narrativas foram escritas por pessoas negras alfabetizadas fugidas da escravidão ou por abolicionistas brancos que se dedicaram a ouvir, compilar e publicar as narrativas. Algumas sociedades também se dedicaram a escrever e publicar biografias, como a Sociedade Americana de Tratados e livros de Reforma (American Reform Tract and Book Society), que, entre outras, publicou a biografia de Sally, mãe do reverendo Isaac Williams.

Encontramos também um livro composto pela autobiografia do autor que se dispôs a circular em busca de outros negros(as) interessados a contarem suas experiências na escravidão: William Troy. Ele se tornou referência importante para essa tese, recolhendo narrativas de fugas individuais, em duplas ou coletivas. Defendeu a capacidade estratégica dos(as) negros(as), seja no planejamento da fuga, no improvisado de meios e brechas ou na capacidade de acomodação em novos climas, trabalhos e casas.

Materialmente, as narrativas possuíam algumas estratégias para atestar a veracidade dos fatos descritos nas obras e distanciá-los de qualquer forma de ficção, fossem com prefácios, notas introdutórias ou outros elementos pré-textuais ou pós-textuais escritos por ativistas brancos de renome no século XIX e/ou fotografia do autor da narrativa. Outras biografias

recorreram a estratégias próprias, por exemplo, a de Henry Bibb possui um relatório de uma comissão organizada para averiguar os fatos narrados, contactar os indivíduos citados e juntar documentos que atestassem os acontecimentos. A de Louisa Picquet possui cartas transcritas de parentes escravizados.

Encontramos também o livro escrito por um indivíduo branco que circulou no Canadá em busca de relatos de pessoas fugidas da escravidão. Benjamin Drew estava comprometido a oferecer transcrições fiéis das narrativas ouvidas.: “Enquanto os seus informantes falavam, o autor escrevia: não há, em todo o volume, uma dezena de alterações verbais que não tenham sido feitas no momento da escrita, na pressa de fazer a pena virar a língua dos mudos.”⁴⁴ (DREW, 1856, p. vi) A intenção declarada de Drew era levar aos leitores estadunidenses a perspectiva dos negros e negras, fosse na escravidão, no processo da fuga ou na vida no Canadá. Ao mesmo tempo, tentava desconstruir estereótipos sobre os negros e diversos argumentos dos pró-escravistas. Evidenciava as informações dissonantes que circulavam e preocupava-se em combater as mentiras e discursos contra os próprios negros, como as estratégias usadas para arrecadar fundos em nome desses indivíduos e que, ao fim, acabavam sendo usados para uso individual, sem nunca chegar à comunidade.

As narrativas de escravizados(as) geralmente apontavam para a esperança de que a exposição das experiências, dos riscos e dos sofrimentos fossem capazes de atingir a população branca que não sentia simpatia pelos negros, apelando para o sentimento comum em favor da liberdade e dos direitos iguais. Benjamin Drew ressaltava a expectativa de que a publicação fortalecesse meios para reduzir/derrubar os interesses escravistas nos destinos da nação. As autobiografias demonstraram muita atenção na sua elaboração, fosse na estrutura física, na argumentação, na comprovação dos eventos narrados ou na explicação dos acontecimentos. Sabendo que o livro poderia ser lido tanto no Norte quanto no Sul dos Estados Unidos, a maioria dos textos apropriavam-se de parábolas bíblicas, dialogando com o universo religioso da América do Norte, estabelecendo paralelos com as experiências da escravidão, criticando casos jurídicos, discursos de reverendos pró-escravistas e respondendo a argumentos recorrentes. O discurso religioso também contribuía para os apelos ao sentimento de fraternidade (“nossos irmãos de cor”) e de comunidade.

Considerando os diálogos do(as) escritor(as) com o leitor, é perceptível que as narrativas eram destinadas a um público que teria algum poder político ou algum poder sobre a

⁴⁴ No original: While his informants talked, the author wrote: nor are there in the whole volume a dozen verbal alterations which were not made at the moment of writing, while in haste to make the pen become a tongue for the dumb.

opinião pública e leitores europeus que precisavam ser convencidos da importância e urgência da abolição da escravatura. Ou seja, não era um texto destinado exclusivamente à população negra. Na interpretação do historiador Calvin Schermerhorn, “Coletivamente elas [narrativas de escravizados] exigiam que os leitores brancos testemunhassem as injustiças contra os afrodescendentes cometidas por outros brancos e reagissem de acordo”. (SCHERMERHORN, 2020, p. 10).

A presença física de negros e negras, libertos(as) ou nascidos(as) livres, em debates públicos se tornou recorrente, servindo como prova viva do que foi escrito e do que era defendido. Homens negros e mulheres negras, ex-escravizados ou nascidos livres, viajaram extensamente pelos EUA e alguns pelo Canadá, como Mary Ann Shadd (livre) e Henry Bibb (fugido da escravidão) e Thomas Smallwood. Alguns conseguiram viajar pelo Atlântico e palestrar em terras europeias, divulgando suas ideias, as condições da escravidão e arrecadar doações, como Samuel R. Ward e Josiah Henson.

Esses corpos traziam consigo os relatos de outros indivíduos negros e seus tensionamentos, em diversos espaços e sobre variados assuntos. Smallwood, por exemplo, denunciava o quanto os Estados Unidos se utilizavam dos negros como soldados e marinheiros – nas guerras dentro da nação ou no comércio ultramarino – sem lhes oferecer proteção ou o acolhimento necessário. Ele aponta que após o início dos conflitos com a Inglaterra, os negros organizaram uma reunião em Nova Iorque, onde aprovaram resoluções que recomendavam os negros não adentrarem ao serviço militar nos Estados Unidos em caso de guerra, principalmente tendo em vista que 1.500 marinheiros negros estavam em uma prisão britânica por navegarem em portos de escravos americanos e espanhóis sob sua jurisdição, e não tiveram qualquer intervenção estadunidense para aliviar sua condição. (SMALLWOOD, 1851, p. 54).

Algumas mulheres publicaram anonimamente, como no caso de Harriet Jacobs, mulher letrada, que iniciou sua carreira literária na década de 1850, publicando cartas no jornal *New York Tribune*. Jacobs manteve contato próximo com a quacre Amy Post e Frederick Douglass. Nas cartas já denunciava os abusos sexuais que assolava as mulheres negras escravizadas. Sua autobiografia, com introdução de Lydia Maria Child, foi tida como ficção. Chegou-se a assumir por mais de um século, que Child fosse a autora de toda a obra. Somente na década de 1980 que Jean Fagan Yellin encontrou cartas entre as duas que provavam que a narrativa era, de fato, contada por Jacobs. (SAMPAIO & ARIZA, 2019, p. 180-181).

Os jornais afro-canadenses e afro-americanos forneciam continuamente informações diversas que poderiam contribuir para fugas, sobrevivência e resiliência dos negros

na diáspora. O conhecimento de leis que protegiam ou que poderiam ser reinterpretadas para proteger a população negra foram fundamentais para a busca pela liberdade, fosse nos EUA ou no Canadá. Por exemplo, segundo Sharon Hepburn, de acordo com a lei canadense, quando um proprietário, por escolha própria, levava seu escravizado além das fronteiras, para terras canadenses, ele libertava seu escravizado, mesmo quando não tinha intenção. (HEPBURN, 2007, p. 09-10).

As convenções eram importantes por organizar as pautas dos(as) negros(as) a fim de dar uniformidade ao movimento, discutir temas novos que pudessem interferir nas vidas dos escravizados ou dos livres (como novas legislações, novos casos sendo julgados, acontecimentos importantes, produções abolicionistas e pró-escravistas, etc.), e dar encaminhamentos para a população negra ou emitir parecer sobre casos públicos ou publicações, entre outras possibilidades. As migrações dos negros(as) também entraram em discussão entre tais encaminhamentos e, por exemplo, a Convenção Norte-Americana de Pessoas de Cor terminou com o convite do presidente, Henry Bibb, a todos os escravizados estadunidenses para fugirem para o Canadá.

Segundo a abolicionista negra Mary Ann Shadd, os escravizados e livres estadunidenses intencionados a fugir procuravam por informações a respeito da situação dos negros no Canadá, principalmente na parte do Canadá do Oeste. Assim, Shadd escreveu seu livro intencionada a suprir essa demanda, ao mesmo tempo em que alimentaria uma alternativa às dificuldades da Lei do Escravo Fugitivo e a outros destinos de emigração, como a colonização da Libéria. Envolveu em sua obra temas a respeito do clima, do solo e da possibilidade de produção, entre outros elementos que pudessem figurar como incentivos aos emigrantes. (SHADD, 1852, p. iii) As publicações e atividades de Shadd, entre outros(as) negros(as) no Canadá, mobilizaram diversos ativistas, que seguiram potencializando as fugas e possibilitando sua acomodação em novas terras.

Alguns negros na diáspora mantiveram vínculos afetivos com a África em sua escrita, ressaltando-a em sua ancestralidade negra e/ou como única terra onde poderiam aspirar a liberdade. William Troy, ao fim de cada narrativa trazida, trazia uma canção popular, que intitulou “Músicas nacionais da raça africana na América” (*National Songs of the African Race in America*), as quais exaltavam o continente africano como espaço (social e físico) que conectava cultural e espiritualmente os negros no mundo. Outros empreenderam atividades mais sistemáticas para o retorno do máximo de negros(as) para o continente, como E. Blyden e A. Crummel.

Alguns indivíduos não demonstravam sentimento de vínculo ou interesse de retorno para a África, como Mary Shadd que trabalhava para fortalecer a identidade negra na América do Norte (fosse no Canadá ou nos EUA). A maioria dos negros(as) dos Estados Unidos no século XIX eram nascidos na América e não conheciam pessoalmente a África, inclusive circulavam na imprensa representações negativas do continente, o que, provavelmente, contribuía para enfraquecer os vínculos.

Em fins da década de 1820 e início da de 1830, as mulheres negras raramente eram vistas/aceitas na arena pública para questionar a escravidão, o preconceito racial ou colonização, e, quando conseguiam, tinham que lutar contra a discriminação de gênero além da discriminação de raça. Acrescido a essas invisibilidades temos de destacar que as organizações de mulheres negras sofreram ainda apagamento pela historiografia. É visível nas fontes a menção a mulheres negras (que permanecem anônimas) que agiram ativamente na “ferrovia subterrânea”, na educação da população negra (nos EUA e no Canadá) e até mesmo na imprensa, obrigadas a publicar no nome de um homem para serem lidas. Muitas vezes seus feitos também foram silenciados como meras esposas de homens de destaque, como Julia Williams Garnet, esposa de Henry Garnet, que era membra da Sociedade Feminina Antiescravidão de Boston, participou das Convenções Antiescravistas de 1837 e 1839 em Nova York como delegada de sua cidade e, depois de mudar-se para a Jamaica, liderou uma escola industrial para meninas no país caribenho. (SEBZDA, 2014)

Poucas mulheres negras que desempenharam papéis importantes receberam alguma atenção da historiografia, como: Mary Ann Shadd, Mary Stewart, Mary Bibb, Harriet Tubman, Sojourner Truth. Contudo a fama da mulher mais reconhecida ainda não se iguala a envergadura da quantidade de fontes e bibliografias produzidas por e sobre homens negros, como Frederick Douglas, Martin Delany, Henry Bibb ou Josiah Henson. O problema permanece ou até mesmo se aprofunda quando comparamos com as produções a respeito das companheiras/cônjuges dos mesmos homens. Portanto, as mulheres negras tinham que romper com o racismo e também com o patriarcado de seu momento histórico, como dos séculos posteriores.

É recorrente nas fontes a percepção de que a desenvoltura de um negro(a) no ambiente social carregava consigo a representação do coletivo, ou seja, quando um(a) negro(a) falava (ou oferecia um tipo de serviço) entre um público branco ele(a) se tornava uma espécie de amostra de todos os outros. Portanto, se desenvolvesse um bom trabalho seria uma elevação da raça negra como um todo e, por outro lado, se fizesse um mau trabalho seria a prova de que todos os demais eram incapazes intelectualmente de realizar atividades complexas. Nos

casos bem-sucedidos, serviu ao sentimento de coesão, criando um grupo entre indivíduos ligados pela raça, e a ascensão de um indivíduo abria espaço para a possibilidade de ascensão dos seus semelhantes. Isso colocava-os em estado de permanente vigília e de autocobrança, na expectativa de fomentar a causa maior: a abolição com reconhecimento da igualdade entre homens (reclamada também por algumas mulheres). Nesse sentido, Samuel Ward contou em sua narrativa: “[...] se eu fosse bem ou malsucedido nessa incumbência, haveria *encorajamento* ou *desencorajamento* para as pessoas de cor. [...] algum outro jovem negro se sentiria encorajado a se qualificar para uma posição de utilidade entre seu próprio povo”.⁴⁵(grifo no original). (WARD, 1855, p. 81).

Portanto, a entrada nos meios públicos não envolvia somente a inserção ou o contato com um mundo maior, que poderia ouvir as experiências sobre a escravidão contada pelos próprios fugitivos, mas também a validação dessa presença, ou seja, uma constante prova de suas capacidades intelectuais enquanto indivíduo racializado. Essa pressão recaía sobre as subjetividades desses sujeitos, fazendo-os carregar consigo uma grande responsabilidade e compromisso com sua coletividade.

3.2 Reuniões de negros(as): educação, religião e vigia

No Sul

Nesse item interessa-nos compreender as experiências em relação às reuniões de negros e negras voltadas para a educação, fosse com objetivo de alfabetização ou puramente religiosas. Partiremos de relatos ou das narrativas publicadas entre 1847 e 1861, principalmente, por aqueles indivíduos que foram para terras livres (no Norte e, em sua maioria, para o Canadá), de modo a poder relacionar, nos capítulos posteriores, às formas como tais experiências serão (re)significadas no período em liberdade.

Desde fins do século XVIII e início do XIX, os instrumentos jurídicos estaduais ou locais se multiplicavam, restringindo a possibilidade de letramento formal ou informal da população negra. A própria reunião de pessoas negras foi perseguida ou limitada pelos escravagistas, vista como potencial de revolta. Muitos escravagistas preferiram resguardar-se de qualquer tipo de ameaça possibilitada pela reunião e escolarização, punindo e perseguindo

⁴⁵ No original: “So, if I were successful or unsuccessful in this charge would *encouragement* or *discouragement* come to the people of colour [...] some other young black would feel encouraged to qualify himself for a position of usefulness among his own people.”

potenciais envolvidos, reforçando a atenção sobre porte de papéis ou livros e censurando pessoas brancas dispostas a alfabetizá-los. No século XIX, escravizados demonstraram em suas narrativas que possuíam conhecimento de leis que se acumulavam desde o século anterior limitando o acesso à religião e à instrução. Como demonstrou o ex-escravizado Henry Bibb, que afirmou:

[...] existe uma proibição por lei de instrução mental e religiosa. O estado da Geórgia, por um ato de 1770, declarou "que não será lícito para qualquer número de negros livres, mulatos ou mestiços, ou mesmo escravizados em companhia de brancos, para se reunirem com o propósito de instrução mental, seja antes do nascer do sol, seja depois do pôr do sol."⁴⁶ (BIBB, 1849, p. 31-32).

Em 1831, ocorreu uma revolta de escravizados no estado da Virgínia, conhecida como revolta de Nat Turner, que causou enorme furor entre os brancos e desencadeou uma série de consequências sobre a população negra, entre elas, houve uma renovação do Código Negro que passou a impactar, entre outras coisas, as reuniões de pessoas negras, pois poderiam fomentar organização, conscientização e novos levantes. Como o líder da revolta era batista, os meios de controle sobre a congregação foram aumentados, as igrejas negras perderam autonomia e a existência de pastores negros foi proibida. (FISHER, 1927 *apud* LINCOLN; MAMIYA, 1990, p. 20-21). Uma das mulheres que deram sua narrativa, Sra. Colman Freeman, contou sobre o impacto da revolta sobre sua vida enquanto era escravizada no estado vizinho:

Saí da Carolina do Norte por causa da perseguição. Houve uma rebelião entre os escravizados na Virgínia, sob Nat Turner, perto de onde eu estava. Um médico perto de mim teve sua mãe, irmãos e irmãs, exceto dois, mortos naquela rebelião. Os brancos que não tinham escravos teriam matado os de cor, mas seus senhores os colocaram na cadeia para protegê-los dos brancos e do medo que eles próprios tinham de serem mortos.⁴⁷ (MRS. COLMAN FREEMAN. In: DREW, 1856, p. 332).

A revolta de Nat Turner foi um marco na história estadunidense e alimentou um grande medo na nação, principalmente, entre os estados mais próximos. A Virgínia e Carolina do Norte passaram a investir na emigração de negros(as) para a Libéria (África), fazendo os números de emigrados pela Sociedade Americana de Colonização (SAC) atingir seus maiores números.

⁴⁶ No original: "here is a prohibition by law, of mental and religious instruction. The state of Georgia, by an act of 1770, declared "that it shall not be lawful for any number of free negroes, molattoes or mestinos, or even slaves in company with white persons, to meet together for the purpose of mental instruction, either before the rising of the sun or after the going down of the same."

⁴⁷ No original: "I came away from North Carolina in consequence of persecution. There was a rebellion among the slaves in Virginia, under Nat Turner, near where I was. A doctor near me had his mother and brothers and sisters, except two, killed in that rebellion. The white people that had no slaves would have killed the colored, but their masters put them in jail to protect them from the white people, and from fears they had themselves of being killed."

A legislação da Virgínia foi se tornando mais rígida até o período pré-Guerra Civil, assim como de outros estados. Adotou-se a estratégia da implantação do medo através de meios oficiais, com uso da justiça, da tortura [por proprietários ou por oficiais] e da polícia. Em alguns casos, até mesmo a posse de material escrito previa pagamento de multa, encarceramento e/ou açoite. William Troy mostrou conhecimento da legislação do estado sobre a educação da população de cor, em sua narrativa de vida:

Código de 1849. Toda reunião de negros com o propósito de instrução em leitura ou escrita será uma assembleia ilegal. Qualquer juiz pode emitir seu mandado a qualquer oficial ou a outra pessoa, exigindo que ele entre em qualquer lugar onde tal aglomeração possa estar e prender qualquer negro ali, e ele ou qualquer outro juiz pode ordenar que tal negro seja punido com açoites. Se uma pessoa branca se reunir com os negros com o propósito de instruí-los a ler ou escrever, ela será confinada à prisão não superior a seis meses e com multa não superior a cem dólares.⁴⁸ (TROY, 1861, p. 01-02).

A proibição da instrução não foi suficiente para alguns negros e negras interessados a aprender. Alguns arriscavam-se em escolas escondidas, que ocorriam em lugares afastados e/ou horários noturnos. Aqueles(as) que se arriscavam, tinham que se desdobrar rapidamente quando abordados por brancos desconfiados de suas intenções, munidos com mentiras para justificar seus caminhos e com os livros, papéis e outros objetos ligados ao letramento devidamente escondidos. O medo da descoberta e as demais provações foram marcantes nas vidas daqueles que se arriscaram a se alfabetizar, como nos casos narrados por William Troy e Frederick Douglas. Eles relataram que sabiam ou perceberam, em algum momento, que a instrução era um caminho para a compreensão de mundo e acesso a informações que poderiam ser valiosas.

O tema da liberdade era particularmente interessante e era recebido por ouvidos atentos, fazendo com que negros e negras transformassem as conversas dos brancos, as plantações e casas grandes em espaços de aprendizagem, usando suas experiências e sentidos para filtrar informações e concepções valiosas. Conforme observou Henry Bibb:

Os escravizados não tinham permissão para livros, caneta, tinta ou papel para melhorar suas mentes. Mas percebo agora que eu estava, particularmente, observando e pronto para reter o que estava sob minha observação. Mas, mais especialmente, tudo

⁴⁸ No original: "It may be well for me to give an abstract of that law: "Code of 1849.--Every assemblage of negroes for the purpose of instruction in reading or writing shall be an unlawful assembly. Any justice may issue his warrant to any officer or other person, requiring him to enter any place where such assemblage may be, and seize any negro therein, and he or any other justice may order such negro to be punished with stripes. If a white person assemble with negroes for the purpose of instructing them to read or write, he shall be confined to gaol not exceeding six months, and fined not exceeding one hundred dollars."--("Code of Virginia," 747-48.) This law operates against all persons of colour, though they might not come under the term "Negro."

o que ouvi sobre liberdade e libertação dos escravizados, nunca esqueci. ⁴⁹ (BIBB, 1849, p. 15).

Muitos escravistas temiam que as habilidades de escrita pudessem ser utilizadas para forjar os passes (papéis de autorização da circulação dos escravizados) e ajudar escravizados(as) a fugir para o Norte, desta forma, ler e escrever eram formas de ter poder na escravidão. Homens e mulheres livres no Norte viram a leitura e escrita como armas contra a instituição, fazendo circular informações e cartas que, inclusive, manipulavam os próprios senhores, como evidenciou Harriet Jacobs em sua narrativa. Mas a escrita também foi utilizada para ampliar as vozes do abolicionismo, principalmente quando os(as) ex-escravizados(as) intitulavam suas narrativas como “escritas por eles mesmos”. (WEAKS, 2002, p. 10).

Ainda assim é importante ressaltar que ler e escrever são habilidades distintas e o conhecimento da leitura não implica no conhecimento da escrita, que requer maior desenvoltura. Alguns escravizados aprenderam a reproduzir algumas letras, mas sem saber lê-las, outros aprenderam a ler, mas não a escrever e poucos dominavam ambas as habilidades. Henry Bibb e a maioria dos ex-escravizados que deram seus relatos a Drew e Troy não aprenderam a ler ou escrever durante período em que estavam em cativeiro. Já Frederick Douglas narrou como um conhecimento muito inicial dado pela proprietária seguido da reprodução de poucas letras o possibilitou manipular outras crianças para ensiná-lo mais sobre alfabetização. Jacobs já mostrava grande desenvoltura na leitura e escrita no período escravizada.

A preocupação com a possível alfabetização da população negra na clandestinidade aumentava o estado de vigia. Segundo Bibb, além da polícia local, havia as ações de patrulhas de homens brancos armados, que circulavam a noite e nos sábados a fim de garantir a aplicabilidade da lei. (BIBB, 1849, p. 32). No seu período escravizada, Harriet Ann Jacobs também viu as ações dessas patrulhas, compostas por homens brancos pobres, que faziam buscas nas casas de negros e negras a procura de qualquer objeto que julgassem indigno de sua posse. A truculência de suas ações, espancando homens, mulheres e crianças, disseminava o medo e o desespero, “se algum escrito era encontrado, era levado direto até ele [o fazendeiro responsável pelas ações] por seus seguidores ignorantes que eram incapazes de ler”. ⁵⁰ (BRENT [JACOBS], 1861, p. 96).

⁴⁹ No original: “Slaves were not allowed books, pen, ink, nor paper to improve their minds. But it seems to me now, that I was particularly observing, and apt to retain what came under my observation. But more especially, all that I heard about liberty and freedom to the slaves, I never forgot.”

⁵⁰ No original: “if a bit of writing was discovered, it was carried to him by his ignorant followers, who were unable to read.”

O terror e a legislação escravista eram acrescidos de outras estratégias para manter a população escravizada sobre estado permanente de vigia. Benjamin Drew ressaltou os esforços de fazendeiros que tratavam seus escravizados de forma infantilizada, restringiam o acesso à educação e selecionavam informações que eram repassadas para os escravizados. Eles acreditavam que, assim, conseguiriam reduzir as possibilidades de fuga ou, até mesmo, o desejo à liberdade. Em suas palavras:

Quanto mais infantil se permite que suas mentes permaneçam, menos compreenderão a absoluta miséria de seu estado; quanto menos oportunidade eles terão de aprender sobre terras onde todos são livres, - menos eles serão capazes de se esforçar para resistir à opressão ou escapar dela. A intenção dos proprietários de escravizados a este respeito, parece ter sido parcialmente realizada. (DREW, 1856, p. 07).⁵¹

Foi muito recorrente a defesa pró-escravista de que a escravidão era uma forma de cristianizar e oferecer valores (ocidentais) aos africanos e seus descendentes. Porém, as narrativas de escravizados reforçam as experiências brutais em detrimento de qualquer ação para sua instrução moral, como a narrada por Henry Bibb: “onde deveria ter recebido instrução moral, mental e religiosa, recebi açoites incontáveis, cujo objetivo era degradar e manter-me em subordinação”.⁵² (BIBB, 1849, p. 13). Ou seja, a violência cumpria função importante no sentido de impor um lugar de subordinação aos negros(as).

A maioria dos proprietários estadunidenses no século XIX eram também membros fervorosos das igrejas. As igrejas sulistas, segundo as narrativas de escravizados abordadas, pregavam discursos que reforçavam a importância da subserviência dos(as) negros(as), o que fez muitos(as) destacarem as incongruências de proprietários que eram pastores das mais diversas vertentes religiosas e que não estendiam valores cristãos às relações com seus(as) escravizados(as), sequer levava-os(as) as igrejas ou ensinava sobre a Bíblia. Em sentido oposto, mantinham abusos sexuais contra as escravizadas, cometiam adultério, praticavam castigos cruéis, separavam famílias, consumiam bebidas alcoólicas em demasia, entre outros.

Pois de todos os senhores de escravizados com os quais eu me encontrei, os religiosos eram os piores. Sempre os achei os mais maldosos e baixos, os mais cruéis e covardes de todos. Era meu triste destino não apenas pertencer a um senhor de escravos religioso, mas também morar em uma comunidade de tais religiosos. (DOUGLASS, 2021, p. 91).

⁵¹ No original: “The more infantile their minds are suffered to remain, the less will they comprehend the absolute wretchedness of their estate; the less opportunity will they have to learn of lands where all are free,--the less capable will they be of putting forth exertion to resist oppression or to escape from it. The intention of the slaveholders in this respect, seems to be approximately realized.”

⁵² No original: “where I should have received moral, mental, and religious instruction, I received stripes without number, the object of which was to degrade and keep me in subordination”.

Segundo Samuel Ward, a Igreja Metodista, a Episcopal, a Presbiteriana e a Igreja Batista assumiram posição e discursos profundamente pró-escravistas. Conforme Henry Bibb, os proprietários de escravizados a utilizavam para pregar a obediência dos servos a seus senhores e o castigo físico nos casos de indisciplina. (BIBB, 1849, p. 24).⁵³ William Troy, negro livre, também descreveu inúmeras formas como a igreja estava imersa no escravismo:

Vi meus compatriotas serem vendidos à igreja a que pertencia. Eu vi mestres açoitarem seus irmãos membros da mesma igreja, ambos professos membros do corpo de Cristo. O pastor vendeu um após o outro de seu rebanho. Os diáconos compraram e venderam escravizados. Sermões foram pregados para justificar esses atos perversos. Fui obrigado a ficar em silêncio; Eu ouvi, mas eu os condenei em meu coração.⁵⁴ (TROY, 1861, p. 06).

Segundo Bibb, a manipulação de crenças religiosas africanas também foi usada para favorecer interesses escravistas em outros lugares das Américas. Ele denunciou, através de seu jornal *The Voice of the Fugitive*, as violências psicológicas empregadas contra os escravizados. Especialmente, denunciou que escravistas em Cuba passaram a usar a mutilação de corpos de suicidas para defender que o sonhado retorno para à África seria impossível, pois os espíritos dos suicidas retornariam com uma imagem deformada, conforme seu corpo físico. Dessa forma, passaram a mutilar os corpos dos suicidas a fim de aterrorizar os que permaneciam escravizados. Em suas palavras:

Muitos se enforcam, com a ideia de que depois da morte eles vão se encontrar nos mesmos corpos de antes na África. Como forma de parar essa prática, os proprietários têm cortado os restos mortais dos suicidas em pedaços; melhor que retornar para seu lugar nativo mutilado, eles preferem viver e sofrer em Cuba. (*Voice of the Fugitive*, 2 de Dezembro de 1852)

Apesar das atrocidades apoiadas pelas igrejas, não encontramos indícios de qualquer um dos ativistas ou dos que ofereceram seus relatos que tivesse rompido com a religião. Ao contrário, a maioria dos(as) negros(as) destacava seu potencial emancipador e antiescravista, sendo, em sua maioria, pastores ou membros assíduos de suas igrejas (muitas vezes, igrejas separadas racialmente) e engajados em seu ativismo por um discurso religioso, desde os mais moderados (comumente chamados antiescravistas) aos abolicionistas mais

⁵³ No original: "They say, "Servants be obedient to your masters;--and he that knoweth his masters will and doeth it not, shall be beaten with many stripes-- means that God will send them to hell, if they disobey their masters."

⁵⁴ No original: "I saw my fellow-countrymen sold out of the church to which I belonged. I saw masters scourge their brother members in the same church, both professedly members of Christ's body. The pastor sold one after another of his flock. The deacons bought and sold slaves. Sermons were preached to justify these wicked deeds. I was made to keep silent; I heard, but I condemned them in my heart.

Several slaves ran away from their masters; they were, without delay, excluded for the offence. I concluded I had much better remain at home than to go to chapel, for when I went it only rekindled my hate and fired my temper. Finally, I resolved to leave the State, and after being married I did so."

radicais. William Troy defendia que a igreja seria capaz de auxiliar na abolição da escravidão caso se dedicasse à causa, porém, o apoio ou o silenciamento das igrejas possuíam justificativas econômicas, principalmente, movidas pelo lucro do tráfico de escravizados.

À medida que os negros(as) adotavam o cristianismo eles(as) ressignificavam as passagens bíblicas segundo suas experiências e as colocava contra a escravidão americana. E, assim como apontou Alice Walker, a religião que foi imposta para pacificar e criar escravizados subservientes transformou-se “em antídoto contra amargura”. (WALKER, 2021, p. 22) Troy invertia o discurso racista, e colocava a escravidão como ação contrária aos princípios da cristandade, caracterizando os proprietários como indivíduos enredados em depravação:

Todo o objetivo do sistema de escravidão é ganhar dinheiro. A escravidão não é um princípio implantado por nosso Criador; surge da depravação moral. Em minha opinião, a posse de escravizados é uma das maiores evidências da depravação total do homem, e nada além do poder moral e espiritual pode efetivamente pisá-la.⁵⁵ (TROY, 1861, p. 58).

A religião serviu como fonte de força dos escravizados contra a escravidão e no empreendimento de suas fugas, coletivas e individuais. As passagens que tematizavam o amor ou a liberdade eram reforçadas para nutrir a solidariedade entre negros e instigar a empatia dos brancos. Segundo Celia Maria Marinho de Azevedo, o abolicionismo estadunidense seguia a linguagem pautada em Deus e em uma lei sobre a sociedade, que impunha a transformação de todo pecado em virtude, e, nesse caso particular, reforçava a escravidão como pecado e a importância da disseminação da virtude da liberdade para todos. Assim, os princípios da purificação dos pecados deveriam ser empreendidos antes da chegada do dia do Julgamento Final. (AZEVEDO, 2003, p. 50)

No Norte

É importante darmos atenção à forma como as questões religiosas se desdobraram na primeira metade do século XIX nos estados do Norte, pois elas marcaram o cotidiano, as retóricas políticas e a imprensa a respeito da escravidão. Novas leituras bíblicas se configuraram, possibilitando novos posicionamentos em relação às atitudes terrenas e, entre eles, o posicionamento frente à escravidão, de todos os indivíduos. Muitas vertentes traziam a importância das ações humanas para o centro dos debates e sua potencialidade de

⁵⁵ No original: “The whole object of the system of slavery is to make money. Slaveholding is not a principle implanted by our Creator; it grows out of moral depravity. In my view, slaveholding is one of the greatest evidences of man's total depravity, and nothing but moral and spiritual power can effectually tread it down”.

salvação/condenação das almas. Pregando a necessidade de reformas sociais e morais, alterando comportamentos, reduzindo vícios, promovendo valores bíblicos, como a santidade da família e do casamento. Tudo isso impactava diretamente o abolicionismo e antiescravismo.

A primeiras denominações separadas formadas por africano-americanos no país foram metodistas, no Norte, em resposta às condições degradantes do racismo experienciadas nas igrejas metodistas episcopais, controladas por brancos. Diferente da maioria dos movimentos sectaristas, o ímpeto inicial da separação não foi baseado em questões puramente de ordem religiosa ou espiritual, mas na segregação racial nas igrejas e nos tensionamentos entre ensinamentos e as expressões da fé. (LINCOLN; MAMIYA, 1990, p. 47) Assim destaca-se a Igreja União dos Africanos (Union Church of Africans), fundada por Peter Spencer em Wilmington, Delaware, em 1813 e, três anos depois, a Igreja Africana Metodista Episcopal (Igreja AME).

A Igreja AME desenvolveu papéis sociais e políticos fundamentais nas discussões antiescravistas. Segundo Dennis C. Dickerson, suas bases morais e intelectuais se assentavam nas experiências da Revolução Haitiana, da Guerra de Independência dos EUA e do abolicionismo britânico. Defendiam as lutas por direitos e a busca por liberdade dos negros e negras (fossem nascidos na África ou seus descendentes nas Américas), alimentando discussões sobre formas de alcançar a emancipação, autonomia e autodeterminação. Sua perspectiva atlântica, trazia debates constantes sobre emigração e identidades transnacionais de seus integrantes. (DICKERSON, 2020, p. 57). A AME promovia discussões de mulheres negras, tendo como suas principais expoentes Sarah Allen (esposa de Richard Allen, conhecido fundador da AME) e Jarena Lee.

Os quacres compunham uma seita antiga dos Estados Unidos e foram os primeiros críticos da escravidão. Em 1688, quatro quakers (Garret Henderich, Derick Up De Graeff, Francis daniell Pastorius e Abraham up Den Graef) redigiram o primeiro documento conhecido como uma manifestação pública contra o tráfico de escravizados: *Protesto dos amigos de Germantown contra a escravidão, 1688*. Nesse documento, reforçaram o princípio bíblico: “Faça aos outros o que gostaria que fizessem a você”. Representavam o tráfico de escravizados como um roubo praticado no continente africano. Portanto, defendiam que os colonos ingleses nas Américas deveriam se distanciar desse tipo de conduta, em prol de princípios cristãos. Por outro lado, o documento reconhecia a possibilidade desses escravizados organizarem-se e levantarem-se contra seus escravizadores, igualando o direito de escravização pelos brancos ao direito de luta pela liberdade dos negros. Em Reunião Anual realizada em Burlington, no 5 dia

de julho do mesmo ano, o documento foi avaliado e foi descartado. (SOCIETY OF FRIENDS, 1688). Contudo, a discussão continuaria a se mostrar constante nos círculos quacres.

No mesmo ano, George Keith, escritor de panfletos e tratados, escreveu “Uma exortação e advertência aos amigos sobre a compra ou manutenção de negros”, que trazia outra orientação: aqueles que possuíssem escravizados, deveriam ensinar-lhes a ler e oferecer-lhes uma educação cristã. Na mesma obra pregava a humanidade dos negros e afirmava que sua prática era um obstáculo à própria propagação do cristianismo. (KEITH, 1693) Na época não havia consentimento entre os quacres, dos EUA ou da Inglaterra, sobre a escravidão negra. (TEMPLE, 2014). Segundo Brycchan Carey é difícil afirmar um consenso, apesar de crescente número de lideranças quacres importantes no período pré-guerra, como Lucretia Mott, e de membros quacres agindo de formas furtivas no acolhimento e auxílio de escravizados fugidos. (CAREY, 2014, s/ página). Apesar disso, os fugitivos que deram seus relatos ou publicaram suas narrativas registraram alguns fortuitos encontros com os quacres, indicando uma homogeneidade do posicionamento abolicionista entre eles. Samuel R. Ward, por exemplo, apontou sobre a seita e seu compromisso com os escravizados:

Essa seita honrada, diferente de qualquer outra no mundo, nesse aspecto, era considerada amiga do escravizado. [...] Alcançar um Estado Livre e viver entre os *quakers* estavam entre as mais altas ideias desses fugitivos; [...] no Estado de Nova Jersey, [...] *quakers* viviam em grande número, eles dariam aos fugitivos toda e qualquer proteção consistente com seus princípios peculiares [...].⁵⁶ (WARD, 1855, p. 22-23).

A partir da década de 1820, as escolas segregadas tornaram-se mais frequentes e as escolas públicas surgiram em algumas cidades de maior porte, como Boston e Filadélfia. A maioria dos professores ainda eram brancos, apesar dos esforços da comunidade negra para contratação de professores negros. Em fins do período pré-guerra, fundaram escolas normais que formassem negros e negras como docentes. Apesar dos negros pagarem impostos escolares, os fundos públicos para educação da comunidade negra ainda eram muito escassos ou até mesmo recusados. Muitas vezes, as sociedades abolicionistas patrocinavam escolas para negros(as), com foco na educação técnica voltadas para atividades urbanas. (CALLAWAY. In: HAGGARD, 2010, p. 25-26).

As Igrejas africanas também desenvolveram papel educativo importante, apoiando escolas dominicais e escolas diurnas. As menores conseguiam ofertar somente a educação

⁵⁶ No original: “This honoured sect, unlike any other in the world, in this respect, was regarded as the slave's friend. [...]. To reach a Free State, and to live among Quakers, were among the highest ideas of these fugitives; [...] in the State of New Jersey, [...] Quakers lived in numbers, who would afford the escaped any and every protection consistent with their peculiar tenets [...].”

primária, e poucas conseguiram fundar escolas secundárias. Em algumas áreas, negros/as livres com maior poder aquisitivo conseguiram fundar suas próprias escolas, como Mary Shadd e Mary Bibb, orientadas/os por princípios de ajuda mútua. Essas escolas eram movidas por um desejo de criação e estímulo de autonomia, mas também tinham um papel social de combate de estereótipos correntes sobre ociosidade e incapacidade intelectual dos negros. Coletivamente, as igrejas serviram de convergência para movimentar petições de apoio ao governo, apesar de, na maioria das vezes, sem retorno. (CALLAWAY, 2010, p. 26).

As diversas ações em prol da educação dos negros/as ainda tinham que lidar com reações antiabolicionistas, mesmo nas cidades nortistas com grande número de negros(as) ou com instituições educacionais abertas a negros/as, como no caso de Crandal (abordada no item “Limites da liberdade, ódio racial e outros tensionamentos). Segundo Ward, em Nova York, por exemplo, existiam várias escolas públicas para crianças negras, ministradas por professores/as negros/as, porém, na mesma cidade a capacidade intelectual dos negros era questionada, rodeadas por instâncias pró-escravistas, como James Gordon Bennett, que publicava o jornal *New York Herald*, onde afirmou que “Negro nunca floresce, exceto na escravidão!”⁵⁷ (WARD, 1855, p. 91).

Os casos de racismo eram constantes. Ward apontou a publicação do Dr. Sleigh⁵⁸, um irlandês, que buscava provar a inferioridade intelectual dos negros, na cidade de Filadélfia, no estado da Pensilvânia, onde havia 20.000 ou 30.000 negros. Citou também o preconceito sofrido pelo Dr. J. McCune Smith (negro novaiorquino formado em medicina na universidade de Glasgow), no caso em que um estadunidense se recusou a considerar sua formação e chamá-lo de doutor. (WARD, 1855, p. 92).

Ações de resistência da população branca contra instituições educacionais que atendiam pessoas negras (fossem segregadas ou exclusivas) foram frequentes no Norte. Du Bois narrou o caso da Noyes Academy, de Canaan, em New Hampshire, fundada com 28 estudantes brancos e 17 afro-americanos, que foi invadida, vandalizada e incendiada, em 1835, com apenas 5 meses de funcionamento (DU BOIS, 2021, p. 237). Entre os(as) alunos(as) estavam: Julia Williams, Henry Highland Garnet, Alexandre Crummel, Thomas Paul Jr., Thomas S. Sydney, Charles L. Reason.

⁵⁷ No original: “the Negro never flourishes except in slavery!”.

⁵⁸ Provavelmente faz menção a William Sleigh, que publicou o panfleto *Abolitionism exposed! Proving that the Principles of Abolitionism are Injurious to the Slaves Themselves, Destructive to this Nation, and Contrary to the Express Commands of God; With Strong Evidence that Some of the Principal Champions of Abolitionism are...taking advantage of the ‘Anti-Slavery War-Whoop’ to disserve, and break up, the Union*, em 1838, depois de um motim antiabolicionistas que destruiu o Salão da Sociedade Antiescravidão da Pensilvânia.

O Oneida Institute (1827-1843), no estado de Nova York, se destacou na causa abolicionista. Em 1833, recebeu Beriah Green, abolicionista branco, como diretor, que exigiu a permissão de pregar o abolicionismo e a admissão de alunos negros, logo, se tornaria uma das escolas mais radicais do país. A instituição abrigou grandes nomes do abolicionismo, do antiescravismo e dos movimentos pró-emigração, como: Samuel Ward, Henry Highland Garnet e Alexander Crummell. Samuel Ward fez homenagem aos ativistas em sua narrativa, ressaltando a instituição como local de convergência. (WARD, 1855, p. 58).

O Seminário Teológico Lane (1829-1832) funcionou como faculdade presbiteriana, em Cincinnati (Ohio) e foi palco de grade debate entre abolicionistas antiescravistas em seus anos iniciais, que levou a um grande êxodo de estudantes (os adeptos da vertente mais radical), em sua maioria para o Oberlin Collegiate Institute.⁵⁹ Nos debates, entre outras discussões, estimulavam a criação de escolas e o trabalho social nos bairros da cidade habitados por grande número de negros, que possibilitaria uma base para igualdade racial. (BORDEWICH, 2009, p. 131).

O Oberlin College Institute, fundado em 1833, foi fruto dos movimentos conhecidos como “avivamentos”, em favor do perfeccionismo cristão, voltado para formação de pastores e missionários. Depois de receber os 53 alunos do Seminário Lane, o que representava um grande montante na época, passou a ser palco de discussões acaloradas, misturando religião e de abolicionismo. Com a pressão crescente – dos irmãos Tappans (financiadores), de alguns docentes e da chegada dos alunos – o instituto passou a admitir afro-americanos em igualdade de condições. Segundo Mark Elliott, Oberlin tornou-se um centro almejado para os negros que buscavam uma educação superior (ELLIOTT, 2008, p. 57). Era um atrativo para alunos de ambos os sexos, os quais empreenderam atividades cada vez mais radicais, inclusive ligados à Ferrovia Subterrânea, conectando Ohio ao Canadá (SNODGRASS, 2015, p. 389).

Em 1858, indivíduos ligados ao colégio envolveram-se no resgate Oberlin-Wellington. O caso envolveu o resgate de um homem negro, saído da escravidão, que estava refugiado no colégio e fora capturado por caçadores. O movimento conseguiu trazê-lo de volta escoltado e encaminhá-lo ao Canadá. Trinta e sete envolvidos no resgate de Price foram indiciados por um júri federal, dos quais dois foram condenados. Tal condenação ganhou grande repercussão nacional e tornou-se um dos casos mais incendiários no período,

⁵⁹ As discussões ocorridas no Lane Seminary e no Oberlin Seminary geraram documentos que estão disponíveis no link: <http://www.oberlin.edu/external/EOG/LaneDebates/Resources.html>. Acesso em 24/04/2013.

contribuindo para o início da Guerra Civil.⁶⁰ No ano seguinte, membros e egressos do instituto seguiram fazendo atividades arriscadas, inclusive na investida armada de Harper's Ferry, em 1859. O próprio pai de John Brown, Owen Brown, foi administrador no Oberlin. (BAUMANN, 2014).

O diretor do Oberlin da época é considerado “pai do Renascentismo moderno”, Charles Grandison Finney (1792-1875). Ele unia o fervor emocional e novas técnicas de pregação, aceitando a participação integral de mulheres e expandindo suas ideias para as novas regiões do Oeste. Finney defendia o movimento do Perfeccionismo Cristão e seus discípulos se envolveram na causa abolicionista, fazendo-a parte de uma obrigação de reforma moral. (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 154). Os perfeccionistas cristãos faziam diversas oposições a doutrinas tradicionais (como do pecado inato), defendiam que Deus havia feito um pacto com os homens, no Antigo Testamento, porém, com o sacrifício de Cristo e a consequente reparação dos pecados dos homens, se constituiu um novo pacto, libertando o homem do pecado, tornando todos os homens espiritualmente livres. Assim, partia do pressuposto de que a liberdade espiritual já havia sido alcançada, portanto, não poderia haver consentimento com políticas tirânicas que pregassem o cativo físico. Essa chave de interpretação do pecado da escravidão sustentava muitos argumentos abolicionistas observados ao longo do século. (HOVET, 1974, p. 538- 539).

Os reformistas defendiam um melhoramento da sociedade em diversas esferas, combatiam vícios (como álcool e tabaco) e pregavam pelo fim da escravidão, todas elas denunciadas como pecados aos olhos de deus. Assim, os abolicionistas americanos defendiam a abolição da escravidão como uma cruzada religiosa e moral. Diferente dos abolicionistas brasileiros que defenderam a abolição com base no discurso laico, uma parte do caminho para atingir o progresso. (AZEVEDO, 2003). Consequentemente, o primeiro conseguiu envolver maior número de negros/as, colocando-os/as como protagonistas de suas histórias, narrando suas experiências e participando oficialmente da campanha abolicionista, mesmo que os/as brancos mantivessem controle sobre os meios de comunicação e de circulação disponível à população negra. O Brasil teve número muito reduzido de pessoas negras com acesso a espaços políticos e não conseguiram promover registros escritos de suas lutas.

Apesar dos abolicionistas serem religiosos, Ward denunciou que a American Bible Society não distribuía Bíblias entre a população escravizada, mesmo nos estados onde era

⁶⁰ Além de amplamente divulgado pela imprensa, o caso e o processo judicial foi compilado e divulgado no ano seguinte, num livro escrito por Jacob R. Shipherd, por uma editora de prestígio da época. (SHIPHERD, 1859).

permitido (seis dos quinze estados era permitido). Ele acrescentou que os proprietários de escravizados controlavam a Sociedade, fosse como membros ou com apoiadores, embora tivessem o compromisso público de distribuir bíblias para todas as famílias da União.⁶¹ (WARD, 1855, p. 64-65).

Mary Elizabeth Miles (que, depois de se casar, tornou-se Mary Shadd) e Mary Bibb (segunda esposa de Henry Bibb), entre outras mulheres pretas livres que desenvolveram papel importante no auxílio de fugitivos no Canadá, usaram da educação e informação para seus atuar no abolicionismo. Miles estudou em alguma instituição quacre privada e graduou-se na escola normal Massachusetts State Normal School em Lexington (hoje Framingham State University), que tinha o pastor Samuel J. May como apoiador dos direitos das mulheres, da educação pública e da educação dos negros, além de ser ativo na Ferrovia Subterrânea. (BRISTOW; BRAND, 1994, p. 144). Acredita-se que Shadd também se formou em um internato quacre na Pensilvânia. Aos 16 anos, voltou para Wilmington e abriu uma escola para pessoas negras. (DAGG, 2006, p. 275).

Portanto, é importante destacar o desenvolvimento de movimentos religiosos que traziam novas interpretações para a escravidão em consonância com instituições educacionais. Foram levantadas escolas nos estados nortistas abertas aos negros(as) e preocupadas com a criação de ambientes para igualdade racial, o que possibilitava a formação de um público leitor (ainda que muito limitado) que poderia ler documentos valiosos para amigos e familiares analfabetos. Alguns desses lugares formariam professores e intelectuais negros que atuariam na imprensa e nas redes abolicionistas. Os egressos dessas escolas se juntariam a negros livres ou fugitivos sem instrução e alimentariam a luta contra escravidão.

No Norte, também ocorriam eventos importantes que convergiam a população negra diaspórica. Em 1855, por exemplo, ocorreu a Convenção Nacional de Cor, que possuía mulheres negras como representantes, entre os delegados homens, ou seja, em posição política importante e não somente como esposas dos delegados. Entre elas estavam presente Mary Ann Shadd e, segundo a historiadora Kate Clifford Larson, Harriet Tubman e Catherine "Kitty" Green. (LARSON, 2022, p. 29). Figuras masculinas amplamente conhecidas, como Frederick Douglass e Robert Purvis, também estiveram presentes na convenção.

Tais eventos eram fundamentais para debater sobre acontecimentos, legislações, imprensa e assuntos relativos à questão negra no país e no mundo. Nesses espaços, produziam

⁶¹ No original: "Slaveholders and their abettors belong to and are officers of the American Bible Society, and they control it. That slavery forbids the searching of the Scriptures, which Christ enjoins, is to them not even a matter of complaint. Albeit, they pledge themselves to give the Christian Scriptures to every family in the Union".

consensos e discutiam seus dissensos, produziam documentos e comunicavam ao mundo os seus interesses e demandas.

3.3 A dinâmica das fugas e a Ferrovia Subterrânea

Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, no contexto brasileiro, a fuga dos escravizados foi explicada, na perspectiva acadêmica, por um viés pejorativo, diretamente relacionada aos quilombos em uma busca desenfreada por uma reconstrução de formas “primitivas” de organização social, pautadas em experiências africanas. A intelectual desconstruiu tal ideia demonstrando a complexidade das organizações, a diversidade de etnias envolvidas e sua perenidade no tempo, ressaltando o enviesamento das interpretações. Assim, Nascimento optou por interpretar as fugas e os assentamentos alternativos negros a partir de um ponto de vista diferente dos acadêmicos imersos na interpretação da branquitude, e definiu a fuga como um ato de rebeldia, de coragem e de negação da condição de escravizado. (NASCIMENTO, 2018, p. 212-213). De forma semelhante à interpretação da intelectual, acreditamos que esse viés é mais pertinente.

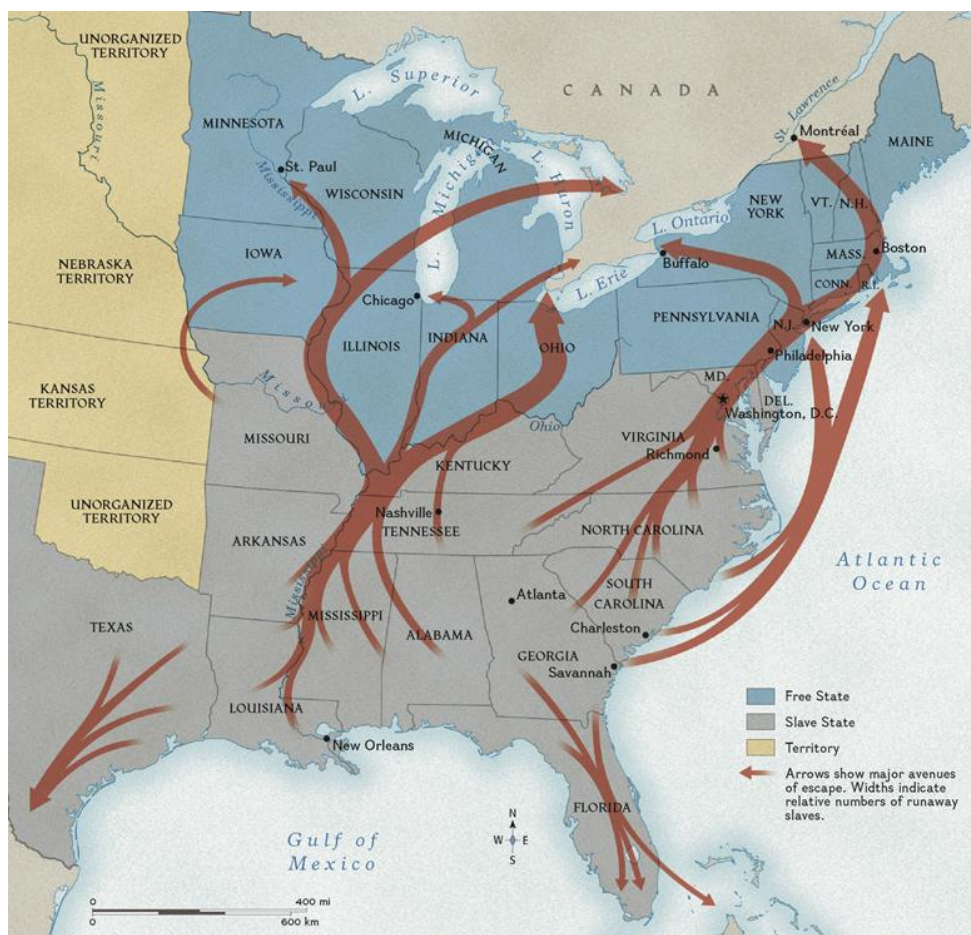
A fuga foi o principal meio de saída da escravidão para uma grande quantidade de negros(as) que conseguiram viver em liberdade, nos Estados Unidos. No Sul, os fugitivos tentaram se misturar às comunidades de pessoas negras livres, passando-se por libertos/as. Alguns buscaram por territórios onde poderiam conseguir o *status* de liberto, como a Flórida espanhola (que foi comprada pelos EUA através do Tratado de Adams-Onís, implementado a partir de 1821), México ou Caribe. Os estados do norte se tornaram destino após o processo oficial de abolição da escravidão, que durou até meados da década de 1820 (variando entre estados), para fugitivos provenientes dos estados do Alto Sul (Virginia, Maryland e Delaware). (DIOUF, 2023, p. 529-530). Sendo que houve ainda muitas outras formas de conflitos e negociações que almejavam a liberdade, como as sabotagens, conspirações, revoltas e quilombos. (DIOUF, 2023, p. 530-535).

Segundo o historiador Ira Berlin, os estados do Interior Sul, que passaram a possuir o maior número de escravizados na primeira metade do século, proibiam ou dificultavam a concessão de alforria, à medida que expandiam as *plantations*. Já nas áreas escravistas mais antigas, no Litoral Sul, as condições materiais dos escravizados melhoravam e aumentaram as chances de adquirir sua própria alforria. (BERLIN, 2006, p. 31).

Conforme os historiadores John Hope Franklin e Alfred Moss Jr., todas as comunidades sulistas registravam anualmente uma quantidade de fugitivos. Apesar das legislações nacionais, estaduais e locais que favoreciam a busca e recaptura, o reforço de patrulhas formadas por civis, os anúncios jornalísticos a nível nacional dos fugitivos prometendo recompensas e maior rigidez nas estratégias de controle dos(as) escravizados(as), muitos fugiram definitivamente. (FRANKLIN & MOSS Jr., 1989, p. 150).

As rotas traçadas pelos fugitivos permearam caminhos diversos pelos estados escravistas e livres, sendo que a maioria dos(as) negros(as) buscavam os estados do Norte ou o Canadá, e alguns se dirigiram para o sul, em direção à América Latina, como é possível ver no mapa abaixo. Na década de 1850, com o desenvolvimento de novas formas de transporte (como o barco a vapor e a expansão da malha ferroviária) e de novas tecnologias de comunicação (como o telegrafo) as fugas inseriram-se numa estrutura maior e ganharam fluidez, conectando-se a indivíduos dispostos a ajudar e reduzindo o tempo dos deslocamentos. Segundo Franklin e Moss Jr., essas rotas e contatos configuraram a Ferrovia Subterrânea (*Underground railroad*).

Figura 3 - Mapa com as principais rotas de fugas da Ferrovia Subterrânea



Fonte: Map by The National Geographic Society. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.org/maps/undergroundrailroad/>

Acima é possível acompanhar os grandes fluxos da migração, seu sentido e direção, partindo dos estados sulistas para os estados do Norte, Canadá Ocidental e para a América Latina nos trinta anos anteriores a Guerra Civil Americana. É identificável os principais caminhos a serem cruzados, com notável preferência pelas fronteiras entre estados. Os territórios a oeste (em amarelo) ainda eram regiões instáveis e, algumas, potencialmente explosivas. O território de Kansas, por exemplo, registrou conflitos civis violentos entre pró-escravistas e abolicionistas, a partir de 1854, quando grande número de migrantes tentou forçar a instituição na região. Entre 1855 e 1859, foram registrados saques a casas e comércios, ataques à imprensa e assassinatos em massa, ficando conhecido como Bleeding Kansas.

O mapa acima ainda pode ser desdobrado em sua complexidade, dando a ver a capilaridade dos caminhos percorridos pelos fugitivos. As pesquisas atuais conseguiram

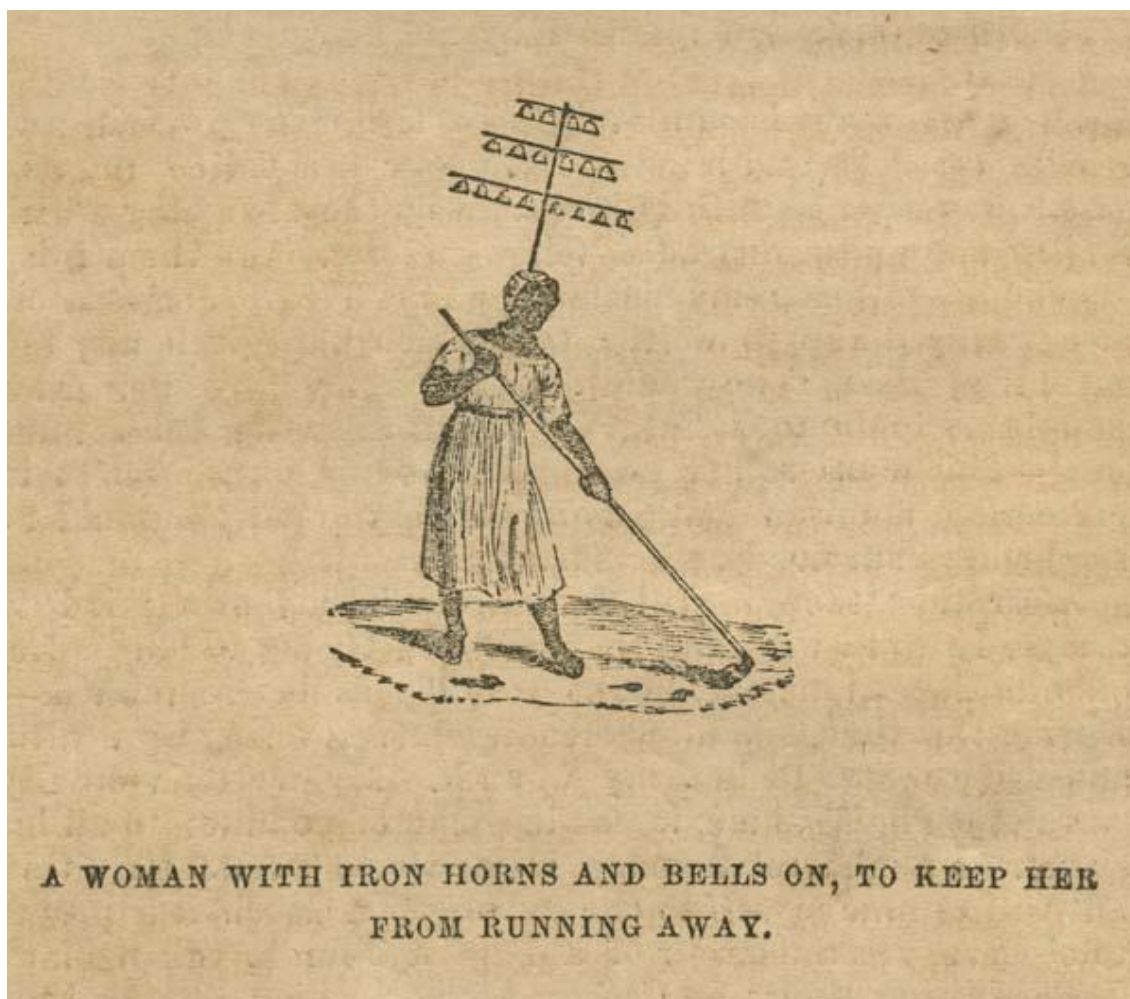
identificar muitas rotas, identificadas em outros estudos. É importante destacar que os fugitivos tinham interesse em manter o maior segredo possível sobre a Ferrovia Subterrânea, portanto, provavelmente os estudos atuais ainda desconhecem muito dessa realidade.

Cabe destacar que a Ferrovia Subterrânea não foi o único recurso dos fugitivos. Inúmeros(as) negros(as) fugiram sem qualquer ajuda organizada, a partir, somente, do ímpeto e de estratégias próprias cunhadas no calor do momento, sem acolhimento em casas de ativistas ou simpatizantes. O reverendo William Troy, por exemplo, ofereceu vários casos de escravizados que escaparam do Sul sem a ajuda dessa rede. (TROY, 1861) Segundo os historiadores John Hope Franklin e Loren Schweninger, poucos escravizados conseguiram ajudas de abolicionistas ou de qualquer outro, sendo que muitos fugiram em situações de extrema urgência. (FRANKLIN; SCHWENINGER, 2000, p. xiv).

A fuga envolvia uma série de riscos, caso fossem apreendidos, sendo de conhecimento público os inúmeros casos de indivíduos que sofreram castigos sistemáticos ou violentados até a morte depois de apreendido. Roper Moses narrou ter presenciado a punição de uma fugitiva, em que seu proprietário a obrigou a usar um instrumento de tortura (como da imagem abaixo, disponível no livro de seu relato), atado a nuca com chifres de ferro e sinos. O instrumento, ao mesmo tempo em que castigaria fisicamente, criando feridas no pescoço e dificuldades para dormir, tinha como objetivo impedir novas fugas e ajudar a identificar o fugitivo. Segundo o relato, “esse costume é geralmente adotado entre os proprietários de escravizados na Carolina do Sul e em outros Estados escravistas”.⁶² (ROPER, 1848, p. 14).

⁶² No original: “being a very ponderous machine, several feet in height, and the cross pieces being two feet four, and six feet in length. This custom is generally adopted among the slave-holders in South Carolina, and other slave States”.

Figura 4 - Ilustração de mulher negra com instrumento para evitar a fuga



Fonte: ROPER, Moses. A woman with iron horns and bells on, to keep her from running away. In: *Narrative of the Adventures and Escape of Moses Roper, from American Slavery. With an Appendix, Containing a List of Places Visited by the Author in Great Britain and Ireland and the British Isles, and Other Matter.* 1848, p. 14. Disponível em <https://docsouth.unc.edu/neh/roper/roper.html>

Os castigos aplicados pelos proprietários para evitar reincidências evidenciam que a fuga definitiva não, necessariamente, era a única. Alguns indivíduos que fugiram relataram ter recorrido a pequenas fugas como forma de negociação com seus senhores, como forma de planejar a fuga definitiva ou como escape de castigos físicos. O fugitivo Henry Bibb, por exemplo, relatou ter recorrido a diversas “superstições” e “feitiçarias” para tentar escapar dos açoites, depois de julgar que falharam, percebeu que a fuga era a forma mais eficaz de escapar de um castigo cruel. (BIBB, 1849, p. 28). Assim, fez inúmeras fugas pequenas antes da grande fuga.

Geralmente, os escravizados optavam por fugir à noite e/ou aos sábados, visto que o domingo era dia de folga em muitas plantações, portanto, os senhores só iniciariam as buscas

na segunda-feira, logo, disporiam de mais tempo para se distanciar. As fugas, tanto aquelas que possuíam retorno planejado quanto as definitivas, poderiam se arrastar por meses ou até mesmo por anos (como no caso de Harriet Jacobs, que ficou cinco anos escondida no sótão apertado da casa da avó), marcados por muita apreensão e perseguição. E, no caso de existência de parentes ou amigos na fazenda, todos seriam inquiridos sobre possíveis informações sobre o(a) fugitivo(a) e, na maioria das vezes, torturados(as) para confissão. Jacobs afirmou que seu irmão e seus filhos (ainda muito pequenos, uma com pouco mais de dois anos) foram colocados na cadeia como forma de pressioná-la, pois o senhor esperava que a notícia chegasse até ela e a convencesse a se entregar. (BRENT [JACOBS], 1861, p. 143).

Foram necessárias diversas estratégias para enganar possíveis fiscais ou interessados em recompensas que cobriam “passes”, ou seja, papéis escritos pelo proprietário que demonstrassem permissão de circulação, e indicasse o motivo das andanças do escravizado. A estratégia principal tanto de Bibb quanto de Elisha Valentine, ao se encontrar com pessoas brancas que poderiam questionar sobre sua circulação sem o passe, era a justificativa de que procuravam por um cavalo ou vaca perdido de seu senhor e carregavam consigo uma rédea do estábulo para comprovar sua justificativa. É possível que tal estratégia fosse recorrente entre os fugitivos, circulando entre a população negra e, dessa forma, tenha chegado até os dois, separadamente.

Para se alimentar, a maioria recorria a pequenos furtos a plantações ou a ajudas de escravizados. Valentine, depois de três meses de fuga, alimentando-se de milho e batatas torradas, das plantações no caminho, chegou a Virgínia. No novo estado, se viu cercado de neve e gelo, sem os alimentos geralmente adquiridos para sua sobrevivência, pois o milho e as batatas já haviam sido colhidos. Então, mudou sua estratégia: passou-se por livre e conseguiu empregar-se. (TROY, 1861, p. 14-18).

A pele negra e os cabelos encaracolados geralmente eram a referência básica para suposição da condição de escravizado, levantando suspeitas entre os fiscais e caçadores. Contudo, o fenótipo embranquecido de alguns fugitivos escapava desse padrão, facilitando a passeabilidade durante a fuga. James Smith, apesar de nascido escravizado, na Virgínia Ocidental, tinha aparência de anglo-saxão, segundo o relato e a constatação do abolicionista William Troy, logo, e não teve dificuldades para passar-se por homem branco: “Ele deixou a plantação de seu mestre e viajou para Pittsburgh, no estado da Pensilvânia, como homem

branco; ninguém o molestou em nenhum momento da viagem, porque ninguém teria pensado em acusá-lo de escravo”⁶³ (TROY, 1861, p. 19).

O fato de ele não ter sido molestado pode ser questionado, principalmente por ter sido afirmado por Troy e não pelo próprio Smith. Afinal, ele acabara de sair de uma condição de escravização, portanto, era muito provável que a ausência de posses, de familiares, trabalho ou fonte de renda fosse motivo de questionamento sobre sua pessoa e circulação. É possível também que se fizesse passar por imigrante (população que chegava em quantidades significativas nessa época) ou criasse outras estratégias para camuflar sua condição.

James mudou-se para Pittsburgh, Pensilvânia, onde participando da pregação na Igreja Metodista, conheceu uma mulher negra, que logo se tornou sua esposa. Conforme T. P. Monahan, a Pensilvânia já havia lançado uma lei em 1780 que anulava a lei anti-miscigenação de 1725 (MONAHAN, 1970, p. 288), portanto, se James era visto como branco, ele poderia legalmente realizar esse casamento. Segundo Troy, ele não contou para a esposa sobre seu passado, portanto, de fato seria lido como um casamento interracial. Acrescenta ainda que Pittsburgh era um lugar conhecido pelo antiescravismo e abrigava centenas de pessoas que fugiram de várias partes dos estados do Sul. Porém, com a aprovação da Lei do Escravo Fugitivo (1850), caçadores apareceram na cidade e o reivindicaram. Assim, sua identidade acabou revelada para a esposa. O casal foi forçado a emigrar para o Canadá, como forma de fugir dos caçadores e da legislação pró-escravista. (TROY, 1861, p. 19-23).

O escravizado John C. Sherman valeu-se do domínio da escrita, ainda que muito limitada, e da experiência de viagens acompanhado de seu proprietário, por Washington e Baltimore, para conseguir fugir. Ele pegou papéis em branco da casa de seu proprietário, dobrou em formato de cartas, escreveu nomes na parte visível e fez a travessia. Saindo da Georgia, dizia àqueles que encontrava no caminho que iria entregar as cartas a mando de seu senhor, porém, as cartas não possuíam nada escrito em seu interior. (TROY, 1861, p. 44-50).

O cansaço e os desafios da fuga foram narrados por vários(as) fugitivos(as), muitos(as) deles(as) nunca haviam saído das plantações, não imaginavam os caminhos e as dificuldades que os esperava e que teriam que percorrer. Valentim, depois de ter empreendido sua fuga com sucesso até o Canadá, afirmou que “seu maior temor era a distância – cerca de 800 milhas [1288 km] – e nenhum conhecimento da geografia do país.”⁶⁴ (TROY, 1861, p. 15).

⁶³ No original: “He left his master's plantation, and travelled to Pittsburgh, in the State of Pennsylvania, as a white man; no one molesting him at any point of the journey, because no one would have thought of charging him with being a slave.”

⁶⁴ No original: “His greatest dread was the distance--eight hundred miles--and no knowledge of the geography of the country”.

O período de fuga ainda poderia abarcar outras adversidades, narrados em outros relatos, como: fome, frio, falta de abrigo, adoecimento, ataques de animais selvagens (como lobos ou ursos) ou peçonhentos, ferimentos, afogamentos (devido a necessidade de cruzar rios sem saber nadar), sobrevivência nas matas, abordagem por pessoas brancas, reescravização, traições por outros negros, perda de parceiros de fuga (incluindo familiares e crianças), falta de dinheiro para pagar transportes (como trens ou barcos), dificuldade de encontrar emprego, de encontrar lugar que hospedasse negros (mesmo mediante pagamento), entre outros. Bibb descreveu um pouco de sua experiência após ter cruzado o rio Ohio:

Continuei minha jornada vigorosamente por quase quarenta e oito horas sem comer ou descansar, lutando contra dificuldades externas que ninguém que nunca tenha experimentado o mesmo poderia imaginar: sem saber em que momento eu poderia ser capturado enquanto viajava entre estranhos, através do frio e do medo, enfrentando os ventos do Norte, estando mal vestido, atingido pelas tempestades de neve durante as horas escuras da noite, e sequer uma casa em que eu pudesse entrar para me proteger da tempestade. ⁶⁵ (BIBB, 1849, p. 52).

As experiências traumáticas da fuga fizeram muitos sentirem-se estimulados a ajudar outros. Alguns passaram a tomar iniciativas individuais de acolhimento de fugitivos, outros juntaram-se formando comitês ou bandos de vigília, que se preocupavam tanto com a manutenção da liberdade dos que já se encontravam em terras livres quanto na tentativa de auxílio de fugitivos em curso. Esse tipo de estratégia foi registrado tanto nos Estados Unidos (com o Comitê de Vigilância da Filadélfia) quanto no Canadá (como a True Band Society, de Amherstburgh, ou o Comitê de Vigilância de Chatham).

Henry Bibb escreveu sobre iniciativas individuais quando encontrou um vilarejo com muitos fugitivos. O acolhimento lhe foi fundamental para se reerguer, empregar-se (como cortador de lenha durante o inverno), conseguir dinheiro e esperar até um período mais apropriado para a continuação da fuga, no caso, a primavera:

Cheguei na manhã seguinte ao vilarejo de Perrysburgh, onde encontrei um belo povoado de negros, muitos dos quais eram escravizados fugitivos. Eu apresentei meu caso a eles e eles se solidarizaram comigo. Eu era um estranho, e eles me acolheram e me convenceram a passar o inverno em Perrysburgh, onde poderia conseguir um emprego e ir para o Canadá na próxima primavera, em um barco a vapor que partia de Perrysburgh, se eu achasse apropriado fazê-lo. ⁶⁶ (BIBB, 1849, p. 55).

⁶⁵ No original: “I prosecuted my journey vigorously for nearly forty-eight hours without food or rest, struggling against external difficulties such as no one can imagine who has never experienced the same: not knowing what moment I might be captured while travelling among strangers, through cold and fear, breasting the north winds, being thinly clad, pelted by the snow storms through the dark hours of the night, and not a house in which I could enter to shelter me from the storm.”

⁶⁶ No original: “I arrived the next morning in the village of Perrysburgh, where I found quite a settlement of colored people, many of whom were fugitive slaves. I made my case known to them and they sympathized with me. I was

Mulheres negras também se envolveram diretamente no acolhimento e esconderijo de escravizados fugidos. Aquelas que acreditavam estarem idosas demais para fugir, ajudavam aqueles que podiam. Harriet Jacobs contou com diversas mulheres negras, jovens e idosas, que a escondeu, guardaram seus segredos, fortaleceram sua intenção de fugir e possibilitaram seu sucesso.

Thomas Smallwood demonstrou a existência de mulheres dispostas a ajudar fugitivos(as). Ele recorreu a um grupo delas enquanto auxiliava fugitivos a ir para o Canadá e foi surpreendido pela polícia, depois de uma denúncia sobre sua intenção. Ele escondia uma mulher em separado e apontou a habilidade de um conjunto de mulheres em tirar a fugitiva da casa e escondê-la no jardim, durante as buscas policiais. (SMALLWOOD, 1851, p. 34).

Bibb, sempre que necessário, conseguiu auxílio de pessoas de cor, em sua fuga, acreditando serem mais confiáveis do que os brancos. Chegou a pedir pão de um escravizado em uma plantação, a quem retribuiu com informações sobre possibilidades de fuga e sobre o Canadá, que, apesar de ainda não conhecer, fomentava a ideia da terra da liberdade. (BIBB, 1849, p. 78). Tal circulação de informações sobre táticas de fuga apareceu também em outros relatos e revelam um mundo em atividade fora dos olhos dos feitores.

Saber de estratégias bem-sucedidas de outro(a) fugitivo(a) era, muitas vezes, a informação necessária para colocar em prática a tão sonhada fuga. Ao tomar ciência de precedentes, a esposa de Johnson foi escondida entre as roupas sujas que, segundo a justificativa a ser utilizada, seriam direcionadas à lavanderia do outro lado do rio. Sabiam que, ao chegar em terras livres, seguiriam por trem até Detroit e depois Windsor, assim a liberdade foi possível.

A assimilação por comunidades indígenas também figurou como salvação para fugitivos. Hopkins, ao passar pelo estado da Maryland, encontrou uma comunidade indígena que o acolheu em sua fuga (partindo da Carolina do Norte), ofertando-lhe tratamento gentil e o estimulando a permanecer entre eles por três anos”. (TROY, 1861, p. 34-35).⁶⁷ São diversos os relatos que demonstram boas ligações entre os indígenas, principalmente quando comparadas às relações com os brancos. Segundo bell hooks, há um apagamento histórico e historiográfico da profundidade das relações entre indígenas e afro-americanos, refletidos na escrita de uma perspectiva do colonizador. Sendo ainda poucos os afrodescendentes ou americanos nativos

a stranger, and they took me in and persuaded me to spend the winter in Perrysburgh, where I could get employment and go to Canada the next spring, in a steamboat which run from Perrysburgh, if I thought it proper so to do”.

⁶⁷ No original: “They were so kind to him that he continued with them for three years. At last a disturbance broke out among them, and they were driven by the white people further back into the mountains. This disturbance continued, until Hopkins was forced to leave the tribe lest he should be taken prisoner, and reduced to slavery.”

que conseguiram escrever, de forma genuína, uma interpretação da história de seu próprio povo. (HOOKS, 2019, p. 322).

As fugas geravam diversos impactos nas vidas dos fugitivos, não conseguiríamos, e sequer pretendemos, abarcar todos eles. Mas gostaríamos de destacar que o rompimento que esse ato estabelecia para com o lugar de origem também significava, para muitos descendentes, o apagamento de parte da história de sua família e da Diáspora negra como um todo. Os perigos envolvidos no possível conhecimento público da origem dos negros e negras que viviam em terras livres, fugidos da escravidão, poderia fomentar ações de caçadores de escravizados e reclamação de seus antigos escravizadores. Samuel Riggold Ward afirma no capítulo intitulado “História de família”:

[...] se eu não digo o nome de minha cidade e condado natal, e alguns detalhes interessantes de sua história geográfica, agrícola, geológica e revolucionária - se eu me calar quanto a quantas milhas nasci de Baltimore, a metrópole, ou Anápolis, a capital do meu estado natal? De bom grado eu iria satisfazê-lo [leitor] em tudo isso; mas não posso, por pura ignorância. Eu nasci escravizado - onde? Onde quer que fosse, era onde não ousou ser visto ou conhecido, para que aqueles que mantiveram meus pais e ancestrais na escravidão não façam uma reivindicação, hereditária ou legal, de alguma forma, da propriedade de meu corpo e alma. ⁶⁸ (WARD, 1855, p. 4-5).

Questionamos então aqui: quanto da história negra foi apagada para autopreservação dos envolvidos, de sua existência, de suas condições materiais, legais e espirituais? Esperamos não somente que a historiografia saiba das brutalidades da escravidão, mas que, de fato, pense sobre eles, sobre seus impactos na própria historiografia, na vida dos descendentes das famílias separadas, vendidas, violentadas (física, social e psicologicamente). Desapegando-se da perspectiva de negros(as) como simples posses e sensibilizando-se para compreender suas trajetórias enquanto pessoas silenciadas e violentadas de formas diversas. Ward aponta em sua fala seus sentimentos em relação ao desenraizamento imposto, a necessidade de reinventar-se a partir de cortes impostos a sua ancestralidade (tão cara a tradição africana e afrodescendente, entre outras não-ocidentais). O corte imposto em sua história não é somente de dados a respeito de onde ou quando, mas diz respeito à sua formação subjetiva enquanto pessoa, de seu sentido de pertencimento a uma história, um povo, um território.

⁶⁸ No original: “[...] if I do not tell you the name of my native town and county, and some interesting details of their geographical, agricultural, geological, and revolutionary history--if I am silent as to just how many miles I was born from Baltimore the metropolis, or Annapolis the capital, of my native State? Fain would I satisfy you in all this; but I cannot, from sheer ignorance. I was born a slave--where? Wherever it was, it was where I dare not be seen or known, lest those who held my parents and ancestors in slavery should make a claim, hereditary or legal, in some form, to the ownership of my body and soul.”

A experiência da fuga fortalecia os elos entre os escravizados, principalmente entre aqueles que fugiam juntos. Na escrita de Samuel Ward, percebe-se o fortalecimento dos elos e do companheirismo entre pai e mãe na fuga e empreitada de salvar o filho ainda muito pequeno:

[...] Desse resgate dependia o prazer contínuo da companhia um do outro. Os muitos males do passado inseparáveis de uma vida de escravidão, sua separação recentemente ameaçada e os perigos deste êxodo, serviram para aumentar esse prazer e, duplamente, tornar um ao outro mais querido; e o pensamento de que poderiam finalmente ter sucesso e, como marido e mulher livres, criar seus filhos na doutrina e admoestação do Senhor, de acordo com o melhor de suas habilidades, estimulou-os a uma nova coragem e renovada perseverança. Passo a passo, dia após dia, noite após noite, com sua carga infantil passando alternadamente dos braços de um para os do outro; eles seguiram seu caminho, movidos pela escravidão, atraídos e estimulados pela esperança da liberdade, e ao mesmo tempo confiando e se comprometendo com Aquele que é Deus dos oprimidos.⁶⁹ (WARD, 1855, p. 23-24).

Perceber Deus como do lado dos oprimidos – e não dos opressores – serviu de força espiritual no enfrentamento cotidiano dos negros e negras (fosse em relação a escravidão ou ao racismo cotidiano). Assim, a religião frequentemente usada para reprimir e conter os cativos também foi usada para subverter o sistema. Demonstrando a inteligência e interpretação das histórias bíblicas pelas experiências dos escravizados, conforme seus interesses e racionalidade. A crença bíblica, muitas vezes inspirada no sucesso de Moises (que resgatou seu povo escravizado do Egito), fomentava a esperança do sucesso.

Apesar do medo de recaptura seguida de severos castigos físicos, o que apareceu como maior obstáculo na decisão da fuga era a separação das famílias. Mesmo que o tráfico interno já separasse cotidianamente as famílias escravizadas, em muitas fazendas restavam laços – com membros ou grupos familiares e, até mesmo, amizades profundas criadas entre escravizados – que conseguiram manter seus vínculos. Havia fazendas que mantiveram gerações conectadas e que as mais jovens (geralmente as mulheres) viam como obrigação o cuidado com os mais velhos ou as crianças. Josiah Henson, condutor na Ferrovia Subterrânea, ofereceu um relato que demonstra essa dificuldade quando viajou até o Sul intencionado a auxiliar um grupo de familiares escravizados a fugir:

⁶⁹ No original: “now their only one must be rescued from a fate worse than ten thousand deaths. Upon this rescue depended their continued enjoyment of each other's society. The many past evils inseparable from a life of slavery, their recently threatened separation, and the dangers of this exodus, served to heighten that enjoyment, and doubly to endear each to the other; and the thought that they might at length be successful, and as free husband and wife bring up their child in the nurture and admonition of the Lord, according to the best of their ability, stimulated them to fresh courage and renewed endurance. Step by step, day after day, and night after night, with their infant charge passed alternately from the arms of the one to those of the other; they wended on their way, driven by slavery, drawn and stimulated by the hope of freedom, and all the while trusting in and committing themselves to Him who is God of the oppressed.”

[...] seus pais estavam tão avançados em anos que não podiam suportar o cansaço; suas irmãs tinham vários filhos e não podiam viajar; seus quatro irmãos e um sobrinho eram jovens e suficientemente capazes para a viagem, mas a ideia de deixar o pai, a mãe e as irmãs era muito dolorosa; e também consideraram inseguro fazer a tentativa então, por medo de que a excitação e a tristeza de seus amigos pudessem traí-los; então eles se recusaram a ir naquela época, mas prometeram que iriam em um ano se eu voltasse para buscá-los.⁷⁰ (HENSON, 1881, p. 110).

Por outro lado, muitas fugas foram definidas a partir de ameaças de senhores de separar famílias, fazendo com que grupos inteiros se arriscassem movidos pelo desejo de manter-se unidos. Isaac Riley e sua esposa, por exemplo, temiam que seu filho fosse enviado para trabalhar em plantações distantes. (DREW, 1856, p. 298-301). Troy incluiu a história de uma mulher, idosa, que descobriu a intenção de venda e separação de seus filhos para o extremo Sul, logo, orquestrou a fuga junto aos 11 filhos, que tinham idade entre seis e dezenove anos, sem ajuda de terceiros por grande parte do trajeto, até conseguirem adentrar a Ferrovia Subterrânea. Eles saíram do estado de Kentucky e foram perseguidos até a margem canadense. (TROY, 1861, p. 39-43). Outras histórias de grupos que fugiram conjuntamente nos relatos colhidos por Drew. (JAMES ADAMS. DREW, 1856, p.19-28).

O medo das violências físicas e psicológicas, recorrentes no contexto da escravidão, sobre si e sobre os filhos figurou como motivo importante para determinação da fuga. Isaac Griffin, morador em Chatham, declarou que foi escravizado em Kentucky durante 46 anos, período em que presenciou muitas violências e temia as agressões físicas, além dos impactos da escravidão sobre seus filhos. Apesar de ter conseguido comprar a sua liberdade, a da esposa e de um dos filhos, deixou oito para trás. Um conseguiu chegar no Canadá, os outros foram capturados e vendidos para o Texas (no Interior Sul). Conseqüentemente, percebemos que a emigração de familiares também estimulou a fuga seguida de emigração. (Isaac Griffin. In: DREW, 1856, p. 284-285.)

Outro motivo recorrente era a falta de proteção legal frente às violências cometidas por indivíduos brancos aos negros(as), fazendo com que os livres e libertos permanecessem dependentes da proteção dos homens brancos. Aaron Siddles contou que, depois de liberto: “Morando em Indiana, não estava satisfeito com as leis do país. Eu tinha muitas propriedades lá; não era seguro, pois qualquer branco vadio poderia destruir ou roubar, e a menos que um

⁷⁰ No original: [...]his parents had become so far advanced in years that they could not undertake the fatigue; his sisters had a number of children, and they could not travel; his four brothers and a nephew were young men, and sufficiently able for the journey, but the thought of leaving their father, and mother, and sisters, was too painful; and they also considered it unsafe to make the attempt then, for fear that the excitement and grief of their friends might betray them; so they declined going at that time, but promised that they would go in a year if I would return for them.

homem branco estivesse por perto para ver, eu não poderia obter reparação.”⁷¹ (DREW, 1856, p. 272). Assim, é importante perceber que a emigração não significava, necessariamente, o desagrado para com o lugar deixado para trás ou a ausência de bens construídos e conquistados. Pelo contrário, negros que conseguiram alcançar a liberdade, acumular pecúlios e habitar em lugares que lhes agradasse sentiram-se obrigados a emigrar. E afirmou:

Exceto pelas leis opressivas, eu preferia ter permanecido em Indiana. Saí de um dos lugares mais bonitos daquele país - todo mundo que o vê diz que é um lugar lindo. Eu tinha uma casa de madeira de dois andares, com piazza - um bom estábulo - e todos os arranjos sobre o local eram agradáveis e convenientes. Eu tinha abundância de maçãs, pêsegos, marmelos, ameixas e uvas. Paguei meus impostos e me senti magoado e zangado por não ter sido permitido dar meu juramento - não havia justiça nisso.⁷² (DREW, 1856, p. 273).

Diversos outros emigrados lamentaram a impossibilidade de permanecer nos EUA, bem como as dificuldades de retornar. Harriet Tubman, por exemplo, rebatia qualquer possibilidade de permanecer no país em estado de escravidão e lamentava a ausência de proteção legal no estado de origem. Ela dizia: “Eu vi centenas de escravizados fugidos, mas nunca vi um que estivesse disposto a voltar e ser um escravizado. [...] Preferiríamos ficar em nossa terra natal, se pudéssemos ser tão livres lá como somos aqui.”⁷³ (Harriet Tubman, IN: DREW, 1856, p. 30).

A fuga também foi uma decisão para indivíduos que não foram ameaçados ou espancados diretamente ou sequer ameaçados de separação de suas famílias. Alguns deles(as) relataram que não sofreram grandes violências físicas ou a presenciaram, porém, a ânsia pela liberdade, individual ou dos filhos, foi seu catalizador, como no caso de Aby B. Jones, que afirmou que sua emigração foi em busca de um lugar onde pudesse ser um homem livre. (DREW, 1856, p. 150). A maioria deles afirmavam diretamente que a instabilidade era característica própria da escravidão, que os colocava sob o poder absoluto do proprietário e de seus herdeiros, um poder injusto, que, em si, ameaçava a integridade de suas famílias.

Thomas Smallwood aponta ainda suas ações, enquanto homem negro e determinado a ajudar a ascensão da sua raça e agir contra a escravidão, na promoção da Ferrovia Subterrânea,

⁷¹ No original: “Living in Indiana, I was dissatisfied with the laws of the country. I had a good deal of property there; it was not safe, for any loafing white might destroy or steal, and unless a white man were by to see it, I could get no redress”.

⁷² No original: “Excepting for the oppressive laws, I would rather have remained in Indiana. I left one of the most beautiful places in that country--everybody who sees it says it is a beautiful place. I had a two-story frame house, with piazza--good stable--and every *arrangement* about the premises was nice and convenient. I had abundance of apples, peaches, quinces, plums, and grapes. I paid my taxes, and felt hurt and angry too, that I was not allowed my oath--there was no justice in it.”

⁷³ No original: “I have seen hundreds of escaped slaves, but I never saw one who was willing to go back and be a slave. [...] We would rather stay in our native land, if we could be as free there as we are here.”

auxiliando homens, mulheres e crianças a fugirem para terras livres, adquirindo meios de transportes e conectando-se com pessoas capazes de contribuir nas fugas. Ele dava preferência para fugas com maior número de fugitivos (nunca menos de uma dúzia). E reivindicava seu protagonismo, como principal responsável por todo manejo e estratégia dos grupos:

Eu era o único proprietário da chamada ferrovia subterrânea naquela seção, tendo sido iniciada sem a ajuda de qualquer ser terreno, exceto Torry, eu, minha esposa e a senhora com quem ele estava hospedado. Tendo Torry ido para o Norte, o fardo e a responsabilidade pelas consequências recaíam inteiramente sobre mim, portanto tive que observar cada momento com olhos de águia.⁷⁴ (SMALLWOOD, 1851, p. 25).

É interessante observar em seu relato a presença de duas mulheres nas ações, que agiam em conjunto a dois homens, porém ambas não possuem o nome (ou pseudônimo) indicado, são colocadas, simplesmente em posição relativa aos homens. Em outro trecho indica que sua esposa fora fundamental na criação de contato com o próprio Torry (acima mencionado). Seria esse um papel recorrente para as mulheres na Ferrovia? Como a outra senhora agia na Ferrovia? Para essas questões ainda não temos as respostas. O disfrute do protagonismo masculino tomou toda a narrativa de Smallwood. Sendo importante ainda ressaltar na citação que, na ausência do companheiro homem, Smallwood se colocava como principal responsável pelas ações, apesar de não estar sozinho. E sabemos que as mulheres eram igualmente castigadas em casos como de auxílio a fugitivos (DAVIS, 2016).

Smallwood relata que houve uma busca em sua casa por caçadores de escravizados quando ele mantinha uma mulher fugitiva abrigada, e ela conseguiu auxílio de “algumas mulheres, que a levaram pela porta dos fundos” para o jardim e a esconderam em um pouco de milho⁷⁵. (SMALLWOOD, 1851, p. 34).

Smallwood relata outro momento de importância da esposa quando ela conseguiu os requisitos necessários para a viagem de toda a família nos estados escravistas, uma vez que os proprietários de meios de transporte públicos nesses estados exigiam que pessoas negras possuíssem o contato de um responsável e uma fiança no valor da(s) pessoa(s) que desejassem adquirir a passagem (no caso da família ficou em 2 mil dólares). Segundo ele, essa medida foi tida como necessária depois de muitos processos jurídicos resultantes de casos de fugitivos que usaram dos meios de transporte para dar seguimento a suas viagens, comumente, terminados

⁷⁴ No original: “I was the sole proprietor of the so-called underground railroad in that section, it having been started without the assistance of any earthly being save Torry, myself, my wife, and the Lady with whom he boarded. Torry having gone North the burden and responsibility of consequences rested entirely on me, therefore I had to watch every moment as with an eagle's eye.”

⁷⁵ No original: “some females, who took her through a back door into the garden, and concealed her in some corn.”

em multas para os proprietários. Antes disso, bastava um documento (supostamente) do cartório do condado, com selo e carimbo, constando a descrição da pessoa e a certificando como uma pessoa livre para conseguir acessar as vias públicas. (SMALLWOOD, 1851, p. 35-36).

Smallwood também relata sobre uma experiência negativa com uma mulher, uma senhora idosa, na estrada subterrânea. A Sra. Turner havia atuado por algum tempo como auxiliar na fuga de negros/as, acolhendo-os/as em sua própria casa, até o momento em que chegasse uma balsa secreta que os levaria à Pensilvânia e, posteriormente, encaminhados aos quakers. Contudo, ela passou a entregar os/as fugitivos/os para os escravagistas, tornando-se, conseqüentemente, uma “traidora” (como a qualifica). Depois disso, sua casa passou a ser um ponto a ser evitado ou percorrido com cautela.

Smallwood passou por diversas dificuldades em meio a suas ações na estrada subterrânea. Inclusive em meio a uma tentativa de resgate de escravizados, que fora denunciado pela Sra Turner, teve que fugir. E depois de correr por entre a mata, subindo e descendo colinas, entre riachos e planícies, numa região desconhecida. Sua estratégia, ao chegar aonde acreditava ser a Pensilvânia, foi de buscar por alguma casa onde residiam pessoas negras. Relata que, depois de contar sua história, a porta se abriu e foi calorosamente acolhido, aquecido e alimentado. (SMALLWOOD, 1851, p. 42).

Temos ciência de que os casos traçados aqui não esgotam as possibilidades e estratégias de fugas dos negros e negras, mas trazem um pouco das experiências narradas e que circulavam na imprensa oitocentista estadunidense. Tais relatos auxiliam-nos a compreender a gravidade dos riscos envolvidos na fuga e um pouco do universo a que estavam submetidos por essa empreitada. A historiadora Beatriz Nascimento já ressaltava a importância de se conceber as fugas dos negros(as) e estabelecimento de assentamentos sociais (quilombos) como formas de reorganização e contestação da ordem estabelecida, bem como de formação de núcleos organizados, permeados por relações econômicas e sociais que se mantinham fortes e atuantes por períodos de paz, ou seja, que era muito mais complexo socialmente do que a organização para enfrentamento do poder imperial. (NASCIMENTO, 2018, p. 73-76). De modo semelhante, defendemos que os indivíduos que narraram suas trajetórias compreendiam sua fuga como estratégia de sobrevivência e de resistência, bem como de negação das condições básicas de existência no país e se moviam em busca de segurança e liberdade.

4 CRISE, CONFLITO E COLONIZAÇÃO

No século XIX, diversos debates envolviam, em seu cerne, a identidade nacional e, com ela, a identidade racial da nação nas Américas. O lugar dos negros e negras no território nacional era motivo de conflitos constantes, fosse no campo das ideias (dos debates públicos, nas igrejas e na imprensa) ou através de motins violentos nas ruas. Em meio a esse contexto, era fundamental determinar os contornos jurídicos dos cidadãos, seus direitos e deveres, bem como seu papel dentro da nação, situando-os na malha econômica. Dessa forma, definir o futuro dos negros/as era pensar racialmente a nação e definir o povo que lhe caracterizava. Frente a uma discussão tão complexa, vozes diversas se levantaram nos Estados Unidos, entre elas se destacaram: aqueles/as que defendiam a abolição da escravatura (de forma imediata ou gradativa), com a permanência da população negra no país (e nessa questão havia diversas formas de permanência, com maior ou menor acesso a direitos); aqueles/as que defendiam a permanência da escravidão; e os/as que defendiam a transferência da população negra para outro espaço do globo.

Segundo Monica Lima e Souza, a partir dos anos 1830 foi marcante no Brasil o debate acerca dos libertos como indesejáveis, perigosos e rebeldes em potencial. Esse clima movimentou a elite e a polícia, aumentando a pressão sobre eles. O Caribe escravista também viveu momentos de tensão, com levantes e revoltas. A discussão sobre a possibilidade de envio desses indivíduos “de volta” à África se mostrava cada vez mais presente. (SOUZA, 2008, p. 23) Nesse sentido, cabe entender que a colonização da Libéria era como algo que se inseria numa discussão recorrente em outros espaços das Américas, conectando ações no Atlântico, ou seja, pensando as relações e circulação de ideias entre África, Américas e Europa.

A ideia da colonização da Libéria foi avaliada e discutida por indivíduos diversos, negros e brancos, homens e mulheres, de diversas classes sociais e de países diferentes. Muitos deles se pronunciaram nos meios públicos, em reuniões abertas, nos jornais, livros, sermões, romances e panfletos. A causa afetava os dois lados do Atlântico, impactando nas expectativas e projeções da população negra e da população branca, bem como na imagem dos Estados Unidos que os estadunidenses com acessos a imprensa pregavam para o mundo. Nesse capítulo, analisaremos as críticas dos africano-americanos à colonização e como percebiam os impactos do projeto.

4.1 Manifestações africano-americana

Em 1817, negros livres de Richmond, no estado da Virgínia, reuniram-se e se expressaram publicamente em relação à proposta de emigração que envolvia a colonização da Libéria por negros/as estadunidenses. William Bowler e Lenty Craw destacaram-se como os principais expoentes do evento, emitindo um documento que declarava o interesse numa possível concessão de um território dentro dos Estados Unidos que acolhesse a população livre. A sugestão inicial era que região fosse próxima ao rio Missouri, mas estavam abertos a negociações para algum outro espaço, como alternativa ao retorno para a África. Posteriormente, cerca de 3.000 negros livres da Filadélfia organizaram-se para registrar sua oposição ao projeto, afirmando não ter interesse em se separar dos que permaneciam em escravidão, por considerá-los como irmãos atados por consanguinidade e/ou por uma história de sofrimento e injustiça. Logo, nomearam um comitê de onze pessoas para abrir correspondência com Joseph Hopkinson, membro do Congresso daquela cidade. (MEHLINGER, 1916, p. 277).

As disputas pelo futuro dos/as negros/as envolviam também a apropriação ou o combate contra os estereótipos raciais limitantes. Na década de 1830, a abolicionista negra Maria Stewart, por exemplo, acompanhava as discussões e reimpressões sobre o tema da emigração na imprensa abolicionista, destacava seu viés moral e reforçava a importância de compreender a população negra como diversa entre si. Ela reivindicava que os afro-americanos fossem tratados enquanto “povo” empenhado em contribuir para a sociedade, mas que isso não implicava em serem enquadrados como unidade homogênea. Ela reforçava que a discordância era elemento comum em qualquer comunidade, independente da raça, evidenciava a existência de diversidade de opiniões e comportamentos entre os próprios/as negros/as. Dessa forma, reiterava uma coesão dos/as afro-americanos/as no combate às representações limitantes e defendia a insubordinação frente a qualquer ação degradante. Em 1832, escreveu:

Observei um artigo no *Liberator* [...] afirmando que os colonizadores haviam publicado uma obra a nosso respeito, afirmando que éramos preguiçosos e ociosos. Eu os refuto nesse ponto. Considerem-nos, em geral, como um povo, não somos preguiçosos nem ociosos ... embora reconheça, com extrema tristeza, que há alguns que nunca foram e nunca serão úteis à sociedade. E vocês mesmos não têm uma classe semelhante?⁷⁶ (STEWART, 1832, s/ pag)

⁷⁶ No original: I observed a piece in the *Liberator* [...], stating that the colonizationists had published a work respecting us, asserting that we were lazy and idle. I confute them on that point. Take us generally as a people, we are neither lazy nor idle...although I acknowledge, with extreme sorrow, that there are some who never were and never will be serviceable to society. And have you not a similar class yourselves?

Stewart trazia no trecho acima as incongruências publicadas pela Sociedade Americana de colonização (SAC) que reforçavam estereótipos racistas dos/as negros/as estadunidenses. Ela sugeria um paralelo entre brancos e negros e provocava os leitores brancos, dialogando diretamente com seu leitor. Dois anos depois, o afro-americano William Hamilton discursou na Convenção Nacional dos Americanos de Cor, e, na mesma linha de Stewart, rotulou a SAC de "um forte acordo contra as pessoas de cor", liderado por homens "que transformavam o sentimento público da maneira que bem entendiam". (HETRICK, 2013, p. 124). Em 1943, o pesquisador Rayford Logan demonstrou em suas pesquisas que a SAC de fato "contribuiu poderosamente para o desenvolvimento de atitudes hostis contra o negro." (LOGAN, 1943, p. 328).

Em 1833, Stewart seguia problematizando as alegações pautadas na diferença entre as raças que justificavam uma hierarquização moral e social. Evidenciava a crença de uma "independência natural de alma" e de "amor pela liberdade" como elementos caucasianos, movidos para ocultar as demandas e reivindicações dos afro-americanos. Sua indignação com os discursos correntes e com as violências cotidianas a fez perceber, antes mesmo de muitos teóricos do século XX, que conhecimento é poder. A abolicionista reivindicava um passado muito pouco conhecido no século XIX: de uma África gloriosa, procurada como fonte de conhecimento pelos grandes pensadores da Antiguidade europeia:

A história nos informa que surgimos de uma das nações mais eruditas de todo o planeta – da sede, se não do pai, da ciência; sim, a pobre e desprezada África já foi o refúgio de sábios e legisladores de outras nações, era considerada a escola de aprendizagem, e os homens mais ilustres da Grécia afluíam para lá em busca de instrução.⁷⁷ (STEWART, 1833, s/ página).

Stewart acreditava que a escravidão abalou as condições de produção intelectual dos descendentes africanos nas Américas, mas que essa situação era reversível. Defendia a oferta de oportunidades iguais entre as raças, desde a infância, para que surgissem negros nos mais variados postos, fossem de estadistas, cientistas ou filósofos. Porém, percebia que muitos esforços eram movidos para que essa realidade não se concretizasse. Assim, a esperança voltava-se, frequentemente, para a religião e a crença de uma justiça divina. Mas não de modo incapacitante. Reforçava a importância de que os/as negros/as se movimentassem para investir

⁷⁷ No original: "History informs us that we sprung from one of the most learned nations of the whole earth—from the seat, if not the parent of science; yes, poor, despised Africa was once the resort of sages and legislators of other nations, was esteemed the school for learning, and the most illustrious men in Greece flocked thither for instruction".

o dinheiro que conseguissem em escolas e seminários de aprendizagem para as crianças e jovens negros/as.

Desta forma, defendia a permanência da população africana e descendente nos Estados Unidos, sendo categórica contra as ações a favor da emigração para colonização da Libéria, afirmando abertamente que os objetivos da Sociedade Americana de Colonização eram hostis ao que ela acreditava ser o progresso racial. Criticava a organização por não investir na educação e desenvolvimento do povo negro no país, preferindo direcionar fundos para sua emigração. Sua escrita ativa clamava: “coloque diante de nós objetos nobres, dignos de busca, e veja se provamos ser aqueles negros pouco ambiciosos que eles nos chamam” (STEWART, 1833, s/ página).⁷⁸ Nesse sentido, criticava a condição de privação sob a qual a população negra foi submetida. Consequentemente, a empatia declarada pela SAC era evidenciada enquanto discurso esvaziado de ação prática para elevação da raça: “Parece-me que seus corações estão tão congelados em relação a nós que preferiram que seu dinheiro fosse afundado no oceano do que administrá-lo para nosso alívio”⁷⁹ (STEWART, 1833, s/ página).

Em 1848, Frederick Douglas, em discurso proferido em Nova York, intitulado *Decidimos ficar* (*We Have Decided to Stay*), fez uma defesa da permanência dos negros nos Estados Unidos e respondeu ao discurso pró-colonização proferido por Henry Clay (em janeiro do mesmo ano, na mesma cidade) e dos testemunhos de John B. Pinney, agente da SAC, que havia retornado da Libéria recentemente. Em tom satírico, ironizou o posicionamento político de ambos sobre a emigração de um povo que não era o deles (sendo ambos homens brancos). Douglas defendeu que os negros teriam tanto direito de permanecer no país quanto os brancos e foi categórico em sua resistência à SAC: “Quero dizer aos nossos amigos brancos que nós, negros, tivemos o assunto sob consideração cuidadosa e decidimos ficar! Quero dizer a todos os amigos da colonização aqui, que não deem mais atenção à nossa causa, pois nossas mentes estão decididas”.⁸⁰ (DOUGLASS, *The North Star*, June 2, 1848).

Martin Robison Delany (1812-1885), trabalhava com Douglas desde 1847, nas publicações do jornal abolicionista *North Star*, em Rochester, Nova York. E defendeu a colonização até frustrar-se com ela e tornar-se forte opositor. Segundo Paul Gilroy, Delany

⁷⁸ No original: “Let them place before us noble objects, worthy of pursuit, and see if we prove ourselves to be those unambitious negroes they term us.”

⁷⁹ No original: “Methinks their hearts are so frozen towards us, they had rather their money should be sunk in the ocean than to administer it to our relief”.

⁸⁰ No original: “I want to say to our white friends, that we, colored folks, have had the subject under careful consideration, and have decided to stay! I want to say to any colonization friends here, that they may give their minds no further uneasiness on our account, for our minds are made up.”

passou a acreditar que a colonização era uma organização de homens brancos com interesses econômicos em relação a manutenção da escravidão no país e interesses comerciais em relação a África. Defendia a união dos povos negros, junto à população escravizada, no fortalecimento de uma luta comum. (GILROY, 2012).

Figura 5 - Fotografia de Martin Delany



Na época da fotografia, cerca de 1847, Delany já era abolicionista, escritor, editor e jornalista. Essa fotografia é rara e foi publicizada em 2018.

Fonte: Senator John Heinz History Center. Disponível em: <https://www.heinzhistorycenter.org/blog/collection-spotlight/rare-martin-delany-signed-document>

Em 1852, Delany publicou *A condição, elevação, emigração e destino das pessoas de cor dos Estados Unidos, politicamente consideradas*, em cuja obra defendia abertamente a emigração, partindo do pressuposto da impossibilidade de ascensão social e econômica dos negros(as) no país. Nela, assumiu sua oposição contra a emigração para a África, afirmando que o lugar dos negros deveria ser nas Américas, e conjecturando destinos possíveis no Canadá, na América Central, América do Sul e oeste dos EUA. Na obra, assim como Stewart, também defendeu a importância do investimento em educação e esforços para a elevação da raça no país, que possibilitaria maior acesso a cargos de maior prestígio social. Como forma de contrapor os discursos inferiorizantes, ofereceu diversos exemplos de pessoas negras que conseguiram demonstrar conhecimento e habilidade para desenvolver atividades plenamente valorizadas e reconhecidas por pessoas brancas, nas mais diversas áreas: economia, religião, educação, poesia, música, entre outros. (DELANY, 1852)

Delany se mostrou atento também ao que se produzia na literatura, percebendo seu impacto na formação da opinião pública sobre a escravidão, abolição e destino dos negros. Em 1853, Delany trocou cartas públicas com Frederick Douglass, o qual havia demonstrado apoio à Harriet Beecher Stowe, que defendeu a emigração para colonização da Libéria em seu romance “A Cabana do pai Tomás” (obra que analisaremos mais detidamente no próximo capítulo). Em 6 de maio, Delany complementou sua carta de 22 de março, se opondo à qualquer manifestação de apoio de pessoas brancas sobre o destino dos(as) negros(as), defendendo que a consulta deveria ser feita às comunidades negras no país, as únicas legítimas para manifestação pública sobre seus interesses e destinos. Em sua análise, os/as brancos/as, comparativamente aos negros, não tinham conhecimento real (de vivência e subjetividade) sobre suas condições e interesses, assim, os negros deveriam falar por si e sobre si. Com tal posicionamento, Delany antecipou discussões atuais sobre “lugar de fala”, demonstrando que a experiência traz autoridade e conhecimento sobre assuntos inacessíveis para pessoas externas aos grupos sociais atingidos.

Delany não estava só em sua resistência à colonização ou ao romance de Stowe. No mesmo ano, em convenção organizada pela Sociedade Americana e Estrangeira Antiescravista, os representantes apontaram que parte significativa dos libertos do país se sentia parte dos Estados Unidos e não se identificavam com a África. Com isso, aproveitaram para se posicionar contra a SAC e contra obras do período que tentaram defender a ideia, entre eles o *best seller* de Stowe. Segundo o pesquisador Thomas Graham, um dos representantes da Sociedade na

Convenção pediu à autora para que, se ela fosse reescrever a obra, que não enviasse os negros livres para a África. (GRAHAM, 1973, p. 620-621).

Delany reagiu com intensidade contra a crítica do romance sobre a emigração para o Haiti. Em 1852, ele defendeu o país como “a única nação negra civilizada verdadeiramente livre e independente como tal”, enquanto via a Libéria como “subserviente ao poder dos brancos” (mesmo depois da Independência). Tais comparações refletem a constante diferenciação de Delany entre emigração e colonização. Delany era ardente defensor da emigração quando considerava um país de histórico de luta e resistência negra com significativo sucesso contra o avanço dos brancos. Porém, era radicalmente contra a incursão liderada por mãos brancas e com parcela do poder escravista. Seu foco era o autogoverno e ascensão da raça, elementos observáveis no Haiti, mas, a seu ver, impossíveis na Libéria.

Douglas publicou uma carta de resposta, considerando os questionamentos e reflexões de Delany. Em tom bastante áspero, caracterizava a carta do colega como prematura e injusta. Reforçou seu apoio a Stowe e outros interessados em melhorias na condição da população negra, nos simpatizantes da raça e na manifestação de qualquer trabalho filantrópico. Ele não via diferença entre a colonização e a emigração, assim, aproximava Stowe e Delany, afirmando que este também se colocou a favor da colonização da costa oriental da África em seu livro.

Douglas lançou novos questionamentos a Delany, inquirindo sobre a possibilidade de consulta da população negra, tendo em vista a ausência de organização ou de algum canal de consenso, logo, provocava: “Quantos, neste caso, constituem “Nós”?” Colocava a tentativa do próprio jornal de instigar a formação de uma Liga Nacional que convergisse para a elaboração de um plano de cooperação unido e operado por pessoas negras, o qual poderia ser consultado. Porém, o plano fracassou, devido à falta de adesão da própria população. Segundo ele, Stowe procurou tal órgão, mas ele não existia. Por fim, provocava Delany a convocar uma Convenção de negros livres dos Estados do Norte, em Nova York.

Delany declarava ainda que não se opunha à civilização ou a cristianização da África, ou fosse contrário à prosperidade da Libéria, como fora acusado. Mas era contrário a colonização porque a SAC não acreditava nos negros nos EUA e na sua capacidade de conseguir justiça em solo americano. Na defesa da colonização, espalharam sua desesperança, forçando a resignação com o estado de desigualdade. Dessa forma, contribuíam para a negação de elevação do povo no país e até mesmo incentivava a promulgação de leis que pioravam as

condições dos negros, despojando-os de quaisquer salvaguardas necessárias ao alcance ou desfrute da liberdade. (DELANY, 1853, s/ página).

Talvez em resposta a essa provocação de Douglas, Martin Delany organizou, no ano seguinte, a Convenção Nacional de Emigração de Pessoas de Cor (*National Convention on the Emigration of Colored People*). O documento gerado pelo evento, “Relatório sobre o destino político da raça negra” (no original Report on the Political Destiny of the Colored Race), de 1854, defendia a emigração, concebendo a América do Sul, América Central e Índias ocidentais como uma unidade formada por uma maioria numérica de população de cor, que identificava como o Continente Ocidental. Ressaltava que mesmo no Brasil, um país escravagista, ainda havia oportunidades de ascensão da raça negra.⁸¹ Mencionava outros sete lugares (Cuba, Porto Rico, três ilhas dinamarquesas, uma ilha sueca e quatro ilhas holandesas) que eram escravistas, que vivenciariam uma forma de escravidão “mais branda” (termo utilizado), mas que ainda pareciam mais atraentes para a emigração. Dessa forma, acabava reforçando alguns estereótipos que eram recorrentes na época e que perduraram na historiografia (inclusive brasileira), na tentativa de buscar lugares de sobrevivência e possível ascensão, o documento manteve o foco no quantitativo demográfico de negros, brancos e indígenas e na existência de negros em cargos de visibilidade.

O *Relatório* defendia uma identidade de origem, que uniria todos os negros pautado na raça, defendendo que os negros não poderiam aceitar a afirmação de que eram iguais aos brancos, uma vez que nunca foram tratados igualmente e que os representantes reproduziam imagens negativas e inferiores dos negros. Elucidando que não era uma questão de discriminação por classe social, porém de raça: “não se trata de ricos contra pobres, nem de gente comum contra as classes mais altas; mas uma questão de branco contra preto - cada pessoa branca, por direito legal, sendo considerada superior a uma pessoa negra ou de cor.” (1854, p. 59). Tal hierarquia em questões legais, variavam de estado pra estado, mas imperava a distinção e, muitas vezes impedia a participação ou reivindicação de direitos por pessoas negras, principalmente, quando essa pudesse servir de testemunha contra uma pessoa branca.

Douglas tornou-se cada vez mais cético em relação à ideia de emigração, independente se vindo da SAC ou de alguma organização liderada por pessoas negras. Na Convenção de 1854, seu nome foi conjecturado no planejamento de elaboração de um periódico que representasse os povos de cor, fomentando a emigração. Porém, Douglas teria assumido,

⁸¹ Brazil-is an abject slave- holding State; and even here, all free men are socially and politically equal, negroes and colored men partly of African descent, holding offices of honor, trust and rank, without restriction. (Proceedings of the National Emigration Convention of Colored People Held at Cleveland, 1854, p. 47).

segundo o documento publicado pela Convenção, uma posição contrária aos objetivos da organização, denunciando os interessados como sendo "não inteligentes" e "insensatos". Ele se recusou a publicar qualquer coisa em favor do movimento, e afirmou estar disposto a dar publicidade a tudo o que fosse contra ele.⁸² A partir de então, a Convenção declinou de considerar a proposta do Comitê e retirou o nome de Douglas como uma possibilidade.

Henry Highland Garnet e Martin Delany se organizaram e fundaram a Sociedade de Civilização Africana⁸³ (SCA), em 1858, em Nova Iorque, a fim de fomentar a emigração para a Iorubalândia (parte da atual Nigéria). Segundo a Constituição da SCA, a proposta era estimular a emigração de negros dos Estados Unidos para atuarem como missionários na África, levando a cultura ocidental, englobando os nativos africanos economicamente e politicamente no sistema-mundo. Para tanto, seus ideais fundavam-se na ideia de civilização e cristianização. Concomitantemente, também se propunha a combater o tráfico transatlântico de escravizados e servir de ponte entre os abolicionistas.⁸⁴ Frederick Douglas se manifestou contrário à SCA. Garnet enviou uma carta a ele, convocando-o a se posicionar publicamente e se explicar frente à questão:

[...] eu o exortei a dizer aos seus leitores quais são suas objeções à civilização e cristianização da África. Que objeção você tem aos homens de cor neste país que se dedicam à agricultura, ao comércio legal e ao comércio na terra de meus antepassados? Que objeção você tem a uma organização que se esforçará para controlar e destruir o tráfico de escravos africanos, e que deseja cooperar com homens e mulheres antiescravagistas de todos os graus em nossa própria terra, e trabalhar com eles para a derrubada da escravidão americana? — Diga-nos, peço-lhe, diga-nos no seu estilo claro e viril. Levanta os teus lombos, e responde-me, se puderes.⁸⁵ (GARNET *apud* DOUGLAS, 1858)

De fato, Frederick Douglass se mostrou contrário à ideia de emigração, independente dos agentes que a promovessem, fosse pela proposta de Stowe, da SAC ou da SCA. Em fevereiro de 1859, Douglas respondeu à carta de Garnet explicando sua resistência.

⁸² No original: "denouncing those concerned as being "unintelligent", "unwise", &c., and eventually refusing to publish any thing in favor of the movement, but promptly giving publicity to everything against it [...]". (*Proceedings of the National Emigration Convention of Colored People Held at Cleveland, Ohio, On Thursday, Friday, and Saturday, The 24th, 25th, and 26th of August, 1854*, p. 31-32).

⁸³ No original: African Civilization Society (ACS).

⁸⁴ Constitution of the African Civilization Society. 1858. Disponível em: <https://www.blackpast.org/african-american-history/constitution-african-civilization-society-1796/> Acesso em 01/02/2024.

⁸⁵ No original: "[...] I entreated you to tell your readers what your objections are to the civilization and christianization of Africa. What objection have you to colored men in this country engaging in agriculture, lawful trade, and commerce in the land of my forefathers? What objection have you to an organization that shall endeavor to check and destroy the African slave trade, and that desires to co-operate with anti-slavery men and women of every grade in our own land, and to toil with them for the overthrow of American slavery? — Tell us, I pray you, tell us in your clear and manly style. 'Gird up thy loins, and answer thou me, if thou canst.'"

(DOUGLAS, 1859). Reforçava que não tinha objeção à civilização ou à cristianização da África, ao comércio ou aos trabalhos dos missionários. No documento, apontou sete considerações que impediam a sua cooperação com a Sociedade:

1) A proposta sustentava a ideia de que a África era o verdadeiro lar dos negros americanos, não os EUA, o que, em sua perspectiva, enfraquecia a luta por direitos no país;

2) Defendia que a SCA deveria, assim como o movimento abolicionista, pregar e priorizar a abolição imediata da escravidão, em nome da humanidade, com base nos desígnios divinos, combatendo a ideia de que brancos e negros não poderiam conviver em igualdade;

3) Acreditava que a luta contra o comércio de escravizados africanos deveria ser feita nos Estados Unidos, deixando para a Grã-Bretanha, França e EUA liquidar com tal comércio no oceano. Assim seria a melhor forma de contribuir para a civilização na África.

4) a América era o melhor lugar para lutar contra a escravização estadunidense porque os estados escravagistas compartilhavam valores políticos e religiosos, enquanto a África não conhecia tais noções (descritas como em estado de ignorância e egoísmo selvagem). Supostamente, os chefes africanos, que vendiam os escravizados, não seriam mais abertos a ideais morais antiescravistas do que os traficantes ocidentais. E se o foco fosse os traficantes, em circulação, não seria necessário ir para a África, bastaria ficar nos EUA e combater as ideias escravagistas. Além de que era mais interessante para os afro-americanos permanecer em um espaço com constituições, hábitos e clima já conhecidos.

5) Douglas considerava os Estados Unidos como um lugar onde os negros conseguiam acessar o maior público, apesar das limitações;

6) A SCA intencionava que a produção de algodão africano concorresse com o algodão produzido por mão-de-obra escravizada nos EUA, tal estratégia visava enfraquecer a economia do Sul e atingir a instituição, porém, Douglas ressaltava que a escravidão não dependia do algodão e que podia ser empregada para a produção de quaisquer outros produtos;

7) Temia que na África, a migração fosse ainda mais presente, o que seria incompatível com as demandas para o cultivo de um “caráter honrado”, ou seja, acreditava que a África não estava em um estágio civilizado e que o povo afro-americano precisava ter o direito à estabilidade.

Douglas afirmava que não se opunha às iniciativas individuais de pessoas de cor que migraram para as mais diversas partes do globo interessadas na própria ascensão econômica. Ele declarava respeitar suas escolhas, porém posicionava-se contra organizações que coletavam dinheiro e faziam trabalho de convencimento de terceiros. Era contra a defesa

de quaisquer ideias que fundamentassem um dever (moral e/ou religioso) de emigrar, pois “o caso deixa[va] de ser um assunto individual privado e se torna[va] uma questão pública” (DOUGLAS, 1859). Assim, Douglas aproximava as ações da Sociedade Americana de Colonização e a da SCA, acusando ambas de serem insuficientes para os negros que queriam permanecer nos EUA.

Os ataques ao projeto de colonização seriam reforçados por outros defensores da emigração dos negros. Os afro-americanos que se mudaram para o Canadá em busca de alternativas para os fugitivos da Lei de 1850 (conhecida como “Lei do Escravo Fugitivo”) parecem ter composto grupo particularmente resistente à SAC. Além da oposição de Delany, contou também com Mary Ann Shadd, Henry Bibb e Mary Bibb, entre outros. Eles propuseram a emigração voluntária para o território de domínio britânico, fizeram publicações em seus jornais e mobilizaram seus contatos para que o Canadá fosse a primeira opção dos negros e negras estadunidenses na busca de uma terra de liberdade. Eles/as se tornaram referência entre os/as ativistas/as estadunidenses e palestraram publicamente sobre a questão.

Mary Ann Shadd era uma das mais resistente em relação ao “retorno” dos negros para a África. Ela se posicionava publicamente contra a SAC em palestras públicas, em seu livreto, *A plea for emigration*, e em seu jornal, *Provincial Freeman*. Sua visão do continente africano era formada por um imaginário profundamente negativo, como um lugar selvagem, impróprio ao desenvolvimento moral e físico, marcado por um clima insalubre e por doenças mortais.

O periódico editado por Shadd, *Provincial Freeman*, questionava abertamente as intenções dos colonizadores e sua conexão com o governo dos EUA, duvidando de que iriam reconhecer a capacidade de governabilidade por parte dos negros no mundo. Em março de 1853, questionava o fato de o país ainda não ter sequer reconhecido a independência da Libéria (que já possuía 5 anos): “Os colonizadores dos Estados Unidos têm inquestionavelmente o controle do governo dos Estados Unidos; como é que eles não reconheceram a independência da Libéria? Por que eles nunca reconheceram a independência de qualquer governo negro em qualquer parte do mundo?”⁸⁶ (*Provincial Freeman*, 24 de março de 1854, p. 02).

O jornal *Provincial Freeman*, em 29 de janeiro de 1859, afirmava que a questão da “civilização africana” se dividia em dois grupos no Canadá: um argumentava que civilizar a África poria fim ao tráfico de escravizados; enquanto o outro era totalmente contra qualquer

⁸⁶ The colonizationists of the United States have unquestionably the control of the United States Government; how happens it that they have not recognized the independence of Liberia? Why have they never recognized the independence of any black government in any part of the world?

coisa que soasse como colonização. (*Provincial Freeman*, 29 de janeiro de 1859). Portanto, ainda havia muita polarização entre os habitantes do Canadá.

Thomas Smallwood, negro estadunidense com passado na escravidão, também se frustrou profundamente com a colonização. Ele chegou a defender a SAC por longo período (entre 1822 e 1830), quando acreditava que o objetivo da sociedade era a abolição total da escravatura nos Estados Unidos e, por extensão, em outros lugares. Deste modo, elevando a toda a raça. Afirmava que havia uma crença disseminada de que a população livre influenciava a população escrava, “contaminando-a” com anseios de liberdade, o que dificultava a continuidade da escravidão. Portanto, a emigração dos libertos para a África contribuiria para uma escravidão perpétua, eliminando quaisquer possibilidades de emancipação. (SMALLWOOD, 1851, p. 14-15). Logo que percebeu tais contradições revoltou-se contra os colonizadores e, especialmente, contra aqueles que não se levantavam em defesa de negros escravizados ou contra a instituição em si.

A estratégia de Smallwood foi decidir-se por divulgar informações contra os empreendimentos da SAC e influenciar outros negros contra a colonização. Atribuía o sucesso do projeto da Lei do Escravo Fugitivo aos interesses e à influência dos colonizadores do Norte, como ferramenta importante para impulsionar a demanda pela emigração. Na sua perspectiva, a SAC era movida por grandes comerciantes, fabricantes e aristocratas do Norte, que “sugam as suas riquezas do Sul, do suor e do sangue da raça africana, com tão pouca razão e humanidade como o porco alimentado em estábulo suga o lixo que é derramado na sua manjedoura”⁸⁷ (SMALLWOOD, 1851, p. 17).

Smallwood também defendia que os colonizadores foram importantes na aprovação de um decreto que impossibilitava a qualquer pessoa livre ser empregada em obra governamental nos EUA, ao mesmo tempo em que se promovia a vinda de imigrantes para realizar o trabalho realizado por negros/as. Assim contribuía para a privação de trabalho e, conseqüentemente, dos meios de subsistência, aumentando as pressões para a emigração, preferencialmente para a Libéria. Outra estratégia era cooptar homens negros de proeminência em seus grupos sociais para persuadi-los a emigrar, em troca por bens pecuniários. (SMALLWOOD, 1851, p. 15). Assim, afirmou sobre sua tomada de consciência:

[...] eu poderia ter-me tornado um comerciante na Libéria, apoiado pela ajuda e influência daquela Sociedade. Mas eu preferi viver em circunstâncias indigentes e desfrutar do meu bocado com uma boa consciência, em vez de ser possuído por

⁸⁷ who suck their riches from the South off from the sweat and blood of the African race, with as little reason and humanity as the stall-fed hog sucks the swill that is poured into his manger.

riquezas e uma consciência ardente, com a lembrança de que eu havia obtido posse disso através da traição à minha raça aflita.⁸⁸ (SMALLWOOD, 1851, p. 15)

Smallwood discordava da concepção de que os pró-escravistas mereciam algum tipo de indenização pelos negros/as escravizados que ganhariam a liberdade. Afirmou que a SAC convenceu o abolicionista Rev. C. T. Torry a pagar por eles uma quantia por uma família de escravizados que intencionava auxiliar na fuga. Em sua concepção, tal quantia permitiria auxiliar muitas outras famílias em diversos outros gastos necessários. (SMALLWOOD, 1851, p. 20-21).

Nos Estados Unidos, indivíduos negros se posicionaram individualmente e coletivamente contra a colonização. Segundo a historiadora Mary Kaltenbrun, em Kentucky, os negros livres se mostravam bastante desinteressados na colonização e os negros escravizados, que teriam a liberdade em jogo, também não foram convencidos em números significativos. Mas há evidências de considerável oposição por parte dos escravizados. Muitos alforriados por vontade de um senhor falecido recusaram-se a ser transportados, renunciando a recompensas decorrentes da condição de emigrar para a Libéria. Aparentemente muitos outros, com liberdade oferecida por seus donos, escolheram a escravidão em Kentucky à liberdade na Libéria. E citou o caso ocorrido em Wood Ford County, em 1856, no qual o escravagista Nelson Graves, ao morrer, libertou seus 25 escravizados sob a condição da migração. Ao cumprir os termos do testamento, os negros deveriam dividir entre si uma herança de 10.000 dólares. Os negros se recusaram a aceitar o acordo e ameaçaram, caso fossem sua realização, fugir do no meio do percurso. (KALTENBRUN, 1941, p. 46).

Segundo Kaltenbrun, em Kentucky houve ao menos dois fenômenos que serviram para alimentar as imagens negativas da colonização e desestimular possíveis emigrantes: 1) um grupo, ainda que pequeno, de negros retornados da Libéria que ofereceu relatos muito negativos; 2) a circulação de cartas de emigrantes distribuídas por opositores da colonização em todo o estado (KALTENBRUN, 1941, p. 47). Mas sabemos que outros relatos circularam o país, como foram aqui levantados.

Deixar a terra de nascimento envolvia muitos riscos, tanto materiais quanto afetivos. Abandonar mães, pais, avós, filhos sob o julgo da escravidão era uma decisão difícil para aqueles que ainda tinham tais presenças na mesma fazenda ou proximidades. Ceder os

⁸⁸ I could have become a merchant in the Liberia trade, backed with the aid and influence of that Society. But I preferred to live in indigent circumstances, and enjoy my morsel with a good conscience, rather than be possessed with wealth and a burning conscience, with a recollection that I had come into possession of these through treachery to my afflicted race.

bens ou pecúlios conquistados que não pudessem ser carregados consigo (como um imóvel, uma roça ou objetos grandes) envolvia um rompimento afetivo e a possibilidade de não conseguir conquistar outros semelhantes na nova terra. Lançar-se para outro país, muitas vezes totalmente desconhecido, envolvia toda a readaptação ao clima, à terra (sendo que o conhecimento de muitos era voltado para a agricultura) e ao espaço. Seria necessário fazer novos laços de amizade, compadrios e apoios. Tudo isso sem ter a certeza de que seria uma experiência realmente melhor do que no lugar deixado para trás.

Resistência através das identidades

A resistência ao projeto colonizador foi perceptível nas identidades reivindicadas pelos negros nos Estados Unidos, através de termos específicos e pronunciadas abertamente em convenções e na imprensa, negra e branca. Apesar dos intensos conflitos entre grandes expoentes do antiescravidão e abolicionismo branco, daremos foco às ações dos negros e negras. Conforme J. Harris, o termo “africano” era usado no país desde fins do século XVIII, como forma de identificação entre os negros na diáspora, como categorização ainda generalizante e externa do continente. Tal identidade era reivindicada em paralelo às lutas norte-americanas em que os colonos brancos configuravam sua própria especificidade em relação a Inglaterra. Assim, esses africanos buscavam um reconhecimento de sua cultura específica, retomavam suas culturas enfrentando os estatutos locais, que proibiam a fala de idiomas e religiões africanas, ao mesmo tempo em que o tráfico trabalhava sistematicamente na desconfiguração das famílias escravizadas (HARRIS, 2010, p. 146). Portanto, ressaltamos a adoção do termo como parte da luta pela sobrevivência, do corpo e das mentes, num período de grandes tensões globais e locais.

Segundo Matthew Hetrick, o termo “africano(a)” tornou-se comum nos nomes de igrejas ou organizações movidas pela população negra. A autoidentificação africana parecia ter estimulado o desejo de alguns líderes afro-americanos para o deslocamento para a África. Porém, a experiência no continente mudaria essa identificação, evitaram rotular os habitantes das terras de “africanos”, preferindo os termos “nativos” ou “grupos tribais”. Enquanto se auto identificavam como colonos ou liberianos. Talvez a maior parte dos libertos, sem instrução ou engajamento político, não tenham refletido muito sobre os sentidos de ser africano e, conseqüentemente, não tenham tido esse posicionamento identitário antes da viagem, pois outras preocupações poderiam lhes serem mais urgentes. (HETRICK, 2013, p. 119-120).

Na década de 1830, o termo passou a gerar o medo da colonização forçada e poderia simbolizar, para os brancos, uma simpatia para com as ideias da SAC e a ideia de que pertenciam à África. Assim, a historiografia aponta que é notável um movimento de afro-americanos que passou a especificar mais precisamente o que definia como “africanos”, passando a adotar mais largamente o termo “de cor” (*colored*) ou a apagar o termo dos nomes públicos, como igrejas, convenções e jornais. (HETRICK, 2013, p. 121-124).

Ainda é importante destacar que, mesmo na década de 1850, era possível encontrar indivíduos negros com acesso à imprensa e com reconhecimento social que mantinham vínculo positivo com a África, sem empreender um discurso pró-colonizacionista. Entre eles destaco William Troy, que permeou sua obra de referências positivas ao continente com canções de enaltecimento e autoidentificação, que classifica como “Canções Nacionais da Raça Africana na América”. Abaixo segue uma delas:

"Mãos ensanguentadas que nossos pais rasgaram
De suas casas e parentes queridos;
Cativos feitos em guerra traiçoeira,
Vendidos para correntes e escravidão aqui.
África, nunca podemos ser livres,
Até que nossos pés voltem para ti. "⁸⁹
(TROY, 1861, p.18)

As canções entoadas em seu livro remetem à injustiça do sequestro de seus antepassados de terras africanas e a subsequente escravização, atento ainda aos guerreiros africanos que tiveram o mesmo fim. Remete ao desejo de retorno em vista da impossibilidade de uma vida livre nas Américas. Seu lamento não traz consigo um plano de retorno ou alguma estratégia para esse fim. Mas remete à dor da separação e de uma vida de privação numa terra que tratavam seus antepassados como estranhos.

4.2 Ideólogos negros e o discurso pró-colonização

A ideia de crise nesse capítulo envolve a grande diversidade de propostas para o futuro dos negros em liberdade. Nesse item, intentamos compreender os discursos construídos

⁸⁹ No original: "Bloody hands our fathers tore
From their homes and kindred dear;
Captives made in treach'rous war,
Sold to chains and bondage here.
Afric, we can ne'er be free,
Till our feet return to thee."

e publicados por homens negros em defesa do projeto da colonização da Libéria, criado pela SAC, enquanto destino alternativo possível aos africano-americanos nos Estados Unidos na década de 1850. Tendo em vista que foi um projeto implementado e com número significativo de viagens, portanto, excluimos outras ideias que se delineavam nesse período, pois não conseguiram mover capital ou número semelhante de migrantes.

Concebemos as fontes utilizadas aqui como produções intelectuais e, ao mesmo tempo, engajadas, escritas por pessoas que escreveram e viveram a emigração, preocupados com a mobilização e direcionamento de opiniões públicas, fossem dos negros e negras que nunca haviam saído dos Estados Unidos (desde os/as escravizados/as que viveram toda sua vida em uma pequena região, numa fazenda, ou libertos e livres, habitantes do Sul ou do Norte) ou dos/as brancos/as que poderiam acessar tais obras e colaborar com o projeto.

É importante ressaltar que não conseguimos encontrar escritos de mulheres negras envolvidas nessas discussões, apesar de saber que muitas acompanharam os viajantes e missionários, enquanto esposas ou filhas, e assumiram papéis ativos, inclusive no combate aos nativos. O caso da liberta Matilda Newport [ou Spencer]⁹⁰ talvez seja o único conhecido no período inicial da colonização e reconhecido na posteridade como fundamental para viabilidade do projeto. Encurralada em sua casa, ela usou um canhão contra os nativos, conseguindo afugentá-los e reverter a guerra para vitória dos/as colonos/as. Em 1854, o viajante Daniel Peterson narrou o evento que remontava a 1822, com destaque para sua bravura e coragem:

A Libéria nunca teria sido o lar de imigrantes, se não fosse por uma mulher. Quando os primeiros colonos se preparavam para locais de descanso, os nativos os atacaram com intenções hostis. Apenas uma mulher permaneceu em sua casa, os outros habitantes fugiram. Ela atirou nos nativos até conseguir matar um bom número deles. Os sobreviventes fugiram. O nome da mulher era Sra. Newport; e ela garantiu um novo porto para os negros. Os nativos nunca mais voltaram.⁹¹ (PETERSON, 1854, p. 103)

Os líderes africano-americanos que emigraram na década de 1850 já possuíam antecedentes negros que foram fundamentais para a empreitada da colonização, como Paul Cuffee (1759- 1817), que conduziu o primeiro grupo de emigrados negros saindo dos Estados Unidos para a África, em 1815. O primeiro presidente também havia se tornado uma grande

⁹⁰ O pesquisador Svend Holsoe tende a acreditar que o sobrenome original de Matilda fosse Spencer, tendo em vista que esse nome é o que consta na lista de emigração, casada com Thomas Spencer. Mas Daniel Peterson (1854) e Alexander Crummell (1863) a chamaram por Newport. (HOLSOE, 2007)

⁹¹ No original: "Liberia would never have been the home of the immigrants, had it not been for a woman. When the first settlers were preparing themselves resting places, the natives came upon them with hostile intent. One woman only remained in her house, the other inhabitants having fled. She fired upon the natives until she had succeeded in killing quite a number of them. The survivors fled. The name of the woman was Mrs. Newport; and she secured a new port for the colored people. The natives never returned."

referência negra: Joseph Jenkins Roberts, que governou o país entre 1848 e 1856. Na década de 1850, outros nomes somaram-se à empreitada, elaborando relatos de viagens engajados que trabalharemos a seguir, como Daniel Peterson, Samuel Williams, Edward Wilmot Blyden e Alexander Crummel.

A complexidade dessa escrita nos interessa, principalmente, porque as fontes a seguir permearam vários elementos, sendo-nos particularmente interessante no que se refere ao lugar dos escritores frente ao coletivo (a população negra livre e/ou escravizada na diáspora), o papel do país para o mundo e as memórias que foram construídas (através de árduo trabalho de seleção e interpretação das experiências) para atender a seus objetivos (de fomento ou oposição à colonização).

Daniel Peterson

Em 1854, Daniel H. Peterson publicou o livro *“O espelho: um verdadeiro relato e narrativa da vida, viagens e trabalhos do Rev. Daniel H. Peterson, um clérigo de cor; abraçando um período de tempo do ano de 1812 a 1854, e incluindo sua visita à África Ocidental”*. Seu título evidencia o lugar que pretendia assumir no mundo político e na imprensa, definindo-se como um “relato verdadeiro”. Sua preocupação com a verdade era uma busca frequente no século XIX, assim como demonstrariam várias correntes teóricas, como o positivismo, o idealismo, o realismo, entre outros. Isso não implica necessariamente que ele se filiasse a alguma delas em específico, mas que se inseria numa preocupação que era recorrente em seu período. Por outro lado, seu texto também vislumbrava responder ou contrapor outras narrativas, que ofereciam argumentos e informações diferentes das que trazia, portanto, sua colocação como o “relato verdadeiro” opunha-o aos demais, logo, enquadrados como falsos, mal-intencionados, mal-interpretados ou distorcidos.

Peterson levantava a voz a partir de um cargo religioso e, simultaneamente, uma pessoa negra, o que faria com que fosse uma “voz de dentro”, um “irmão de cor”, dessa forma, unido por laços de ancestralidade, de espiritualidade e de vivências com seus leitores/as negros/as, tornando-se mais propício a ganhar a credibilidade de seu público e, com isso, capaz de atingir leitores que talvez não leriam um viajante-escritor branco. As mais de quatro décadas de viagens pela África Ocidental também fortaleciam sua credibilidade na medida em que reforçava uma experiência prolongada, numa terra distante e sua exposição às mais diversas situações. Portanto, trazia no título diversas informações que situavam seu leitor frente à sua

obra, com informações sobre quem escrevia, identificando seu lugar de produção e de experiência, filiando-se a grupos e públicos e se contrastando com relatos de experiências de períodos curtos.

Segundo o historiador Wilson Jeremiah Moses, a SAC enviou o Reverendo Daniel H. Peterson à África Ocidental em 1853 a fim de que produzisse uma resposta ao abolicionista Martin Delany, já forte opositor da colonização da Libéria. Depois da publicação, aparentemente, Peterson não permaneceu muito tempo na Libéria e não deixou muitas informações sobre suas atividades em relação à colonização. (MOSES, 2010, p. xxviii) Portanto, perdemos rastros de sua trajetória. Mas, ainda assim, ressaltamos que seu texto evidencia questões importantes da década de 1850 para os/as negros/as estadunidenses e américo-liberianos.

Apesar de Moses afirmar que a viagem foi a convite da SAC, Peterson alegava em sua obra não ter recebido dinheiro da instituição para a viagem. Em suas palavras: “visitei a Libéria sem taxa ou recompensa, ou qualquer salário, ou qualquer promessa de remuneração, confiando apenas nas promessas de meu bendito Senhor, para o benefício de meus amados e aflitos irmãos, e a promoção do Evangelho.”⁹² (PETERSON, 1854, p. 99) Sua declaração pode ser uma estratégia para demonstrar liberdade de expressão, visto a inexistência de vínculo financeiro com a instituição, mas também não podemos desacreditar na fonte frente o desconhecimento de outras. Peterson sinalizou que sua viagem foi estimulada por amigos, brancos e negros, para conhecer melhor as condições da população negra estadunidense na Libéria (PETERSON, 1854, p. 138-139). Também não há referência direta a Delany, apesar de sinalizar, de modo amplo, intenção de resposta aos críticos do projeto:

Lamento dizer que muitas coisas falsas foram ditas sobre este lugar e sobre as pessoas que o habitam: e mesmo nas Igrejas negras dos Estados Unidos, tem-se dado dinheiro a falsidades caluniosas da mais gritante descrição. Assim, eles falam de coisas sobre as quais nada sabem, em vez de pregar o puro Evangelho de Cristo. Posso assegurar ao leitor que o povo da Libéria parece tão respeitável quanto o melhor dos negros dos Estados Unidos, enquanto goza de cinco vezes mais liberdade do que senhoras e senhores na posse de todos os confortos da vida, e isso em uma nação própria.⁹³ (PETERSON, 1854, p. 96)

⁹² No original: I have visited Liberia without fee or reward, or any salary, or any promise of remuneration, trusting only in the promises of my blessed Lord, for the benefit of my beloved and afflicted brethren, and the promotion of the Gospel.

⁹³ No original: I am very sorry to say that many false things have been said about this place, and the people who inhabit it: and even in the colored Churches of the United States, currency has been given to slanderous falsehoods of the most glaring description. Thus they talk of things about which they know nothing, instead of preaching the pure Gospel of Christ. I can assure the reader, that the people in Liberia look as respectable as the best of the colored people in the United States, while they enjoy five times as much liberty, as ladies and gentlemen in the possession of all the comforts of life, and this in a nation of their own.

Peterson declarava ser filho de pais escravizados, nascido nas proximidades da cidade de Baltimore (Maryland), tendo adquirido sua liberdade e a da mãe. Era forte defensor da liberdade como algo inato ao ser humano, independente de cor. Seu desejo de ser útil aos semelhantes o fez buscar formas de contribuir para a melhoria de sua raça. Sua escrita não atacava diretamente a escravidão, mas tencionava-a, mantendo um discurso de subserviência para com a ex-escravizadora (uma espécie de “boa senhora”), pelos aprendizados dos conhecimentos morais e religiosos obtidos. Suas experiências no pós-emancipação também serviam de prova viva da boa-relação entre brancos e negros, tendo recebido bons salários e privilégios. Consequentemente, afirmava ter feito bons amigos brancos, contrapondo-se diretamente àqueles que criticavam essa possibilidade. Assim, investia num posicionamento político apaziguador, podendo ser visto como um tipo de abolicionista moderado.

Seu casamento também foi exposto como espécie de alegoria de união com a população negra, servindo como um exemplo de ascensão social e econômica. Sua esposa, Mary Trusty, era oriunda de uma das famílias de cor mais respeitáveis da cidade de Filadélfia, filha de Jonathan Trusty, um homem de posses e administrador da Igreja. Em trecho referente à conversa sobre a emigração com a esposa, reforçava os sacrifícios assumidos em prol da investida de um “homem corajoso e altruísta” em busca de uma terra de liberdade para seu grupo de origem, assim a esposa o estimulava a emigrar (seguindo um designo divina). Segundo ele, ela decidiu por não o acompanhar na viagem. Aguardaria seu retorno aos EUA, em suas palavras: “Eu irei, com a ajuda do Senhor, fazer o melhor que posso em todas as coisas; mas você se lembrará de mim e de todos os outros em suas orações, em todos os momentos e lugares, e nós nos lembraremos de você em nosso caminho fraco”. Desta forma, seu casamento servia de parábola para um sentido de família que o comprometia e o conectava à população negra, como um coletivo unido por solidariedade e esperança.

Peterson deixava transparecer a consciência de que sua experiência não reproduzia a realidade de todos os escravizados e que sua circulação no país o fez ver outras formas de escravização. Assim, mesmo vindo de uma trajetória que lhe ofereceu uma boa vida, fosse pelo tratamento ou por questões financeiras, ele renunciava a tudo para servir a um dever maior, revelado em visões noturnas, por Deus, de pregar o Evangelho em terras distantes. Ele não impunha a emigração da população negra estadunidense para a Libéria necessariamente, porém destacava que era o melhor destino em detrimento do Canadá e Haiti, pois defendia que o novo

país dispunha das melhores condições para que a raça alcançasse o autogoverno.”⁹⁴
(PETERSON, 1854, p. 100)

Dentro desse viés, Peterson direcionava seu texto, principalmente, à população negra, fosse escravizada, livre ou liberta, com atenção às seitas metodistas e batistas, de modo a contemplar em cada momento, o chamado para as especificidades de cada grupo, com maiores menções às cidades de Nova Jersey, Pensilvânia e Nova York, que eram regiões com significativa população negra e com as quais teve maior contato. Apesar disso, seu discurso coadunava com diversos argumentos recorrentes nos meios pró-escravistas, reverberando distorções das histórias de povos africanos e suas relações com europeus. Não tinha intenção de engrandecer a África ou os ancestrais, mas de defender um futuro possível através de um salvamento pelos seus descendentes.

Aos escravizados, pregava o consolo e a obediência, justificando a escravidão com base na imagem da África como uma “terra de trevas”, principalmente pela ausência de cristianismo e ser adoradora de outros deuses. Colocava os próprios africanos como escravizadores de si mesmos. Em sua visão, a África ainda permanecia sem historicidade, ou seja, marcada pela ausência de mudança ao longo do tempo e caracterizada pelo caos. Seu destino poderia mudar com o trabalho missionário, fazendo com que os descendentes dos africanos recebessem a “luz e religião”. Assim, a escravatura teria sido uma forma de designo divino para levar a religião para o continente. O aumento do número de pessoas negras livres/libertas também seria uma expressão da intervenção divina, pois, em sua compreensão, em algum momento, todos os negros haviam sido escravizados no país. Em tom de agradecimento, reconhecia o crescente número de homens e mulheres brancos/as como grandes libertadores (bondosos, preocupados com conforto e felicidade dos oprimidos), que permitiram o acesso à religião pelos negros e negras (PETERSON, 1854, p. 49-51).

Com esse apelo, as diversas etnias africanas eram tratadas como grupo homogêneo e sem história, provenientes de um passado caótico. Com ajuda externa, seriam destinados à um futuro estadunidense (em sua base europeia: língua, vestimenta, religião, costumes etc.). Assim, construía uma imagem de uma África homogênea, onde inexistiam diferenças entre os africanos e, ausentes de sentimentos de pertencimento ou de famílias, tratariam seus conterrâneos de forma desumana, vendendo-os aos traficantes de escravizados. Ao mesmo

⁹⁴ No original: “There is no other way than this by which the colored people can obtain their deliverance and return to their own land--no other way by which they can arrive at self-government”.

tempo em que partia do pressuposto de que os africanos se viam como iguais entre si, desprovidos de sentimentos de empatia e união.

Desde o início do século XX, a antropologia vem questionando tal viés interpretativo, recorrente na época, e propondo abordagens mais plurais e respeitosas para com formas não-europeias de organização social, como fez Franz Boas. A historiografia atual também fez inúmeros avanços, ressaltando as resistências dos diversos reinos africanos ao tráfico de escravizados e a consequente e necessária desestruturação deles para o acesso a contingentes cada vez maiores de mão-de-obra africana. Atualmente também se destaca os conhecimentos nas mais diversas áreas que populações africanas dispunham e que foram prejudicados pelas intervenções da colonização. Porém, cabe ressaltar que mesmo indivíduos negros e comprometidos com sua ancestralidade absorveram e reproduziram violências epistêmicas contra sua própria história.

O que pretendemos ressaltar é que, mesmo que Peterson, entre muitos outros, tenha convivido com nativos africanos, seu interesse se encaixava numa imagem de África que precisava de salvação, isso concedia argumento para o discurso religioso que potencialmente atingiria afro-americanos no sentido da colonização, criando um impositivo divino e moral em prol da emigração. O que não significava que os colonizadores não acreditassem nessas ideias ou agissem de forma puramente estratégica. Por outro lado, não intentamos confundir o leitor atual, acreditando que essa interpretação não seja problemática, mas que esteja ciente sobre sua historicidade. Tal viés também apareceu em outros abolicionistas negros, inclusive radicais, como discutiremos mais à frente.

Peterson, ao se direcionar à população de cor livre, chamava atenção para a impossibilidade de serem, de fato, livres nos Estados Unidos, ou seja, de conseguirem acessar a cidadania plena, envolvendo liberdade moral, religiosa, militar e civil, pois formavam um grupo privado de direitos, fosse pelas leis ou pelos costumes, assim, percebidos e tratados como um povo inferior, devido à sua raça (PETERSON, 1854, p. 54-55). A emigração aparecia como um impositivo cada vez mais inevitável aos negros/as livres, exemplificando com as experiências visíveis como as dificuldades de conseguirem empregos remunerado nos Estados Unidos (mesmo entre aqueles que tinham estudo) ou ao acesso limitado a trabalhos menos desejáveis, sob as condições mais degradantes, marcados por inúmeras desvantagens. A discriminação destes do mercado de trabalho se replicava nos hotéis e nos meios de transporte, simplesmente pela questão racial. E toda essa situação sujeitava-os à vadiagem e, possivelmente, aos vícios em bebidas alcoólicas:

Eles saem em busca de emprego; eles vagam por muitos lugares procurando negócios e não encontrando nenhum. Eles batem em muitas portas para serem admitidos - o porteiro olha para fora, vê a tez do candidato e o manda ir para longe ou pior. Ele vagueia abatido e desamparado, e talvez mergulhe no vício, lamentando o tempo que ele desperdiçou em obter uma educação que parece ser tão inútil para ele em todos os propósitos práticos, ele se junta aos ignorantes e profanos em alguma atividade inferior que sua educação superior tornou inadequada para ele.⁹⁵ (PETERSON, 1854, p. 73-74)

O alcoolismo era uma questão moral e religiosa para os EUA oitocentista, principalmente pelos adeptos do Movimento da Temperança, largamente disseminado entre negros e brancos, antiescravistas ou abolicionistas. A vadiagem também foi tema de preocupação (como no Brasil) na discussão do trabalho livre e na capacidade de viver sem um tutor, gerindo seu tempo e suas próprias finanças. Portanto, elementos a serem combatidos arduamente, principalmente por aqueles que defendiam as capacidades intelectuais dos negros e sua disposição ao autogoverno, fossem pró-colonizacionistas ou anticolonizacionistas. O historiador Luiz Estevam Fernandes destacou que os reformadores religiosos e morais estadunidenses opunham-se ao consumo de bebidas alcoólicas e à escravidão como partes de uma reforma individual necessária para grandes mudanças na sociedade, fundamentais para a busca pela “perfeição cristã” e combate aos pecados coletivos. (KARNAL; PURDY; FERNANDES & MORAIS, 2007, p. 119).

Peterson se viu na necessidade de contrapor os principais ataques à colonização, defender a possibilidade de vida e sustentar a existência dos elementos necessários à ascensão moral e econômica na região. Dessa forma, descreveu a cidade como local atraente e “perfeitamente saudável”, com água de qualidade, clima favorável e habitantes de boa saúde. Destacou a infraestrutura já erguida na cidade, com foco na religião e educação, com três grandes igrejas de pedra (onde atuavam 4 pastores), uma academia e uma escola secundária. No capítulo 5, descreveu a região de modo a mapear as oportunidades de trabalho abertas aos emigrantes, fosse para fazendeiros, professores, ferreiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, açougueiros ou padeiros, além de oportunidades para barcos a vapor e homens empreendedores em geral. Fez uma bela descrição das potencialidades da agricultura, delineando um terreno fértil, onde as plantas ofereciam frutos em quantidades abundantes e

⁹⁵ No original: “They go forth looking for employment; they wander through many places seeking for business and finding none. They knock at many doors for admittance--the porter looks out, sees the complexion of the applicant, and bids him go farther and fare worse. He wanders away dejected and forlorn, and perhaps plunges into vice, and, lamenting the time which he has squandered in procuring an education which seems to be so useless to him for all practical purposes, he joins with the ignorant and profane in some low pursuit which his superior education has rendered unsuitable for him”.

rotineiramente desperdiçadas, uma vez que havia falta de braços (outro convite aberto aos trabalhos dos colonos). Assim, direcionava suas informações e reflexões para ressaltar o sucesso dos que emigraram, com facilidade de acesso a terras, bens móveis e, conseqüentemente, um enriquecimento fácil. (PETERSON, 1854, p. 107).

Tendo em vista suas experiências na Libéria e passagens por Serra Leoa e pela Gâmbia, Peterson fez ponderações sobre o melhor ambiente para recebimento e ascensão da população estadunidense. A Gâmbia foi descrita como povoada pelas pessoas mais resistentes à religião ocidental e atada aos costumes locais, seus habitantes foram representados como “incultos” e “selvagens”. Incomodou-se com a grande quantidade de pessoas nuas ou seminuas, descalças ou com objetos específicos de sua religiosidade (como amuletos e turbantes). Dessa forma, evidenciava seu choque cultural e suas expectativas para com a colonização, ao mesmo tempo em que demonstrava para o leitor seu conhecimento da região e seu cuidado em escolher o melhor destino.

A comparação com a Gambia é usada para fortalecer a preferência pela Libéria às outras colônias, bem como do protagonismo dos Estados Unidos à Inglaterra. Tal comparação de colonizações é usada também para fazer desdobramentos sobre questões políticas ou administrativas, identificando maior avanço estadunidense sobre as novas terras, colonos e nativos, inclusive ressaltando a predisposição dos últimos de se filiar às igrejas e receber os negros americanos, em sua perspectiva, dispostos a acatar o novo governo e a nova religião. Seu texto tentava visivelmente romper com as narrativas sobre os conflitos entre etnias locais e colonos, e, com isso, descrever uma relação patriarcal entre os negros americanos e os nativos.

O viajante apontou aspirações a uma economia pulsante entre Estados Unidos (com destaque para Nova York) e a costa da África, através de rotas marítimas bem estabelecidas (PETERSON, 1854, p. 122). Alimentava ideias de desenvolvimento econômico iminente, com possíveis conexões comerciais entre Libéria, Inglaterra e EUA, citando a possibilidade instigada por um dos chefes da empresa British Mail Steamer Hope de preparação de uma linha de navios a vapor conectando tais regiões⁹⁶, aproveitando para inserir o país nas já iniciadas explorações do rio Níger. Depois de instaladas tais redes comerciais e meios de transporte, as produções frutíferas e o café poderiam ocupar papel importante no desenvolvimento econômico da nova república.

⁹⁶ Essa ideia seria, posteriormente, trabalhada por Marcus Garvey que, em 1919, se tornou presidente da Black Star Line, uma companhia de navegação que intencionava estabelecer uma rota de passageiros entre a América do Norte e a África, visando facilitar a emigração de afro-americanos para a Libéria.

Peterson, assim como outros apoiadores da colonização da Libéria, reforçava a ideia de que a empreitada era o passo inicial de um grande projeto expansionista para o interior da África: “A bandeira desta jovem república é uma estrela e onze listras. Acreditamos que muitas estrelas serão adicionadas, até que todo este quadrante do globo seja trazido totalmente sob a Lei e o Evangelho” (PETERSON, 1854, p. 122- 123). Dessa forma, reforçava o ímpeto expansionista do projeto colonizador. Eles somente precisariam do apoio de líderes africano-americanos para auxiliar num projeto que descrevia como um sucesso em andamento. E ainda observava que o apoio de homens importantes, como Frederick Douglas, poderia facilitar esse processo.

O colonizador alimentava a ideia de autogoverno para os afro-americanos já advertindo seus leitores (e potenciais colonos) que deveriam prezar por relações amigáveis para com os nativos e se comprometerem ao desenvolvimento de governos bons, que somente poderia ocorrer através de homens bons. Seu discurso é permeado de ideais religiosos e interesses comerciais. Peterson ressaltava:

Portanto, sejamos muito cuidadosos como lidamos com esses nativos, para que não tragamos sobre nós mesmos uma reprovação e incorramos no desagrado do bendito Senhor, e sejamos finalmente expulsos daquela terra em uma condição mais degradada do que os atuais nativos estão. (PETERSON, 1854, p. 128)

O discurso moderado de Peterson buscava amenizar a escravidão, repreender os opositores, oferecer uma imagem pacífica do país e reforçar o convite para uma grande missão civilizatória que possibilitaria o reerguimento da raça negra, como um lar possível fora dos Estados Unidos e repleto de possibilidades para seu povo. Ele respondia aos ataques dos anticolonizadores ao mesmo tempo em que criava uma imagem positiva de um lugar com todos os requisitos necessários para (re)começar. Sua experiência prolongada e relação paternalista com os nativos reforçavam um convite ousado de cruzar o atlântico em busca de um sonho de liberdade.

Edward Wilmot Blyden

Edward Wilmot Blyden (1832-1912) possuía uma trajetória que o ligava diretamente aos negros livres numa perspectiva diaspórica, filho de pais negros livres de Saint Thomas, no Caribe, e destacado no meio religioso desde a juventude, era uma força pulsante

em busca de conquistas para sua raça. Em 1850, foi estimulado pelo norte-americano John P. Knox, pastor da igreja Protestante Reformada Holandesa a emigrar para os Estados Unidos, a fim de dar continuidade a seus estudos teológicos. Aos 17 anos chegou a Nova Jérsei, tentou se matricular nas instituições educacionais e não foi aceito, sendo rejeitado três vezes, por ser negro. Somado a isso, deparou-se com a Lei do Escravo Fugitivo (1850) e outras leis que consolidavam a opressão sobre a população negra. Assim, o reverendo John P. Knox direcionou-o para a Sociedade Americana de Colonização. (GALIANA, 2017)

Em 1856, Blyden publicou *Voice from Bleeding Africa*, que foi escrito com intuito de colocar os colonos liberianos em diálogo com os escravizados, expressar os sentimentos nutridos na Libéria com referência à instituição e responder às acusações correntes nos EUA de que os colonos seriam pró-escravistas. Ele defendia que negros dos EUA e da Libéria não deveriam mais se manter distantes, pois eram unidos por seus ancestrais africanos e formavam uma irmandade (biológica e social). Tal união permitiria o fortalecimento da luta contra o comércio de escravizados e seus desdobramentos. (BLYDEN, 1856, p. 05-06)

Blyden compartilhava com Peterson a crença de um futuro europeu para a África, a depender do sucesso da colonização. Ele considerava que o tráfico de escravizados acarretou uma ruptura na história das populações africanas, que, em período anterior, desfrutava de agricultura e domínio de artes mecânicas. Se não fosse por tal fenômeno, em sua visão, a África estaria desfrutando da civilização da Europa católica. Assim, já demonstrava conhecimento de que o tráfico de escravizados deveria ser compreendido em seu contexto global, pelo envolvimento de diversas nações (ditas civilizadas) e sua capacidade de desestruturar grupos sociais previamente instalados, gerando guerras, carnificinas e derramamento de sangue sem precedentes.

Consciente sobre as relações internacionais e a dependência de grandes potências para erguimento econômico da nova república, Blyden avançava delicadamente em suas críticas aos países anglófonos. Defendia o pioneirismo dos Estados Unidos e Grã-Bretanha no envolvimento e consolidação de leis para abolir o comércio transatlântico de escravizados. Por outro lado, deslocava o olhar para Portugal e Espanha, que não somente continuavam, como impulsionavam as transações, tornando o tráfico cada vez maior. Seu cuidado no manejo das interpretações das relações resguardava o projeto da SAC, que dependia diretamente do financiamento e recursos humanos desses países. Assim, tentava defender que a Libéria teria feito mais pelo fim da escravidão do que qualquer outro país.

Blyden apontava que os EUA estavam divididos em três grandes grupos na questão da escravidão: 1) os que exigiam o fim imediato da escravidão; 2) os que propunham a abolição gradual seguido de um transporte dos emancipados para a África; e 3) os que se recusavam a pensar a abolição. Sua percepção de um país fragmentado fortalecia o argumento da necessidade de posicionamento e de agência para tal concretização. Advertindo que o imediatismo poderia trazer maior acirramento das tensões. Pensava ainda que entre o terceiro grupo (os pró-escravagistas) havia aqueles que justificavam a escravidão com base na bíblia; aqueles que desconsideravam que os negros fossem vistos como “homens”; e aqueles que viam a escravidão como um mal necessário. (BLYDEN, 1856, p. 14-17).

Na base de tudo isso, em sua percepção, estava o fato de que a emancipação imediata acarretaria uma “perda pecuniária” e uma consequente redistribuição de trabalho, fazendo com que brancos tivessem que trabalhar por sua própria riqueza. E percebia que quando inexistia a “perda pecuniária” ou a possibilidade de exploração do trabalho, havia a prática de alforria. Os idosos, enfermos e deficientes físicos se enquadravam nesses casos. No contexto de colonização da Libéria, os escravagistas passaram a usar a emigração como condição de liberdade (ou mesmo de forma compulsória) e a SAC era procurada para oferecer os meios de transporte necessários. Ele afirmava incisivamente que esse público não era o foco da colonização, que o objetivo da SAC era “promover a emigração de pessoas de cor livres para a Libéria e, assim, realizar uma abolição gradual da escravidão”, não era intenção receber libertos em outras circunstâncias. A emancipação dos idosos não contribuía para a abolição geral e sua emigração trazia problemas financeiros, sociais e militares para a colonização, pois aumentava os gastos, trazia indivíduos que não queriam ter emigrado (pois sentiam falta de seus familiares, deixados nas Américas) e ainda dificultava as lutas contra os nativos liberianos. E concluía, que estes “dificultavam o progresso da nação”, em sua observação:

Ficamos assim impressionados, porque vimos alguns velhos, enfermos e sem firmeza, chegarem a este país, deixando suas esposas e filhos escravizados na América; vimos mulheres pobres, fracas e ineficientes chegarem, deixando seus maridos e filhos em cativeiro; vimos maridos e esposas que foram separados de seus filhos escravizados para virem para a Libéria.⁹⁷(BLYDEN, 1856, p. 27).

Blyden também se preocupou em defender a capacidade intelectual dos negros. Ele destacava que esse discurso era incoerente e, logo, insustável, pois chamava a atenção para o

⁹⁷ No original: “We are thus impressed, because we have seen some old men, sickly and infirm, come to this country, leaving their wives and children Slaves in America; we have seen poor, weak, inefficient females come, leaving their husbands and children in bondage; we have seen husbands and wives who were separated from their enslaved children to come to Liberia.”

esforço legislativo de restringir a educação à essa parcela da população, mas defendia que não deveria haver medo de que os negros aprendessem seus direitos e privilégios se não houvesse capacidade intelectual. Da mesma forma como seria contraditória a ideia recorrente de que a educação tornaria os negros inaptos para a escravização, uma vez que implicaria em capacidade de aprender e manejar um conhecimento em prol de si mesmo. Assim concluiu: “Eles, portanto, o privam de todos os meios pelos quais os homens são aperfeiçoados e elevados acima do nível bruto.” (BLYDEN, 1856, p. 18). Nesta e em outras passagens, ficam evidentes em sua fala a ascensão social e econômica como dependentes da educação, da raça e do gênero.

Blyden sentiu a necessidade de se expressar frente às acusações sobre os interesses pró-escravistas entre os membros e agentes da SAC. De forma muito estratégica, evitou tematizar sobre a presença de pró-escravistas no quadro organizativo da colonização (como o escravista Henry Clay, estadista, aberto defensor da escravidão negra e um dos fundadores da SAC), voltando suas observações para o posicionamento dos colonos américo-liberianos:

O povo da Libéria não tem ambição de figurar em discursos pró-escravidão. Eles não desejam ser considerados descendentes da escravidão americana; eles não têm simpatia por essa instituição. Eles odeiam e abominam cordialmente todo o sistema; orando diariamente por sua subversão e anulação completa.⁹⁸ (BLYDEN, 1856, p. 33)

Em 1861, Blyden publicou *Esperança para a África* (no original *Hope for Africa*), oriundo de seu discurso proferido numa Igreja Presbiteriana, no qual pensava a história do continente após as investidas europeias. Ele exaltava a expansão dos europeus sobre a Ásia e as Américas como processos movidos pelo “espírito de aventura” ou pelo “poder da empresa e do encanto da civilização”, em que incursões científicas mapearam picos, cordilheiras, ilhas, regiões frias e áridas, permitindo identificar e explorar recursos naturais e humanos. Porém, demonstrava que a África havia sido deixada de lado nesse processo dos viajantes e filantropos, criticando o fato de que o continente somente se tornava foco quando eram necessários exemplos de “degradação, ignorância e superstição” ou quando era alvo dos interessados no comércio de óleo de palma, sândalo e marfim, sofrendo frequentes pilhagens e carnificinas ao longo dos séculos.

Blyden percebia de forma crítica os discursos em defesa da escravidão, especialmente as justificativas pautadas na suposta ascensão moral e religiosa dos/as negros/as. Assim, se posicionou categoricamente em nome de seu coletivo. Ele sabia das comparações

⁹⁸ No original: “The people of Liberia have no ambition to figure in pro slavery addresses. They do not wish to be held up as the spawn of American Slavery; they have no sympathy with that institution. They cordially loathe and abominate the whole system; praying daily for its subversion and complete annihilation.”

entre a escravidão africana e a sulista e se recusava a aceitar equiparações que reduzissem a brutalidade estadunidense (como as afirmações feitas por Daniel Peterson). E enfatizava que as conversões dos africanos naturais e seus descendentes aos valores ocidentais não se deviam a qualquer ensinamento de escravagistas.

Devemos negar positivamente que o escravizado americano foi mais degradado na África do que no Sul. Também negamos enfaticamente que a educação e a civilização das pessoas de cor americanas sejam atribuíveis à escravidão. Eles receberam essas bênçãos apesar de sua condição, apesar das brutalidades daquele sistema atroz.⁹⁹ (BLYDEN, 1861, p. 32)

Segundo V.Y. Mudimbe (2019), Blyden foi grande defensor das ações da SAC até fins do século XIX e grande precursor das ideias panafricanistas. Foi precursor de diversas noções que contribuiriam para o reconhecimento da África como continente rico e complexo, enfatizando a necessidade de desenvolvimento da “Consciência negra” em relação à opressão das literaturas europeias que depreciavam a história e inteligência dos negros. Pregou pela responsabilidade africana de criar sua própria interpretação social do passado e do presente africano, de modo a elaborar possibilidades de futuro que respeitassem seus valores, a fim de despertar, o que defendia como, a “Personalidade africana”. Criticou a linearidade com que as interpretações europeias e americanas tomavam a história da África, como um passado europeu e destinada a um futuro europeu. Suas ideias tensionavam as grandes teorias racistas da época, fossem em termos religiosos ou científicos. Suas contribuições são inúmeras, assim como suas obras, que permeariam pensamentos sobre negritude, nacionalismo, panafricanismo e unidade africana.

É inquestionável os avanços feitos por Blyden em relação a uma consciência de si e de sua história (conectada pela história do Atlântico) e dos/as negros/as na diáspora. Seu ímpeto pela busca de um lugar de prosperidade para a toda a raça lhe fez mapear possibilidades de ascensão para instigar seus semelhantes a emigrar. Ele conseguia avançar em muitos assuntos delicados e se comunicar de forma muito sensível com seu público leitor, mesmo que reproduzisse algumas questões potencialmente problemáticas. Assim, conseguiu manter-se como uma das grandes referências de intelectualidade na diáspora negra até a atualidade.

⁹⁹ No original: “We must deny most positively that the American Slave was more degraded in Africa than he is in the South. We also deny most emphatically that the education and civilization of the American colored people are attributable to Slavery. They have received these blessings in spite of their condition, in spite of the brutifications of that atrocious system.”

Samuel Williams

Em 1857, Samuel Williams, reverendo e missionário na Libéria, publicou um livro sobre suas experiências de 4 anos na região. Ele viajou para o país para atividades que envolveram exploração pela costa do Cabo Palmas, cristianização e aproximação com os habitantes locais. Conseguiu identificar possibilidades de comércio, alimentação e relações com comunidades do interior. Seu livro foi escrito com interesse em narrar um pouco sobre as missões e os costumes dos nativos da África Ocidental, oferecendo uma resposta às publicações anti-colonizacionistas, além de informar e estimular a população negra estadunidense a emigrar.

Williams iniciou sua obra contando sua história a partir de sua trajetória como escravizado na Pensilvânia, viveu com significativa autonomia, onde conseguiu desenvolver habilidades como barbeiro. Ganhou a liberdade ainda na adolescência. Ao longo de sua vida, passou por diversas cidades, em busca de empregos e melhores condições. Casou-se aos 20 anos. Apesar de relatar ter conseguido viver com relativa aceitação no seu círculo de conhecidos, qualquer saída lhe expunha a uma série de experiência de discriminação, além da explícita segregação nas igrejas e transportes. A nível legislativo, o futuro também se estreitava, as leis tornavam-se cada vez mais rígidas e limitadoras para a população negra, à medida que os escravagistas conquistavam aprovações nos governos locais, estaduais e federais. Com a aprovação da emenda de 1838, os negros foram proibidos de votar no Estado da Pensilvânia, pois o sufrágio se tornou privilégio exclusivo dos homens livres brancos. Depois da aprovação da Lei do Escravo Fugitivo (1850) decidiu emigrar para um lugar onde pudesse aspirar à liberdade, não somente individual, mas de toda a raça.

Seu texto tentava conciliação com os abolicionistas mais radicais, declarando que ele próprio foi um abolicionista intransigente, *a priori* contrário à colonização da Libéria. Porém, ao analisar a situação dos negros em outros territórios e a presença da segregação em lugares conhecidos pela liberdade (como o Canadá), passou a reconsiderar a África, percebendo que a proposta não precisava conflitar com o abolicionismo.

O interesse em fomentar uma imagem positiva da Libéria o fez perpassar diversos temas, tratando de assuntos recorrentes nos escritos de oposição à colonização. Ele negou o calor excessivo, a gravidade das doenças (principalmente as febres), a dificuldade de alimentação ou comércio. Seu texto focava nas possibilidades de ascensão física, econômica e social. Afirmava que o calor somente era demasiado entre 10h e 15h, de modo que a circulação era agradável e confortável nos outros horários do dia. Sobre a febre africana, afirmava ser menos regular que a americana e que era necessário um período de aclimação para, logo,

manter uma boa saúde. Afirmava que as epidemias generalizadas eram inexistentes: “A cólera ainda não visitou suas praias; a febre amarela ainda não apareceu na Libéria; a varíola é raramente vista; o sarampo, a escarlatina, a febre do tifo e uma série de outras doenças não infestam suas costas.”¹⁰⁰ (WILLIAMS, 1857, p. 24).

Ressaltava que a mortalidade da população negra nos Estados Unidos era alta e separava famílias cotidianamente, porém, a imprensa anti-colonizacionista usava os casos de mortes na Libéria como elemento de dissuasão dos interessados na emigração, como se o lugar fosse a própria causa da morte. Ele comparava com aqueles eventualmente faleciam após emigrar para Nova York, por exemplo, e que os estadunidenses nunca tomaram a cidade como a própria causa das mortes. Portanto, era necessária uma reflexão mais cautelosa a respeito da gravidade e mortalidade das doenças na África ocidental, pois afirmava que o número de mortes por “febre africana” era muito baixo e algumas regiões eram mais propícias que outras, o que deveria ser devidamente pesquisado antes de se estabelecer assentamentos. (WILLIAMS, 1857, p. 25).

As comparações com as experiências nos EUA eram fundamentais para criar paralelos com o leitor e desfazer argumentos desfavoráveis. Williams reforçava a existência dos suprimentos básicos da alimentação, da existência de carnes de todos os tipos, mas ressaltava que as frutas não eram tão numerosas quanto nos EUA. E afirmava que o comércio com os nativos era possível e potencialmente simples, que aceitavam tabaco, cachimbos e anzóis como moedas de trocas. Acreditamos que tal forma de apresentar o comércio poderia fomentar uma imagem ingênua dos nativos tendo em vista a não uniformização de adesão do comércio monetário (largamente adotado pelos estadunidenses) ao mesmo tempo em que poderia estimular os mais empobrecidos a buscar emigrar, planejando trabalhar e realizar trocas de sua produção na própria redondeza.

Seu texto deixava entrever tensões entre negros que foram escravizados no Sul e livres ou libertos que tiveram experiência no Norte, ao afirmar que os colonos eram preguiçosos, pois, em sua perspectiva, trabalhavam pouco, ignorando a abundância de terras não cultivadas que poderiam alimentar as famílias dos próprios migrantes. Questionava o fato de a maioria ser composta de escravizados que foram emancipados, os quais, em sua perspectiva, optavam por não trabalhar na Libéria. Tal “indolência” (termo usado pelo autor) seria, por sua vez, um resquício da experiência vivida no Sul, portanto, teriam adotado “hábitos

¹⁰⁰ The cholera has never yet visited her shores; the yellow fever has not yet made its appearance in Liberia; the small-pox is but seldom seen; the measles, the scarlet fever, the typhus fever, and a host of other diseases, do not infest her shores.

sulistas”, assim manteriam a expectativa de possuir um criado que realizasse trabalhos simples para servi-los. Acreditava que a colonização seria diferente se os negros nortistas fossem para a Libéria, em vez dos sulistas. (WILLIAMS, 1857, p. 16).

Dessa forma, percebe-se que os ideais e estereótipos que circulavam entre a população branca nortista sobre os sulistas ressoavam também entre os negros nortistas, relacionando escravização e criação de um ambiente propício ao ócio e à preguiça. O tema era reverberado nas diversas publicações, de modo que a abolicionista negra Mary Stewart, em 1832, já havia rebatido essa acusação (que colonizacionistas acusavam negros de serem ociosos, como foi apontado no início deste capítulo), portanto, o estereótipo que Williams usava não era invenção própria, mas a retomada de uma imagem já recorrente em meios estadunidenses. O tema ecoava ainda em textos colonizacionistas, bem como em discursos antiescravistas moderados (como *A Cabana do Pai Tomás*) e em textos pró-escravistas, nos EUA e, inclusive, no Brasil. (ver: CHALHOUB, 2008)

Williams afirmava que os colonos tinham preferência por empregar a mão de obra dos nativos à dos americanos, supostamente devido à inclinação para o trabalho, mas apontou, em trechos subsequentes, que nativos trabalhavam por 25 cents por dia enquanto os colonos faziam os mesmos serviços por 75 cents. (WILLIAMS, 1857, p. 16). Portanto, é importante perceber uma tendência de desemprego dos colonos que chegavam com poucos recursos e precisassem ser empregados pelos compatriotas, pois eram comumente preteridos quando competiam com o trabalho barato dos nativos. Assim, ele recomendava aos emigrantes que trouxessem finanças próprias para terem mais oportunidades e não dependerem da SAC.

Samuel Williams envolveu-se com as operações missionárias pouco depois de sua chegada à Libéria, e, depois de passar um ano nesse trabalho, não pretendia mais se afastar da causa. Ele admitiu receber um pagamento por esse trabalho e viajou por vários locais, servindo como missionário entre os nativos. Sua esposa faleceu na Libéria e foi enterrada em um bosque perto da Igreja Metodista Episcopal.

Apesar de transferido do trabalho missionário para o trabalho entre os “civilizados”, na estação em Cape Mount, defendia que os missionários permanecessem com os nativos até a morte, devendo “aprender a língua deles, viver entre eles e se tornar um deles”. Seus trabalhos não se limitariam ao assentamento, mas também envolveria a região do povo Vey, descritos como astutos no comércio e ágeis em responder a quaisquer tentativas de usurpação. (WILLIAMS, 1857, p. 30). Acreditava que o povo Vey era um povo superior aos demais da

região e ficou surpreendido com a estrutura de suas moradas, pontes, produções artesanais e estratégias de guerra.¹⁰¹ (WILLIAMS, 1857, p. 32)

Williams via de forma particularmente estratégica o trabalho missionário entre o povo da cidade de Gordonama, por possuir uma população significativa, com muitos indivíduos que já haviam adotado costumes ocidentais, como a língua inglesa. Além da população e da adoção da religião, poderiam ser fonte de suprimentos para os missionários e poderiam servir como “depósito de interiores”, recebendo e armazenando mercadorias vindas de povos do interior, os quais já mantinham comércio ativo com os Vey. Os viajantes poderiam também ser influenciados pelos missionários, espalhando o cristianismo, e servindo como chave potencial para os povos Goula e os Mandingo. Apontou que muitos lugares importantes na África Ocidental poderiam ser ocupados com lucro, mas que havia outros que manifestam forte resistência aos missionários, como os Medenia, em que o chefe local proibiu expressamente atividades missionárias. (WILLIAMS, 1857, p. 37-39)

Williams afirmava que antes desse livro, publicou um relatório sobre a sua experiência de viagem, o qual foi recebido com grande entusiasmo: “Recebi cartas de todas as partes do Estado, algumas fazendo perguntas, algumas me aplaudindo por minhas aventuras e algumas abusando de mim por tentar enganar o povo; algumas respondi e outras ainda precisam ser respondidas”¹⁰² (WILLIAMS, 1857, p. 18). Assim, narra sua própria experiência quando decidiu adentrar os negócios na Libéria. Seu interesse inicial era estabelecer uma parceria com homens que pudessem, individualmente, levantar fundos e residir na África como mercadores, mas foi convencido a criar um empreendimento próprio, uma serraria na Libéria, em formato de sociedade por ações. Para tanto, a Sociedade de Colonização da Pensilvânia emprestou-lhes o valor inicial para o investimento. A empresa consistia em dez homens¹⁰³, todos acompanhados de suas esposas, entre eles Wm. Nesbit, que se tornaria um forte opositor da SAC e da colonização.

Na Libéria, decidiram estabelecer o moinho em uma região que dispunha de madeira fina. O local era distante de Monrovia e a única forma de transporte era pelo rio e por canoas, intermediados por espaços de terra, o que descobriram, posteriormente, ser caro e lento.

¹⁰¹ The Vey people are surely a superior people, and a remarkably good looking set of men. I took a stroll around town, and I saw much industry. The people were spinning and weaving, and making crockery ware; it presented quite a business appearance.

¹⁰² There was quite an excitement raised after this report was published. I received letters from all parts of the State, some making inquiries, some applauding me for my adventures, and some abusing me for trying to deceive the people; some I answered and some remains to be answered yet.

¹⁰³ Sendo: John H. M. Harris, Wm. Nesbit, Thomas Lilason, Chas Deputie, Alfred Truman, Curtis G. Carr, David Kelly, Elias A. Briar, Wm. Thomas e Samuel.

Com a falta de meios para levar a madeira serrada para a capital e distribuir no mercado, a madeira se acumulou na serraria, até que uma quantidade considerável estragou durante a estação das chuvas, perdendo grande parte da produção. Tentaram se recuperar a partir do estoque de secos e molhados que haviam trazido e enviaram pedido de novo estoque da Filadélfia, porém a empresa da cidade havia falido. A situação logo explodiu ao entorno de Samuel Williams, que foi acusado de iludir os demais sobre as condições de ascensão econômica na África (WILLIAMS, 1857, p. 22).

A serraria seguia funcionando no momento de escrita de Williams, porém, reconhecia que era somente mantida, sem grandes lucros, pois não era um modelo adequado à região. As despesas com o seu funcionamento eram muito altas, a menos que fosse feita com mão-de-obra nativa, o que também não conseguiram. Assim, admitiu que a Libéria não era um paraíso, mas um local como outro qualquer, que possuía fatores positivos e negativos, passível de insucessos nos investimentos. Porém, não acreditava que seu infortúnio invalidava a colonização (WILLIAMS, 1857, p. 23).

Mesmo depois do fracasso do moinho, permaneceu no país, em parte por vontade dos colegas que não permitiram que ele fosse para os Estados Unidos tentar novos financiamentos. Seguiu defendendo a Libéria em suas potencialidades para acomodar a população negra estadunidense, em seu clima, produção agrícola, pesca, alimentação, entre outros. Lamentando as críticas de anticolonizacionistas como Nesbit, Delany e Purvis (WILLIAMS, 1857, p. 27). Continuou defendendo a crença do destino da Libéria na expansão do modelo estadunidense de civilização e cristandade sobre o restante da África.

Samuel Williams ressaltou que Nesbit publicou seu livro sob apoio de Martin Robison Delany, que, em suas palavras era “um opositor inveterado da colonização e todas as suas ações”. Williams reforçava que Nesbit deveria ter interesse em reaver seu dinheiro perdido através da publicação da obra ¹⁰⁴ (WILLIAMS, 1857, p. 65). Assim, demonstrava tensionamentos com opositores, retratando-os como pessoas frustradas e determinadas a invalidar o projeto, conseqüentemente, sem o compromisso moral e religioso que ele vinha demonstrando na busca de formas alternativas de sobrevivência nas novas terras.

Williams reconheceu algumas dificuldades apontadas por Nesbit, como na aquisição de itens de utilidade básica e diária, entre eles: sapatos, utensílios domésticos e móveis (como cama, mesas e cadeiras). Tais itens eram encontrados na região, porém eram vendidos por valores muito altos, que poderiam ser equivalentes a quatro vezes o que seria pago

¹⁰⁴ No original: [...] a most inveterate hater of colonization and all its doings [...].

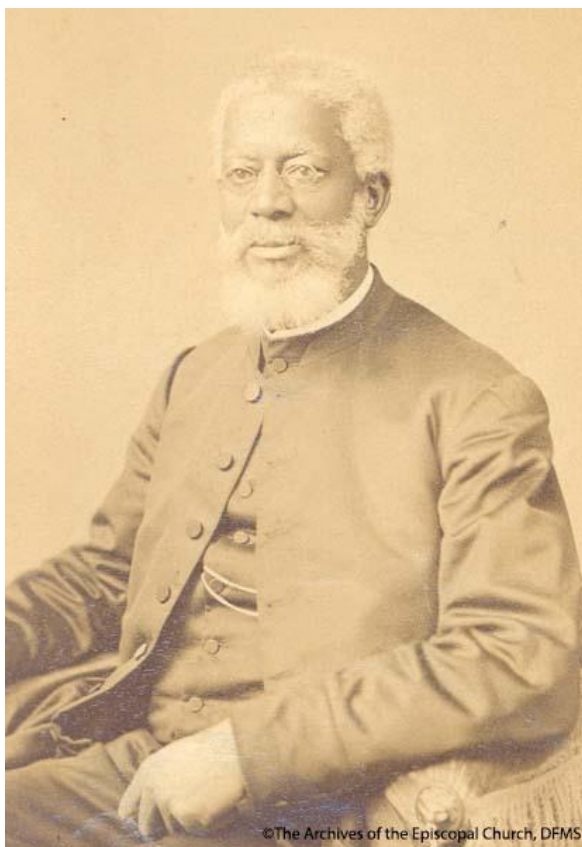
nos Estados Unidos. E na alimentação também reconhecia a necessidade de um período de adaptação, recomendando aos migrantes que levassem consigo alimentos do cotidiano, como barris de manteiga (suficientes para se acostumarem com óleo de palma) e farinha (posteriormente substituída pelo arroz). E que, de forma alguma, se deixassem persuadir a abandonar seus pertences nos EUA.

Williams tentou justificar um período de fome que assolou a região onde estava, afirmando a incompreensão das condições da produção agrícola na Libéria. Ele destacava que a escolha errada do momento de queimada da vegetação nativa para plantio do arroz gerou o período de escassez do produto, o que se estendeu por dois anos durante sua estadia no país, fazendo o preço do produto subir. Alertava que os pombos configuravam uma grande ameaça aos arroseiros, e as crianças eram incumbidas de afastá-las. Diferente dos EUA, a colheita do arroz era feita por homens, mulheres e crianças, providos de uma faca, não de foice. (WILLIAMS, 1857, p. 42). A exposição das fragilidades e dificuldades sobre as condições materiais do trabalho na Libéria poderia assustar seus leitores, mas, acreditamos que também fosse uma forma de demonstrar um esforço de sinceridade e compromisso do autor.

É possível perceber que Williams dedicou-se a fazer uma grande explanação de sua viagem, levantando pontos positivos e negativos da colonização, grande parte em resposta a Nesbit. Sua escrita reforçava o convite de seus leitores para uma terra de futuro promissor, ao mesmo tempo em que também os alertava das dificuldades a serem enfrentadas. Os conflitos expressos em sua obra refletiam discussões também frequentes em outras esferas sobre o tema da migração da população negra. Seus preconceitos em relação aos costumes africanos refletem representações dominantes que orientaram as interpretações de suas próprias experiências, vindo de uma formação ocidental que hierarquizava culturas e inferiorizava o que não era europeu ou estadunidense. E, apesar dos diversos problemas, é inquestionável sua tentativa de alimentar uma esperança para com os companheiros deixados nas Américas e seu encurralamento em relação ao futuro incerto que lhes esperava.

Alexander Crummell

Figura 6 - Fotografia de Alexander Crummell (1819-1898)



Fonte: “Alexander Crummell, 1877,” *The Church Awakens: African Americans and the Struggle for Justice*, accessed November 2, 2021, <https://episcopalarchives.org/church-awakens/items/show/233>.

Alexander Crummell (1819-1898) foi um afro-americano nascido livre em Nova York, filho de mãe negra livre e pai africano escravizado. Seus pais, muito provavelmente, o apresentaram às ideias abolicionistas e instigaram as primeiras reflexões sobre os destinos dos negros, pois ambos eram abolicionistas e pregavam pela emigração de retorno à África. (MOSLEY, 2017, p. 84). Através do movimento antiescravista, Crummell adentrou à filial da Sociedade Americana de Colonização na cidade (SMITH, 2009, p. 292). Ele mantinha experiências e conexões com a Inglaterra, onde estudou e conheceu figuras importantes, como Joseph Jenkins Roberts, presidente da Libéria entre 1848-1856, e outros que lhe ofereceram informações sobre o país africano. (WM. PITT, Note. In: CRUMMELL, 1861). Entre 1852 e 1873, exerceu papéis importantes na Libéria como pregador e educador, além de publicar análises sociais da região. Foi elaborador de pensamentos que contribuíram para a base do

panafricanismo. (DU BOIS, 2021). Foi membro da Igreja Episcopal Protestante da América e responsável por desenvolver ações junto à população nativa. (SMITH, 2009, p. 292). Ele agiu diretamente em prol de princípios que acreditava serem importantes para a ascensão da população negra, contribuindo para o que Marcio Paim definiu como um “proto-panafricanismo religioso” (PAIM, 2014, p. 95). Seu legado ainda foi saudado por W.E.B. Du Bois, no século seguinte.

Em 1861, viajou para os EUA em busca de apoio para a colonização, realizando inúmeras viagens pelo país em nome da SAC (SMITH, 2009, p. 292) Nesse ano publicou *As relações e deveres dos homens de cor livres na América para a África*, em formato de carta direcionada ao africano-americano Charles B. Dunbar, que havia lhe solicitado um texto expondo seus pontos de vista sobre a Libéria, sugerindo que tal carta poderia ser interessante para fomentar, em Nova York, o debate sobre emigração. Sua obra era direcionada especialmente aos negros livres dos Estados Unidos, apesar de ser extensível também a outros negros da diáspora, fossem nas Índias Ocidentais, Haiti ou Brasil. Logo de início já acrescenta que seu texto foi escrito depois de conversas com Campbell e Delany, o que já auxilia a compreender seu posicionamento ponderado em relação a questão. (CRUMMELL, 1861)

Em sua obra, demonstrava uma preocupação para com os afro-estadunidenses resistentes à emigração, demonstrando conhecimento das inúmeras justificativas usadas para permanecer no país, entre elas destacamos duas: 1) sentiam-se pertencentes aos EUA e consideravam todo trabalho e sangue dispensado ao longo das gerações, por três séculos, como indispensáveis para enriquecimento da nação; 2) a maioria havia se convertido ao cristianismo e sabia que a Bíblia não justificaria a expatriação de cristãos por motivo de sangue, raça ou cor. Assim, Crummel declarava não ser sua intenção afirmar que a África, e não a América, seria o lar desses indivíduos. Porém, era importante que os negros se importassem com a África, da mesma forma como ingleses, alemães e holandeses mostravam interesse pela terra de seus pais. Assim, aproximava os ímpetus dos afro-americanos aos dos europeus. Reconhecia que os negros e negras estadunidenses conheciam a Bíblia e o dever de missionação e não tinha intenção de cobrá-los sobre isso. Mas que, “embora aquela parte da raça que vive na América deva deveres na América, ela tem obrigações que também pertencem à África”. Tal pensamento evidencia a relação de um compromisso panafricanista que conectava as ações da colonização.

Chamava atenção para as contribuições possíveis em termos morais e religiosos, mas focava as possibilidades comerciais que já estavam sendo exploradas por outras nações, fosse sobre o óleo de palma ou outros recursos naturais possíveis para o enriquecimento.

Crummell trazia uma lista de produtos possíveis para exploração e comercialização na África Ocidental, destacando a existência de um pequeno comércio na costa. Advertindo que os interesses nos recursos naturais da região já se mostravam constantes através de ações da Inglaterra, França e Estados Unidos. Sua advertência fortalecia o argumento da potencialidade econômica ao mesmo tempo em que justificava sua limitação de acesso a dados sobre a capacidade de exploração, com poucas pesquisas científicas acessíveis que constatasse o valor real dos produtos. Assim, alertava que número significativo de homens brancos lucrava com produtos africanos, e, portanto, era lamentável o desinteresse dos negros. Nesse sentido, sua defesa da colonização deixou em segundo plano a questão moral para focar no investimento econômico na Libéria:

Qualquer um pode ver que não pretendi nada descortês; e deve ser lembrado que o empreendimento comercial na África não tem conexão necessária com emigração ou colonização. [...] Consequentemente, aqueles homens cujos sentimentos são mais avessos a qualquer coisa como a colonização não podem se opor à promoção do comércio e à aquisição de riqueza.¹⁰⁵ (CRUMMELL, 1861, p. 27).

Sua tentativa de investir em outra estratégia poderia alcançar indivíduos ainda não convencidos do dever moral para com a África, apesar de não a dispensar. Seu foco voltava-se, dessa forma, para pensar a inserção dos negros no mundo capitalista, afirmando “*A Libéria precisa de CAPITALISTAS que possam empregar essa grande classe de homens*”¹⁰⁶ (destaque no original) (CRUMMELL, 1861, p. 29). Dessa forma, assumia discurso também a partir de seu lugar de dentro, como homem negro empobrecido financeiramente por um sistema explorador direcionado a leitores/ouvintes negros na mesma situação: “Como povo, fomos vitimados do ponto de vista pecuniário, bem como moral e politicamente”. Ele afirmava que tal história comum consolidou uma resistência em confiar no investimento em empresas capitalistas, porém, era possível perceber que as igrejas negras do país possuíam inúmeros prédios e arrecadava continuamente grandes somas, portanto, acreditava que a população negra dos Estados Unidos possuía capital necessário para esse investimento, pois vinha acumulando riquezas ao longo do tempo.

Crummel buscava defender a inserção da nova nação no sistema-mundo. Afirmava que a segurança era garantida tanto pelos chefes locais (destacados como hospitaleiros e

¹⁰⁵ No original: “It is possible that in a few instances earnest prejudice against everything African may cause displeasure at this designation.

Any one can see that I have intended nothing discourteous; and it should be remembered that commercial enterprise in Africa has no necessary connection with emigration, or colonization. [...] Hence those men whose feelings are the most averse to anything like colonization, can not object to the promotion of trade and the acquisition of wealth.”

¹⁰⁶ No original: “Liberia needs CAPITALISTS who can employ this large class of men”.

grandes interessados no comércio), quanto pelas grandes potências: Inglaterra, França e EUA. (CRUMMELL, 1861, p. 21-22). Alertava também para a expansão dos contatos e acessos ao interior, nomeando e localizando espaços para torná-los mais concretos, como Rabba, nas margens do rio Niger, e Tombuktu, no Mali. Ressaltando a navegabilidade dos rios e fluidez entre os povos. Assim, representava um país em ascensão e colocava o foco sobre as pessoas negras resistentes à colonização, como resistentes na salvação da própria raça:

Agora, deixe-me perguntar, o que impede os cristãos de cor da América de entrar nesses campos missionários grandes e convidativos e de fundar as instituições do cristianismo aqui? Pondo de lado, por completo, a questão da colonização, por que eles, como um povo, não podem se apresentar para salvar sua raça do paganismo e dar-lhes o presente e o futuro consolações da religião? ¹⁰⁷ (CRUMMELL, 1861, p. 46).

A partir de tais questionamentos, dirigiu-se aos metodistas, presbiterianos e episcopais, indicando a melhor forma como cada grupo poderia contribuir para os trabalhos missionários e para estrutura física dos assentamentos. Os episcopais, que possuíam menor número, poderiam colaborar de diversas formas para com a colonização, fornecendo missionários, roupas e insumos escolares e agrícolas. Os presbiterianos, por seu número e formação de seus ministros, poderiam fazer um trabalho maior do que os episcopais.

Apesar de suas contribuições, a historiografia atual baliza as limitações e perspectivas problemáticas de Crummell, que carregavam consigo ideais euro-americanos. Crummel não considerava a raça negra em um estado moral equiparável aos brancos, e sistematizou uma série de etapas para “elevar moralmente” a raça negra. (PAIM, 2014). Em 1860, Crummel defendeu a superioridade da língua inglesa e sua implementação na África, de modo geral. Defendia um destino comum para todos os negros, independente da história de cada povo, das características de seus territórios. Para Appiah (1997), os elementos negativos usados por Crummel para representar a África e os africanos deixaram um legado a ser repensado ao longo do tempo.

As obras dos intelectuais emigrados trabalhados acima permitem-nos concluir que a religião era elemento fundamental para o avanço da colonização. Em um primeiro momento, como estímulo para os emigrantes dos Estados Unidos servirem a uma grande causa, prevista pela Providência Divina. Posteriormente, em terras africanas, a religião serviu como motivação

¹⁰⁷ Now, let me ask, what hinders the colored Christians of America from entering these large, inviting missionary fields, and founding the institutions of Christianity here? Putting aside, altogether, the question of colonization, why can they not as a people, come forward to save their race from heathenism, and to give them both the present and the future consolations of religion?

para adentrar o território, possibilitando uma relação pacífica entre colonos e nativos, permitindo a circulação em seus territórios, servindo de chave para alcançar outros povos, estendendo relações comerciais, fundamentais para subsistência dos assentamentos. Os colonos conseguiram identificar recursos naturais e habilidades dos nativos, conhecendo alternativas alimentícias, engenharia (principalmente na construção de pontes) e estratégias para agricultura indispensáveis à sobrevivência na região. Nos assentamentos, serviram de mão-de-obra barata e cumpriram trabalhos que os emigrantes se recusavam a realizar.

5 CRIANDO PAPÉIS PARA AS RAÇAS

Os estudos da branquitude constituem uma área de pesquisa acadêmica muito debatida no Brasil e nos Estados Unidos. O conceito foi desenvolvido a partir de intelectuais como W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, Steven Biko, Alberto Guerreiro Ramos, entre outros. Eles destacavam os impactos da colonização e do racismo na subjetividade dos brancos, caracterizando a identidade branca e seus privilégios em sociedades hierarquicamente organizadas através de critérios raciais. Tais estudos destacavam que a identidade branca se referia a um sistema de poder mantido desde tempos coloniais para beneficiar os brancos em detrimento dos negros e indígenas nas Américas. Nesse sentido, Ruth Frankenberg considerava a branquitude como um lugar de vantagem estrutural nas sociedades racializadas. Ela destacava os aspectos relacionais das identidades em questão, profundamente imbricados nos lugares que marcavam as experiências entre as subjetividades (do eu e do outro), movimentando práticas e identidades culturais. (FRANKENBERG, 2004, p. 312-313)

Geralmente, o conceito é mobilizado para analisar as relações raciais mantidas no século XX. Contudo, acreditamos aqui na validade e importância de usá-lo como ferramenta analítica para o século XIX. Uma vez que o período é caracterizado por uma profunda disseminação e discussão da ideia de raça. Como demonstra Gould (2014), alguns cientistas aprofundavam seus estudos com base na crença da diferença biológica entre os seres humanos, criando comparativos físicos e intelectuais para justificar hierarquias sociais. Como aponta Luciana da Cruz Brito, escravistas e abolicionistas tiveram de lidar com a difusão de discursos baseados na raça para posicionar-se frente a escravização da população negra. Os poligenistas defendiam uma separação completa entre as 5 raças delimitadas (caucasianos, mongóis, malaios, etíopes e americanos) e configuravam uma leitura bastante combatida até mesmo no século XIX, tendo em vista principalmente a contradição que se estabelecia com a bíblia (que pregava Adão e Eva como origem de todos os seres humanos). Porém, mesmo entre os monogenistas – aqueles que optaram por reconhecer a origem em comum das diversas raças – havia posturas que as hierarquizavam numa escala evolutiva. (BRITO, 2014, p. 25-26).

As discussões sobre a proximidade e origem das raças se alastrou por discursos científicos e religiosos (muitas vezes mesclando os dois campos). Diversos romances, nos EUA e no Brasil, usavam a raça como modulador das habilidades dos personagens e como

estruturante de suas narrativas.¹⁰⁸ Indivíduos em cargos políticos pensavam legislação, possibilidades e limitações através de tal categoria.¹⁰⁹

Assim, destacaremos nesse capítulo que, enquanto intelectuais brancos/as racializavam grupos humanos, racializavam a si próprios enquanto modelo de referência. É importante ter consciência de que o discurso que constrói os negros enquanto outros sustenta-se sobre a oposição binária do eu, aqui enquanto coletivo branco e oposto ao que não se deseja ser ou se identificar. Nesse sentido, Toni Morrison (2007) usa a expressão “dessemelhança”, que serve para delinear a “branquitude” como uma identidade dependente ou relacional, que se consolida através da exploração da/o “Outra/o”. Ao mesmo tempo em que um sujeito se autodefine como racialmente diferente, define a/o “outra/o” como sua absoluta negação.

Cabe destacar que as linguagens utilizadas para atrair o público apoiador da causa da colonização contou com intelectuais brancos e, nesse sentido, cabe pensar como ofereceram pensamentos e argumentos colonizacionistas, marcados pela superioridade da cultura ocidental e da branquitude. Segundo Grada Kilomba (2019) e Patrícia Hill Collins (2019), a colonização ensina a falar e a escrever a partir de uma certa perspectiva: a do colonizador. Existem tentativas de criação de representações e formas de expressão enviesadas pelo grupo dominante, que também servem para silenciar grupos que se domina ou pretende dominar. Kilomba afirmava que o discurso colonialista encarcera pessoas colonizadas em “fantasias *brancas* do que ela deveria ser” (KILOMBA, 2019, p. 224). E é nesse sentido que permanecemos atentas/os para analisar alguns discursos de indivíduos que publicizaram a colonização da Libéria.

Como aponta Cida Bento (2022), é importante compreender como corpos se organizam, guardando similaridades em seus discursos, construindo narrativas sobre si mesmos que refletem privilégios próprios de sua branquitude. Percebendo como desdobram suas ações no funcionamento de suas instituições, representando e uniformizando valores e povos. Percebendo interesses, alianças e acordos grupais que denotam o “pacto narcísico da branquitude”. É necessário pensar como a competência para acessar cargos de poder são construídos a partir de privilégios raciais e

está ligada a um tipo de familiaridade com códigos da cultura organizacional adquiridos ao frequentar instâncias mais estratégicas das instituições, bem como quando se tem algum tipo de relacionamento com lideranças de níveis hierárquicos mais elevados. Essa experiência não é acessada, em geral, por grupos que carregam uma herança de discriminação e exclusão. (BENTO, 2022, p. 21)

¹⁰⁸ Para EUA, destacam-se, por exemplo, os romances de Harriet Beecher Stowe e Sarah Hale, que trataremos nesse capítulo. E para o Brasil, destacam-se as obras de Jose de Alencar e Aluísio de Azevedo.

¹⁰⁹ Destacamos: Lei do Escravo Fugitivo (1850), o Ato Kansas-Nebraska (1854), o Caso Dred Scott (1857), entre tantas outras.

Lourenço Cardoso (2010) reflete como é possível pensar em branquitude crítica e acrítica no século XX para o contexto brasileiro. A primeira seria a parcela de indivíduos brancos que desaprova o racismo na esfera pública e a segunda seria referente àqueles que reforçam as hierarquias sociais, pautadas na superioridade branca. Aqui defendemos que é possível vislumbrar no século XIX a configuração dessas perspectivas, com o surgimento da segunda categoria, tendo em vista o fortalecimento e difusão da ideia de raça. O que nos interessa não é estritamente o uso do termo racismo, mas as formas como os pensamentos já eram mobilizadas nos sentidos colocado por Cardoso. Seria possível partir de outros estudos da branquitude, inclusive escritos nos Estados Unidos, mas aqui pretendemos dialogar especialmente com autores do Sul Global.

Nesse capítulo pensaremos as obras de autores brancos que tematizaram a colonização. Consideraremos seu lugar intelectual, social, cultural, político e econômico atravessado pela branquitude. Nesse sentido, é importante perceber que as representações dos nativos da Libéria e dos colonos intencionam colonizar/dominar/controlar/conter o colonizado, pois partem do lugar da branquitude estadunidense oitocentista. Cabe entender os papéis que brancos/as assumem para si mesmos e para os não-brancos (principalmente os negros, dos EUA ou os nativos do continente africano), pois estão profundamente embricados em sua forma de conceber sua identidade racial no mundo, numa perspectiva transnacional.

Partiremos de obras divulgadas pelo *African Repository and colonial journal*, concebendo-as como discursos legitimados da Sociedade Americana de Colonização (SAC) para publicização de certas formas de ver/representar a colonização da Libéria. O periódico publicou trechos de livros diversos (científicos, relatos de viajantes, romances, sermões, entre outros) e de cartas de viajantes que passaram pelo país a fim de testemunhar e divulgar o cotidiano e o desenvolvimento da nova nação. Muitas das temáticas abordadas também previam contrapor publicações abolicionistas, demonstrando que haviam cometido injustiças contra a proposta de colonização. Entre elas, houve publicações de homens e mulheres, negros e brancos. Destacamos que não trataremos todos que apareceram, mas realizamos uma seleção de alguns autores e autoras que julgamos interessantes, evitando repetição de assuntos. Julgamos interessante buscar algumas dessas obras em seu formato original e completo para aprofundá-las aqui, tendo em vista a complexidade dos textos que estavam sendo indicados para o público leitor do periódico.

5.1 Estratégias entre ficção e realidade

Durante o século XIX, nos Estados Unidos, o espaço público destinado às mulheres, mesmo às brancas de classe média, era muito restrito. Este cenário era caracterizado pela imposição de diversas restrições legais que limitavam severamente suas oportunidades em termos civis, políticos e econômicos. Ademais, a legislação vigente tolerava e, em alguns casos, até mesmo incentivava atos de violência física direcionados a elas. Como destaca o historiador Charles Sellers, sobre a primeira metade do século:

[as mulheres brancas] não podiam votar, exercer cargo público, participar de juris, ou falar em público. Possuíam poucas garantias de propriedade, sofriam grandes discriminações em educação e no emprego e não tinham direito legal às suas próprias rendas. [...] Eram legalmente subordinadas aos maridos e podiam mesmo ser fisicamente castigadas por eles. Até 1850, praticamente todos os estados permitiam surras nas esposas “com um instrumento apropriado” [...]. (SELLERS; MAY & McMILLEN, 1990, p. 158)

Até início do século XXI, a historiografia indicava que a maioria das mulheres sulistas que apoiaram a colonização da Libéria eram proprietárias que emanciparam seus/as próprios/as escravizados/as, acompanhando diretamente o processo de colonização, enquanto a maioria das nortistas se mantinham distantes do assunto. Contudo, Karen Younger demonstra que mulheres do Norte se organizaram para apoiar a colonização, com significativo protagonismo na organização e no levantamento de fundos. Segundo ela, os líderes masculinos que tiveram maior protagonismo inicial na colonização focaram suas negociações junto às legislaturas federal e estaduais por endossos e dinheiro, na década de 1820. Já no início da década seguinte, eles reformularam a colonização como um movimento benevolente nacional e apelaram especialmente para pastores, igrejas e para o público feminino. Assim, os esforços da colonização protagonizadas pelas mulheres se expandiram para o Norte e o oeste e se tornaram mais associativos (YOUNGER, 2010, p. 238-239).

Segundo Younger, no século XIX, uma imagem de mulher ficou bem delimitada, válida especificamente para as mulheres brancas de classe média/alta, caracterizada pela piedade e virtude moral. Elas já dominavam as congregações da igreja protestante, mas agora uma sensibilidade especificamente feminina passou a caracterizar o discurso desse grupo, supondo um padrão mais elevado de virtude das mulheres. Dessa forma, enquanto os homens ocupavam a esfera pública relacionada ao trabalho e a política, as mulheres seriam as responsáveis pela moral do lar e da família (YOUNGER, 2010, p. 56-57). Várias mulheres conectadas ao discurso colonizacionista reforçavam essa narrativa.

Ressalta-se que a maior contribuição feminina estava no lar, principalmente por seu papel de mãe, que as colocariam mais “próximas do Criador”, visto sua influência sobre o ensino moral, espiritual e intelectual dos filhos. Contudo, tais ideias, de um misto de feminilidade e moralidade, acabaram por fortalecer um movimento de saída das mulheres das casas, ou seja, um movimento que acreditava que as mulheres incorporavam naturalmente as virtudes cristãs tradicionais, como piedade e submissão, e que era seu dever espalhá-los por meio de sua influência moral e maternal, a fim de transformar o país e o mundo (YOUNGER, 2006, p. 56-57).

Younger destaca que as maiores contribuições das mulheres brancas nortistas, em especial da Filadélfia, ocorreram entre as décadas de 1830 e 1840, o que incluía algumas das mais reconhecidas lideranças femininas. As mulheres brancas do Norte expressaram seu apoio por meio de suas igrejas, arrecadando fundos, formando sociedades auxiliares, escrevendo livros e poemas. Elas também promoveram missões e atividades ligadas à educação, e algumas até se tornaram missionárias na Libéria. Segundo Sellers, era comum que as mulheres organizadas reclamassem por direitos, combinando um discurso de “temperança, abolicionismo, educação pública e reforma penitenciária” (SELLERS & MAY, 1990, p. 158).

Algumas mulheres brancas optaram pelo modelo do romance para tematizar o projeto de colonização, como Harriet Beecher Stowe e Sarah Josepha Hale. Concebemos suas obras como articulação de atos e linguagens disponíveis no século XIX e que possibilitaram rearranjos criativos, segundo perspectivas morais e religiosas. Segundo Jacques Rancière, a ficção não precisa ser imitação ou reprodução do real, o que não significa uma irrealidade. (RANCIÈRE, 2009, p. 53). Assim é interessante lembrar que as obras ficcionais possuem efeitos na realidade, à medida que se inserem no cotidiano movimentando sensibilidades e dando visibilidade para determinados assuntos, através de sentidos específicos.

Harriet Beecher Stowe e Sarah Josepha Hale optaram por abarcar discussões comuns sobre a colonização e a escravização, misturadas a informações políticas, econômicas e ambientais da Libéria. Hale e Stowe estavam entre várias outras vozes que discutiam a colonização e algumas delas são inseridas em seus textos. Hale mencionava as contribuições para sua escrita de textos informativos como *New Republic* e de *A plea for Africa*. E Stowe publicou *Uma chave para a Cabana do Pai Tomás* (1853), ano seguinte à publicação de seu *bestseller*, na qual referenciou, principalmente, discursos de políticos engajados na colonização. Hale ainda optou por adicionando ao fim, como anexo, cartas de emigrados. Não cabe aqui discutir em que medida quais passagens são reais ou mentiras inventadas. Mas pensar como

elas articularam tudo isso para oferecer ao leitor uma organização inteligível em prol da colonização. Abaixo nos aprofundaremos nas formas como a questão da colonização foi encaminhada por Hale, em *Libéria*, e por Stowe, em *A cabana do Pai Tomás*.

Harriet Beecher Stowe: Atravessamentos entre Literatura e Educação

Figura 7 - Fotografia de Harriet Beecher Stowe



Harriet Beecher Stowe. State Library and Archives of Florida.

Harriet Beecher Stowe (1811-1896) é, geralmente, reconhecida por sua obra *A Cabana do pai Tomás*, publicada em forma de folhetim entre 1851-2 no jornal *National Era*, tornando-se um *bestseller* quando lançado em 1852 em formato de livro. O romance representou um marco da luta antiescravista, tendo circulado amplamente pelo país e no exterior. Segundo Wendy Hamand, o livro vendeu cerca de três mil cópias no primeiro dia de seu lançamento e ao fim do ano excedeu as 300 mil cópias nos EUA (HAMAND, 1988, p. 03).

As proporções de seu alcance foram tamanhas que se tornou a obra mais difundida em território americano, perdendo somente para a Bíblia. (MALHEIROS, 2005). O romance teve ainda grande produção de versões alternativas, ganhou performance em teatros e menestréis. Virou tema de ilustração em papéis de parede, talheres, louças, brinquedos, entre outros. Muitos contemporâneos da autora ressaltaram seu viés incendiário, por estimular a fuga de escravizados, fomentar o auxílio à estrada subterrânea, popularizando as dificuldades e crueldades inerentes ao sistema escravista, expondo os interesses escravistas e os conflitos internos da nação. Por outro lado, uma onda de romances foi produzida para responder e refutar ideias propagadas na obra de Stowe, defendendo o estilo de vida sulista e a escravidão. (BRAGA, 2014).

Apresentaremos nesse subitem como o discurso colonizacionista de Harriet Beecher Stowe utilizou critérios raciais, num misto de elementos biológicos e sociais, para fundamentar suas representações dos/as africanos/as, anglo-saxões/ãs e seus-suas descendentes. Sabendo que, na primeira metade do século XIX, o racismo científico produzia uma ciência que se pretendia legítima, pautado em métodos e em critérios raciais, que desdobrava elementos biológicos sobre características intelectuais e culturais de maneira enviesada para justificar hierarquias sociais. E as discussões provenientes desses estudos permearam diversos espaços a nível transnacional. Em um segundo momento, traremos algumas repercussões de sua escrita através das respostas públicas de grandes líderes negros, como Martin Delany e Mary Ann Shadd.

Perspectivas inferiorizantes da África já eram perceptíveis em escritos anteriores de Stowe, especialmente, no livro didático que escreveu junto a Catharine Beecher, sua irmã, quase vinte anos antes de *A Cabana do Pai Tomás*. Elas afirmavam que a África seria constituída de países degenerados, tal ideia baseava-se na ausência de elementos próprios da cultura ocidental, como a ausência de instrução religiosa cristã:

ESTA região é a mais degradada e incivilizada de todos os quatro cantos do mundo. Não há governos republicanos aqui. Os países não conhecem a Bíblia. E o que eu lhe disse sobre os países onde a Bíblia é desconhecida é a verdade de tudo isso. Vício, crueldade, ignorância e preguiça estão em todas estas terras.¹¹⁰ (BEECHER, & BEECHER, 1833, p. 73).

¹¹⁰ No original: “THIS country is the most degraded and uncivilized of any of the four quarters of the globe.

There are no republican governments here. There are no countries possessed of the Bible. What I told you about the countries where the Bible is unknown, is true of all these. Vice and cruelty, and ignorance and laziness are in all these lands.”

A degradação, apontada acima, era característica que acreditava ser repassada hereditariamente e somente poderia ser rompida através de uma intervenção cultural, no caso, através da Bíblia, despertando as virtudes necessárias. No romance, os personagens Alfred e seu irmão Augustine St. Clare tiveram uma discussão particularmente importante para a temática. Através dela, a diferenciação entre negros americanos e brancos descendentes de anglo-saxões é apresentada ressaltando a suposta herança social e cultural transmitidas por meio da consanguinidade. O personagem Alfred defendia que os negros seriam inferiores aos brancos porque não possuíam as qualidades herdadas biologicamente e culturalmente dos anglo-saxões. Contudo, Augustine, um escravagista representado como “bom senhor”, defendia que os negros estadunidenses já possuíam, em grande medida, uma parcela de sangue anglo-saxão e, com isso, as virtudes dele, por serem, em grande medida, mestiços. Como herança do lado anglo-saxão, não se submeteriam mais à opressão e, caso ocorresse uma revolta como a do Haiti (São Domingues), eles teriam maior chance de sucesso, devido a serem descendentes de anglo saxões. Tal herança os fazia superiores aos negros africanos e os colocava em condições de levarem consigo as virtudes necessárias para o futuro, através de alguma espécie de levante, que possibilitaria também a ascensão da “raça africana”. Nesse sentido, é possível perceber ainda uma representação passiva e incapacitada da “raça africana” frente a tomada de decisões energéticas contra a opressão da escravização. Segundo Augustine:

“Bem, há uma infusão bastante razoável de sangue anglo-saxão entre nossos escravos, agora”, disse Augustine. “Há muitos entre eles que têm apenas o suficiente do africano para dar uma espécie de calor tropical e fervor à nossa firmeza e previsão calculadas. Se alguma vez chegar a hora de São Domingos, o sangue anglo-saxão liderará o dia. Filhos de pais brancos, com todos os nossos sentimentos arrogantes ardendo nas veias, nem sempre serão comprados, vendidos e negociados. Eles ascenderão e elevarão com eles a raça de sua mãe.”¹¹¹ (STOWE, 1852, p. 76-77).

Ao fim do romance, há a indicação de George Harris de interesse de mudar-se para a Libéria. O personagem, que fugira da escravidão, reconheceu a religiosidade cristã como valor aprendido nas Américas e ansiava por uma vida comunitária na terra de sua mãe. Por ser considerado um mestiço, fazia menções a características herdadas dos pais, inclusive ao tom de sua pele, que lhe permitia a passeabilidade nas Américas e na Europa. Contudo, insistia em negar qualquer conexão com o pai anglo-saxão, do qual somente recebeu maus-tratos, e reafirmava sua ancestralidade a partir de sua mãe (escravizada e descendente de africanos). Em

¹¹¹ No original: “Well, there is a pretty fair infusion of Anglo-Saxon blood among our slaves, now,” said Augustine. “There are plenty among them who have only enough of the African to give a sort of tropical warmth and fervor to our calculating firmness and foresight. If ever the San Domingo hour comes, Anglo Saxon blood will lead on the day. Sons of white fathers, with all our haughty feelings burning in their veins, will not always be bought and sold and traded. They will rise, and raise with them their mother's race.”

suas palavras: “minha simpatia não é pelos da raça de meu pai, mas pelos da raça de minha mãe”¹¹² (STOWE, 1852, p. 300-301). George sempre fora tratado como um objeto ou um animal pelo pai, mas com a mãe sempre teve uma relação de afeto, mesmo após a separação pela venda.

Segundo a narrativa, George viajou para a França e, posteriormente, para o Canadá, com sua família, mas não se fixou, porque, no primeiro houve problemas políticos e no segundo não se identificou. Afirmava se identificar com a “raça africana” (de forma homogeneizada) e ter o desejo de ter a pele mais escura e nunca mais clara. Sua estratégia discursiva reforçava um laço dele (enquanto mestiço) com toda a África. Tal afirmação evidenciava a correlação entre fenótipo e identidade, sugerindo a fluidez dos mestiços, que, mesmo sendo o fruto do cruzamento entre as duas raças, não possuía herança (social ou econômica) direta, logo, não possuía identidade fixa. George pressupunha o acolhimento da comunidade negra (pela experiência com a mãe, de origem africana) e a expandia para toda a África, reforçando também estereótipos de unidade/homogeneidade da raça negra, como era entendida pela pseudociência da época.¹¹³

A trajetória do personagem em busca de um lar acolhedor refletia o argumento muito recorrente de que a natureza dos negros seria adequada somente a um determinado lugar, que, reforçado por sua religiosidade, criava e justifica seu futuro: a África. Assim, o continente se tornava um “retorno”. Nesse sentido é possível compreender o trecho da carta escrita pelo personagem:

Como um patriota cristão, como um professor do cristianismo, eu vou para o *meu país*, -- minha escolhida, minha gloriosa África! [...] Eu vou para a *Libéria*, [...]. Eu espero trabalhar [...] *duro*; trabalhar contra todo tipo de dificuldades e desencorajamentos; e trabalhar até eu morrer. É para isso que eu vou; e para isso eu estou certo de que não irei me desapontar. (Grifo no original)¹¹⁴ (STOWE, vol. 2, 1852, p. 466)

A aceitação de uma vida de trabalho árduo era recorrente no período – para além dos romances – e replica, em certa medida, a lógica do martírio de Cristo, justificando uma diáspora, marcada pela perseguição e violência em prol de um bem maior, entre seu próprio povo. Pelo aspecto racial, implicava demonstrar que os negros não estavam fugindo do trabalho, mas o aceitavam. Com isso, a nível de embates discursivos, se opunha à ideia de que os negros,

¹¹² "My sympathies are not for my father's race, but for my mother's."

¹¹³ O que seria conhecido como “one drop of blood”.

¹¹⁴[...] As a Christian patriot, as a teacher of Christianity, I go to *my country*, -- my chosen, my glorious Africa! [...] I go to *Liberia*, [...] I expect to work [...] *hard*; to work against all sorts of difficulties and discouragements; and to work till I die. This is what I go for; and in this I am quite sure I shall not be disappointed.

sem a tutela dos brancos, cairiam na ociosidade. E, por outro lado, naturalizava o tema do trabalho como questão ligada exclusivamente aos negros, ou seja, o trabalho não era um tema quando se tratava dos personagens brancos/as.

A colonização, na carta de George, somava justificativas morais: um trabalho árduo, a expansão do cristianismo, a redenção da raça e de todo continente africano. Nesse sentido, o romance mantinha um posicionamento fluido que se harmonizava ao da SAC, a obra não era abolicionista o suficiente para os imediatistas e sequer conservadora o suficiente para os escravagistas. Não era a favor dos interesses da população negra radicalmente, e ainda menos a favor da escravidão. Podemos configurá-la dentro de um espectro do antiescravismo, no qual entrariam vários outros indivíduos que eram contrários a escravidão, mas mantinha elos com um pensamento conservador reformista.

O desejo de George era por uma “nacionalidade africana”, o que lhe permitiria ter uma “vida tangível e separada”. Com isso, sua declaração se apropriava de discussões recorrentes da imprensa e apontava para um sentido específico das discussões envolvendo a SAC: a separação racial era, para ele, um requisito para a vida possível. Em seguida evidenciava que o Haiti não era uma alternativa, uma vez que “a raça que formou o caráter dos haitianos foi a de um povo fatigado e efeminado, e, obviamente, essa raça levará séculos para chegar a algum lugar”¹¹⁵(STOWE, 1852, p. 301). Ou seja, reforçado por leituras racializantes, hierarquizava as populações mundiais e localizava a haitiana, fruto de uma revolta de escravizados (já tratada em outras passagens do romance) em um nível diferente e inferior, acrescentando em seu nivelamento o que considerava como elementos efeminados, que poderia reduzir ainda mais a colocação. O que demonstra como elementos relacionados a raça e gênero eram usados para caracterizar, distinguir e hierarquizar sociedades inteiras, inclusive nos romances.

Assim como Anne McClintock (2010), destacamos que gênero e raça agiram como elementos importantes nas dinâmicas globais a fim de direcionar ações imperialistas, tornando-se tropo organizador das formas sociais almejadas nos processos de deslocamento e reinserção territorial. Dessa forma, os discursos mais variados eram permeados por ideias alicerçadas em tais estruturas imaginadas (raça e gênero).

George seguia afirmando que nas costas da África erguia-se uma república “formada por homens escolhidos que, por força, automotivação e educação conseguiram, em muitos casos se sobrepor às condições da escravidão”. A passagem reforçava a dependência

¹¹⁵ No original: “The race that formed the character of the Haytiens was a worn-out, effeminate one; and, of course, the subject race will be centuries in rising to anything.”

dos negros em relação à sociedade americana, o que se desdobrava como papel dos EUA no mundo, enquanto provedor de um modelo. George reivindicava escuta dos opositores da colonização. Afirmava que fora preciso um período na França para conseguir vislumbrar, por outra perspectiva, o projeto de colonização, um olhar distanciada, de fora da luta. O que reforçava um discurso de união entre França e EUA em favor da filantropia nas questões raciais. George defendia a possibilidade de criar uma vida republicana, sob os valores da civilização e do cristianismo, que poderiam estimular o surgimento de outras repúblicas. Reforçava que a emigração não significava o abandono dos familiares que permaneciam escravizados na América. Afirmava sua incapacidade, enquanto indivíduo, de lutar contra a escravidão no país e, por outro lado, a potencial força de uma Nação reconhecida ser ouvida por outras. Projetava a possibilidade do erguimento dos países europeus em um grande conselho que reconheceria a independência da Libéria, assim como já havia feito Inglaterra e França, e a necessidade de liberdade de todas as raças. A partir de então, os EUA não conseguiriam manter a escravidão e cederia às pressões externas. (STOWE, 1852, p. 302-303)

O personagem defendia o direito de os negros serem igualados aos irlandeses e alemães em solo estadunidense, ou seja, de serem concebidos como imigrantes e não como seres inferiores. Mas sua vontade de ter seu próprio país era maior do que o desejo de permanecer. Reforçava que os afro-americanos deveriam ser qualificados como uma raça afetuosa, bondosa e misericordiosa, mantendo em seus corações a “doutrina do amor e do perdão”. (STOWE, 1852, p. 303). Acreditamos que esse discurso moderado minimizaria o medo das possíveis revoltas escravas que seriam subsequentes a uma grande emancipação. Com base em princípios bíblicos, o romance reforçava valores estadunidenses e a harmonia entre as raças em um pós-abolição desejado.

A escritora de *A Cabana do Pai Tomás* se mescla à narradora no último capítulo do romance, fazendo uso do *status* de mulher branca cristã em posição de poder (considerando que ela falava pelos negros e em lugar de todos eles), reforçando hierarquias sociais e mundiais, servindo de cúmplice ativa, partindo de sua reivindicada superioridade, cristandade e maternidade. Dessa mesma forma, dialogava com seu leitor e fomentava reflexões sobre igualdade, se dirigindo aos sulistas numa perspectiva de pacto da branquitude:

A vocês, homens e mulheres nobres e generosos do Sul, cuja virtude, magnanimidade e pureza de caráter são ainda maiores pelas severas tentações impostas, é que apelo. Alguma vez já sentiram, no fundo de suas almas, em suas conversas privadas, que há sofrimento e mal nesse sistema amaldiçoado, muito além do que foi revelado, ou que pode ser mostrado aqui?

Segundo a historiadora Manisha Sinha (2016), Stowe não era membro de nenhuma sociedade antiescravista feminina e, em sua família, somente seu irmão Edward Beecher havia se identificado como abolicionista antes da década de 1850. Dessa forma, se alinhou bem a outros discursos que apoiaram a colonização. O próprio pai, Lyman Beecher (1775-1863), era um forte defensor da colonização, conectado a SAC desde quando era pastor em Litchfield (Connecticut), entre 1810 e 1826, agindo como consultor do missionário Samuel J. Mills (THOMPSON Jr., 1973, p. 92).

Stowe recebeu sérias críticas de Martin Delany e de Mary Shadd¹¹⁶ sobre o romance e sobre ela receber maior atenção sobre suas opiniões do que indivíduos negros em posição de destaque. Eles consideravam que Stowe, assim como quaisquer outras pessoas brancas, não conheciam as pessoas negras livres do país em suas subjetividades e experiências realmente humanizadas. Na carta de Delany direcionada a Frederick Douglas:

Ao dizer, em minha carta de 22 de março que "a Sra. Stowe não sabe nada sobre nós - 'o Povo de Cor Livre dos Estados Unidos' - nem qualquer pessoa branca", admito que a expressão seja irônica, e não destinado a ser tomado em seu sentido literal; mas eu quis ser entendido ao dizer isso, que eles não sabem nada, comparativamente, sobre nós, para os observadores inteligentes, reflexivos e gerais entre as Pessoas Livres de Cor do Norte.¹¹⁷ (DELANY, 18 de abril de 1853)

Delany admitia que Stowe possuía empatia pela situação dos escravizados e dos livres, porém sua forma de escrita ainda demonstrava representações patéticas e eloquentes de seus sofrimentos. Tratava experiências negras de orgulho para população diaspórica de forma zombeteira, como no caso do Haiti, que, nas palavras de Delany, era “a única nação negra civilizada verdadeiramente livre e independente como tal”¹¹⁸ (DELANY, 18 de abril de 1853). Era contra colocar o Haiti em situação inferior à Libéria, em sua perspectiva, principalmente porque percebia o incomodo que a nação gerava por ser uma resistência em relação ao poder dos brancos. Por outro lado, a libéria seria mais aceita por ser subserviente aos interesses das nações brancas¹¹⁹ (DELANY, 18 de abril de 1853).

As desconfianças de Delany iam para além do romance de Stowe. Ele afirma em seus escritos que tivera contato com uma pessoa que havia testemunhado uma relação tensa

¹¹⁶ Notícias do periódico *Provincial Freeman*, publicadas por Shadd, em crítica à *A cabana do Pai Tomás* foram compiladas e estão disponíveis em: <http://utc.iath.virginia.edu/africam/pfhp.html>.

¹¹⁷ No original: In saying, in my letter of the 22nd of March, that "Mrs. Stowe knows nothing about us—'the Free Colored People of the United States'—neither does any white person," I admit the expression to be ironical, and not intended to be taken in its literal sense; but I meant to be understood in so saying, that they know nothing, comparatively, about us, to the intelligent, reflecting, general observers among the Free Colored People of the North.

¹¹⁸ No original: “the only truly free and independent civilized black nation as such”

¹¹⁹ No original: “one is independent of, and the other subservient to, white men's power”.

com a autora, que o fazia questionar a simpatia dela para com pessoas negras reais. No plano de temas educacionais, ele opunha-se à ideia propulsionada por Stowe, e comum entre colonizacionistas, de professores brancos para alunos negros. Delany defendia a importância de professores negros como forma de autonomia, construção de novas referências, de ressignificação de modelos de respeito e base para o autogoverno. E, por fim, percebia que, entre as arrecadações financeiras da SAC, os negros ficavam em grande desvantagem para com os brancos.

Delany reclamava que os negros deveriam ser consultados sobre suas aspirações de futuro e não permitir que quaisquer instâncias lhes roubasse a agência. Defendia que se criassem formas de consulta pública para que a população negra conseguisse ter seus interesses mais diversificados atendidos. Qualquer outra ação, que colocasse os negros como secundários, constituía forma de opressão e silenciamento, reduzindo-os a seres inferiores ou incapazes. Em seus termos:

[...] nenhuma empresa, instituição ou qualquer outra coisa deve ser iniciada para nós, ou para nosso benefício geral, sem primeiro nos consultar. Com isso, quero dizer, consultar as várias comunidades de pessoas de cor nos Estados Unidos, por uma correspondência que deve tornar pública a medida e solicitar seus interesses gerais e coincidências. Desta forma, a inteligência e os desejos de todo o povo seriam obtidos, e uma compreensão inteligente de seus reais desejos seria obtida. Fora isso, está nos tratando como escravos, e pressupondo que todos nós somos ignorantes e incapazes de conhecer nossos próprios desejos. Muitas das medidas de nossos amigos falharam por esta mesma causa; e temo que muitos mais falhem.¹²⁰ (DELANY, 18 de abril de 1853)

Delany se colocava enquanto filho, irmão, marido e pai. Falava “a partir da consciência da humanidade oprimida, da masculinidade ultrajada, de um marido degradado e pai inválido”¹²¹ (DELANY, 6 de maio de 1853). Pronunciava-se com sentimento da incapacidade de ofertar proteção à esposa e filhos e como parceiro de lareira (de Douglas). Dessas formas, destacava a profundidade com qual se colocava frente à questão, vivida de maneira tão profunda e violenta, expondo suas experiências sensíveis. Expressava sua incapacidade de oferecer o que a sociedade patriarcal lhe cobrava enquanto homem, mas o

¹²⁰ No original: that is, that no enterprise, institution, or anything else, should be commenced *for us*, or our general benefit, without *first consulting us*. By this, I mean, consulting the various communities of the colored people in the United States, by such a correspondence as should make public the measure, and solicit their general interests and coincidence. In this way, the intelligence and desires of the whole people would be elicited, and an intelligent understanding of their real desires obtained. Other than this, is treating us as slaves, and presupposing us all to be ignorant, and incapable of knowing our own *wants*. Many of the measures of our friends have failed from this very cause; and I am fearful that many more will fail.

¹²¹ No original: I tell you, that I speak it as a son, a brother, a husband and a father; I speak it from the consciousness of oppressed humanity, outraged manhood, of a degraded husband and disabled father [...]

impossibilitava enquanto negro. É nesse sentido que Paul Gilroy o qualificou como “progenitor do patriarcado do Atlântico negro”. (GILROY, 2012, p. 77)

Frederick Douglas defendeu Stowe e sua obra. Porém ressaltou que não concordava com a ideia de emigrar e que acreditava que os recém-saídos da escravização prefeririam permanecer e enfrentar todo tipo de dificuldade coletivamente do que emigrar separadamente. Sendo que muitos não possuíam sequer os recursos necessários para a empreitada. Sua proposta era manter a população no país e oferecer formas de ascensão, principalmente a partir da educação. Em 1853, em carta direcionada a autora, afirmou:

A verdade é, cara senhora, que estamos aqui e é provável que aqui permaneçamos. Os indivíduos emigram – as nações nunca. Crescemos com esta República; e não vejo nada no nosso carácter, ou mesmo no carácter do povo americano, até agora, que nos compele à crença de que devemos deixar os Estados Unidos.¹²² (*Frederick Douglass' Paper*, 2 de dezembro de 1853)

Harriet Stowe respondeu à acusação e publicou suas ideias, em 25 de março de 1854, através do texto “Um apelo às mulheres dos estados livres da América sobre a crise atual no nosso país”. A obra foi divulgada no *Provincial Freeman*, mesmo que Mary Shadd tivesse abertas críticas quanto ao romance que Stowe havia publicado dois anos antes. Stowe levantava críticas estruturais sobre a interpretação da escravidão, destacando que a instituição não possuía abusos de poder, mas que o próprio abuso era seu sustentáculo jurídico, que possibilitava violências contra famílias negras, contra corpos femininos negros e contra direitos de trabalho. Destacava as ações de mulheres na Europa – como Inglaterra, França, Suíça, Alemanha – contra o trabalho escravo nas Américas, levantando petições, distribuindo folhetos, circulando de casa em casas, recusando-se a consumir produtos provenientes de trabalho escravizado, entre outros. Destacava o lugar dos Estados Unidos no mundo e demonstrava que a escravidão negra colocava em xeque a imagem como “uma nação especialmente criada por Deus para promover a causa da liberdade e da religião”¹²³. (STOWE, 25 de março de 1854)

Em 1854, o periódico *Provincial Freeman* alertava que o capítulo servia aos sentimentos anti-negro e escravocratas, defendendo a inexistência de distinção entre as opiniões de George Harris e as da própria Stowe:

Pai Tomás deve ser morto; George Harris exilado! O paraíso para os negros mortos! – a Libéria para os mulatos vivos! Nenhum dos dois pode viver no continente americano! A morte ou o banimento é a nossa condenação, dizem os escravocratas,

¹²² No original: “The truth is, dear Madam, we are *here*, and here we are likely to remain. Individuals emigrate—nations never. We have grown up with this Republic; and I see nothing in our character, or even in the character of the American people, as yet, which compels the belief that we must leave the United States”.

¹²³ No original: “a nation specially raised up by God to advance the cause of liberty and religion?”

os colonizadores e, — guarde a nota, — a Sra. Stowe!¹²⁴ (C.V.S.. *Provincial Freeman*. Toronto: 22 July 1854).

O periódico afirmava que Stowe localizou George “na Libéria, não porque acredita na colonização, mas porque não conseguiu localizá-lo em nenhum outro lugar”¹²⁵ (“C.V.S.” George Harris. *Provincial Freeman*, 22 de julho de 1854). Ou seja, não conseguia vislumbrar o destino de um homem negro com ideias libertários e alta capacidade intelectual (elementos que são muito ressaltados ao longo do romance) como possível em outras comunidades negras diaspóricas, destacando as já existentes no Canadá, Inglaterra e Escócia. Assim, podemos perceber o quanto o romance fortalecia a ideia de um país sem negros e de um retorno de toda uma “raça” (identificando todos os negros, do continente africano e da diáspora como “raça africana”) para seu local “de origem”.

O historiador Eric Lovit apontou outra leitora da obra, dessa vez uma esposa de um escravagista, do extremo sul da Geórgia, que havia lido a obra de Stowe e se sentiu comovida pelos argumentos antiescravistas e, em meio a guerra civil, buscava na literatura outra fonte que a convencesse do contrário, tendo em vista sua intenção de apoiar a escravidão. (LOVIT, 2011, p. 259). Portanto, é inegável a importância da ficção para a formação da opinião pública no contexto da escravidão e, especialmente, de *A cabana do Pai Tomás*, que já foi tido por acadêmicos como “provavelmente o romance mais influente da história até seu tempo - e possivelmente de todos os tempos”¹²⁶ (FERGUSON, 1974, p. 137). Acreditamos que os argumentos dos personagens faziam os leitores refletirem sobre a colonização da Libéria inclinando-os para as mesmas tendências.

Harriet Stowe escreveu *Dred* em 1856 e novamente defendeu a colonização, mesmo depois de tantas críticas e de um dos representantes da Sociedade Americana e Estrangeira Antiescravista na Convenção de 1853 pedir a ela para que, caso, reescrevesse o romance *A Cabana do Pai Tomás*, não enviasse os negros livres para a África (GRAHAM, 1973, p. 620-621). Portanto, era uma tomada de decisão importante e tensa que Stowe teve que escolher. Assim como o pai, manteve-se ao lado da colonização em detrimento do abolicionismo imediatista. Sua posição era interpretada como uma atitude oposta à presença negra nos EUA e contrária ao auxílio para ascensão da população negra no país. Assim, manteve coerência com

¹²⁴No original: “Uncle Tom must be killed,—George Harris exiled! Heaven for dead negroes!—Liberia for living mulattoes! Neither can live on the American Continent! Death or banishment is our doom, say the Slaveocrats, the Colonizationists, and,—save the mark,—Mrs. Stowe!”

¹²⁵No original: [...] in Liberia, not because she believes in colonization, but because she could'nt locate him anywhere else.”

¹²⁶No original: “as probably the most influential novel in history up to its time-and possibly of all time”.

as perspectivas problemáticas que já havia apresentado em seu livro de geografia da década de 1820, trabalhando para uma América branca e filantrópica.

Sarah Josepha Hale

Figura 8 - Pintura de Sarah Hale



Sara J. Hale pintada por James Reid Lambdin. Richard's Free Library, Newport, New Hampshire, cerca de 1831.

Na década de 1850, Sarah Josepha Hale já era um nome conhecido no meio público. Ela era nortista e publicava desde a década de 20. Em 1823, lançou uma coletânea de poemas intitulada *The Genius of Oblivion; and Other Original Poems*. Entre 1827 e 1836 foi editora da *Lady's Magazine*, e de 1837 a 1877, foi editora da *Godey's Lady's Book*, a primeira revista feminina do país. Ao longo de sua vida, escreveu muitos romances e poemas que somam quase cinquenta obras publicadas. Sua influência também é ressaltada pelo fato de ter sido a proponente da transformação do feriado de “Dia de Ação de Graças”, até então comemorado somente no nordeste do país, em feriado nacional (até então comemorado somente no Norte), tendo solicitado diretamente ao presidente Abraham Lincoln. Segundo Younger, Hale foi secretária do Rev. Alexander Griswold, presidente da Sociedade de Colonização do Estado de

Massachusetts. Hale estava ainda rodeada de outras mulheres, pois a vice-presidência dos oito grupos de Boston eram as esposas dos principais clérigos da cidade (YOUNGER, 2006, p. 113-114).

Entre suas produções, a mais interessante para o tema aqui trabalhado é o romance *Liberia; or, Mr. Peyton's Experiments*, publicado em 1853. Hale aparece como editora da obra, mas a historiografia a toma como autora. A obra veio na sequência da obra de Stowe e vinha acompanhada de uma onda de produções de romances que dialogavam, direta ou indiretamente, com ela. O romance tendenciava os diálogos e os acontecimentos para oferecer outra perspectiva da escravidão, com foco no paternalismo sulista sobre os escravizados e desconstrução das representações publicizadas pelos antiescravistas e abolicionistas sobre a vida no Sul.

No Prefácio de *Liberia; or, Mr. Peyton's Experiments*, assinado por ela, saúda a importância de obras que lhe inspiraram, uma delas é *The New Republic* (1850), também escrita por uma mulher estadunidense e, que em 1851, já estava na sua duodécima edição, inclusive referenciada no *African Repository* (1851, p. 83). *The New Republic* era um relato histórico do movimento de colonização, desde a organização da SAC até 1848. Contudo, o nome da autora, Helen Cross Knight (1814-1906), não foi mencionado por Hale ou pelo *African Repository*. Oficialmente, o título aparecia sobre a autoria da Sociedade da Escola Sabática de Massachusetts (Massachusetts Sabbath School Society). Portanto, existe a possibilidade de que Hale não soubesse do gênero da autora.

Os argumentos básicos em prol da colonização de Hale são bem semelhantes aos de Knight. O prefácio de Hale e *New Republic* têm uma visão religiosa dos empreendimentos da colonização e mantém a crença de que a Providência divina guiava os passos dos envolvidos. Ainda no Prefácio, Hale defendia o projeto de colonização e o qualificava como uma forma de ascensão espiritual, no qual os africanos que haviam sido levados para os Estados Unidos em 1620, na condição de “selvagens degradados e idólatras”, teriam seus filhos “retornados” civilizados e cristianizados para a África. Afirmava uma posição de superioridade moral dos Estados Unidos, enquanto uma nação movida por ideais puros, altruístas e filantrópicos. Seu posicionamento se destacaria entre as demais do mundo. A imagem dos EUA segue construída da seguinte forma:

Que outra nação pode apontar para uma colônia plantada por motivos tão puros de caridade; nutrido pelos conselhos e esforços de seus estadistas e filantropos mais nobres, mais sábios e mais abnegados; e sustentado, desde o seu fraco início até um

período de autoconfiança e independência, por um puro amor pela justiça e pela humanidade?¹²⁷ (HALE, 1853, p. iv-v).

Hale identificava os afroestadunidenses como “africanos” e indicava que o objetivo do livro era, em suas palavras, “mostrar as vantagens que a Libéria oferecia ao africano, que entre nós não tem casa, posição e futuro”. (HALE, 1853, p. v)¹²⁸ Nesse sentido, compunha uma defesa da colonização, sustentada na ideia de impossibilidade de uma absorção social dos negros/as em terras estadunidenses em situação de igualdade para com os brancos. Para chegar a esse objetivo se propunha a pautar-se na realidade e “ser tão exata e precisa quanto possível”, utilizando fontes reais. (HALE, 1853, p. v.) John Saillant, professor de História na Western Michigan University e autor do verbete referente à obra de Hale na *The Encyclopedia of Greater Philadelphia*, classifica o texto como “uma obra híbrida que contém ficção, história e biografia, juntamente com transcrições de documentos sobre a Libéria” (SAILLANT, 2015).

O romance não pode ser considerado uma defesa da instituição por excelência, pois ao mesmo tempo em que reforça as possibilidades de experiências positivas na escravidão, possui várias passagens que evidenciam as fragilidades da instituição em diversos aspectos. Destaca a inconsistência de argumentos pró-escravistas recorrentes, como o enfrentamento da ideia de que os escravizados eram bem tratados pelos seus senhores ou de que prefeririam a escravidão à liberdade. Ressalta a existência e o conhecimento público do uso indiscriminado de crueldade contra escravizados. Assim, tematiza inclusive o desejo e a realização de fugas por alguns escravizados movidos pelas situações extremas a que foram submetidos.

Deste modo, cabe destacar uma passagem do romance em que uma senhora pergunta para um negro que havia fugido da escravidão se ele já teve vontade de voltar, e ele responde: “Não, Senhorita Virginia, eu poderia se tivesse um dono diferente, pois passei um período muito difícil no primeiro inverno aqui. Quase morri de frio e, também, passei fome. Mas eu tenho um lugar bom agora, e estou indo muito bem.”¹²⁹ (HALE, 1853, p. 120) Tal resposta demonstra uma percepção da escravidão ainda complexa para o período (e simultaneamente problemática), pois ao mesmo tempo em que negava qualquer desejo de retorno a uma condição de escravização, a flexiona na medida em que justifica a escravização

¹²⁷ No original: “What other nation can point to a colony planted from such pure motives of charity; nurtured by the counsels and exertions of its noblest, wisest, and most self-denying statesmen and philanthropist.; and sustained, from its feeble commencement up to a period of self-reliance and independence, from a pure love of justice and humanity?”

¹²⁸ No original: “[...] is to show the advantages Liberia offers to the African, who among us has no home, no position, and no future.”

¹²⁹ No original: “No, Miss Virginia, I might if I had had a different master, for I had a very hard time the first winter here. I 'most froze to death, and starved too. But I have a good place now, and am doing very well.”

que funcione sob forma paternalista. Para os leitores dispostos a justificar a instituição sob o argumento da boa escravidão, o romance permanecia válido (e reforçado em outras passagens). Porém, para a situação do personagem, o retorno não era uma possibilidade pela inexistência desse proprietário (bom senhor). Por outro lado, essa passagem também contrapunha um discurso recorrente no período: que dizia que os negros eram incapazes de viver em liberdade e nunca conseguiriam a ascensão sozinhos. A passagem evidenciava a superação de um período de dificuldades proveniente da condição de escravizado e, depois, de fugido.

No romance, um proprietário, o Sr. Peyton, intencionado a conceder a liberdade a seus escravizados, planejou seus destinos e, inicialmente, conjecturou transferi-los para uma fazenda do Sul. Depois, julgou interessante levar três deles para a vida em liberdade em uma cidade do Norte (a Filadélfia), onde viveram uma experiência urbana, e, posteriormente, os levaria para o Canadá. Ao visitar o último lugar com sua família, conversou com um ex-escravizado fugido dos Estados Unidos sobre suas experiências na nova terra, e, analisando suas dificuldades, chegou a uma conclusão: “A mesma exclusão de todos os lugares abertos ao homem branco mais mesquinho, o mesmo desrespeito ao seu conforto e desprezo aberto por sua cor, tornavam o Canadá tudo menos um lugar agradável de refúgio.”¹³⁰ (HALE, 1853, p. 121)

No romance, o Sr. Peyton ainda visitava uma comunidade formada por escravizados fugidos descrita como “uma coleção de casebres e cortiços miseráveis”, onde não havia “uma casa que parecesse capaz de proteger os internos das mudanças climáticas, mesmo durante os meses de verão”. A representação do proprietário era feita como filósofo e filantropo, enquanto os negros eram representados como passivos, incultos, seres inferiores e avessos ao trabalho. Como é possível perceber na passagem:

“Aqui no Canadá, ele [Sr. Peyton] encontrou a mesma inércia, a mesma submissão fácil às circunstâncias e aversão ao trabalho, e a mesma boa-natureza que tanto havia testado sua paciência na Virgínia. Todos os outros homens e mulheres tinham um cachimbo na boca e, sujos e esfarrapados, vagavam sob o sol quente, aquecendo-se sob seus raios e exibindo o olhar plácido e autocomplacente daqueles que votaram no cuidado como impertinência e no trabalho como uma degradação desnecessária.”¹³¹(HALE, 1853, p. 123).

¹³⁰ No original: The same exclusion from all places open to the meanest white man, the same disregard of their comfort, and open contempt for their color, made Canada any thing but a pleasant place of refuge.

¹³¹ No original: “Here in Canada he found the same inertness, the same easy yielding to circumstances and aversion to labor, and the same good-nature that had so tried his patience in Virginia. Every other man and woman had a pipe in their mouths, and, dirty and ragged, they lounged about in the warm sun, basking in its beams, and wearing the placid self-complacent look of those who had voted care an impertinence, and labor an unnecessary degradation.”

Nessa comunidade, o Sr. Peyton visitou o idoso Isaac, um ex-excravizado pela família do Sr. Peyton e que havia fugido quando ele ainda era criança. Isaac ofereceu um complemento ao posicionamento de Edward, aparentando arrependido da fuga, por ter possuído um “dono bom”, e ter enfrentado inúmeras dificuldades. Depois de trabalhar por 5 anos conseguiu comprar a liberdade da esposa e levá-la para o Canadá, porém ela viveu somente 7 meses na nova condição e faleceu por uma doença adquirida na nova terra. Posteriormente conseguiu comprar a liberdade dos dois filhos ainda pequenos. Eles cresceram e chegaram a fase adulta, sendo que um deles falecera dois anos antes do relato dado a Peyton. Agora na velhice, Isaac, cuidava de seus netos, deixado pelo filho falecido, enquanto a mãe da criança e o outro filho trabalhavam para sustentar a todos.

A história de Isaac fortalecia argumentos muito recorrentes nos discursos colonizacionistas (a favor da SAC) e/ou pró-escravistas, como: 1) O Canadá era um lugar insalubre; 2) Os negros têm uma vida repleta de dificuldades em liberdade no país; 3) A vida tão almejada, em liberdade, pode ser mais curta que a vida na condição de escravizado; 4) A velhice em liberdade é marcada pela miséria; 5) os/as negros/as adultos não conseguiriam oferecer uma vida melhor às suas famílias do que os proprietários lhes proporcionavam sob regime de escravidão. Na cidade, a situação dos negros somaria outras dificuldades. O Sr. Isaac vivenciou cenas de violência, quando canadenses atearam fogo nas casas dos habitantes negros da cidade, forçando-os a se retirarem. Para fugir desta situação, foi levado pelo filho para a periferia, onde se encontrava. Esse novo lugar seria permeado de muitas ausências e, entre elas, a falta de igrejas, o que dificultava a manutenção de uma vida religiosa. Na perspectiva do Sr. Peyton, sem o direcionamento religioso: “era tão provável que eles se deteriorassem quanto melhorassem por uma residência naquele país”¹³² (HALE, 1853, p.127). Dessa forma, o contexto da liberdade aparecia como uma vida ainda bastante indesejável, repleta de preconceitos e perigos.

Assim, o Sr. Peyton tomou conhecimento a respeito da existência e funcionamento da Sociedade de Colonização e decidiu comunicar seus escravizados sobre as possibilidades de vida na Libéria. Cada qual a seu tempo, se convenceu de que seria possível prosperar na África. Os personagens negros (além dos brancos) passaram por momentos de discussão e reflexão sobre as vantagens e desvantagens de emigrar, em debates profundos sobre as condições a serem consideradas. Colocando em questão as formas possíveis de alcançar uma liberdade em sentidos mais alargados. No romance, as mulheres negras opinaram e participaram criticamente

¹³² No original: “it was fully as probable that they would deteriorate as improve by a residence in that country”.

das conversas. A fala de uma delas chama atenção, nas palavras de Clara: “[...] na Libéria os brancos e os negros se encontram em termos de igualdade, ou melhor, as pessoas de cor são as pessoas mais importantes de lá, e esse é o único lugar cristão de que ouvi falar onde isso acontece”¹³³ (HALE, 1853, p. 182).

Sua fala movimentava discussões acaloradas do período, que defendiam a igualdade entre raças e a possibilidade de os negros assumirem um papel de autonomia. Assim, o romance seguia contrastando dificuldades em espaços onde a liberdade era anunciada como possível, mesclando discussões cotidianas nas falas de personagens inventados e gerando reflexão entre seus leitores. De modo que a narrativa reforçava a ideia de crescente estabilidade e prosperidade dos colonos na Libéria, sendo o único lugar onde negros/as poderiam viver em liberdade, igualdade e com possibilidades de prosperidade.

Em forma de “Apêndice”, Sarah Hale incluiu um conjunto de cartas escritas em sua maioria por pessoas negras, muitas das quais eram de ex-escravizados americanos, que viveram na Libéria e publicaram suas observações sobre a nova nação. Todos os autores eram homens e direcionavam suas falas a outros homens que almejassem a emigração. A autoria de todas as cartas é identificada, com nome, data, uma pequena biografia, indicando lugar de origem nos Estados Unidos, situação em relação a escravidão, ofício, motivo da viagem, atividades religiosas e outras informações adicionais variáveis (como contribuições específicas na Libéria ou ações para emigração). Entre os documentos, destacam-se algumas cartas por sua autoria e trajetória: uma pessoa que ascendeu a cargo administrativo do Estado, Abraham Blackledge, nomeado cônsul na Libéria pelo governo britânico; cartas de nativos africanos convertidos ao cristianismo, John Musu Neapo e Jacob Vonbrum.

Um dos anexos de Hale incluía um texto identificado como um discurso proferido por Beverly R. Wilson, um emigrante de Norfolk (Virgínia), e direcionado às pessoas de cor livres nos Estados Unidos. Ele era um homem livre e exercia o cargo de clérigo, além do ofício de carpinteiro. Em 1837, foi à Libéria com o propósito de examinar a colônia e, ao retornar, afirmava a preferência pela Libéria como espaço de prosperidade para a população negra em detrimento do Canadá ou Haiti. Ao nomeá-los especificamente evidenciava sua inserção na rede de discussões internacionais sobre os destinos da população negra estadunidense. Em seus termos:

¹³³ “[...] in Liberia whites and blacks do meet in terms of equality, or, rather, the colored people are the most important persons there, and that is the only Christian place I ever heard of where that is the case”

“[...] Não, não há lugar como este para a raça negra se encontrar ao seu alcance, onde possam gozar dos mesmos privilégios que aqui. Voar para o Norte ou para o Sul é uma loucura; ir para o Canadá ou Haiti é um absurdo; pois em ambos existem obstáculos tão altos quanto montanhas. Aqui é nosso lar.”¹³⁴ (BEVERLY R. WILSON. In: HALE, 1853, p. 249)

O trecho destaca os privilégios abertos aos negros na África, ressaltando a impossibilidade de vida digna em qualquer espaço dos Estados Unidos. O descarte de outros destinos como possíveis era basilar para fundamentar a ideia de um acolhimento em um lar coletivo do outro lado do Atlântico. Em outro relato publicado por Hale nos anexos, Abraham Cauldwell, enviado à Libéria por uma associação de pessoas de cor em Nova York, também reforçava que o Canadá não era uma boa opção e ainda o identificava como terra sem dinheiro, em contraste com a África, que ofereceria incentivos pelos quais os negros poderiam ascender, mesmo emigrando desprovidos de recursos financeiros. (Abraham Cauldwell. In Hale, 1853, p. 267).

Entre os anexos também constava uma carta de Jasper Boush, identificado como um dos integrantes da empresa que foi de Norfolk, Virgínia, para a Libéria, em julho de 1850. Segundo a sua descrição, ele gozava da confiança das pessoas de cor livres e é interessante que no resumo que antecede sua carta, constava a intenção de que ele desse uma resposta aos textos que circulavam propagando uma imagem negativa da nova nação. Portanto, defendendo a salubridade, produtividade do solo e governabilidade. Bouch teria sido

[...] escolhido como uma pessoa adequada para indagar a respeito de certos relatórios malignos que têm sido diligentemente circulados, a saber, que os emigrantes deste país não podem gozar de saúde na Libéria; que o solo é estéril, recusando suporte aos trabalhadores; que as leis são opressivas e o governo mal administrado; e que os poucos que ainda permanecem são um conjunto miserável de desgraçados, sempre doentes e suspirando para voltar.

Sua carta é uma refutação prática desses rumores falsos e prejudiciais.¹³⁵ (HALE, 1853, p. 257).

Talvez o estímulo dado a Bouch também tenha sido feito a outros depoentes, pois alguns temas eram particularmente recorrentes nas cartas. Muitos dos emigrados afirmavam as possibilidades de ascensão na nova nação para os colonos, levantando-se como testemunhas do progresso e gratos por terem retornado ao solo de seus ancestrais. William Taylor afirmava:

¹³⁴ No original: “[...] No, there is no place like this for the colored race to be found in their reach, where they can enjoy the same privileges as here. To fly to the North or South is all folly; to go to Canada or Hayti is nonsense; for in either there are obstacles as high as mountains. Here is our home.”

¹³⁵ No original: “he was selected as a fit person to inquire of concerning certain evil reports that have been industriously circulated, viz., that the emigrants from this country can enjoy no health in Liberia; that the soil is sterile, refusing a support to the industrious; that the laws are oppressive, and the government badly administered; and that the few who yet remain are a miserable set of wretches, always sick and sighing to get back again.

His letter is a matter-of-fact refutation of those false and injurious rumors.”

Aqui estou ereto e livre, no solo de meus ancestrais, e posso verdadeiramente dizer a todos da minha raça, vocês que estariam livres, A África é a sua casa, e a única casa onde aquele que é tingido com sangue africano pode desfrutar da liberdade. Só isso daquele que ama a liberdade, pois só a liberdade torna a vida cara.¹³⁶ (William H. Taylor. Edina, 6 de junho de 1852. In: HALE, 1853, p. 269)

Em 1852, Hale reeditou sua obra *Northwood; Or, Life North And South: Showing the true character of both*, escrita em 1827, adicionando o capítulo XIV “O destino para a América” e um capítulo final, “Planos para o Futuro”. Nesse capítulo, entre o diálogo de personagens sobressaem afirmativas sobre a superioridade dos negros americanos por terem sido submetidos a cultura ocidental: “o escravo mais miserável que você pode encontrar no Sul é um homem esclarecido e civilizado comparado com seus irmãos pagãos na África, que nunca ouviram falar de um Salvador”.¹³⁷ (HALE, 1853, p. 167) Dessa forma, a escravidão aparece como um período benéfico para os/as negros/as, como uma experiência de conversão e de contato com uma cultura que os tornou diferentes e superiores aos que ficaram no continente africano.

No Capítulo Final, reforçava que a escravidão era um mal, porém não era um pecado mediante uma leitura estrita da Bíblia. Sua leitura diferia da interpretação de Stowe e outros colonizacionistas. Hale citava uma série de passagens que atentaria seu posicionamento, indicando a escravidão como instituição permitida e regulamentada por Deus¹³⁸ entre seu povo e naquela época. E afirmava decisivamente “nenhum cristão tem qualquer autorização bíblica para denunciar o seu irmão proprietário de escravos como criminoso”¹³⁹ (HALE, 1852, p. 398). Apesar de reconhecer que a escravidão aumentava as tentações ao pecado.

A obra não demonstra nenhuma intenção de estimular nenhum tipo de protagonismo por parte dos escravizados. Em sentido oposto, pautava-se em argumentos que direcionavam para a subserviência e para espera do tempo do escravizador. Com base em argumentos religiosos, como a Epístola aos Coríntios, capítulo 7, versículo 21, o apóstolo Paulo desaconselhava a fuga e sequer o descontentamento do escravizado, pois deveria aguardar a concessão da liberdade pelo escravizador.

¹³⁶ No original: “Here I stand erect and free, upon the soil of my ancestors, and can truly say to all of my race, you that would be free, Africa is your home, and the only home where he that is tintured with African blood can enjoy liberty. This alone of him that loves liberty, for it is liberty alone that makes life dear.”

¹³⁷ No original: “the most miserable slave you can find at the South is an enlightened and civilized man compared with his heathen brothers in Africa, who have never heard of a Saviour”.

¹³⁸ Entre elas, cita: Levítico, cap. 25, do versículo 39; Efésios, capítulo 6; Colossenses, capítulo 3, versículo 22; a acusação a Timóteo, 1ª Epístola, capítulo 6; Epístola a Tito, capítulo 2, versículos 9 e 10; Epístola aos Coríntios, cap. 7, versículo 21; Epístola de São Paulo a Filemon.

¹³⁹ No original: “no Christian has any Bible warrant for denouncing his slaveholding brother as criminal [...]”

Assim como a escravidão havia sido imposta para evitar males maiores entre os hebreus, nos EUA possuía o mesmo princípio, reforçando que a instituição trazia união entre as discórdias do país. Apontava que a Bíblia e a Constituição Americana não haviam estabelecido a escravidão, porém, ambas a regulamentavam. No século XIX, os Estados Unidos dispunham de condições especiais em relação às nações antigas e modernas, com oportunidades únicas, especialmente tendo em vista a Constituição, que seria o principal documento para sustentar a ideia de que os estadunidenses possuíam os princípios necessários para a eliminação da escravatura. Defendia que manter escravizados era avesso aos princípios americanos, conseqüentemente, os patriotas deveriam refletir sobre isso e lamentar profundamente. Portanto, o país deveria liderar o mundo para expansão da liberdade civil e religiosa.

Afirmava a necessidade de instruir os cativos na moral bíblica, mas que para isso não necessariamente precisavam aprender a ler, apesar de facilitar o processo de ensinamento. A obra defendia que era possível o fazer oralmente, visto o histórico de ensinamento oral da própria Bíblia e, inclusive, a grande proporção de europeus que não sabia ler. A narrativa sugere um diálogo com outros países, que questionava as dificuldades de acesso dos escravizados a educação, especialmente, religiosa. Defendia que “a religião era a única coisa necessária a toda humanidade” e que todos os cristãos deveriam ser gratos pelos “privilégios” que a escravidão americana trouxe para o país e todos os afrodescendentes.

Ainda no Capítulo Final, o personagem escravagista Sidney Romilly planejava introduzir trabalhadores brancos em sua plantação e enviar para a Libéria “todos os escravos cujos serviços não sejam necessários para manter os rendimentos atuais da propriedade”¹⁴⁰ (HALE, 1852, p. 404). Ou seja, sugeria uma ideia de branqueamento da população estadunidense possível a partir da colonização da Libéria pelos negros norte-americanos. Ao mesmo tempo em que a eliminação dos escravizados (enviados para a África) configurariam uma ação administrativa e econômica que não atingiria os lucros dos escravistas.

A narradora do romance, assim como no romance de Stowe, atribuía às mulheres o papel de instruir os homens, seus esposos e filhos. Elas seriam dotadas de atributos específicos relacionados à moral e à educação. Tais habilidades seriam úteis a várias instâncias políticas, na medida em que a religiosidade permeava todas as esferas. Contudo, é inegável que sua defesa ainda sugere uma inferioridade em relação aos homens na esfera pública, com um papel mais próximo de conselheira do que de protagonismo no governo.

¹⁴⁰ No original: “every slave whose services are not needed to keep up the present income of the estate”

No último capítulo também há sugestões de como realizar ações para emancipação dos escravizados e levantamento de fundos para emigração para Libéria. A narradora indicava que o personagem Romilly vinha refletindo sobre indicações do personagem Charles Stuart, seu amigo do estado da Geórgia. Assim, apresentava ao leitor trechos da correspondência entre eles que se referiam às opiniões e experiências em prol da colonização. Stuart manifestava acreditar na hierarquia entre as raças, sendo a branca “naturalmente superior” e determinada a dominar os negros. Logo, concluiu que, depois de instruir os negros religiosamente, eles poderiam ser enviados como sacerdotes para a Libéria, rompendo com um histórico (preconceituoso e desinformado) que acreditava que os negros nunca haviam feito nada por si mesmos ou pela humanidade. Para conseguir os meios de envio dos escravizados para a África, estabeleceu o seguinte esquema:

Cada um tem uma tarefa diária atribuída; por cada hora de excesso de trabalho pago uma quantia estipulada; isso é devolvido para mim e creditado ao indivíduo. Também permito conduta; bom comportamento durante uma semana inteira dá direito a um servo de ambos os sexos um prêmio de vinte e cinco centavos; mérito extraordinário pode reivindicar cinquenta. Eu pago o dinheiro nas noites de sábado, nas mãos de cada um, para que eles tenham o prazer de ver a recompensa atual do seu trabalho - acho que isso é um ponto material - e então guardo-o para cada um, como seu banqueiro, ser contabilizado quando eles tiverem conquistado sua própria liberdade, ou serão pagos a quem, entre seus companheiros escravos, quiserem libertar.¹⁴¹ (HALE, 1852, p. 406)

Dessa forma, percebe-se um esquema em que o próprio escravizado pagava por sua emigração e estabelecimento na Libéria, mediante a decisão do próprio escravagista que incluía e omitia o valor necessário em sua própria alforria. O escravizador afirmava que “Todos sabem o seu preço; na verdade, quase todos se precificaram. Em muitos casos, cortei a própria avaliação, dizendo-lhes que era mais do que valiam.” Com isso, percebemos as dificuldades na negociação e os encaminhamentos propostos para uma abolição gradual da escravidão, sem comprometimentos dos lucros e no tempo do escravagista. Assim, segue defendendo seus princípios morais e bíblicos. Contudo, tendo em vista todo o esboço, questionamos em que medida a colonização poderia ser voluntária ou baseada nos princípios do amor e filantropia.

Atualmente, Hale é reconhecida como a principal pessoa a convencer o presidente Lincoln a transformar o Dia de Ação de Graças em feriado nacional. E no último capítulo de *Northwood*, a data aparece. A narradora de seu romance propõe que as quarenta mil igrejas

¹⁴¹ No original: “Each has a daily allotted task; for every hour of over-work, I pay a stipulated sum; this is returned to me and credited to the individual. I also allow for conduct; good behavior through an entire week, entitles a servant of either sex to a premium of twenty-five cents; extraordinary merit may claim fifty. I pay the money on Saturday evenings, into the hand of each, that they may have the pleasure of looking on the present reward of their labor-I think this a material point-then I keep it for each, as his or her banker, to be accounted for when they shall have earned their own freedom, or to be paid over to whomever, among their fellow-slaves, they wish to free.”

existentes nos EUA, no dia do feriado, realizassem uma coleta de doações com o “propósito de educar e colonizar pessoas de cor livres e escravos emancipados”¹⁴² (HALE, 1852, p. 408) E, fecha seu romance com a frase “A missão da escravidão americana é cristianizar a África”. Ou seja, reforçando o discurso que minimizava os males da escravidão e colocando-a a serviço de um “bem maior”, o avanço dos ideais estadunidenses.

É importante destacar que Hale canalizava muitos discursos recorrentes no período e direcionava o público leitor por caminhos e reflexões que poderiam atingir e comover grupos que Stowe não atingia, entre eles, os escravagistas que se sentiram ofendidos por *A Cabana do Pai Tomás*. Hale reforçava leituras hierarquizantes das “raças” (nos moldes da ciência racista oitocentista) e superdimensionava as capacidades dos brancos sobre os negros. Além de demarcar capacidades femininas (brancas e de classe média/alta) que elevaria as mulheres brancas a certa valorização social. Destas formas, acreditamos que Hale era uma expressão de uma época, mesmo que não tenha obtido o mesmo impacto de Stowe.

5.2 A excepcionalidade da colonização da Libéria

Um tropo muito recorrente na colonização da Libéria pautou-se sobre a excepcionalidade dessa experiência no continente. São diversos tipos de textos republicados no *African Repository and Colonial Journal* que defendiam seu diferencial em relação ao restante do mundo e ao longo da história. Tal excepcionalidade era, geralmente, lida a partir da perspectiva religiosa, como fruto da Providência Divina que almejava um futuro maior para a África, a ser iniciado pela Libéria. Assim, demarcando um lugar dos EUA no mundo, como contribuidor para a expansão do progresso e da civilização. Stowe e Hale já tratavam o assunto em seus romances e ressaltavam o quanto a Libéria era o único lugar capaz de receber os negros e ofertar a possibilidade de ascensão política, econômica, social e espiritual de toda a “raça” (como fora tratado no item acima). As duas conjecturaram possibilidades em outros lugares (estados e países) que já possuíam uma população negra em estado de liberdade, mas destacavam suas limitações e obstáculos.

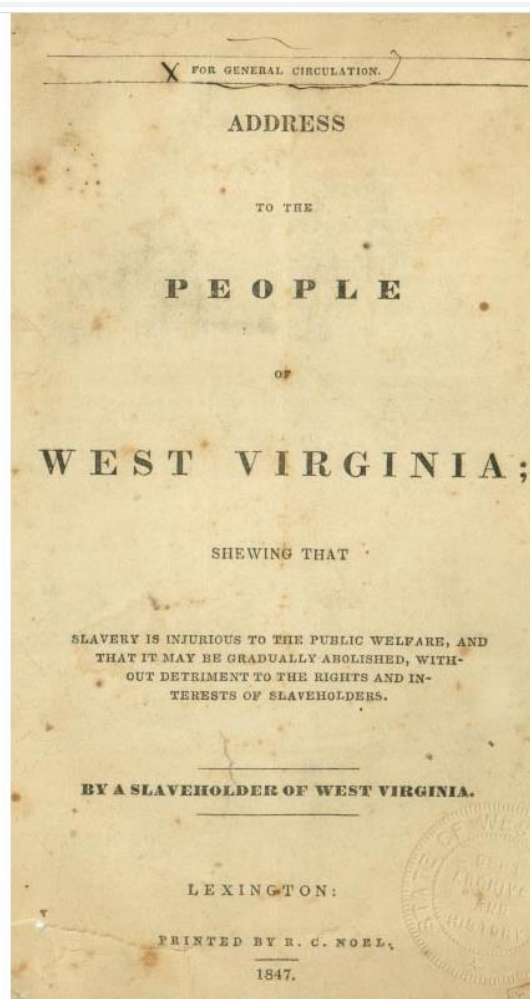
William Ruffner foi um indivíduo interessante para compreender outras estratégias discursivas, através de posicionamentos não-ficcionais e publicizados pelo *African Repository and colonial journal*. Seu texto era decorrente de sua trajetória enquanto proprietário de escravizados nas minas de sal no condado de Kanawha, Virgínia Ocidental, onde começou a

¹⁴² No original: [...] for the purpose of educating and colonizing free people of color and emancipated slaves.

expressar preocupação sobre a saúde dos trabalhadores.(*Encyclopedia Virginia*, s/ pag.). Ruffner também possuía experiências na educação, tendo estabelecido uma escola dominical para negros na igreja presbiteriana, por volta de 1845, a qual fora descontinuada quando ele saiu da cidade para dar continuidade a seus estudos no Union Theological Seminary. Em novembro de 1847, Ruffner tornou-se agente de viagem da SAC e passou dois meses arrecadando fundos e transportando negros/as alforriados do condado de Montgomery para Baltimore, a fim de emigrarem para a Libéria. (ENCYCLOPEDIA VIRGINIA.).

Em 1847, seu pai, Henry Ruffner (1790-1861), publicou o *Discurso ao Povo da Virgínia Ocidental*, com subtítulo em caixa alta: “MOSTRANDO QUE A ESCRAVIDÃO É PREJUDICIAL AO BEM-ESTAR PÚBLICO, E QUE PODE SER ABOLIDA GRADUALMENTE, SEM PREJUÍZO AOS DIREITOS E INTERESSES DOS ESCRAVIZADORES” e se identificando como “UM ESCRAVIZADOR DA VIRGÍNIA OCIDENTAL” (como consta na imagem abaixo). Na obra, o pai defendia a emancipação gradual dos escravizados sob a justificativa econômica, não moral ou social, com base em sua experiência no leste do estado. A controvérsia impactou seu trabalho na instituição, ele renunciou ao cargo de presidente do Washington College e teve que se afastar da fazenda. E, apesar das perdas, continuou se pronunciando contra a escravidão. (ENCYCLOPEDIA VIRGINIA). Acreditamos que as reflexões e preocupações do pai impactaram nas atividades de seu filho e, talvez as consequências tenham postergado um pouco o ingresso de William Ruffner no conselho da Sociedade de Colonização da Pensilvânia, que somente ocorreu três anos depois, em 1852.

Figura 9 - Capa da obra de Henry Ruffner



Em 4 de julho de 1852, William Ruffner apresentou seu discurso, que posteriormente foi publicado no *African Repository* (vol 28, n. 12, 1852, p. 353-362). Ele defendia a excepcionalidade da Libéria frente a outras formas de colonização já experienciadas no mundo, comparando-a, especialmente, às da Califórnia e da Austrália, que vivenciavam um momento importante nesse mesmo período e poderiam fornecer alguns balizadores para se pensar formas de migração. Os dois espaços experimentavam a descoberta do ouro e recebiam somas constantes de migrantes em busca de enriquecimento. Simultaneamente, viviam uma mistura de “raças”, que poderiam impactar no seu nível de civilização. Na perspectiva de Ruffner, a tendência era da sobreposição do cristianismo e do seu governo¹⁴³ sobre essas pessoas. A eficácia da Providência sobre esses eventos era semelhante à da colonização da

¹⁴³ Em partes não publicadas pelo *African repository* ele identifica como o governo de modelo republicano.

Libéria: “o retorno dos pagãos cristianizados a seus próprios países”¹⁴⁴.(RUFFNER apud *African Repository*, 1852, p. 355).

Ruffner projetava um futuro semelhante para a África ocidental, um espaço que guardaria riquezas naturais em seu solo e que estava destinado a atrair muitos migrantes. Pontuava que o crescimento demográfico por motivo de enriquecimento não era nobre como a causa da migração dos pioneiros colonos na Libéria, que foram em busca da liberdade e da estabilidade de suas famílias, contra a opressão. Os princípios dos colonos negros eram semelhantes aos dos puritanos que povoaram os Estados Unidos, ambos teriam estabelecido as bases da sociedade moral: um governo e uma comunidade “em seus elementos essenciais de prosperidade”, agora “preparada para receber aqueles que só podem ser atraídos por incentivos inferiores aos que atraíram os primeiros colonizadores”¹⁴⁵ (RUFFNER apud *African Repository*, 1852, p. 356)

Ruffner apontava que, caso fosse encontrado ouro nas terras africanas, os discursos anticolonizacionistas seriam dissipados. Apesar das suas críticas, seu texto deixava entrever a intenção de provocar os que não se convenceram pelo discurso do altruísmo, como havia apontado acima, sobre a emigração dos puritanos e a emigração da Califórnia. Tal sugestão ignorava os apontamentos dos negros e negras sobre pertencimento, conquista de direitos, contribuição no enriquecimento do país onde nasceram, entre outros. Assim, reduzindo seus interesses a questões econômicas.

No discurso de 1852, Ruffner defendia que a colonização da Libéria deveria ser realizada pelos negros provenientes dos Estados Unidos, não pelos brancos. A leitura de Ruffner era pautada nos discursos racializantes, conjugados ao clima e costumes culturais. Para ele, o clima e a situação sanitária funcionavam como elementos de afastamento dos brancos e, simultaneamente, eram projetadas (pela Providência Divina) como formas de proteção da raça anglo-saxã, afirmando que as riquezas naturais disponíveis em solo africano seriam colhidas pelos negros, únicos capazes de sobreviver no continente. Reforçava a imagem do continente como espaço de doença, sinalizando que os tesouros guardados pelo solo da África Ocidental eram exclusividade dos negros e que os empreendimentos anglo-saxônicos sucumbiriam “diante do ar pestilento da África” (RUFFNER, 1852, p. 356).

Seu posicionamento aproximava-se dos discursos científicos (ou pseudocientíficos) da época, que se assentavam sobre argumentos biológicos, justificando que

¹⁴⁴ No original: “the return of Christianized Pagans to their own countries”.

¹⁴⁵ No original: “it is prepared to receive those who can be attracted only by inducements inferior to those which attracted the original settlers.”

grupos abastados (geralmente caucasianos e seus descendentes) eram possuidores de um material biológico diferenciado, que os tornavam mais propensos a determinados espaços e costumes. Ao mesmo tempo em que justificava as hierarquias sociais dos anglo-saxões nos EUA como decorrentes de sua raça, mais adequado ao clima temperado (GOULD, 2014) Também se aproximava do determinismo geográfico, que acreditava que o clima quente era mais favorável à raça negra. Segundo Pedro Diniz Rocha (2018), o determinismo racial e geográfico se expandiu como discursos que legitimavam a expansão do sistema mundo moderno/colonial, possibilitando a classificação e hierarquização dos agrupamentos humanos ao redor do mundo.

No caso da colonização da Libéria, mesclado a tudo isso, havia a defesa de que a Providência divina possuía planos para a cristianização do continente, reservando um papel especial para os negros dispersos pelo tráfico e escravização. Seu sucesso já estava predestinado, revelado desde os contatos amigáveis com os nativos, o que ele contrastava com as histórias de brancos colonizadores em outras regiões da África, Ásia e Américas. Sua história era radicalmente diferente dos portugueses que tiveram o esforço de impor normas religiosas, políticas e sociais aos nativos do império. Contrastava também com as experiências dos Estados Unidos onde escravizadores e escravizados não compartilhavam espaços.

Ruffner destacava uma história excepcional, em que os nativos da Libéria recebiam os colonos com interesse e curiosidade. Pautados numa ideia de retorno e de similaridade, Ruffner destacava: “o nativo da África vive lado a lado com o liberiano, vive em sua família, absorve seus hábitos e opiniões, submete-se às suas leis, senta-se com ele na casa de Deus e, de todas as maneiras, mostra que sente o liberiano como seu irmão”.¹⁴⁶ (RUFFNER apud *African repository*, p. 354). O pastor defendia o diferencial do colono negro, pois, segundo ele, além de ser fisicamente semelhante, se misturava e se igualava aos nativos, sentando-se próximo, convivendo nos mesmos espaços e em meio a suas famílias, realizava um impacto direto de transposição da cultura trazida do Ocidente. Tal transposição acontecia naturalmente, por meio da absorção, como se os nativos reconhecessem sua superioridade e almejassem ser como eles. Assim, os nativos ansiavam e assimilavam organicamente tais moldes.

Segundo o pastor, nos processos de colonização experienciados ao redor do mundo não existia a expectativa de que os missionários cristianizassem diretamente todo o país, esperava-se que conseguissem formar núcleos cristãos que propagassem e convertessem os

¹⁴⁶No original: “[...] the native of Africa dwells side by side with the Liberian, lives in his family, imbibes his habits and opinions, submits to his laws, sits down with him in the house of God, and in every way shows that he feels the Liberian to be his brother.”

demais. Contudo, o caso da Libéria era único, pois estava adiantada por já trazer, na forma da emigração, um número de pessoas cristianizadas, que se tornariam “professoras e civilizadoras” dos nativos, processo facilitado por contar com “pessoas da mesma raça, que naturalmente exercerão uma influência tão poderosa e favorável sobre seus irmãos africanos como se todos tivessem nascido na terra”¹⁴⁷ (RUFFNER, 1852 apud *African Repository*, 1852, p. 355).

As palavras de Ruffner configura sentimentos de pertencimento e de solidariedade em certa medida inventados, desconsiderando os séculos de separação entre os colonos negros que migravam para a África Ocidental, a origem dos antepassados sequestrados, através do discurso do retorno para a família. Com isso, fortalecia o discurso de uma África homogênea e sem história, ou seja, como o lar de todos os negros, um espaço de amor, de acolhimento e ansiosa pelo retorno daqueles que emigraram (e aqui se incluem seus descendentes). Ruffner colocava-se na posição de qualificar uma identidade dos negros americanos e dos nativos, pautada na aparência física e suposta consanguinidade. Ao criar tais elos, concretizava o que Grada Kilomba afirmou, dois séculos depois: “o racismo não é falta de informação, mas sim o desejo violento de possuí-lo e controlá-lo” (KILOMBA, 2019, p. 228). Ou seja, dizer quem o outro é também faz parte de dizer quem ele deve ser e como deve agir no espaço e entre os demais. Para Kilomba, é possível pensar em cinco momentos na linguagem colonialista militarista: “a pessoa é descoberta, invadida, atacada, subjugada e ocupada” (KILOMBA, 2019, p. 224) De forma semelhante, os liberianos eram submetidos a forças econômicas, militares, territoriais e corpóreas de dominação.

Segundo o agente, a colonização era um meio de “melhoramento” dos negros, retirando-os dos Estados Unidos, onde viviam em estado de ignorância e “degradação”, e levando-os para um local onde poderiam se desenvolver intelectualmente e moralmente. Segundo ele, a colonização possui o negro americano como uma demonstração da potencialidade do que o negro africano poderia se tornar (RUFFNER, 1852, p. 360). Aos brancos era dado o protagonismo e o dever de fazer crescer o “germe do desenvolvimento” que os negros levariam para a África, como uma missão divina, para prepará-los para uma vida plena na Libéria.

Assim como as várias passagens, artigos e relatórios usados pelo *African Repository*, William Ruffner defendia que o desejo pela cultura do colonizador era manifesto nos nativos e ocorria de forma orgânica. Sua escrita justificava um discurso de reconhecimento da superioridade da cultura ocidental levada pelo esforço missionário. Para defender sua ideia

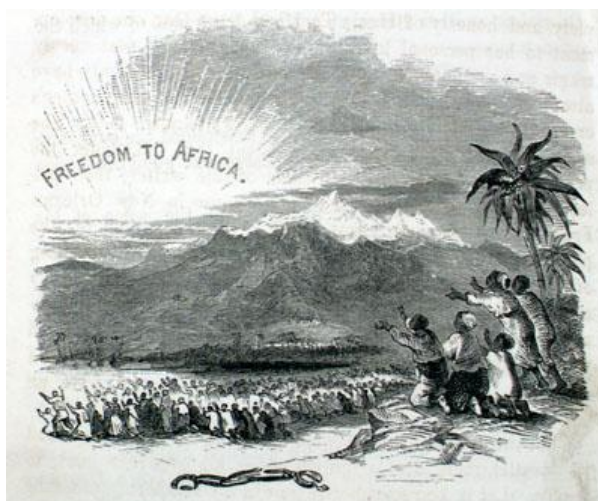
¹⁴⁷ No original: “[...] people of the same race, who will naturally exert as potent and favorable an influence on their African brethren as if they were all born on the soil.”

argumentava que já havia muitas crianças frequentando as escolas, onde demonstravam “rapidez de espírito e desejo de aprender”, afirmava que muitos nativos já haviam aprendido a falar em inglês, frequentavam as igrejas e que muitos demonstravam fidelidade na conversão à religião cristã (RUFFNER *apud African repository and colonial journal*, 1852, p. 357). Citava inclusive uma viagem do presidente liberiano Roberts, o qual afirmava ser testemunha da expansão do modo de vida ocidental, da costa em direção ao interior. Ruffner afirmava sobre o presidente:

Em todos os lugares onde ele parou, havia pessoas que falavam a língua inglesa. Os chefes das tribos por onde passou manifestaram o maior afã para que se estabelecessem entre si escolas, oferecendo-se para erigir edifícios e instituições de apoio, onde se ensinassem a seus filhos as artes da civilização e as verdades da religião cristã. Alguns dos assentamentos nativos em Libéria, compostos de escravos recapturados dos navios negreiros, foram profundamente assimilados aos dos cidadãos; e em várias épocas de reavivamento, muitos nativos têm sido objeto de graça.

As falas de Ruffner e de Roberts convergia para diversas produções em seu período. Entre elas, destacamos uma imagem ilustrada no livro de Stowe, no ano de 1853, que demonstrava uma ansiedade dos nativos pela chegada dos colonos. Em ambas, a chegada dos colonos sugeria que a colonização era liberdade estendida além dos emigrados para a própria África, sendo a imagem intitulada “Liberdade para a África” (como foi estampado pelo artista Hammatt Billings no canto superior esquerdo da imagem: “Freedom to Africa”) e não, simplesmente, a liberdade para os/as negros/as egressos/as da escravidão.

Figura 10 - Ilustração da África no livro "A Cabana do Pai Tomas"

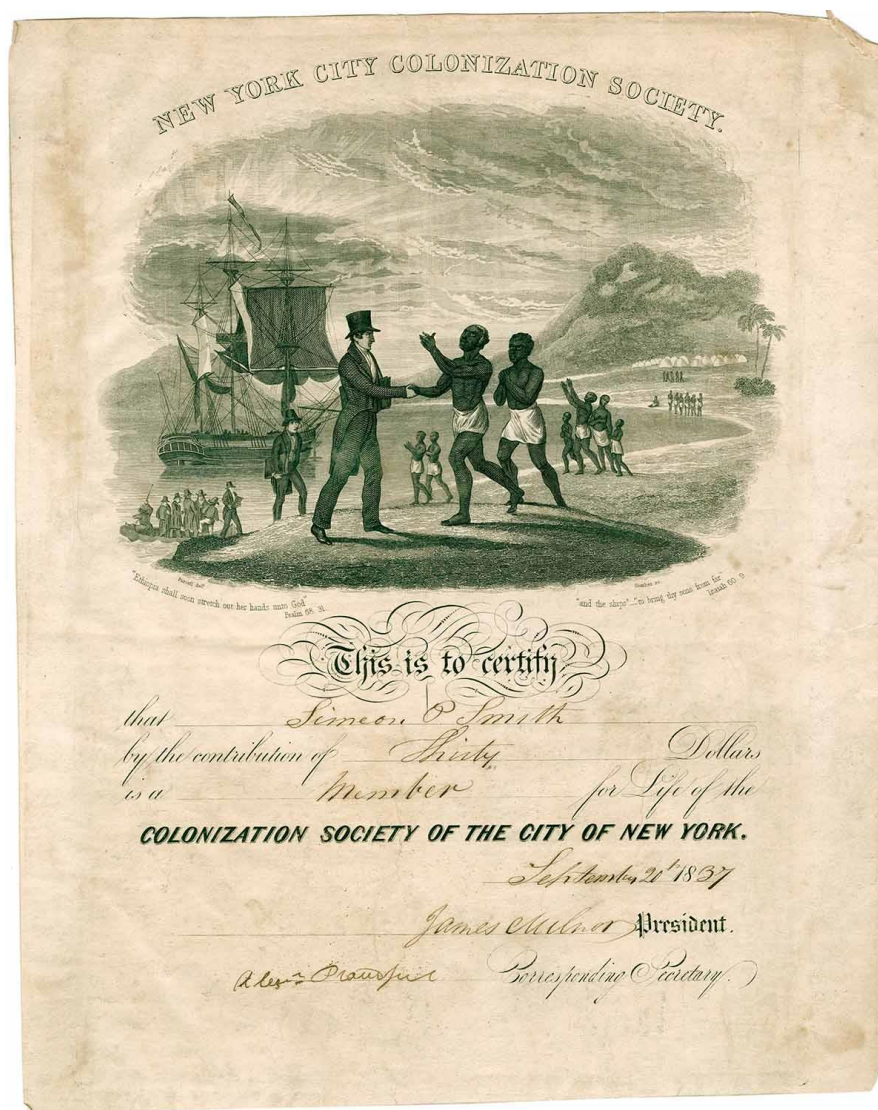


Hammatt Billings. Freedom to Africa. In: STOWE, Harriet Beecher. Chapter 45. *Uncle Tom's Cabin*, Illustrated Edition. Original Designs by Billings; Engraved by Baker and Smith. Versão

ilustrada. Boston: John P. Jewett and Company, 1853. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/uncletom/illustra/53illf.html> Acessado em: 21-10-2023.

Tais imagens também dialogavam com litogravuras já propagadas pela Sociedade de Colonização em décadas anteriores, como a que segue abaixo e que havia sido estampada no certificado de membros da Sociedade de Colonização da cidade de Nova York. No documento, nativos da região onde foi implantada a colônia eram representados com as mãos voltadas para os céus em sinal de agradecimento a Deus pelo acordo de colonização. Interessante destacar também que raios de sol se irradiam na direção da embarcação para o continente, simbolizando a chegada das luzes (que poderiam simbolizar a religião ou a ciência) no continente, comumente representado como terra de trevas (pela ausência dos costumes ocidentais).

Figura 11 - Certificado de membro da Sociedade Colonização da cidade de Nova York



Certificado de filiação para a Sociedade de Colonização da cidade de Nova York de Simeon P. Smith's. 20 de setembro de 1837. Posse de: New York Historical Society.

Nos escritos de Ruffner, assim como de Hale e de defensores da colonização trabalhados nessa tese, era uma preocupação demonstrar que o espaço habitado e as pessoas nativas mostravam-se receptivas e interessadas no que a colonização tinha para oferecer. Acreditamos que era nesse sentido que Ruffner apontava que as crianças do interior eram enviadas por suas famílias, inclusive por reis africanos, para receber a educação oferecida pelos colonos:

Sempre há meninos nativos ansiosos para serem levados para famílias liberianas como criados, para que possam ter a oportunidade de adquirir uma educação inglesa. Vários reis africanos enviaram seus filhos de várias centenas de milhas no interior para serem colocados nas famílias dos colonos. Estes voltam para casa imbuídos de novas e nobres ideias de vida e religião. ¹⁴⁸ (grifo meu) (RUFFNER *apud African repository*, 1852, p. 357)

É interessante observar que a liberiana Leymah Gbowee, ganhadora do prêmio Nobel da Paz (2011), apontou que, no século XX, essa prática permanecia, sendo comum às crianças do interior servirem em casas de famílias para acessar a educação formal nas cidades mais estruturadas, e isso incluía a família de chefes tradicionais:

Como minha mãe ainda tinha vontade de ter um filho homem, nós lhe trouxemos Eric, cuja mãe era uma das mulheres de um meio-irmão de papai, chefe tradicional de aldeia. E os filhos dos primos de minha mãe vinham sempre de suas aldeias para estudar em Monróvia. Em troca, nos serviam de criados. Na África é assim. Você pode não ter muito, mas sempre há alguém com menos. Quando as famílias rurais enviam os filhos a parentes da cidade para que tenham uma “oportunidade”, estes parentes pagam os uniformes e o material escolar, e em troca põem as crianças para trabalhar. Papai, que cresceu na escola missionária, precisava varrer, buscar água e cortar a grama para pagar seu sustento. (Ele raramente falava de sua infância, mas às vezes, quando nos queixávamos de alguma coisa, nos dizia: “Eu costumava me sentar à beira do rio e costurava minha calça com barbante”.) Ma pegou minha mãe para criar, mas aos dez anos ela já cozinhava para a família toda. (grifo meu) (GBOWEE, 2012, p. 16).

No trecho acima, percebemos como a circulação dos filhos de chefes nas cidades para desfrutar da educação formal vinha atrelada à um compromisso de troca, inserindo-os nas famílias urbanas em posição inferior e de prestação de serviço sem salário. A inserção na educação formal era o acesso para a estrutura econômica do estado, pois funcionava como uma moeda para os colonizadores que conseguiam convencer as famílias do interior de que

¹⁴⁸ No original: “There are always native boys anxious to be taken into Liberian families as servants, in order that they may have an opportunity of acquiring an English education. A number of African kings have sent their sons from several hundred miles in the interior to be placed in the families of the colonists. These return to their homes imbued with new and noble ideas of life and religion.”

conseguiriam uma perspectiva de futuro para as novas gerações. Consequentemente, a educação tornava-se uma condição para acesso a cargos de reconhecimento e poder, ao mesmo tempo em que aculturava os nativos. E podemos extrapolar esse contexto para questionar em que medida o mesmo também ocorreu no Brasil, trazendo meninos e meninas (negras, indígenas e mestiças), para trabalhar nas famílias urbanas em troca de educação ou, simplesmente, de um emprego que poderia auxiliar na manutenção da família rural. E quantas cidades cresceram (demográfica e economicamente) em torno de instituições escolares e com base em trabalhos de migrantes. Em que medida os centros educacionais dialogam com os conhecimentos dos povos originários e, quando o faz, quais são seus propósitos?

Se era necessário oferecer uma educação para os negros na Libéria, por outro lado, também era imprescindível a instrução dos negros residentes nos Estados Unidos. William Ruffner defendia a abertura de escolas, academias e faculdades, bem como de seminários teológicos, escolas normais e escolas agrícolas para negros. Assim, é possível perceber mais esse impacto da Libéria sobre os Estados Unidos. Além da apreensão da cultura ocidental (língua, religião, costumes e conhecimentos específicos), acreditava que a educação elevaria a condição cognitiva dos negros e, com isso, seriam mais capacitados a se tornar insatisfeitos com a escravidão. A partir de então buscariam voluntariamente a emigração para a Libéria como forma de acessar uma vida em liberdade:

E assim a educação, o amor ao ouro (como antes mencionado), a opressão, a emancipação, o zelo cristão e até o abolicionismo conspirarão para esvaziar nossa terra desses estrangeiros e elevar a Libéria a uma nobre elevação na escala das nações.¹⁴⁹ (RUFFNER apud *African Repository*, p. 360)

Ruffner ressaltava que os direitos de cidadania eram estendidos a todos os nativos residentes na Libéria, desde que manifestassem interesse e inteligência, e evidenciava que vários deles já haviam ascendido a juizes de paz. Como vimos acima, a inteligência, para o pastor, era manifesta a partir da educação estadunidense, portanto, um processo de acultramento era requisito para inserção social dos nativos na república. Esse processo de ocidentalização do mundo ficará muito conhecido a partir das charges publicizadas em 1899, representando o Tio Sam como seguidor dos passos do Tio Bull, sob a crença do “Fardo do Homem Branco”¹⁵⁰.

¹⁴⁹ No original: And thus education, love of gold, (as before alluded to,) oppression, emancipation, Christian zeal, and even abolitionism, will conspire to empty our land of these aliens, and to lift Liberia to a noble elevation in the scale of nations.

¹⁵⁰ O “Fardo do Homem branco” foi um poema escrito pelo poeta inglês Rudyard Kipling. publicado na revista *McClure's* em 1898, exaltando as ações imperialistas.

Outros oficiais também demonstraram a intenção de incorporação dos nativos pela nova nação. Na edição de 1853, James Washington Lugenbeel, médico na Libéria e agente do governo dos Estados Unidos, afirmava que os nativos não deixaram suas residências após as compras de terras, e, em contrapartida, se comprometiam às leis liberianas e se submetiam ao Governo da Libéria (LUGENBEEL, 1853, p. 5).

O discurso de Ruffner evidenciava os meandros das articulações entre os meios econômico e o religioso de modo a reforçar um mundo racialmente separado, justificando papéis sociais para cada raça, segundo critérios morais e hierárquicos de referência ocidental. Sua experiência como administrador de negócios com trabalho escravizado (um escravizador) era uma referência importante para argumentação de que a escravidão não se justificava por fins lucrativos – apesar da historiografia não apoiar essa argumentação¹⁵¹, mas era um debate importante no período. Sua preocupação com a criação de perspectivas de futuro para os negros também auxiliava na fundamentação do argumento de que os escravagistas estavam repensando o sistema e de que a instituição caminhava para seu fim, pois almejavam a ampliação e aprofundamento de mandamentos bíblicos, em forma da expansão para a África.

A excepcionalidade liberiana seria novamente tematizada através de outros textos publicados pelo *African Repository* para reforçar as ações colonizacionistas. Em um trecho republicado do *Boston Traveller*, intitulado “Uma república transplantada”, também em 1852, afirmava-se que a Libéria seria para o continente africano exatamente o que os EUA eram para as Américas: um modelo destinado a se estender territorialmente, levando os princípios estadunidenses (pautados na Declaração e na Constituição, bem como no cristianismo) e tornando-se uma nação grande e poderosa. (*African Repository*, 1852, p. 24-25)

Outro tema especialmente importante para fundamentação da excepcionalidade da Libéria repousava-se sobre seu potencial na supressão do tráfico transatlântico. Em 1852, o *African Repository* publicou um texto que afirmava que a expansão da Libéria sobre os territórios africanos possibilitava a eliminação do tráfico fomentado pelas populações nativas.

E através da instrumentalidade do Governo da Libéria, muito tem sido feito, direta e indiretamente, para a supressão do comércio de escravos; 'que tráfico nefasto os liberianos têm; demonstraram determinação e capacidade de abolir para sempre todos os territórios sobre os quais possam, de tempos em tempos, adquirir jurisdição.¹⁵² (*African Repository*, 1852, p. 133)

¹⁵¹ Ver: WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975; RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. Lisboa: Nova Seara, 1975.; MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

¹⁵² No original: And through the instrumentality of the Government of Liberia, much has been done, directly as well as indirectly, towards the suppression of the slave trade; ' which nefarious traffic the Liberians have; shown

Em nossa leitura, é indubitável que a Libéria serviu aos EUA como forma de experiência para expansão de seus poderes para além-mar, a partir de ações que não vinham necessariamente da presidência da república, mas de órgãos privados (incluindo-se a imprensa) e estaduais, além de vários indivíduos articulados, inclusive estadistas. E serviu ainda como uma forma de ensaiar a manutenção de poderes em uma nação independente, o que, no caso liberiano, se estendeu até fins do século XX.

5.3 Redes da branquitude

Nesse item, intencionamos pensar como indivíduos brancos se solidarizaram na organização da colonização da Libéria como um projeto possível através de redes marcadas por valores e ações específicas de sua racialidade branca, dispostos a fazer concessões diversas, desde que mantivessem o protagonismo da colonização, sem ameaçar seus privilégios e definindo lugares para os/as negros/as. A Sociedade Americana de Colonização inseria-se em redes movidas, especialmente, por financiamento privado ou pelos governos estatais, ambos sob domínio de grandes proprietários, ou seja, principalmente pessoas brancas de classe média e alta. Para a o periódico *African Repository and colonial journal* era importante defender e demonstrar um interesse geral e difundido de instituições, grupos e grandes figuras a favor da causa da colonização, o que significava, em grande medida, um acordo com setores escravistas. O periódico promovia uma causa benevolente, repleta de piedade e moralidade, conseqüentemente, promovendo o país e seus envolvidos. Por tudo isso era importante demonstrar que a colonização era um consenso entre as instâncias mais respeitáveis do país. Nas palavras de William Ruffner, a colonização era apoiada por:

Todos os *corpos religiosos* esclarecidos do país, a maioria de nossas legislaturas estaduais, em todas as seções e de todos os partidos, (exceto o abolicionista) presidentes dos Estados Unidos, (acredito que todos eles desde a fundação da Sociedade) nossos principais filantropos, nossos mais distintos estadistas e teólogos, a grande maioria de nossos jornais e revistas, literários, comerciais, políticos e religiosos, sancionaram e apoiaram esta causa de todos os modos apropriados e em todas as ocasiões apropriadas. Homens de todos os credos políticos e religiosos, homens de todas as localidades e de todos os interesses veem nesse esquema multifacetado algo que o recomenda [...] ¹⁵³ (RUFFNER apud *African repository and colonial journal*, 1852, p. 358).

both a determination and ability to abolish forever from all the territory over which they may , from time to time, acquire jurisdiction.

¹⁵³ No original: “All the enlightened religious bodies of the country, the most of our State Legislatures, in all sections, and of all parties, (except the Abolitionist) Presidents of the United States, (I believe all of them since

A grande proporção dada à capilaridade do apoio à colonização visava a construção de um discurso de legitimação das ações da colonização e de criação de um consenso (que problematizamos nessa tese). Ruffner fez uma longa saudação à morte do estadista Henry Clay, forte defensor dos interesses escravagistas. Na ocasião, projetou uma grande comoção sobre toda nação estadunidense, como se o estadista fosse uma perda incomensável para todos, independente de raça. Homenageou-o enquanto estadista, enquanto orador, enquanto pessoa e colaborador da colonização:

E agora Clay também se foi. Sim, por aquele triste acontecimento, que tocou as fontes mais profundas do sentimento nacional, um acontecimento que despertará a simpatia do mundo civilizado, e posso dizer, que foi tão nobre e afetosamente honrado pelo povo da Filadélfia, não só o mundo perde um grande professor político, a nação um estadista e orador inigualável, os reinos do gênio uma estrela incomparável, as fileiras da vida social um homem de sentimentos transbordantes e incríveis poderes de fascínio, mas esta grande causa da colonização perdeu seu mais antigo, amigo mais firme, mais dedicado e influente, que com sua morte deixou vago a cadeira presidencial da Sociedade.¹⁵⁴ (RUFFNER, 1852, p. 29)

Ao fazer tal saudação, Ruffner e a SAC, de maneira geral, alimentavam os diversos elos representados por Henry Clay, principalmente, com os escravagistas. Dessa forma, acreditamos que buscava: alimentar a ideia de pertencimento a um mesmo grupo (branco, cristão, colonizacionista), demonstrando compartilhar do sentimento de perda, num sentido de reforço da identificação de valores morais e econômicos; e garantir recursos financeiros e humanos (fosse de novos colonos, agentes ou simpatizantes), possibilitando a continuidade da circulação entre os meios escravagistas, através da alimentação da imagem dos escravagistas e dos estados do sul como expressões de civilidade, nobreza e genialidade.

É necessário refletir sobre o impacto discursivo de ressaltar que a morte de Clay deixava vago a cadeira presidencial da SAC, pois existem muitas camadas interpretativas. Em uma leitura apressada, sugeria somente a ideia de que a pessoa é insubstituível, representando uma perda irreparável. Porém, tal trecho é mais profundo, ele convidava o leitor a refletir sobre sua própria finitude e questionar o sentido da vida diante do vazio deixado pela cadeira. Ao

the foundation of the Society) our leading philanthropists, our most distinguished statesmen and divines, the great majority of our newspapers and reviews, literary, commercial, political, and religious, have sanctioned and sustained this cause in all proper modes, and on all proper occasions. Men of all creeds in politics and religion, men in all localities and all interests, see in this many-sided scheme, something which commends [...]"

¹⁵⁴ No original: "And now Clay too has gone. Yes, by that sad event, which has touched the deepest fountains of national feeling, an event which will awake the sympathies of the civil ized world, and I may say, which was so nobly and feelingly honoured by the people of Philadelphia, not only did the world lose a great political teacher, the nation an unrivalled statesman and orator, the realms of genius a peerless star, the ranks of social life a man of outgushing feeling, and amazing powers of fascination, but this great cause of colonization lost its oldest, firmest, most devoted, and influential friend, who has by his death left vacant the presi dential chair of the Society."

considerar que Clay não poderia mais exercer suas atividades, surge a necessidade de alguém assumir o cargo, o que intensifica a relevância dessa homenagem realizada por Ruffner. Ou seja, a homenagem de Ruffner era uma estratégia de manutenção da força política e econômica da SAC, uma garantia de circulação entre os detentores de poder e um convite para outra grande figura para um cargo, acima de tudo, por questões morais ou filantrópicas. Ela evoca reflexões sobre a importância de dar continuidade aos projetos e de manter vivo os desejos do próprio Clay.

É nesse sentido que o fim de seu livro, que também é o fim do trecho republicado no *African repository and colonial journal*, reforçava o dever moral e religioso dos brancos frente à colonização: “O negro é nosso irmão e nosso pupilo; e Deus nos responsabilizará por seu treinamento e por seu fim, temporal e eterno.”¹⁵⁵ (RUFFNER. In: *African repository*, 1852, p. 362) É interessante observar que, apesar de colocado como semelhante (por ser irmão), o negro não é colocado a nível de igualdade (porque é pupilo). Os brancos manteriam, portanto, seu papel como tutor responsável pelo encaminhamento e direcionamento temporal e espiritual dos negros. A postura política de Ruffner era muito estratégica, firmando pactos sociais e fazendo críticas pontuais e comedidas sobre a presença da escravidão negra nos Estados Unidos, sem abalar a instituição escravista em si. Inclusive, a própria Enciclopédia da Virgínia reconhece que ele não se opunha a argumentos baseados na Bíblia em favor da escravidão. (ENCYCLOPEDIA VIRGINIA) Tal postura foi fundamental em sua vida pública nos Estados Unidos nas próximas décadas.

A obra instigou polêmicas e, junto a problemas de saúde, Ruffner foi levado a renunciar ao cargo de pastor, em abril de 1853. Assim, se mudou para o condado de Rockingham, na Virgínia, alugou uma fazenda perto da família de sua esposa e investiu em um curtume, em Harrisonburg. Alugou pelo menos quatro escravos e contou com a mão de obra de outros seis, recebidos como “presentes” do sogro. Como fez em Lexington, Ruffner estabeleceu uma escola dominical para negros, oferecendo apenas instrução oral (ao menos declaradamente), já que a lei da Virgínia proibia o ensino da escrita e/ou leitura para negros. Entre abril e dezembro de 1856, ele também editou o *Virginia Farmer*, um periódico mensal de curta duração. (ENCYCLOPEDIA VIRGINIA)

Ruffner foi um moderado durante a crise seccional. Porém, depois que a Virgínia se separou em abril de 1861, ele apoiou seu estado natal e se juntou à guarda doméstica local.

¹⁵⁵ No original: “The negro is our brother and our ward; and God will hold us responsible for his training and for his end, temporal and eternal.”

Ou seja, uniu-se oficialmente aos escravagistas na Guerra de Secessão. Após a guerra, em 1º de março de 1870, a bancada conservadora da Assembleia Geral indicou Ruffner para o novo cargo de superintendente de instrução pública e a assembleia o elegeu no dia seguinte. Ele então teve trinta dias para redigir a legislação delineando o sistema de escolas públicas. Assim, contribuiu para um sistema de ensino que, posteriormente, envolveu cerca de 130.000 alunos e quase 3.000 escolas públicas abertas no primeiro ano, incluindo cerca de 39.000 negros. (ENCYCLOPEDIA VIRGINIA)

Segundo Marianne Julienne, na segunda metade do século, Ruffner foi um forte defensor da segregação. Em 1874, publicou um ensaio no *Scribner's Monthly*, opondo-se à ideia de escolas mistas. Apesar de demonstrar crença na possibilidade de que a discriminação um dia tivesse um fim, ele afirmava que as “diferenças naturais entre as raças” e a atitude hostil que os brancos do Sul tinham em relação aos negros eram incontornáveis e condenariam as escolas públicas interracialistas.¹⁵⁶ Enfim, a ideia subjacente presente na Sociedade Americana de Colonização e na escrita de Ruffner era de separar as raças, com base em crenças de supremacia branca e a crença de que negros e brancos não poderiam coexistir harmoniosamente.

É importante ressaltar que os espaços eram disputados pelas diversas vertentes políticas que se posicionavam sobre a escravidão nas principais cidades do país. O discurso¹⁵⁷ de William Henry Ruffner (1824–1908) era fruto de seu sermão proferido na Sétima Igreja Presbiteriana, na Filadélfia, em 4 de julho de 1852 (feriado de Independência dos Estados Unidos).¹⁵⁸ Apesar de Ruffner publicar um texto proferido em um lugar público e religioso na mesma cidade onde Hale atuava (a Filadélfia). Esse exemplo, entre vários outros possíveis, demonstra a circulação de indivíduos brancos colonizacionistas provenientes de uma elite escravagista circulando em espaços de estima do movimento abolicionista.

A Filadélfia (na Pensilvânia), segundo Richard S. Newman, vivenciava entre as décadas de 1820 e 1850, a terceira onda de abolicionismo, marcada por formas mais agressivas de protesto. A cidade sediava a Sociedade Americana Antiescravista (American Anti-Slavery Society), apoiada por W. L. Garrison e Arthur Tappan, que defendiam a abolição universal

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, s/ página.

¹⁵⁷ RUFFNER, William Henry. *Africa's Redemption*. A Discourse on African Colonization in its Missionary aspects, and in its relation to Slavery and Abolition. Preached On Sabbath Morning, July 4th, 1852, In The Seventh Presbyterian Church, Penn Square, Philadelphia. Philadelphia: William S. Martien. 1852.

¹⁵⁸ *African repository*, 1852, p. 354-362. A obra completa está disponível em: http://community.village.virginia.edu/howwememorialize/wahwm_images/sources/ruffner/RUFFNER-A-Africas-redemption.pdf. Acesso em 23-05-2023.

imediate e sem compensação para os escravagistas.¹⁵⁹ E, simultaneamente, a Pensilvânia foi o estado nortista que registrou o maior número de emigrados entre as décadas de 1820 e 1860.¹⁶⁰

Segundo Eric Burin, a Sociedade de Colonização da Pensilvânia chegou a levantar fundos, em alguns casos, para auxiliar na compra de cônjuges de emigrantes, porém, tais ações eram vistas com muita tensão pelos abolicionistas, que consideravam o pagamento como forma de legitimação do status da pessoa negra como um bem móvel. Segundo o historiador, as alforrias promovidas pelos colonizacionistas tinham potencial de desestabilizar a escravatura nos lugares onde foram compradas e os vizinhos sulistas de fato se hostilizavam com tais ações.¹⁶¹

Na década de 1850, as ações da SAC tendiam a se mostrar como moderadas, evitando conflitos com o Sul e os escravagistas. Momentos de radicalização forçaram essa tomada de posicionamento por colonizacionistas no Norte. No estado ao lado, em Ohio, o caso ocorrido no Seminário Teológico Lane, em 1834, marcou os rumos do abolicionismo, fazendo com que os abolicionistas mais radicais se dirigissem para o Oberlin College.

O pai de Harriet Beecher Stowe estava no epicentro da controvérsia. Lyman Beecher era presidente da instituição. Segundo Thompson Jr, ele já era contrário ao tráfico de escravizados por questões morais e tinha orgulho de sua região o ter abolido sem derramar sangue, ainda no século XVIII.¹⁶² Porém, Beecher dependia financeiramente de escravizadores do Sul para manter o Seminário, que, inclusive, sofreu enorme perda de alunos depois das tensões colocadas pelas querelas entre abolicionistas e pró-escravagistas. Em 1837, Beecher fez uma viagem para divulgar o Seminário e atrair mais alunos para a instituição.

Calvin Stowe, futuro marido de Harriet (pois se casam em 1836), também era professor no Seminário Lane no período. Ele se manifestou em favor da colonização em uma reunião em nome da SAC, realizada na Segunda Igreja Presbiteriana, Cincinnati, em 9 de junho de 1834.¹⁶³ Apresentava-se como amigo da SAC e inimigo da escravidão. Rebatia acusações contra a Sociedade e apontava exatamente como concebia a colonização. Dessa forma, pontuou:

¹⁵⁹ NEWMAN, Richard S. Abolitionism. Rutgers University, 2012. In: *The Encyclopedia of Greater Philadelphia*. Disponível em: <https://philadelphiaencyclopedia.org/essays/abolitionism/>. Acesso em: 09-10-2023.

¹⁶⁰ AMERICAN COLONIZATION SOCIETY. *African repository and colonial journal*. Washington: Colonization Society Building, 1867, p. 109- 117.

¹⁶¹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: University Press of Florida, 2005, p. 92.

¹⁶² THOMPSON Jr., J. Earl. Lyman Beecher's Long Road to Conservative Abolitionism. In: *Church History*, Vol. 42, No. 1 (Mar., 1973), pp. 89-109. Published by: Cambridge University Press on behalf of the American Society of Church History. IN: <http://www.jstor.org/stable/3165048>. Acesso em: 03/09/2013, p. 93.

¹⁶³ STOWE, Calvin. Professor Stowe on Colonization. *African Repository and Colonial Journal*. Washington: American Colonization Society, December 1834. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/abolitn/abescsat.html>. Acesso em 14-10-2023.

1) um meio imediato de oferecer terras para libertos que não podiam permanecer nos EUA devido às legislações restritivas a emancipação; 2) como passo preliminar à emancipação geral, que auxiliaria no diálogo com escravagistas; 3) como forma de manter as raças diferentes em climas e territórios distintos, como interpretava ser o desígnio de Deus. Defendia que a emigração era voluntária e que era a favor da igualdade de direitos com os homens negros (não mencionava mulheres negras e acreditamos, assim como Ângela Davis que essa exclusão não era acidental). Mas que, mesmo se houvesse a aceitação entre as raças, sem hierarquia ou ideias de degradação, elas “se afastariam harmoniosa e inteiramente”, pois acreditava que haveria um sentimento de afinidade que atrairia indivíduos semelhantes, portanto, era melhor que fossem “removidos”, sem preconceitos.

É interessante observar que o posicionamento de Calvin se aproximava de alguns pensamentos expostos por poligenistas, como Josiah Nott e Agassiz, que afirmavam que os negros foram criados para o clima da África tropical e para nenhum outro, o que possuía recepção muito positiva no sul escravista na década de 1850. Eles defenderam as teses poligenistas como forma de embasamento da escravidão. Já Calvin Stowe amenizava tais leituras, rechaçando hierarquia entre elas, porém acreditando numa atração natural entre os iguais.

Calvin Stowe afirmava que não acreditava que o preconceito fosse justificável ou invencível, mas que era muito difícil de superar, apesar de conhecer alguns casos de negros que estudaram em faculdades ou exerceram cargos públicos em estados nortistas, sem sofrer insultos¹⁶⁴. Destacava que o preconceito não possuía bons fundamentos, fosse com base na natureza, na religião ou na história. Acreditava que o preconceito contra pessoas negras existente nos EUA era baseado somente na opressão e na maldade.

Calvin Stowe invertia certos argumentos poligenistas e destacava que os gregos antigos reconheciam a pele negra e os cabelos lanosos como símbolos associados ao que era “nobre na civilização, respeitável no aprendizado, encantador nas artes e esplêndido nas conquistas militares”.¹⁶⁵ (STOWE, 1834, p. 303) Descrevia os descendentes de Cam como os pioneiros da ciência e de artes “estupendas”, capazes de surpreender até mesmos os conhecedores das artes grega, romana e moderna. E diferente dos defensores da degradação das

¹⁶⁴ É importante ressaltar que é muito pouco provável que as diversas formas de racismo e discriminação sofridas em meios públicos fossem compartilhadas por pessoas negras com Calvin Stowe, tendo em vista todos os riscos envolvidos e as sensibilidades necessárias para compreensão das experiências sofridas.

¹⁶⁵ No original: “noble in civilization, and respectable in learning, and delightful in the arts, and splendid in military achievements”.

raças, defendia que os negros não haviam perdido suas capacidades, apesar do período de escravidão nas Américas.

Diferente dos poligenistas que pregava que a diferenciação entre as raças justificava a necessidade de tutela dos brancos, Calvin Stowe afirmava categoricamente acreditar que a emancipação era segura e que os negros eram capazes de cuidar de si próprios, como muitos já haviam demonstrado, comprando suas próprias alforrias e mantendo suas próprias famílias. Afirmava que em todos os lugares em que a emancipação ocorreu, ela foi considerada segura e benéfica para senhores e escravizados. Sendo a escravidão um “mal puro”, uma “abominação”. A Libéria parecia ser um meio possível e rápido, assemelhado a colonização da Nova Inglaterra e Virgínia, portanto, com dificuldades que seriam transpostas com o tempo em prol do bem comum da população negra.

É possível acreditar que o posicionamento de Calvin e de Lyman tenham permanecido ao longo dos anos e tenha dialogado com o de Harriet na década de 1850, bem como de outros dentro da SAC. Acreditamos que tal postura em favor da colonização os possibilitava circular em vários espaços, inclusive do próprio Norte, reduzindo as reações de pró-escravistas, ao atacar a escravidão em termos relativamente já aceitos entre escravagistas de que a escravidão era um mal em si. Ao mesmo tempo que não ameaçava diretamente a tomada de decisão dos escravagistas, que permaneciam como únicos capazes de decidir sobre a emancipação de seus escravizados.

Essa tendência a relações amistosas também se manifestou entre Stowe e Hale. Segundo a historiadora Joan Hedrick, ganhadora do prêmio Pulitzer, Stowe devia parte de seu poder literário ao espaço que conseguiu no meio público a partir de seus escritos para o periódico editado por Hale, *Godey's Lady's Book*¹⁶⁶, entre fins da década de 1830 e primeiros anos de 1840. Tal experiência a inseriu no meio público que a reconheceria como escritora para as mulheres (brancas).¹⁶⁷

¹⁶⁶ Hale foi editora da *Godeys Ladys Book* por 40 anos (entre 1837 e 1877, quando se aposentou). Vários grandes nomes da literatura publicaram na revista, entre os quais destacamos Henry Wadsworth Longfellow e Alan Poe. O primeiro havia publicado “Poems On Slavery” (1842), e oferecia questionamentos sobre a escravatura, que lhe rendeu apreciação de alguns abolicionistas. O próprio autor teria sugerido que a obra não pretendia ofender a nenhum escravagista. Ao mesmo tempo em que se orgulhava de tê-lo publicado, apesar das recomendações de não fazê-lo. Alan Poe foi um dos críticos, que escreveu uma resenha e afirmou: destinados ao uso especial daquelas velhas negrófilas do Norte, que constituem uma parte tão grande dos amigos da obra do Sr. Longfellow." E ele optou por não adentrar discussões políticas mais profundas sobre a escravidão, apesar das oportunidades para fazê-lo. (LEPORE, Jill. How Longfellow Woke the Dead. March 2, 2011. In; *The America Scholar*. Disponível em: <https://theamericanscholar.org/how-longfellow-woke-the-dead/> Acesso em: 13-10-2023.)

¹⁶⁷ HEDRICK, Joan D.. A Literary Woman: 1839–1843. In: *Harriet Beecher Stowe: A Life*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/25761/chapter/193325701> Acesso em: 13-10-2023.

Após a publicação de *A Cabana do pai Tomás*, em 1853, Hale escreveu uma obra para celebrar as ações de mulheres ilustres (intitulado *Registro feminino; ou, esboços de todas as mulheres ilustres, desde o início até 1850*¹⁶⁸) e incluiu Harriet B. Stowe, a qual retribuiu com texto próprio. O verbete sobre Stowe a descrevia como exemplo de mulher, mãe e esposa, bem como suas contribuições enquanto professora, saudando-a por conseguir ainda produzir muitos textos, marcados pela vivacidade de sentimentos morais. (HALE, 1853, p. 837-838).

Hale, Harriet Stowe e seus familiares, Ruffner e vários outros desenvolviam no século XIX um olhar diferenciado em relação ao racismo existente nos EUA contra a população negra. Eles se posicionaram enquanto uma branquitude que se expressava publicamente contra o racismo (como na ideia de branco crítico exposto por Lourenço Cardoso). E tomavam ações públicas em relação as possibilidades de intervenção e providência imediata frente ao contexto nacional. Contudo, tudo isso não apagava seus locais de privilégio e distinção, inclusive, no direito reivindicado de defender a emigração para um lugar que nunca haviam visitado fisicamente e despreocupados com as populações nativas (no que concernia a suas demandas específicas, diferentes do que a colonização impunha).

Ressaltamos que a tomada de consciência seguida de posicionamento público sobre o assunto da escravidão no século XIX era um ato de enorme risco, principalmente para aqueles que se posicionavam a favor da abolição. Grupos pró-escravistas se amotinaram contra diversos jornais e jornalistas abolicionistas. Escolas integradas foram atacadas, incendiadas e a vida das crianças e professoras(es) foram ameaçadas. Os estados sulistas tornaram suas leis mais rigorosas sobre os/as negros/as (escravizados ou livres), restringindo a circulação de materiais, fortalecendo mecanismos de controle sobre a população, encarcerando negros/as e multando brancos/as. A imprensa foi muito ativa nesse período, mas muitos intelectuais preferiram não se manifestar ou publicizaram discursos acanhados. Tendo em vista todo esse contexto, a colonização da Libéria aparecia, muitas vezes, como forma de escape ou de alívio dessa radicalização.

Outras Instituições educacionais também apoiaram a colonização e valeram-se de recursos financeiros vindos da escravização. O Seminário Teológico de Princeton foi uma das instituições que apoiou diretamente a colonização da Libéria, e manteve um discurso dúbio quanto à escravidão, valendo-se dela para arrecadar fundos. Cortlandt Van Rensselaer, por exemplo, escreveu a um correspondente sulista em 1858: “A posse de escravos não é

¹⁶⁸ HALE, Sarah. *Woman's Record: Or, Sketches of All Distinguished Women, from "the Beginning" Till A.D. 1850. Arranged in Four Eras. With Selections from Female Writers of Every Age.* Harper & brothers, 1853.

pecaminosa em todas as circunstâncias. (...) Consideramos a instrução cristã de escravos como um meio para um fim, e esse fim é a recuperação das bênçãos da liberdade pessoal, quando a Providência abrir um caminho para isso”¹⁶⁹.

O Seminário não usava trabalho escravizado na construção ou manutenção de seus prédios, seus trabalhadores eram livres e possuíam registro nos pagamentos da instituição. Contudo, o Seminário se beneficiou da economia escravista por meio de investimentos em bancos do Sul e recebendo doações de escravagistas conectados à Igreja Presbiteriana, sendo que o terreno onde os primeiros prédios da escola foram erguidos foi uma doação de um dos indivíduos mais ricos da comunidade de Princeton, Richard Stockton, um proprietário de escravizados. Seu corpo docente continuou a apoiar a colonização depois da abolição da escravatura em nível nacional (em 1865), como forma de solução para os problemas e tensões raciais no país.¹⁷⁰ Assim, a instituição impactava a opinião pública da cidade de Princeton e de todo o país através dos alunos egressos, que se tornaram teólogos e líderes religiosos em diversos espaços.¹⁷¹

No século XXI, o Seminário analisou sua história ligada à escravidão e à colonização e publicou um relatório, visando compreender a relação dos fundadores do Seminário, a construção e financiamento das instalações, atividades e atitudes dos alunos egressos em relação à escravidão e a participação de professores e membros do conselho na Sociedade Americana de Colonização. Por meio do relatório, a instituição reconheceu que se beneficiou da economia escravista, assumiu seus erros e os impactos sobre população negra.¹⁷² Um grande debate nacional sobre as riquezas movidas pela escravidão e a necessidade de reparação histórica para com a população negra foi fomentado. Em 2019, o Seminário anunciou, através do *New York Times*, que investiria US\$ 27 milhões em bolsas de estudo e outras iniciativas para fins de reparação. Porém, o jornal entrevistou Nicholas Young, presidente da Associação de Seminaristas Negros, que afirmou que o valor destinado ainda era inferior ao requisitado pelo grupo (1 bilhão de dólares).¹⁷³

¹⁶⁹ “Cortlandt Van Rensselaer, D.D., Founder of the Presbyterian Historical Society,” *Journal of the Presbyterian Historical Society* 1 (March 1902): 213-235; quotation on 217. *Apud* PRINCETON THEOLOGICAL SEMINARY. A Report of the Historical Audit Committee. Princeton Seminary and Slavery. Published on Sep 28, 2018. Disponível em: <https://slavery.ptsem.edu/introduction/> Acesso em 14-01-2024.

¹⁷⁰ Princeton Theological Seminary. A Report of the Historical Audit Committee. Princeton Seminary and Slavery. Published on Sep 28, 2018. Disponível em: <https://slavery.ptsem.edu/introduction/>, Acesso em: 22-05-2024, p. 26.

¹⁷¹ *Idem*, *ibidem*, p. 01.

¹⁷² *Idem*, *ibidem*.

¹⁷³ SHANAHAN, Ed (October 21, 2019). "\$27 Million for Reparations Over Slave Ties Pledged by Seminary". *New York Times*. Acessado em 13-02-2023. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20191024123439/https://www.nytimes.com/2019/10/21/nyregion/princeton-seminary-slavery-reparations.html> Acesso em: 22-05-2024

Tais análises são fundamentais na atualidade para se compreender que a escravidão não ficou no passado, que os impactos dela se estendem no presente em formas econômicas, políticas, psicológicas e sociais nos mais variados níveis. Privando pessoas negras de acessarem espaços de poder e superdimensionando a presença branca em postos herdados por seus privilégios. À medida que instituições e governos reconhecem esses processos podem mobilizar recursos com potencial de contribuir para mudanças estruturais na sociedade, em prol da democracia e da equidade.

Dessa forma, nesse capítulo buscamos ressaltar as similaridades e aproximações entre os diversos sujeitos e instituições, mas sabemos que existem diversas possibilidades de compreendê-los como movimentos repletos de divergências. Não objetivamos apagar essas diferenças e oposições, mas perceber pensamentos que os mantinham conectados à defesa da Libéria como lar para os negros estadunidenses. Compreender tais redes, nesse sentido, possibilita perceber as permanências ao longo do tempo e, inclusive, abre possibilidades para pesquisas futuras analisarem ações de estadunidenses em favor da Libéria como uma possibilidade de retorno/acolhimento no período posterior à Guerra de Secessão (seja no período de Reconstrução ou no século XX), estimulando pensamentos sobre a diáspora negra. Assim, ressaltamos que a defesa de determinados destinos para a população negra trouxe também impactos (sociais e econômicos) para toda a nação, não somente sobre a população negra, e são ainda retomados para compreender a extensão dos privilégios estendidos à população branca.

6 EMIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRO-AMERICANA PARA LIBÉRIA

Nesse capítulo, apresentaremos os primeiros desdobramentos da colonização da Libéria e, num segundo momento, analisaremos os discursos de ideólogos diversos na posição de defesa da colonização, considerando que os corpos partem de perspectivas diferentes que modulam seus armentos conforme gênero, raça e classe, ou seja, homens brancos, mulheres brancas e homens negros.

6.1 Colonização da Libéria – primeiros desdobramentos

Em 1815, o afro-americano Paul Cuffe (1759-1817)¹⁷⁴ levou para a África trinta e oito (38) pessoas negras, sob despesas próprias, tornando-se uma referência da possibilidade do “retorno” para o continente (FRANKLIN & MOSS Jr., 1989, p. 173). Para muitos/as, Cuffe representava um exemplo de ascensão social e econômica, sendo, segundo Gruesser, o negro mais rico no início do século XIX no país, deixando um patrimônio de \$20,000 depois de sua morte. Cuffe acreditava na importância da educação e criou a primeira escola racialmente integrada de Westport, Massachusetts, em 1790, que instruiu africanos recrutados para Serra Leoa. Assumiu papel intelectual e deu palestras sobre a África para plateias negras estadunidenses. Acreditava que um comércio marítimo comandado por negros seria fundamental para o progresso do continente africano e para que os negros dos EUA pudessem aspirar à ascensão social e econômica. (GRUESSER, 2021, p. 07) Também ganhou um caso jurídico pela isenção de taxa sobre suas terras e por direitos de cidadania no estado nortista, sendo o primeiro negro a ganhar um caso de direitos civis. (PINKNEY, 1976, p. 19).

Em 1817, dois anos depois da viagem de Cuffe, a Sociedade Americana de Colonização (SAC) foi organizada, como projeto religioso e social, sob discurso filantrópico, para emigração de negros e negras dos EUA para a África Ocidental. Robert Finley, clérigo branco, educador e nortista, foi um dos principais ideólogos da empreitada e foi um dos

¹⁷⁴ Paul Cuffe, nasceu livre em Massachusetts, filho de Ruth Moses, uma indígena Wampanoag, da cidade Harwich, e o pai, ashanti, escravizado ainda criança na África Ocidental, trazido através do Atlântico e vendido em Newport em 1720. Cuffee acumulou diversas experiências, como comerciante, capitão, baleeiro, quacre e abolicionista. (HORTON & HORTON, 1997, p. 112).

fundadores da Sociedade. Ele organizou as primeiras reuniões entre os primeiros indivíduos que poderiam ser simpáticos à ideia e os convenceu de que seria um “projeto de Deus”.

Finley convergiu diversos indivíduos com destaque público, porém com falas problemáticas. Muitos deles haviam tido algum posicionamento ou mantinham comportamentos ou discursos racistas, defendendo a escravidão e atacando abolicionistas, como Francis Scott Key¹⁷⁵ e Daniel Webster¹⁷⁶. Outros eram políticos abertamente pró-escravistas, como o advogado e estadista Henry Clay. Bushrod Washington, sobrinho de George Washington, presidente da Sociedade também possuía escravizados. Segundo Lynn Price, depois que ele assumiu a presidência da SAC, as pessoas escravizadas por ele passaram a acreditar que ganhariam a liberdade para irem para a África, depois que ele descobriu tais expectativas, respondeu com severidade informando-as de que nunca as libertaria. Revoltadas, passaram a pensar formas de tomar a liberdade e tramaram fugas coletivas. Em represália, ele vendeu 54 escravizados para o extremo sul da Louisiana, no Interior Sul, um destino temido pela maioria dos escravizados do país. Mesmo depois de sua morte, em 1829, cumpriu sua promessa de não libertar seus trabalhadores escravizados. (PRICE, 2019) A presença desses políticos na SAC aproximava os escravistas sulistas, que poderiam emancipar os escravizados que quisessem para emigrar, sentindo-se seguros de que a escravização não seria abalada no país, ao mesmo tempo em que servia para afastar abolicionistas radicais e deixava em alerta os(as) livres/libertos(as) interessados na colonização.

Apesar da retórica de reconexão, o projeto da SAC manteve o protagonismo branco nas negociações e no direcionamento das ações. O grupo responsável pelas tomadas de decisão nos primeiros 17 anos da colonização (1822-1839) reflete essa desproporção de representatividade, composto por 11 agentes, sendo 8 brancos e 3 negros. As relações entre colonizacionistas e chefes locais na África ocidental também foram marcadas pela disputa de

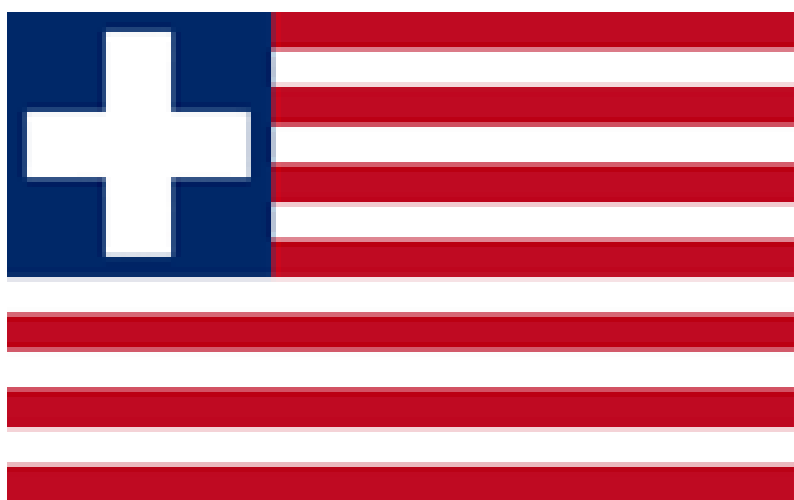
¹⁷⁵ O advogado Key, autor do hino nacional “Star-Spangled Banner”, era contra o comércio internacional de escravos e defendeu pessoas escravizadas no tribunal, porém, na década de 1830, havia se tornado um inimigo do movimento antiescravagista e dos editores abolicionistas, os quais passaram a zombar de seu hino nacional, acrescentando as palavras “na casa dos livres e na terra dos oprimidos”. Em 1836, enquanto promotor público de Washington, acusou Rueben Crandall de tentar fomentar uma rebelião entre os escravizados da área rural, após literatura abolicionista ser encontrada em sua casa. Com base em evidências escassas, o caso tomou a mídia. A partir desse caso, defendeu no tribunal o direito das pessoas de possuir escravos e construiu seu caso em torno da ideia de que o ativismo antiescravista fomentava a rebelião entre os escravizados e, logo, era uma questão de segurança pública. (PARTEN, 2021)

¹⁷⁶ Daniel Webster foi advogado e estadista, representou New Hampshire e Massachusetts no Congresso dos EUA e serviu como Secretário de Estado dos presidentes William H. Harrison, John Tyler e Millard Fillmore, entre outros cargos políticos no Norte. Ele defendia o Compromisso de Missouri de 1820 e reforçava que a escravidão sulista não poderia ser erradicada. Atacava os abolicionistas radicais e endossava os nortistas a ajudar no retorno de escravizados fugitivos a seus proprietários. Webster se juntou a Clay para defender que a União nunca poderia ser desmembrada pacificamente. (BYRD, 1994)

poder, marcadas por tensões e conflitos físicos. Desde a compra das primeiras terras, na região de Cabo Mesurado (próximo à atual capital da Libéria) a violência foi a principal moeda de troca. A região foi adquirida mediante ameaças diretas feitas pelos emissários estadunidenses Robert F. Stockton (1795-66) e Eli Ayers (1778- 1822), em dezembro de 1821. (DAVID, 2014)

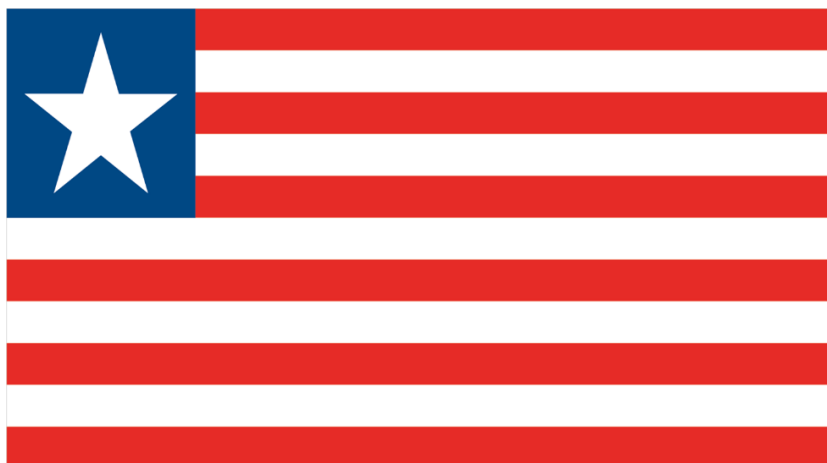
As homenagens oficiais fariam menção aos Estados Unidos, sua história e posição de destaque em relação à África, assim, a primeira cidade da Libéria homenagearia o presidente estadunidense James Monroe (com o nome de Monróvia); a bandeira seria inspirada na americana, com as mesmas cores, dispostas nos mesmos elementos: listras vermelhas intercaladas a brancas (na Libéria, representaria os signatários da Declaração da Independência), com uma estrela branca (simbolizando a primeira república do continente) sobre um quadrado azul (o continente). Seria também uma adaptação da bandeira do período colonial, com única diferença de substituição da cruz pela estrela branca. O selo teria a representação do navio que levou os colonos. O nome do país (Liberia) seria inspirado no termo *liber*, do latim, para designar “liberdade”. E, apesar da independência da região figurar entre as discussões iniciais do projeto, ela só se oficializaria em 1847, quando se tornou o primeiro país de modelo republicano na África. (SMITH, 2024) Destacamos que em todas essas ações não se percebe sequer a presença de povos nativos. O discurso oficial, como o Selo da Libéria (1847), na figura 15, oferece uma imagem da região como espaço ocupado pelos colonos, que figuram como protagonistas principais, mesmo depois da independência.

Figura 12 - Bandeira da colônia da Libéria (1827-1847)



Fonte: <https://flagmakers.co.uk/flag-history/liberia/>

Figura 13 - Bandeira da República da Libéria



Fonte: <https://flagmakers.co.uk/flag-history/liberia/>

Figura 14 - Selo da Libéria (1847)



Fonte: David Kazanjian. *The Speculative Freedom of Colonial Liberia*. *American Quarterly*, Vol. 63, No. 4 (December 2011). Published By: The Johns Hopkins University Press, p. 870.

A pesquisadora Dalila Scruggs (2010) analisou como a Sociedade produziu imagens da Libéria e, ao traçar a produção e recepção de fotografias, argumentou que as imagens da colonização retratavam a colônia como uma inversão racial dos Estados Unidos, um lugar “separado, mas igual” para os colonos afro-americanos. A SAC, através de seu periódico, apresentou a nova terra como a inversão perfeita: “preto em vez de branco, em miniatura em vez de grande, longe, em vez de perto” (SCRUGGS, 2010, p. 01).

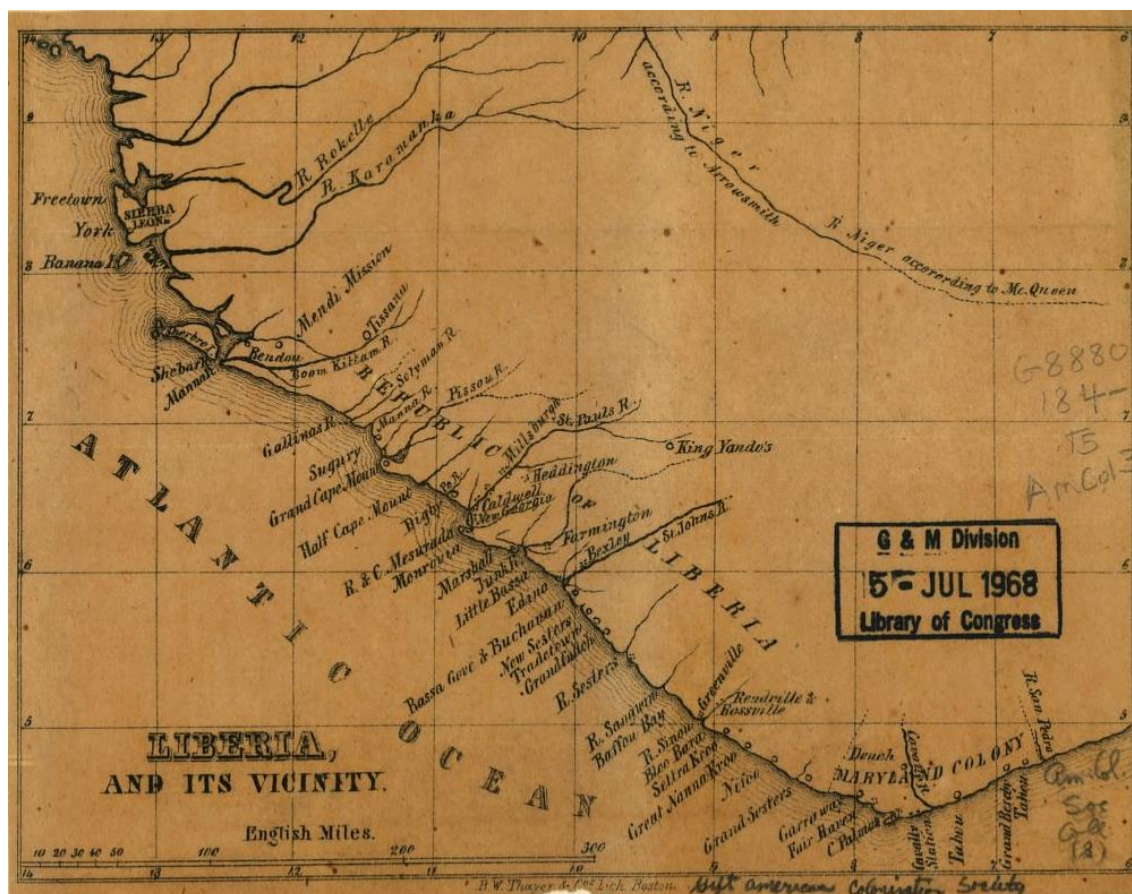
Apesar da empreitada ser apresentada como uma ação dos Estados Unidos, houve diversas dificuldades para alinhar interesses e recursos financeiros para o projeto, assim alguns estados preferiram manter assentamentos separados para seus respectivos emigrantes e

próximos da região comprada pela SAC central, como: Maryland, Mississippi, Louisiana, Kentucky, Nova York e Pensilvânia. A maioria dessas tentativas independentes ou semi-independente tiveram vida curta, e, logo, as iniciativas foram reincorporadas no projeto maior de colonização da Libéria, com exceção da colônia criada pela Sociedade de Maryland, cujo sucesso foi, em grande parte, devido a contribuição anual da legislatura estadual. Os colonizadores de Maryland abandonaram a SAC nacional por diversas razões, além da financeira, como: desacreditavam na unidade do projeto; discordavam em questões de cunho moral; e consideravam a colônia liberiana principal insipiente em questões de planejamento financeiro. (CAMPBELL, 1971)

A Sociedade de Colonização do Estado de Maryland foi fundada em 1833, e, no ano seguinte, separou-se da SAC nacional, desfrutando de autonomia nas suas ações, sob finanças e administração próprias mantendo-se geograficamente menor que a nacional (como podemos ver no mapa abaixo). Dispunha de uma colônia separada em Cape Palmas (na costa africana, a 250 milhas dos assentamentos de Monróvia) e mantinha apenas ligações informais com a sociedade nacional. As diferenças permeavam vários assuntos, adotando políticas e retóricas específicas, investindo em pontos de vista, táticas e objetivos alternativos para a colonização. Somente se uniu novamente a SAC em 1857, quando uma forte guerra com a comunidade local da etnia Grebo abalou suas atividades. (LOVIT, 2011) Desta forma, ambas as sociedades existiam e continuaram a funcionar na Libéria independente.

As primeiras regiões ocupadas pelos colonos foram no litoral, facilitando o acesso com o mar e reduzindo os riscos de adentrar terras desconhecidas. Abaixo, na figura 16, é possível identificar no mapa as principais áreas ocupadas pelos colonos e os rios que as atravessavam. O documento foi publicado na década de 1840, provavelmente pós-independência, tendo em vista que já consta escrito “República da Libéria”.

Figura 15 - Mapa da Libéria (década de 1840)



Fonte: *Liberia and its vicinity*. Boston [Mass.]: B.W. Thayer & Co. Lith., [184-?]. Disponível em; <https://www.loc.gov/item/96684993>

A construção de estruturas físicas foi fomentada desde o início das colonizações, visando uma estadia permanente. Mesmo com muitas dificuldades, algumas foram levantadas, especialmente aquelas com funções burocráticas ou sociais. As igrejas eram espaços importantes de organização da colonização e difusão de ideais comuns, além de servirem de elo com os Estados Unidos, alimentando recursos humanos e financeiros. Segundo o censo de setembro de 1843, as igrejas presentes nos assentamentos eram: Batista, Presbiteriana e metodista. Sendo que seus membros estavam dispostos na Libéria da seguinte forma: 1014 americanos; 116 recapturados, 353 nativos convertidos (*African repository and colonial journal*, 1847, p. 192).

A SAC organizou agentes para circularem pelos EUA a fim de levantarem recursos financeiros e despertar na população negra o interesse pela emigração (FRANKLIN & MOSS, 1989, p. 173). Muitos outros foram contratados ou estimulados a viajar pela Libéria para

conhecer as ações da colonização e vivenciarem a colonização, para, posteriormente, levarem suas experiências para os EUA, através de palestras ou de publicações. Suas obras foram também espaço importante de combate a argumento de opositores do projeto, problematizando ou desconstruindo informações que lhes parecer.

A Proclamação da Independência, em 1847, não rompeu os elos com o governo estadunidense e os partidos políticos adotaram, inclusive, os nomes de partidos estadunidenses que se sucederam no poder: o Partido Republicano, com força dos colonos mulatos, e o Partido dos True Whigs, encaminhado pelos colonos negros, congolese e autóctones com instrução ocidental. Os partidos mantinham propostas políticas e ideologias muito próximas. Os republicanos se mantiveram por longo período no poder na Libéria: de 1847 até 1870. (AKPAN, 2010, p. 282-318)

De iniciativa de Ralph Randolph Gurley, a SAC passou a publicar um periódico, *The African Repository and Colonial Journal*, que seria responsável por informar os leitores norte-americanos sobre os desdobramentos do projeto nas terras africanas. A primeira edição foi lançada em março de 1825, com 32 páginas, sendo duas colunas por página. Gurley adotou o trabalho de edição entre várias outras atividades da Sociedade. Ele prometia oferecer ao público informações sobre os planejamentos e as perspectivas traçadas, com relatórios sobre diversas questões sociais, religiosas, educacionais, geográficas, biológicas, etc.. (STAUDENRAUS, 1958).

Gurley investiu pesadamente na promoção da colonização: viajou extensivamente, levantou financiamento, publicou panfletos, recrutou religiosos e conseguiu apoio de doze estados (GOODMAN, 1998, p. 17). Gurley assumiu o cargo de secretário da Sociedade em 1825. Ele era pastor presbiteriano e sua posição religiosa dialogava com o viés redentor da colonização, que acreditava que o projeto, através de uma cruzada moral, possibilitaria a expansão do cristianismo e da civilização para a Libéria e, posteriormente, para toda a África. (TISE, 1990, p. 53) O *African Repository and colonial Journal* tecia o discurso do designo divino, defendendo a predisposição da natureza local, o sucesso das atividades iniciais da agricultura e comércio, nas construções civis e, enfim, em tudo que a SAC se propunha. Como podemos ver na citação abaixo:

Deus deu sua bênção. [...] Ele contempla no cabo Montserado [...] uma vila cristã. Lá florescem as virtudes do evangelho, defendidas pelo Todo-Poderoso das influências do paganismo, valorizadas e renovadas pelo orvalho da sua graça. Há na colônia vigente, crescente espírito de obediência, indústria, empreendedorismo e piedade. As escolas são estabelecidas, as igrejas estão sendo construídas, o governo é respeitado,

a agricultura recebe atenção geral e o deserto está se retirando diante da face do homem civilizado. ¹⁷⁷(*African Repository and colonial journal*, 1826).

Segundo Philip John Staudenraus, a assinatura do periódico tinha o valor de dois dólares por ano, e no final de 1825, possuía quatrocentos (400) assinantes (STAUDENRAUS, 1958, p. 129). O periódico oferecia textos em diferentes formatos e com uma grande diversidade de temáticas: depoimentos sobre a colonização, trechos de livros de relatos de viagem, reimpressões de artigos e jornais, textos sobre a História Natural e Geografia da região, modos e costumes da África, eventos e discussões ligados à escravidão nos EUA, querelas que envolviam a Sociedade e a colonização, diversas ações para a conscientização da população no que refere ao projeto da sociedade, a lista dos contribuintes, etc.. Enfim, criava uma espécie de mapeamento da região e das ações em várias áreas.

Era importante para os agentes da colonização manter os Estados Unidos, especialmente seus leitores e financiadores, bem como outros interessados na Libéria, informados das ações da SAC, do governo liberiano e das descobertas em terras africanas. Essa era uma forma de aproximar as realidades e instigar o interesse no avanço dos colonos sobre novos espaços, o estabelecimento de novas conexões econômicas e a validação do modelo de civilização exportado. Frederick Jackson Turner já sugeria que os Estados Unidos se construíssem no trato com o wilderness e, especialmente, na sua expansão para o Oeste. O intelectual já percebia os desdobramentos de interesses estadunidenses sobre questões governamentais na África. (TURNER, 1921) Aqui ressaltamos sua importância e a aprofundamos no sentido de perceber que, desde o século XIX, a relação do país com o além-mar foi fundamental no fortalecimento de uma identidade nacional bem como de sua imagem perante o mundo, expandindo suas influências e competindo por um espaço na África. De tal modo que tanto a população negra quanto a branca passou a se pensar dentro de um contexto global, de movimentações e disputas.

6.2 Mapeamento da população emigrada e dos assentamentos liberianos

Entre 1820 e 1866, os estados sulistas enviaram a maior quantidade de emigrantes para a Libéria, sendo que a Virgínia, Carolina do Norte, Maryland, Carolina do Sul e Georgia

¹⁷⁷ No original: “God has given it his blessing. [...] He beholds on cape Montserado [...] Christian village. There flourish the virtues of the gospel, defended by the Almighty from the influences of paganism, cherished and refreshed by the dews of his grace. There is in the colony prevailing, increasing spirit of obedience, industry, enterprize and piety. Schools are established, churches are building, government is respected, agriculture receives general attention, and the wilderness is retiring before the face of civilized man.”

registraram os maiores números e maior constância ao longo do tempo. A quantidade de emigrantes variou significativamente, oscilando muito na distribuição de viajantes por navios. Entre 1847 e 1861, saíram 66 navios dos EUA para a Libéria. Abaixo é possível conferir uma tabela feita com base nos dados publicados pela *African repository and colonial journal*, excluimos da tabela os estados de Iowa (2 emigrados em 1860), Wisconsin (7), Território indígena (9), e Texas (16):

Tabela 3 - Número de emigrados dos estados com maior envolvimento na SAC (1820-1861)

	Massachusetts	Connecticut	Nova York	Nova Jérsei	Pensilvânia	Maryland	Distrito de Columbia	Virginia	Carolina do Norte	Carolina do Sul	Georgia	Alabama	Mississippi	Louisiana	Tennessee	Kentucky	Ohio	Indiana	Illinois	Missouri	Michigan		
1847			2				13	24	1			4		1		3			3				51
1848			5		9		15	170	5	47	60	23	35	37		28			6		1		441
1849			3		3		2	48	2	61	131	9	144			19							422
1850	1	3	14		10		6	109	78	36	154			7	50	19	1	17					505
1851	9	20	19		19	74		151	26	28	165	3		57	43	42		8	8	4			676
1852	2	3	16	22	13	1	3	177	160	36	18	30	11	24	41	29	1	1		22			610
1853	6	4	17	1	35	8		241	56	7	93	16	5		181	74	2	35					781
1854	6		27		3			273	15		62			3	66	47	7	15			29		553
1855	4	7	13	11	7	7		55	1		1	4			44	52							206
1856	6	2			1	5		160	54		141	5	15		55	86				7			537
1857			6			33		127	125			1			23	52							367
1858	20		7		4	9		22	71	3	7					20			4				167
1859			45		35	2		54		15	24			48	21	1		3					248
1860	1	6		8	71	4	1	42	17	26	86		15		8	3	1		18				307
1861	1	1	12	6	13	12				1									5				51
Total	56	46	186	48	223	155	40	1653	611	260	942	95	225	177	532	475	12	79	44	33	30		5922

Fonte: AMERICAN COLONIZATION SOCIETY. *African repository and colonial journal*. Washington: Colonization Society Building, 1867, p. 109- 117.

Na tabela acima é possível perceber que, nesse período, os estados que enviaram maiores números de emigrantes pela SAC nacional foram os sulistas, na respectiva ordem: Virgínia, Georgia, Carolina do Norte, Tennessee, Kentucky, Carolina do Sul e Mississippi. Segundo Eujin Park, a legislação que obrigava os(as) negros(as) a emigrar depois de ganhar a liberdade (Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia) forçou os maiores números de emigrados. (PARK, 2001, p. 55-56) Park não tematiza os outros três estados, mas acreditamos que a situação de vulnerabilidade devesse atingi-los, independentemente da existência explícita da legislação.

Os estados nortistas da Pensilvânia e de Nova York ainda superaram os números de Louisiana e de Maryland. Desse modo, é importante salientar que Maryland possuía uma Sociedade autônoma, portanto, o número de emigrados era maior, enquanto a Louisiana estava vivenciando um processo de intensificação da produção de algodão com base no trabalho escravizado, simultâneo a uma radicalização de discursos políticos expansionistas e pró-escravagistas. Enquanto os demais estados ofereceram quantidades bastante pulverizadas ao longo do período e, inclusive, sem dispor de quaisquer emigrantes em alguns anos, o que demonstra pouco compromisso com a causa.

Os indivíduos em condição de liberdade emigrados para a Libéria poderiam ter passado por condições diversas para se distanciar da escravidão: havia aqueles que conseguiram a emancipação como condição de emigrar para a Libéria, especificamente; os que nasceram na condição de livres; aqueles que conseguiram comprar sua liberdade; e os que vieram de Barbados; e, por fim, os africanos resgatados por ingleses no tráfico transatlântico ilegal.

Tabela 4 - Situação dos emigrantes (1820-1866)

Situação	Números
Emancipado para ir para a Libéria	5957
Nascido livre	4541
Manumitido (comprou a própria liberdade)	344
Libertos (freedmen)	753
Barbados ¹⁷⁸	346

¹⁷⁸ Em 1864, acordos foram estabelecidos entre Barbados e a SAC para emigração voluntária de negros(as) para a Libéria, movidos pela esperança na formação de uma nova sociedade do outro lado do Atlântico e por ideais de superioridade, como auxílio na expansão do cristianismo e da civilização para o continente africano. Em 1865, 346 afro-barbadianos saíram a bordo do navio “Cora” sob o comando do capitão Henderson. O grupo de emigrantes era composto por uma maioria proveniente da elite política e da classe média, com suas famílias, sendo pouco números os indivíduos solteiros. A maior parte dos emigrantes havia nascido após a abolição da escravidão em Barbados (1834), compondo 244 indivíduos (70%) e 24 (7%) nasceram durante o período de Aprendizagem (1834-1840). (BANTON, 2019). O Período de Aprendizagem foi estabelecido pelo Império britânico e obrigava os libertos a trabalharem nas fazendas, para os mesmos indivíduos que foram seus proprietários, sob condições

Desconhecidos	68
Total	11909
A Sociedade de Colonização do estado de Maryland assentou em Maryland na Libéria (África)	1227*
Africanos recapturados	5722

Fonte: *African Repository*, vol. 43, 1867.

*Esse número refere-se aos emigrados somente pela SAC estadual para Maryland na Libéria, por isso difere dos números da tabela 3, que se refere aos oriundos do estado pela SAC nacional.

Cada emigrante recebia um incentivo para se estabelecer na Libéria, que envolvia o recebimento de terreno, roupas e ferramentas para o trabalho, um suporte financeiro e assistência médica por um período de seis meses, sob os custos da Sociedade. Apesar de as filiais da SAC concordarem com a importância da assistência, o custeamento sofreu resistência. Entre 1835-1866, a SAC investiu aproximadamente \$ 60.000 em um ano de colonização, com cerca de 300 negros enviados para a África por ano, conseqüentemente cada pessoa custou US\$ 200. Era um valor alto em relação ao que a SAC anunciava em relatórios e discursos (cerca de 20 dólares por pessoa). Acontecia de as filiais não enviarem o valor completo do custo e a SAC ter que cobrir as despesas. Dessa forma, as tentativas de solicitar apoio dos Estados eram constantes, apesar de pouco frutíferas. (KALTENBRUN, 1941, p. 34-36)

A SAC promovia a colonização através de diversos meios, a fim de que os negros livres também tivessem acesso às potencialidades da emigração. Além do periódico *African Repository and colonial journal*, dos panfletos e livretos de viajantes, foram realizadas reuniões em massa direcionadas aos negros livres para tratar a temática e pessoas negras eram ocasionalmente enviadas à África em viagens de inspeção, a fim de que, posteriormente, fornecessem seu testemunho em primeira mão. (KALTENBRUN, 1941, p. 43)

As igrejas também abraçaram o projeto da colonização, auxiliando com financiamento e recursos humanos. Segundo Rev. Alexander M. Cowan, agente da Sociedade de Colonização de Kentucky, os Conselhos Episcopal, Batista, Metodista e Presbiteriano de Missões Estrangeiras forneciam o Ministério Cristão, professores de escolas comuns e secundárias. Esses Conselhos investiram, em 1857, cerca de \$ 90.000 na nova república, o que compunha três quartos do que era destinado a atividades de fins morais e pecuniários. (COWAN, 1858, p. 195)

violentas muito semelhantes ao regime escravista, sem acesso a diversos direitos civis, porém recebiam salário pelas horas trabalhadas e não poderiam ter suas famílias separadas. (ALEMAN, 2024).

Segundo James Washington Lugenbeel, médico na Libéria nas décadas de 1840 e 1850, o censo não foi atualizado por longo período, portanto, não havia dados exatos. Em sua estimativa, em 1853, o número total de habitantes da República, excluindo os nativos, era de cerca de 7.000 (sete mil) (LUGENBEEL, 1853, p. 9). O que configura um crescimento significativo, uma vez que em 1850, Lugenbeel estimou a população em 4.000 (quatro mil habitantes), excluindo os nativos (LUGENBEEL, 1850, p. 11). E a população nativa foi estimada em cerca de 200.000 (duzentos mil), em 1853 (LUGENBEEL, 1853, p. 9).

Os assentamentos eram relativamente pequenos e, majoritariamente, voltados para agricultura. Os principais eram: Monróvia, Nova Geórgia, Caldwell, Virgínia, Kentucky, Millsburg, Marshall, Edina, Buchanan, Bexley, Greenville, Readsville, Lexington e Louisiana. Além dessas, existiam algumas outras localidades, que não possuíam nome oficial, podendo variar entre a população.

Além dos colonos vindos dos Estados Unidos, a nação também recebeu africanos capturados pelo tráfico ilegal. Segundo Lugenbeel, a Nova Geórgia era um desses municípios. Uma região próxima à Monróvia, abrigava pouco mais que duzentos africanos libertos enviados pelo Governo dos Estados Unidos, em momentos diferentes. Muitos deles se casaram com pessoas nascidas nos EUA, logo, se identificavam com os liberianos e buscavam acessar a cidadania na nova República. Alguns deles eram parcialmente aculturados e um deles conseguiu ocupar uma cadeira no Legislativo. Segundo o viajante, a maioria dos cidadãos do município podiam gozar de direitos iguais a outros cidadãos. (LUGENBEEL, 1853, p. 7) Várias regiões, municípios e rios receberam nomes semelhantes aos usados nos Estados Unidos, como Virgínia ou Nova Virgínia

Alguns lugares conseguiram erguer escolas ou instituições voltadas para a educação formal dos colonos, como Millsburg, apesar de ser o assentamento mais distante da costa, situado na margem norte do rio St. Paul. Ele possuía uma Academia Feminina, sob os cuidados da missionária branca Ann Wilkins, da Igreja Metodista Episcopal. Do outro lado do rio, estava localizada uma estação missionária da mesma Igreja, a White Plains.

A maioria dos assentamentos estava voltada para a produção de alguns gêneros alimentícios para própria região e produção para exportação, podendo envolver produção de minérios como cal, produzido a partir de conchas. As casas eram espaçadas entre si, cercadas por produções e pela vegetação local. Além dos assentamentos, havia ainda fazendeiros diversos, geralmente ao longo dos principais rios. (LUGENBEEL, 1853, p. 07-08) Nesse sentido, é perceptível um esforço da população colonizadora de lidar com a natureza, construir

uma produção que inserisse a colônia no mercado mundial e erguer instituições educacionais e religiosas que mantivessem uma identidade nacional. Os desafios eram inúmeros, mas os viajantes fizeram seus esforços para apresentar uma nação em progresso, apoiada por grandes potências.

6.3 A Sociedade Americana de Colonização: relações domésticas e internacionais

A Sociedade Americana de Colonização (SAC) tinha interesses bem estabelecidos em relação à configuração de uma certa imagem da Libéria a ser transmitida ao mundo. O discurso de uma história iniciada na colonização criava uma nação fundada a partir de ações benevolentes de pessoas brancas estadunidenses para colonos negros, os quais figuravam como retornados para sua terra natal, trazendo consigo valores aprendidos na América: o valor à liberdade individual, ao protestantismo, à língua inglesa, à propriedade privada, à república e ao autogoverno, entre outros. Entre 1847 e 1861, era fundamental anunciar para o mundo como o país se relacionava com os nativos, como se aliava a potências internacionais (como Inglaterra e França) e como dialogava com colônias vizinhas (como Serra Leoa e a república de Maryland). Além disso, demonstrar como seu próprio sucesso se envolvia com uma causa maior, o avanço da repressão do tráfico internacional de escravizados.

Expansão para o interior

As doenças eram recorrentemente registradas como fonte de dificuldade de expansão para o interior, seguidas dos conflitos com e entre os nativos, que poderiam resultar em mortes dos missionários brancos ou interrupção de elos de comunicação. Desta forma, progressivamente, a SAC alimentava a ideia de que tais desafios da colonização eram superados pelos negros, mais adaptados ao clima e mais resistentes às doenças, logo, seria uma missão divina dada aos negros (enquanto raça). Em 1847, o *African journal* registrava:

O retorno ocasional de missionários à sua terra natal já está provando altamente benéfico. Pode-se descobrir, também, como muitos esperam, que uma residência nas colinas e montanhas do interior estará comparativamente livre de perigo. Mas quaisquer que sejam os obstáculos, o Evangelho deve ser levado a todas as partes da África.¹⁷⁹

¹⁷⁹ No original: “The occasional return of missionaries to their native land is already proving highly beneficial. It may be found, also, as many expect, that a residence upon the hills and mountains of the interior will be

O periódico reforçava que a colonização era possível e estava em progresso constante. Vários elementos eram usados para tal argumentação, entre eles, o número de nativos frequentadores das igrejas, o que simbolizaria a concretização do dever moral da colonização de civilização da raça africana.¹⁸⁰ As viagens para o interior eram exaltadas especialmente quando encontravam rios, lagos, cidades e rotas de comércio dos nativos.¹⁸¹ Também publicavam sobre as negociações com os nativos e a compra de suas terras pelo governo liberiano, indicando o avanço do acordo em tornarem-se uma grande nação, sob o mesmo governo.

Segundo a primeira edição de *Esboços da Libéria*, uma grande parte do território já havia sido comprado dos nativos (reconhecidos enquanto proprietários originais e legítimos do solo), havendo poucos espaços ainda em negociação. As terras dos nativos localizadas entre Libéria e Serra Leoa eram especialmente desejadas pelo governo, por serem estratégicas na colonização e desenvolvimento da nação. Segundo James W. Lugenbeel, médico na Libéria e agente do governo dos EUA, em 1850, havia a expectativa de que a compra fosse efetuada o mais rápido possível. Na edição revisada, de 1853, o trecho referente a essa negociação foi retirado, sugerindo que todo o território já pertencia à Libéria, e afirmava ainda que “Essas fronteiras podem ser prontamente estendidas até onde for desejável, pois as tribos do interior geralmente estão muito dispostas e algumas delas ansiosas para vender seus territórios” (LUGENBEEL, 1853, p. 5).¹⁸²

Indubitavelmente, essa declaração deve ser considerada dentro da proposta expansionista estadunidense e, não necessariamente, como uma verdade para os nativos. A intenção dos oficiais era de demonstrar que os nativos eram incorporados pela nação, conforme o avanço dos tratados. Na edição de 1853, bem como já constava em 1850, Lugenbel afirmava que os nativos não deixaram suas residências após as compras de terras, e, em contrapartida, se comprometiam às leis liberianas e se submetiam ao Governo da Libéria:

Em nenhum caso os nativos, de quem a terra foi comprada, foram obrigados a remover suas residências ou abandonar seus costumes habituais, exceto o comércio de escravos e a prática de ritos ou cerimônias supersticiosas que tendem a privar qualquer um de

comparatively free from danger. But whatever may be the obstacles, the Gospel must be carried to all parts of Africa.” (*African Repository and colonial journal*, 1847, p. 210).

¹⁸⁰ Em 1847: “The number of attendants on public worship has been increased by two hundred and forty-six ; eighty-eight new communicants have been added to those enumerated last year ; and the benefits of a scriptural education have been extended to three hundred and twenty-four additional scholars”. (*African Repository and colonial journal*, 1847, p. 211).

¹⁸¹ As descobertas poderiam vir em notícias como a de janeiro de 1856: “Progresso da Descoberta Africana”.

¹⁸² No original: “These boundaries may readily be extended as far as may be desirable, as the interior tribes are generally very willing, and some of them anxious to sell their territories.”

seus semelhantes seres da vida. E, em todos os contratos escritos celebrados entre os Agentes da Sociedade Colonizadora, ou autoridades da República, e os caciques indígenas, estes últimos obrigaram-se invariavelmente, em nome do povo a que presidiram, a conformidade com as leis e regulamentos do Governo da Libéria.¹⁸³ (LUGENBEEL, 1850, p. 6-7) (LUGENBEEL, 1853, p. 5)

A colonização da Libéria (bem como a de Serra Leoa) também se posicionava entre as ações em prol do controle para extinção do tráfico de escravizados, o que era visto como forma de pacificação para a própria região, sendo que já se percebia que esse comércio trazia prejuízos internos. Em 1836, o *African Repository and colonial journal* já alertava: “Há muito se sabe que uma das consequências mais graves do comércio de escravos são as guerras contínuas que ele incentiva entre as tribos da África - cujo objetivo é a captura de prisioneiros, por um soberano nativo de outro, para ser vendido aos negociantes brancos da costa”¹⁸⁴ (*African repository and colonial journal*, vol. 12, 1836, p. 158).

Em 1850, *African Repository* publicou sobre os avanços desse objetivo. Todos os pontos para o tráfico já haviam sido demolidos pelo Comodoro Sir Charles Hotham, comandante chefe das forças navais britânicas na costa africanas. E, em consequência do bloqueio feito a mando da Grã-Bretanha, o tráfico não havia sido restabelecido. A negociação do Governo da Libéria com o povo nativo de Gallinas havia sido fechada, através da compra de suas terras no valor de \$9,500, sendo um dos principais pontos do tráfico de escravizados na costa africana, e seus chefes nativos haviam entrado em acordo sobre o fim do tráfico. A anexação trazia a confiança de que o tráfico não seria retomado na região e reforçava, assim, seu compromisso com a civilização e o cristianismo. (*African repository and colonial journal*, Vol 26, 1850, p.249)

Em 1852, a aquisição do território de Cassa¹⁸⁵ foi negociada pelo Governo, através da figura do presidente, mediante a promessa de pagamento. Segundo o *African Repository*, a região era importante por sua proximidade com o povo Gallenas, o qual era governado pelo príncipe Manna. Naquele mesmo texto seria acusado de estar tralhando para reviver o comércio de escravizados, assim o periódico afirmava: “Sabemos que nosso governo tem o direito de

¹⁸³ No original: “In no instance have the natives, from whom the land was purchased, been required to remove their residences, or to abandon their usual customs, except that of trading in slaves, and the practice of such superstitious rites or ceremonies as tend to deprive any of their fellows beings of life. And, in all the written contracts which have been entered into between the Agents of the Colonization Society, or the authorities of the Republic, and the native chiefs, the latter have invariably obligated themselves, in behalf of the people over whom they presided, to conform to the laws and regulations of the Liberian Government.”

¹⁸⁴ No original: “It has long been known, that one of the most grievous consequences of the slave trade, is the continual wars it encourages among the tribes in Africa, — the object of which wars is the capture of prisoners, by one native sovereign from another, to be sold to the white dealers on the coast.”

¹⁸⁵ O mapa está disponível em alta resolução no link da Biblioteca do Congresso: <https://www.loc.gov/resource/g8882c.lm000001/?st=image&r=-0.36.0.003,1.56.0.617.0> Acesso em: 29-02-2024.

exercer sua autoridade sobre os Gallenas, e esperamos que tome medidas imediatas para punir Manna pela violação das estipulações do tratado, o que ele fez em vários casos” (*African Repository*, 1852, p. 364).

As negociações com as populações nativas eram fundamentais para controle do território e, por outro lado, eram usadas para apresentar ao mundo a capacidade de autogoverno dos negros (enquanto raça, em seu sentido biológico e social), incluindo nela a habilidade e possibilidade de estabelecer acordos com os habitantes locais, sugerindo o avanço das causas da civilização no território africano. Apesar de tais discursos, a civilização trazia o custo da subjugação das populações locais, criando um processo de desigualdade de poder que se manteria ao longo do tempo, com uma elite américo-liberiana na gestão da economia e da política, em dessintonia com os chefes tradicionais.

Relações políticas com vizinhos: Serra Leoa e Maryland

A Serra Leoa foi uma inspiração para muitos pioneiros do projeto de colonização da Libéria, que destacavam as ações de colonização movidas pela Grã-Bretanha como possibilitadora de um espaço destinado às pessoas negras, habitantes em suas terras ou territórios, em busca de autogoverno em solo africano. A proximidade territorial de Serra Leoa com a Libéria, a filantropia e seu propósito colonizacionista aproximavam as duas realidades. Os principais agentes da Sociedade de Colonização Americana reforçavam o discurso de sensibilização para com a situação de miséria da população negra nos EUA, assim, criando a narrativa de um retorno para a África. (*African Repository and colonial jornal*, vol 1, n. 1, março, 1825, p. 01)

O discurso foi criteriosamente pensado, filtrado, retirando-se as mazelas que foram impostas aos africanos e seus descendentes, através de uma narrativa que colocava os países anglófonos na condição de exemplo moral do mundo, dispostos a levar a civilização. Eles se aseavam na ideia de que a África e os africanos seriam desprovidos de meios físicos e mentais para a própria ascensão. Nesse sentido, os Estados Unidos seguiam o exemplo inglês, como nas imagens que aparecerão no fim do século XIX, seja a pintura *American progress*, de John Gast (1872) ou as charges oriundas do poema *O fardo do homem branco* (1899)¹⁸⁶. Em tal poema, as populações não-brancas serão representadas como crianças carregadas por adultos

¹⁸⁶ No original: *The white man's burden*.

(representando EUA e Inglaterra). Sendo que, na edição de 1825, o *African Repository and Colonial Journal* já se referia aos negros americanos como “crianças exiladas da África” (*African Repository and colonial journal*. Vol 1, n. 1, março, 1825, p. 01). Ou seja, representando os afro-americanos como indivíduos que não se desenvolveram plenamente, que precisariam da tutela e da orientação dos adultos.

A circulação de pessoas anglófonas entre as duas possessões ao longo da primeira metade do século XIX também fomentaram laços políticos que se manteriam ao longo do tempo. As publicações do *African Repository* demonstram que missionários, naturalistas, médicos e militares enviados pelas nações anglófonas, frequentemente, circulavam entre as duas regiões, fazendo relatórios comparativos, realizando atividades técnicas e religiosas. Tais textos ofereciam aos governos e potenciais colonos a possibilidades de visualizar alternativas econômicas de exploração de recursos naturais (como madeira, metais, agricultura etc.), possibilidades de atuação como professores ou missionários, com artes mecânicas, entre outros, e contribuir com a ideia de marcha para civilização.

Na década de 1850, percebe-se uma tensão por anexação de Serra Leoa pela Libéria, principalmente, por possuírem o mesmo princípio formador: a emancipação das classes baixas e abertura de um espaço onde poderiam se desenvolver plenamente, sob governo próprio. A proximidade territorial, dividindo fronteira, alimentava as especulações. Em 1856, o *African Repository* republicou uma notícia do *London Quaterly Review*, periódico criado pela Igreja Wesleyana e que se tornou-se um porta-voz da colonização na Grã-Bretanha. O periódico londrino defendeu a anexação de Serra Leoa pela Libéria, apontando a configuração de um movimento determinado a pressionar o Governo britânico para esse fim, o que daria à Libéria mais de 700 milhas de litoral. (*African repository and colonial journal*, jan. 1856, p. 10) A fim de ter uma perspectiva: segundo Lugenbeel (viajante no período), a jurisdição política da República da Libéria, em 1853, abrangia cerca de quinhentas milhas, enquanto a colônia de “Maryland na Libéria” abrangia cerca de cem milhas. (LUGENBEEL, 1853, p. 04)

Os apoiadores do projeto argumentavam que os dois países eram resultado de um mesmo “espírito de benevolência sobre a raça africana, ambos tendo seu nascimento numa necessidade moral e trabalhando através dos mesmos meios para o mesmo grande fim”¹⁸⁷ (*African repository and colonial journal*, 1856, p. 10). Defendia que a anexação seria um grande passo em direção a um “Governo africano *independente*” (grifo no original). É possível que o

¹⁸⁷ He argues that Liberia and Sierra Leone are both the result of the same spirit of benevolence towards the African race, both having their birth and moral necessity, and working by the same means to the same great ends [...]

grifo fosse uma forma de crítica ao fato de os Estados Unidos manterem grande influência sobre a Libéria após a Independência (1847).

A publicação ainda ressaltava que a influência comercial britânica poderia se manter como um fator importante nos conselhos dos países. Assim, ceder o território de Serra Leoa envolveria muitas vantagens, como: se abster dos custos da colônia, inclusive os custos humanos, tendo em vista os inúmeros oficiais e agentes que faleceram naquelas terras; e continuar a receber as vantagens comerciais com a costa e o interior. A Inglaterra e a América poderiam comprar madeira, marfim, óleo de castanha e de palma, açúcar e algodão e café da Libéria. E, por outro lado, elas poderiam vender algodão, tecidos de lã e seda, sal, louças e ferragens. (Commercial Advertiser. In: *African repository and colonial journal*, 1856, p. 11-12) Ou seja, nesse sentido, percebemos interesses econômicos que movimentariam a transferência da posse e, não necessariamente, a questão filantrópica.

Segundo o *Colonization Herald*, não havia consenso sobre o desejo de anexação. Vários dos colonizadores ativos na Libéria eram resistentes à ideia, os dois argumentos mais fortes eram: 1) Que a população nativa e a influência missionária e governamental branca de Serra Leoa apresentavam condições diferentes das vividas na Libéria, podendo representar uma ameaça aos avanços do jovem país; 2) Numa previsão de curto prazo (alguns anos), previam que a extensão territorial do litoral seria suficiente, mas o interesse de avançar seria em direção ao interior, assim, estendendo suas relações (descritas como extensão de “poder e domínio benéfico”) sobre os nativos e as posses a leste. (Colonization Herald. In: *African repository and colonial journal*, 1856, p. 20) Nessa perspectiva, percebemos uma forma de evitar herdar conflitos da colonização em Serra Leoa e potencialmente criar conflitos com a Inglaterra. Traçando estratégia de avançar em direção a povos que ainda não estavam sob poder de europeus.

O presidente Joseph Jenkins Roberts publicou uma carta, datada de 30 de junho de 1855, discutindo publicamente o assunto (Roberts. In: *African repository and colonial journal*, 1856, p. 20-21). Apesar de demonstrar interesse, defendia que a anexação deveria ser realizada no futuro. Evidenciava que não via a anexação como uma simples extensão territorial pelo litoral. Mas reconhecia que tal extensão pudesse trazer benefícios, como a possibilidade de acesso a rios maiores, que poderia aprimorar as trocas comerciais, visto que a Libéria não possuía um rio que sustentasse operações marítimas extensas.

Apesar da anexação nunca ter sido realizada, é importante observar que a Serra Leoa somente conseguiu sua independência do Reino Unido em 1961. A Inglaterra manteve

sua influência sobre a região durante o século XIX e XX, extraindo ouro, diamantes, minério de ferro, óleo de palma, noz de cola, gengibre, entre outros. A infraestrutura que foi colocada serviu, principalmente, à facilitação de exportação de seus produtos para a Inglaterra (e, num segundo momento, também para Estados Unidos e Alemanha). As empresas, unindo produção local e a exportação, repatriaram o excedente para os seus próprios países. (KANIKI, 1973)

A situação com Serra Leoa foi diferente da experienciada com Maryland na Libéria (ou República de Maryland). Fundada separadamente, com independência declarada em 1854, acabou em profundos conflitos com a população local. Os ataques de nativos Grebo e Kru a forçou solicitar apoio militar da Libéria e, em 1857, foi anexada, sob o governo do presidente Roberts. Atualmente, setores da sociedade reclamam que Maryland desfruta de problemas estruturais relativos à infraestrutura, empregabilidade e desenvolvimento. Com orçamento muito limitado, apresentando-se como uma parte esquecida da Libéria (MARYLANDERS FOR PROGRESS INC., 2009).

Relações internacionais

A Libéria declarou independência em 1847, estabelecendo uma bandeira e uma Constituição baseada na estadunidense. Sua admiração, respeito e conexões se manteriam fiéis a metrópole, construindo um discurso de continuidade, em vez de rompimento. Contudo, os Estados Unidos não estavam dispostos a reconhecerem sua independência, o que somente ocorreu quinze anos depois (em 1862), com o presidente Abraham Lincoln. Na década de 1850, somente Grã-Bretanha (1848), França (1852) e Brasil haviam reconhecido a independência da nova nação. Assim, aprofundaremos nesse item um pouco sobre tais relações.

Através das páginas do *African Repository and colonial journal*, a Grã-Bretanha figurava como grande aliada da Libéria no combate ao tráfico transatlântico de escravizados, fazendo pressão pela adoção de leis e patrulhando os mares. Contudo, as relações entre Libéria e Inglaterra aparentam pouca consistência na década de 1850. Em uma carta de um colono, datada de 7 abril de 1852, publicada no *New York Tribune* e republicada no *African repository and colonial journal*, percebemos as contribuições limitadas da Inglaterra e a esperança na criação de uma relação com o Brasil a partir do envio de Hermenegildo Frederico Niterói, um ministro de negócios:

A Inglaterra deu a este governo uma escuna armada de presente e tem um cônsul residente aqui. O Brasil também tem um ministro aqui, mas de grau superior ao cônsul: ele é "Ministro de negócios". Os fatos são, penso eu, suficientes para convencer qualquer pessoa razoável de que a Libéria é realmente uma República Independente e que os Estados Unidos não têm direito a esse país.¹⁸⁸ (*African repository and colonial journal*, 1852, p. 303)

Desde 1815, o Brasil vinha sofrendo a pressão internacional de lidar com os africanos resgatados no comércio transatlântico ilegal (acima do Equador) e refletir sobre o retorno deles para a África. Em 1831, a Lei Feijó declarou livre todos os escravos introduzidos no Império a partir de sua data de promulgação, definindo que os africanos livres seriam reexportados para a África no menor tempo possível. O principal interesse seria movido pelo medo de que esses indivíduos movimentassem ideias de liberdade e instigassem revoltas, ameaçando a instituição escravista e a ordem social. A partir de então, em dois momentos, em 1835 e outro em 1850, o Governo Imperial consultou Portugal sobre a possibilidade de negociação de parte dos domínios na costa da África Centro-Occidental, especialmente na região Congo-Angola, para o envio dos africanos resgatados no tráfico ilegal. O Governo Português, contudo, se opôs à possibilidade de venda dos territórios. (GUIZELIN, 2016, p. 549-550)

Em 1835, o Brasil contactou os Estados Unidos sobre a possibilidade de envio dos africanos resgatados para a Libéria. O país eximiu-se de opinar sobre o assunto e recomendou a negociação direta com a Sociedade Americana de Colonização, que aceitou a proposta mediante pagamento de 50 pesos espanhóis por cada africano resgatado, a fim de financiar os gastos envolvidos. Contudo, o Brasil julgou a proposta inviável.

O *African Repository and colonial Journal* acompanhava atento as movimentações do Brasil (e de outros espaços escravistas) sobre o tráfico transatlântico, publicando sobre os decretos e leis aprovadas, e comentando sobre o que julgavam ser os posicionamentos dos brasileiros. As impressões que as ações brasileiras causavam, de fato, chegaram a convencê-los, fazendo-os acreditar numa vontade de eliminação do tráfico. Em 1836, publicou:

A resposta do governo brasileiro é que, assim que o comércio português for interrompido, não haverá nenhum comércio entre a África e o Brasil. O comércio brasileiro de escravos parece de fato ter parado desde o momento em que foi declarado pirataria. Há uma aparência de boa fé no assunto, por parte do governo brasileiro, que nos faz pensar que seu consentimento será finalmente obtido.¹⁸⁹ (*African Repository and colonial Journal*, vol. 12, 1836, p. 365-366)

¹⁸⁸ No original: "England has made this Government a present of an armed schooner, and has a Consul residing here. Brazil has also a Minister here, but of a higher grade than consul: he is "Chargid' Affaires." The facts are, I think, sufficient to convince any reasonable person that Liberia is really an Independent Republic, and that the United States has no claim to this country."

¹⁸⁹ No original: "The answer of the Brazilian government is, that as soon as the Portuguese trade is stopped, there will be none carried on between Africa and Brazil. The Brazilian slave trade appears in fact to have stopped from

Em 1840, os ânimos já foram reduzindo em relação as ações brasileiras em prol do combate ao tráfico transatlântico. Os liberianos recebiam informações sobre a morosidade em aplicar as leis e o engajamento da sociedade nesse comércio: “Os súditos brasileiros, desde o momento da aprovação da lei, têm estado continuamente envolvidos no comércio de escravos: na verdade, somos informados de que toda a população de certas regiões está envolvida nisso, e ninguém sofreu sob a lei da pirataria”¹⁹⁰(*African repository and colonial journal*, 1840, p. 09).

A esperança seria retomada com novas leis aprovadas no Império do Brasil, especialmente, com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz (1850). Em outubro de 1851, o *periódico* republicou uma notícia do *NY Evangelista*, um jornal semanal presbiteriano, sobre a decisão, demonstrando o frenesi com que os ingleses receberam a notícia, principalmente, os filantropos e cristãos. Em tom de conquista, anunciavam “o grande declínio e provável extinção do tráfico de escravos no Brasil” (*African repository and colonial journal*, 1851, p. 307).

Na publicação, manifestavam que tais ações eram desdobramentos das influências do governo britânico na supressão do comércio de escravizados no mundo. Segundo a historiografia, o Brasil recebia financiamento direto da Inglaterra para ações próprias de combate ao tráfico. Em 1850, foi fundada a "Sociedade contra o Tráfico de Africanos e a Favor da Civilização dos Indígenas", no Rio de Janeiro, possuindo o jornal *O Philantropo* (1849-1852) como principal órgão de publicação. Segundo Kaori Kodama (2008), as atividades da Sociedade se mantiveram até cerca de 1858, com o protagonismo de diversos sujeitos do Partido Liberal, apoiando a colonização. *O Philantropo* contou com a ajuda do Fundo britânico, que financiou vários jornais de posicionamento antiescravista. (ELTIS, 1987, p. 115)

Na notícia do *African repository*, percebe-se que havia uma crença na possibilidade de mudança das ações do governo brasileiro sobre a escravidão, sob o argumento de que a parcela da sociedade que apoiava a instituição era composta por estrangeiros, mais precisamente, portugueses, enquanto os “verdadeiros brasileiros” percebiam a escravidão como uma maldição. afirmavam que as leis estavam sendo aplicadas e que traziam grande prejuízo aos escravagistas, informando que cerca de “£ 1.000.000 de capital flutuante no Brasil, anteriormente envolvido no comércio de escravos, havia sido recentemente retirado dessa atividade e investido em um banco em Lisboa” (*African repository*, 1851, p. 308).

the time it was declared piracy. There is an appearance of good faith in the matter, on the part of the Brazilian government, that makes us think their consent will ultimately be obtained.”

¹⁹⁰ No original: “Brazilian subjects, from the time of passing the law, have been continually engaged in the Slave Trade: indeed we are informed, that the whole population of certain districts are concerned in it, and not one has suffered under the law of piracy.”

Em outra notícia, intitulada “O comércio de escravos (“The Slave Trade”), uma fala Lorde Palmerston, Henry John Temple foi retomada para apontar que as ações do governo brasileiro para suprimir o tráfico estavam fazendo efeito e em cerca de oito meses extinguiriam o tráfico de escravizados. Informava que o número de importados no ano de 1850 havia sido cerca da metade do levado nos anos precedentes. Anunciavam que os investimentos anteriormente aplicados no tráfico passavam para outras especulações. (*African repository and colonial journal*, 1851, p. 309).

Segundo a historiografia brasileira, realmente iniciou-se um repasse de capital do tráfico para outros fins a partir das pressões de 1850, apesar do tráfico internacional ilegal continuar através de outros portos, outras iniciativas e com acordos locais, incluindo fazendeiros, membros do parlamento, imprensa e parte da população do império. Uma outra estrutura se ergueu, substituindo a legalizada (destruída fisicamente a mando do governo), apesar de constantemente ameaçada (SARAIVA, 2021).

Niterói foi aconselhado a buscar informações sobre a Libéria na Inglaterra e na França, antes de seguir para sua missão. Segundo Guizelin, isso indica a falta de relações e documentação no Brasil sobre a região específica, diferente da abundante documentação sobre a África Portuguesa ou outras regiões que tiveram maior contato com portugueses. Contudo, não conseguiu encontrar-se com as pessoas necessárias na Inglaterra e sequer na França. A partir disso, teve que enfrentar uma dificuldade imprevista: a ausência de transporte para a Libéria a partir destes países. Descobriu que somente ocasionalmente navios europeus que circulavam entre suas colônias e o sul da África atracavam na costa liberiana. A única forma de acessar a Libéria era a partir dos portos estadunidenses, de onde saíam navios mensalmente para transportar colonos. E ainda assim, teve que parar na Ilha de S. Thiago de Cabo Verde, onde havia a Agência Naval e Depósito de víveres da Esquadra dos Estados Unidos, de onde conseguiu seguir para a Libéria. (GUIZELIN, 2016, p. 552)

No dia do quinto aniversário da independência, 26 de julho de 1852, o único representante internacional presente na comemoração era o Encarregado de Negócios brasileiro (*African repository*, 1852, p. 365). Segundo a Fundação Alexandre de Gusmão (2021, p. 349), Hermenegildo Frederico Niterói ficou no cargo entre 05 de novembro de 1850 e 11 de maio de 1853, atuando como Cônsul-Geral. As negociações não alcançaram o objetivo do traslado de africanos resgatados, principalmente depois de a Libéria apresentar a exigência de que o governo brasileiro arcar com os custos dos primeiros seis meses dos africanos resgatados e trasladados para suas terras. Depois do período no país africano, Niterói, doente em

decorrência da dificuldade de aclimatação (como assim alegava), acabou retornando sem a grande pompa com que fora recebido e sem conseguir nomear um vice-cônsul para ficar em seu lugar durante suas ausências. O presidente e seu gabinete haviam se dirigido ao norte da Libéria intencionados a pacificar uma revolta no Cabo Monte e o cônsul voltou sem uma cerimônia de despedida.

H. F. Niterói levou consigo o discurso da civilização, pregando que os africanos resgatados pelo Brasil iriam para a Libéria “depurados do barbarismo primitivo, e iluminados com a doutrina evangélica” (NITEROI, 2016, p. 580). Ele descreveu diversas impressões negativas da nova nação, bem como dos costumes de seu povo e dos chefes de Estado. Terminou sua visita com observações ríspidas e generalistas sobre o povo liberiano:

“O povo, composto, com raríssimas exceções, de gente da mais crassa ignorância, e contaminada com todos os vícios de educação do estado de escravidão, de que apenas se acham libertados, por estultícia ou por ridícula vaidade conceberam um fantástico sentimento de sua importância política” (NITEROI, 2016, p. 580).

O cônsul encontrou na Libéria uma nação com conflitos internos, em guerras com e entre nativos. Deparou-se com uma capital pouco estruturada, em que o prédio principal acolhia todas as atividades do executivo. Encontrou um presidente que não se apresentava com a suntuosidade dos trajes europeus e não dominava a língua portuguesa. Não encontrou a estrutura que as cidades brasileiras possuíam e não se deparou com um povo de costumes que julgasse suficientemente europeizados. Enfim, Niterói tinha em mente uma imagem de civilização que não fora contemplada pela Libéria e tinha que lidar com o fato de que sua missão no país foi fracassada devido à negação de sua solicitação de recebimento dos africanos resgatados. Será que o cônsul tinha a esperança de que representar o país como lugar repleto de conflitos e defeitos minimizaria uma reação ríspida do Império do Brasil para com o insucesso de sua missão? Talvez a sua percepção sobre as condições materiais, institucionais e políticas da Libéria causasse um estranhamento semelhante ao que levou milhares de negros/as a optar pelo Canadá, em lugar de um país tão distante e desconhecido como a Libéria.

7 EMIGRAÇÃO DE AFRO-AMERICANOS/AS PARA O CANADÁ

7.1 Um mapeamento da população negra refugiada

Primeiramente, é importante situar o que se delimitava politicamente como Canadá no período a ser discutido abaixo para, em seguida pensar como os refugiados se apropriaram desses lugares para os transformarem em espaços de trabalho, de morada, religiosidade, educação, sociabilidades etc. Em 1841, a coroa britânica uniu o Alto Canadá (Canadá Ocidental) ao Baixo Canadá (Canadá Leste) criando a Província do Canadá. As duas regiões foram governadas conjuntamente até a Confederação, em 1867. O Canadá Ocidental se tornou parte do atual Ontário e o Canadá Leste se tornou parte do atual Quebec. Contudo, os nomes anteriores podem aparecer na documentação e no texto a seguir. Sendo assim é interessante ter em mente o mapa abaixo:

Figura 16 - Província do Canadá (1841-1867)



Fonte: The Canadian Encyclopedia

Negros e negras dos Estados Unidos emigraram para o Canadá sob apoio britânico desde o século XVIII, principalmente para as áreas acima destacadas. A guerra de independência dos Estados Unidos (1775-83) levou uma primeira grande migração para a região daqueles que lutaram ao lado da Inglaterra, em troca da liberdade. Eles(as) ficaram conhecidos como legalistas negros. Durante a Guerra de 1812, uma segunda grande onda de negros fugiu para o Canadá (principalmente para Nova Escócia, Nova Brunswick e Trinidad), para ter acesso à liberdade. Esses ficaram conhecidos como “refugiados negros” (“black refugees”). Dois anos depois, a Proclamação de Cochrane (no inglês: *Cochrane's Proclamation*), passou a favorecer a emigração de qualquer indivíduo dos EUA que quisesse ir para outras colônias inglesas. Portanto, já no início do século XIX, havia certa população negra na região vivendo em liberdade, com acesso a terras e que gozava de certa proteção britânica.

Dessa forma, podemos perceber, com base em Abdelmalek Sayad (1998), o funcionamento da migração dentro de uma lógica de transmissão e reprodução de experiências, em que, numa perspectiva histórica e transgeracional, formou um imaginário social, nesse caso, associando o Canadá a uma zona de refúgio/liberdade passado na oralidade e na imprensa.

Ao longo da primeira metade do século XIX, a migração para o Canadá aumentou significativamente. Benjamin Drew visitou as comunidades e, por meio de conversas com os residentes, registrou números da população negra nos locais visitados. Os dados seguem abaixo contrastados com o censo realizado em 1861, feito pelo historiador canadense Michael Wayne, e possibilitam perceber a aproximação entre os resultados da oralidade e da pesquisa material:

Tabela 5 - População negra nos assentamentos registrados por Benjamin Drew em 1854 comparada ao censo de 1861

	Drew	Census
St. Catharines	800	609
Toronto	1,000	987
Hamilton	274	476
Galt	40	31
London	350	370
Chatham	800	1,252
Windsor	250	533
Sandwich	100	95
Amherstburg	400-500	373
Colchester	450	937
Gosfield	78	101
Total	4,642	5,764

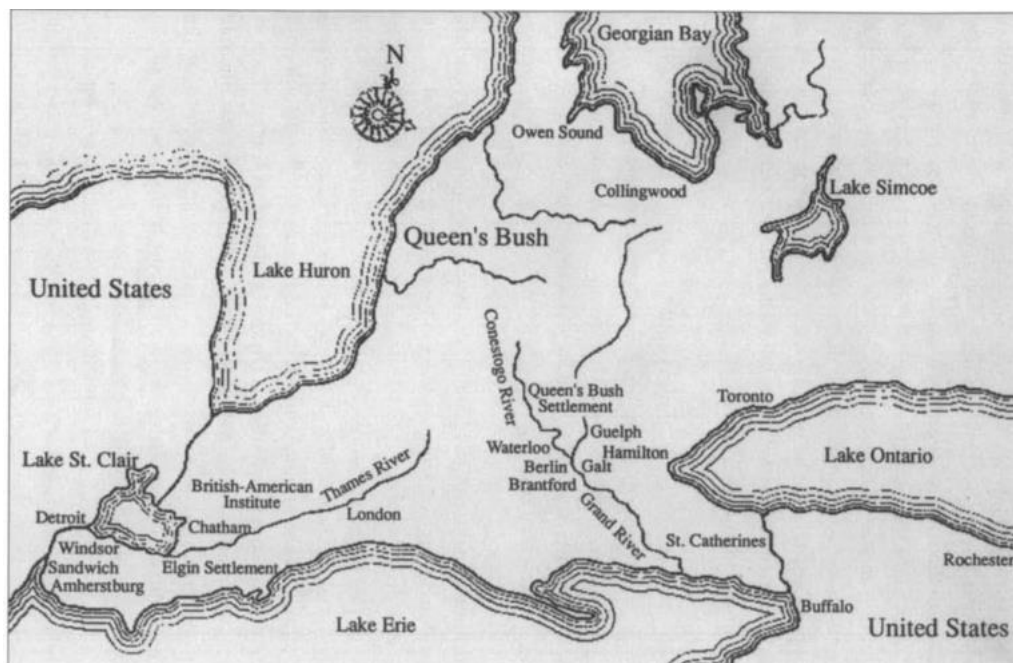
Sources: Canada West Manuscript Census Schedules, 1861, for Essex County, Kent County, Lincoln County, Waterloo County, City of Hamilton, City of London, City of Toronto; Drew, *A North-Side View of Slavery*, pp. 17-18, 94, 118, 136, 147, 234, 321, 341, 348, 367, 378.

Fonte: WAYNE, 1998, p. 469.

É importante ressaltar que a população afro-canadense não estava completamente representada nesses números e que há muita variação na historiografia e entre as fontes. Michele A. Johnson apontou que o Canadá recebeu cerca de 50 mil afro-americanos fugidos da escravidão entre 1815 e 1860 (JOHNSON, 2023, p. 425). Enquanto o *Primeiro Relatório da Sociedade Antiescravista do Canadá (First Report of the Anti-Slavery Society of Canada)*, em 1852, estimou o número de habitantes negros refugiados na região em 30.000. (DREW, 1856, p. v.) Enquanto o abolicionista Samuel Howe (1864), em visita a região em 1863, estimou menos de 20.000 habitantes. Três fatores, ao menos, devem ser abalizados nesse descompasso: 1) uma intensão da Sociedade Antiescravista de fazer parecer que a emigração era maior do que a realidade; 2) a subnotificação nos dados disponíveis pelos censos, que a historiografia reconhece, embora o historiador Michael Wayne (1998) estime que essa diferença não ultrapasse cerca de vinte por cento; 3) E a diferença entre o ano de visita de Drew (1854) e de Howe (1863) devem levar em consideração o número de retornados pra os EUA, no período da Guerra Civil.

Segundo Raphaela Pavlakos (2021), em Ontário foram estabelecidos quinze assentamentos negros. Portanto, Drew não conseguiu abarcar 4 deles. Os lugares citados na tabela 3 estão dispostos segundo o mapa abaixo, que identifica os condados com grandes populações de cor no sudoeste da região de Ontário, no Canadá:

Figura 17 - Mapa do sudoeste da região de Ontário, no Canadá, na década de 1840, com as algumas grandes comunidades negras identificadas



Fonte: BROWN-KUBISH, Linda. *The Queen's Bush Settlement: Black Pioneers, 1839-65*. Dundurn, 2004. Disponível em: <https://blackpastinguelph.com/category/queens-bush/>

Assim, mapearemos a acomodação dos emigrados nas terras canadenses, identificando os fatores que auxiliaram e os que impulsionaram sua circulação. Posteriormente, destacaremos os espaços de articulações políticas, visualizando os ativistas envolvidos e as principais causas defendidas e mobilizadas. Num terceiro momento, pensaremos a construção de redes entre Canadá e EUA através da imprensa. Com isso buscamos identificar os indivíduos, Sociedades e demais grupos conectados e comprometidos com a ascensão dos emigrados. Portanto, cabe pensar sob quais formas homens e mulheres estavam conectados, limitados ou potencializados, por seu gênero, classe e raça.

7.2 Acomodação dos negros e negras nas novas terras

Como foi dito no item acima, os(as) negros(as) chegaram ao Canadá Ocidental desde fins do sec. XVIII e continuaram se avolumando ao longo do século XIX. Alguns se dirigiram a cidades já formadas e muitos outros foram para áreas rurais ou até mesmo áreas ainda cobertas pela vegetação nativa. Em Colchester, por exemplo, grande parte da terra aberta ao cultivo foi limpa por escravizados fugidos, que alugaram porções de terras selvagens por um período de anos e, quando conseguiram fazer uma boa clareira, foram forçados a deixá-las. Alguns(as) penetraram mais na floresta, ansiosos(as) por possuírem terras próprias, configurando novos assentamentos, como Nova Canaã, que já era um povoado próspero na visão do viajante Benjamin Drew. Na década de 1850, a nova onda de migrantes, fugidos da lei de 1850, impulsionou uma grande quantidade de residentes dos Estados livres, que trouxeram recursos humanos e financeiros, que melhoraram a condição dos colonos mais velhos. (DREW, 1856, p. 367-369)

A história de desapropriação de terras de Colchester se assemelha a do assentamento Queen's Bush, ao norte de Waterloo, onde os ex-escravizados e livres, emigrados dos EUA, por volta de 1833, foram os responsáveis pelos primeiros trabalhos de limpeza das terras e construção dos primeiros assentamentos. A ocupação foi feita sem o aval da coroa britânica, que ainda não havia analisado as terras e disponibilizando-as para compras. A vistoria de cerca de 66.000 acres só aconteceu em 1843, quando o fluxo de migrantes forçou o governo a negociar com o clero e disponibilizar a compra de terras. Porém, quando isso ocorreu, os preços estipulados eram altos demais para os(as) negros(as), o que forçou uma nova migração para Guelph, Owen Sound e Hamilton. (PAVLAKOS, 2021).

As estratégias para quitar os valores pedidos e se manter na terra foram inúmeros. Segundo John Francis, que morava em Queen's Bush já há 10 anos quando entrevistado por Drew, alguns negros venderam seus bens móveis (como vacas e novilhos) e conseguiram quitar a dívida, outros venderam tudo por preços muito baixos ou recorreram a hipotecas, além daqueles que permaneceram nas propriedades mesmo sem pagá-las. Mas a pressão inglesa conseguiu dispersar uma parte significativa da população negra da região, fazendo com que cerca de dois terços emigrassem. (DREW, 1856, p. 195-197)

Assim, negros e negras fugitivos dos Estados Unidos se distribuíram por diversas regiões no Alto Canadá, com considerável circulação entre assentamentos e cidades, permeando lugares que, na década de 1850, já contavam com uma população negra crescente. A circulação era uma imposição em muitos assentamentos ou cidades que não ofertavam atividades nas quais a população negra conseguia se empregar. Dresden era uma delas, um povoado relativamente

pequeno, com cerca de 100 habitantes brancos e 70 negros, sem terras suficientemente desmatadas e cultivadas para suprir suas necessidades. Seu principal negócio era a venda de madeira serrada e a maior parte de sua população era composta por fazendeiros, sendo poucos os indivíduos que se dedicavam a outras atividades mecânicas, como sapateiros e ferreiros. Muitos colonos foram atraídos para Dresden e Dawn pelas vantagens oferecidas na educação pelo Instituto Dawn. (DREW, 1856, p. 308)

Muitos fugitivos optaram por Toronto, por ser, já no século XIX, uma referência cultural e comercial, alimentando os sonhos da autossuficiência pela oferta de empregos. A cidade também se destacava nas atividades abolicionistas, sendo sede da Convenção dos Homens Livres de Cor, entre outras organizações negras importantes. (SHADD, COOPER & FROST, 2009, p. x-xi) Toronto já possuía uma população financeiramente estável, com cerca de quarenta e sete mil (47.000) habitantes, dos quais aproximadamente mil eram pessoas negras, que dispunham de boas casas. Drew afirmava que as moradias dos(as) negros(as) eram boas e comparáveis às de St. Catharines, porém com jardins menores e mais embelezados. (DREW, 1856, p. 94)

O destaque de Drew para a beleza dos jardins sugere que a vida material desses indivíduos superava a preocupação com o trabalho ou com a pura sobrevivência, de modo que lhes restava tempo livre para empregar no cuidado de seu próprio lar, o que contrastava com as descrições das cabanas precárias do Sul escravista descritas nas narrativas de escravizados. Com sua observação, demonstrava o asseio e organização dessas novas vidas, além da capacidade de autonomia e bom gerenciamento dos refugiados. Drew reforçava que, em Toronto, muitos conseguiram comprar suas terras e alguns adquiriram propriedades valiosas. (DREW, 1856, p. 94) Um feito significativo, tendo em vista que a cidade tinha um custo de vida maior que outras que contavam com população negra significativa. Mary Shadd registrou que o preço da propriedade em Toronto e nas proximidades era muito superior ao dos distritos a oeste. (SHADD, 1852, p. 14)

Benjamin Drew percebeu que alguns negros não conseguiram se adequar bem a Toronto por não dominarem as atividades que lhes eram demandas, uma vez que seus conhecimentos estavam relacionados, principalmente, à agricultura, como no caso de Rev. Alexander Hemsley, que preferiu seguir para St. Catharines (DREW, 1856). Acreditamos que, talvez, os dois fatores se convergissem, de modo que o elevado preço das terras influenciasse a decisão de buscar as áreas rurais, mais relacionadas à agricultura.

É possível que St. Catharines tenha sido atrativa para muitos migrantes não somente pela agricultura, pois sua localização, próxima da fronteira entre o Canadá Ocidental e os Estados Unidos, possibilitava o comércio transnacional, bem como relações políticas com os abolicionistas. Segundo Bradburn, Harriet Tubman (1822-1913) usufruiu largamente dessas facilidades ao morar na região, ao usá-la como base para construir uma rede de apoiadores no Canadá ocidental. Alguns dos conduzidos por ela se mudaram para outras regiões, mas a maioria, incluindo membros de sua família, permaneceram em St. Catharines, onde encontraram emprego como operários, empregados, cocheiros, fazendeiros e cozinheiros. (BRADBURN, 2019).

Os rios e lagos eram muito bem-vistos pelos refugiados, por suas inúmeras possibilidades de transporte e comunicação (elementos fundamentais da Ferrovia Subterrânea), o que também elevaram outros lugares aos olhos dos fugitivos. Chatham, por exemplo, oferecia condições para prosperar por desfrutar de boa localização, pela bifurcação do rio Tamisa, que dava acesso a Detroit, ao mesmo tempo que distanciava o suficiente da fronteira americana para ser considerada um espaço seguro. As possibilidades de emprego e de transporte aumentaram com a construção da ferrovia Grande Oeste (*Great Western*) ao longo da década de 1850, trazendo maiores oportunidades econômicas. (TOBIN, 2008, p. 37).

Na década de 1850, o Canadá entrou na era das ferrovias e expandiu significativamente sua malha ferroviária, atraindo capital norte-americano e britânico, com sua linha principal (Niagara Falls-Hamilton-London-Windsor) inaugurada em janeiro de 1854. A ferrovia estimulou a economia local, ao mesmo tempo em que dependia, entre 40-60% de sua receita bruta, do tráfego transnacional com os estados de Nova York e Michigan. A construção dessa ferrovia favoreceu a população negra, abrindo-lhes novas possibilidades. Segundo John Little, um dos negros fugitivos:

[...] Chatham "teve seu grande começo" em 1852, enquanto a *Great Western Railway* estava sendo construída. Os negros começaram a chegar no primeiro assentamento da cidade: atualmente eles estão crescendo em uma proporção maior do que os brancos. [...]. (DREW, 1856, p. 235-236).¹⁹¹

A construção da ferrovia havia sido formalizada em 1834, por um comitê da Assembleia Legislativa do Alto Canadá, porém, a linha entre London e Hamilton iniciou-se somente em 1851. (GUAY, 2015) A abolicionista negra Mary Shadd, já anunciava, em seu

¹⁹¹ No original: “[...] Chatham " took its great start " in 1852, while the Great Western Railway was constructing. Colored people began to come in at the first settlement of the town: at present they are increasing in a greater ratio than the whites. [...]”

livro publicado em 1852, que seriam necessários trabalhadores dispostos a contribuir com tais obras, principalmente com o comércio de ferros e madeiras para a construção, alertando que os barcos a vapor já estavam a navegar entre Toronto e as várias cidades dos lagos. (SHADD, 1852, p. 16).

De fato, em poucos anos, as construções possibilitaram acúmulo de bens, acesso a terras e, conseqüentemente maior estabilidade para os moradores da região e a população negra soube se inserir nesse processo. No caso abaixo, Drew apontava a elevação da condição material com destaque a um dos migrantes:

O Sr. Jones mora na Gray St. em uma casa de tijolos, tão boa ou melhor do que a média das casas em London. Em frente é um jardim de flores de escolha, e tem uma horta bem ordenada na parte traseira. A propriedade, deduzindo o ônus do aluguel do terreno, vale cerca de quatro mil dólares. O Sr. J. possui propriedades em várias partes da cidade, - um prédio de tijolos, no bairro comercial, compreendendo duas lojas que aluga entre setecentos e oitocentos dólares por ano - e vários lotes de construção nas imediações da vizinhança do depósito de carga da Ferrovia Great Western. O Sr. J. tem sangue africano puro.¹⁹² (DREW, 1856, p. 151-152).

O destaque de que o migrante possuía “sangue africano puro” contrasta-se com as fontes trabalhadas nos itens acima, onde destacavam o quanto a cor de pele ou ascendência impossibilitavam a ascensão social e econômica. Portanto, sua observação tinha valor inestimável para a maior parte dos que haviam conquistado (ou tomado) sua liberdade, mas permaneciam sob o julgo do racismo. Além da ascensão econômica e social do Sr. Jones, Drew ressaltou o caso da Sra. Brown que possuía uma pensão com dez internos, todos fugitivos. Apesar de ainda ser evidente a discrepância entre a ascensão do homem negro e da mulher negra.

A expectativa da expansão da ferrovia, que ligaria Niágara a Amherstburg, trazia novas expectativas econômicas para as proximidades. Essa estrada passaria pela porção sul do povoado e permitiria um mercado para a lenha, que existia em abundância. (DREW, 1856, p. 291). O Assentamento Elgin, em Buxton, previa uma estrada de tábuas que se estenderia por cerca de 13 quilômetros da Great Western Railway até o lago Erie, abrindo a possibilidade aos

¹⁹² No original: “Mr. Jones, whose testimony is given above, resides on Gray St. in a brick dwelling-house, as good or better than the average of houses in London. In front is a garden of choice flowers, and it has a well-ordered kitchen garden in the rear. The estate, deducting the incumbrance of ground-rent, is worth about four thousand dollars. Mr. J. owns other property in various parts of the city,--a brick building, in the business quarter, comprising two stores which rents for between seven hundred and eight hundred dollars per annum,--and several building lots in the immediate vicinity of the freight depot of the Great Western Railway. Mr. J. is of unmixed African blood.”

colonos de dois mercados, um através do lago e outro através da ferrovia. (DREW, 1856, p. 296).

Em Chatham, negros e negras conseguiam estudar, tornaram-se médicos, advogados e comerciantes. A cidade se estruturou e contava com 10 igrejas, 6 escolas, vários moinhos, fundições e lojas (incluindo três gráficas). A terra das proximidades era fértil para plantio e podia escoar sua produção pela ferrovia. (PAUL, 2014, p. 36). Drew, ao visitá-la, notou as movimentações dos negros, engajados no comércio e envolvidos no movimento abolicionista, com grande acolhimento de fugitivos, com cerca de vinte chegando todos os dias. Os censos comprovariam esse crescimento, sendo que em 1851 se registrou 353 negros(as) na cidade, e em 1861, esse número subiu para 11.223 residentes com ancestrais negros, nem todos ex-escravizados. (PAUL, 2014, p. 37).

Um assentamento também foi criado por um ex-proprietário de escravizados estadunidense: O Elgin Settlement (Assentamento Elgin), em Buxton, projetado pelo Rev. branco William King (1812-1895), em 1849, saído de Louisiana. Ele decidiu alforriar seus próprios escravizados, herdados após a morte da esposa e do sogro, cerca de catorze (14) e assentá-los em fazendas ou terras recém-compradas do governo. King era pago pelo Comitê de Missão Interna da Igreja Presbiteriana do Canadá. (DREW, 1856, p. 294).

Segundo Robin Colette Stevens, o assentamento de Elgin teve sucesso devido à dois fatores principais: 1) capacidade de liderança do reverendo King, de organização e mobilização de contatos, que o ajudaram na compra de terras que beneficiariam os recém-chegados e 2) o impacto que a Canadian Railway Company teve no fornecimento de empregos. King estava determinado a levar os ex-escravizados e isso teria contribuído para uma partida e chegada organizada dos Estados Unidos para o Canadá. O pesquisador acredita que a mediação de pastor ajudou na aceitação dos/as negro/as na sociedade canadense. (STEVENS, 2017, p. ii).

As conclusões de Stevens nos fazem pensar na importância do envolvimento dos indivíduos brancos na causa abolicionista, dispondo de seus privilégios de circulação e aceitação como forma de apaziguar processos de emancipação negra. Sendo King um homem branco em um cargo religioso dispunha de acessos específicos impossíveis a pessoas negras no século XIX, como acesso à educação, à informação, a pessoas, a meios de transporte e recursos financeiros.

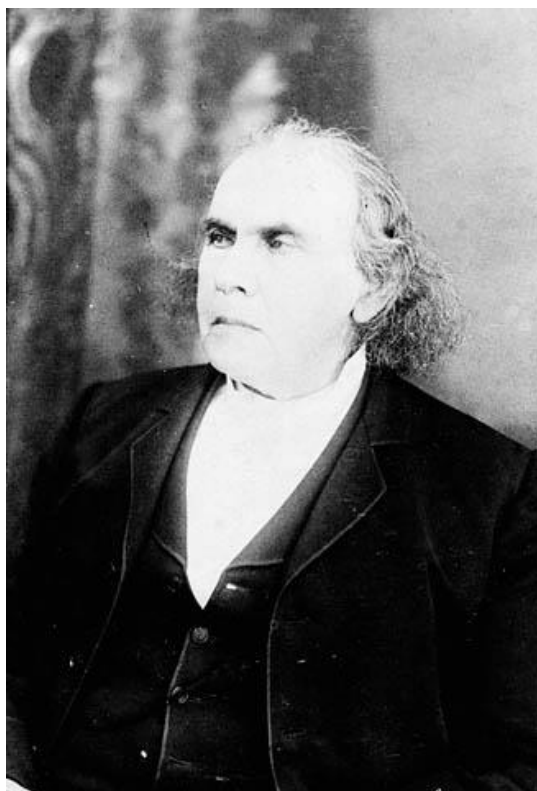
Segundo Drew, o reverendo King estava convencido das capacidades dos negros de se autossustentarem e de alcançarem sucesso na educação, da mesma forma como fizeram os emigrantes europeus. (DREW, 1856, p. 292). Acreditava na necessidade de colocar os

refugiados em circunstâncias onde pudessem desenvolver sua própria independência e por isso decidiu levá-los ao Canadá. Assim, eles “compraram casas para si próprios, pagaram o preço exigido pelo governo, construíram os seus próprios edifícios e sustentaram as suas próprias famílias através da sua própria indústria; não recebendo nenhuma ajuda de qualquer sociedade benevolente”¹⁹³. (DREW, 1856, p. 297).

Tais destaques de Drew funcionavam como ataques ao discurso pró-escravista da incapacidade intelectual dos negros bem como às afirmações do racismo científico. Porém, não estava em dissonância com a defesa do protagonismo e bondade paternalista. Drew ressaltou que os negros possuíam uma dívida de gratidão para com o reverendo por seu empenho no assentamento de Buxton. (DREW, 1856, p. 292). Consequentemente, reforçava uma relação de subordinação dos emigrados frente ao benfeitor, movido por seu ato de bondade e altruísmo. Seu posicionamento apontava a alforria como uma concessão e dívida moral para com o ex-proprietário, que investiu na tentativa de criação de condições para a ascensão de seus subordinados.

¹⁹³ No original: “They have purchased homes for themselves, paid the price demanded by government, erected their own buildings, and supported their own families by their own industry; receiving no aid whatever from any benevolent society, [...]”

Figura 18 - Fotografia do Rev. William King



Fonte: Daniel G. Hill fonds, PA-207774. (foto não datada). Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/discover/immigration/history-ethnic-cultural/anti-slavery-movement/Pages/default.aspx>

Ainda temos poucas informações sobre Galt, que, segundo Drew, era um local movimentado e em crescimento. (DREW, 1856, p. 136) E ainda menos informação sobre Gosfield, além do fato de que a maioria era composta de proprietários e alguns deles tinham fazendas consideradas boas, por Drew. (DREW, 1856, p. 378) Contudo, é possível perceber que os negros se inseriram nas mais diversas atividades no Canadá Ocidental, ocupando cidades, vilas, aldeias e distritos agrícolas. A assimilação e acomodação nas novas terras dialogou com a estrutura geográfica e com as oportunidades criadas pela instalação dos novos meios de transporte, como a ferrovia. Eles não ficaram isolados, mantiveram contatos entre os assentamentos e articularam-se politicamente. Abaixo refletiremos sobre os principais lugares que abrigaram indivíduos engajados que aglutinaram a luta transnacional pela ascensão dos negros e da imprensa negra.

7.3 Espaços, sujeitos e articulações políticas

Muitos emigrantes que foram para o Canadá (principalmente para Ontário) eram provenientes do movimento abolicionista, já estruturado nos EUA antes de sua partida. A migração destes foi intencionada a articular a causa da vida pós-escravidão, num território onde a legislação pró-escravista não os atingisse, para isso alimentaram redes com ativistas e sociedades diversas a fim de auxiliar as fugas, a acomodação em novas terras e relações transnacionais que mapeassem e mantivessem todos informados. Alguns deles se envolveram diretamente no erguimento de uma imprensa afro-canadense, que uniria ações diversas, além de servir de meio para divulgação de informações valiosas aos fugitivos, conectando ações e financiamentos necessários a causa.

Desta forma, é necessário fazer algumas considerações sobre os lugares que traziam maior atenção para a causa negra no Canadá, a fim de visualizar os indivíduos que conectavam os diversos assentamentos e cidades, levando informação e auxiliando na acomodação dos refugiados. Assim, conseguiremos perceber as diversas formas, individual ou coletivamente, que os afro-americanos se organizaram para promover formas de acolhimentos dos fugitivos, fosse financeiramente, educacional, profissional, social ou espiritualmente.

Mary e Henry Bibb, casal afro-americano, eram grandes nomes nos meios abolicionistas. Mary era nascida livre e Bibb fugiu da escravidão. Eles se assentaram em Sandwich, primeiramente, e depois em Windsor (muito próximos espacialmente, na parte oeste de Ontário), recebendo inúmeros fugitivos em sua residência. Envolveram-se em ações organizadas para atender aos refugiados, fosse com alfabetização, auxílio a aquisição de terras ou disponibilizando informações importantes. Em janeiro de 1851, começaram a publicar o jornal *The Voice of the fugitive*, que foi o maior jornal da região. As publicações envolviam a publicização de eventos, promovia a educação e rebatia artigos racistas da grande imprensa, entre outros temas. (FORSTER, 2011, p. 75).

O jornal se conectou com Sociedades femininas importantes, como a Sociedade Feminina Antiescravista de Grand Prairie, de Michigan, e o Círculo de Costura Antiescravista (Anti-slavery Sewing Circle), de Cincinnati. Tais organizações reverberavam as publicações do jornal e as mobilizações canadenses, além de auxiliar na informação dos fugitivos e consumirem literatura abolicionista. Muitas mulheres se tornaram politicamente conscientes a partir desses círculos de costura, que mobilizavam pensamento subversivos e radicais, costurando para os fugitivos. As mulheres de Cincinnati também ofereceram ajuda financeira ao jornal *A Voz do Fugitivo*. (FROST, 2016.) Na citação abaixo segue uma carta da secretaria da Sociedade Feminina Antiescravista:

Prezado Senhor. Em uma reunião tardia do Conselho de Administradores da Sociedade Antiescravista Feminina de Costura desta cidade [Cincinnati], um desejo ardente foi expresso de que seu jornal, "A Voz do Fugitivo" fosse colocado pecuniariamente, em uma base como para aliviá-lo de uma parte do fardo que agora repousa sobre você, e remover todo o medo da necessidade de sua suspensão, e foi votado destinar cinquenta dólares dos fundos da Sociedade para esse objetivo [...] Sempre, portanto, estará em sua ordem a soma acima indicada. Que o céu suceda abundantemente em seu trabalho pela causa dos oprimidos.¹⁹⁴ (Mary M. Guild In: FROST, 2016, p. 276).

Mary Bibb era professora e fundou escolas particulares no Canadá para negros(as). Inúmeras vezes, ficou como responsável pelo jornal, enquanto o marido viajava para palestrar. Muito ativa, escrevia sobre diversos assuntos, como direitos das mulheres, atividades antiescravistas para mulheres, moda, educação, abrigo para refugiados, entre outros. (FORSTER, 2011, p. 75). Ela publicava como voz editorial, suprimindo seu nome como autora na ausência do marido, mantendo a forma de escrita deste e debatia questões não convencionadas às mulheres. Provavelmente seu anonimato a encorajava para se impor de forma confiante, sabendo que os leitores não perceberiam sua presença como editora. Temas caros ao jornal permaneceram exaltados durante seu período, com destaque para a religião, a influência da igreja e a necessidade de manter um caráter moral e virtudes cristãs. (TRIPP, 1993, p. 12-13). Ela própria possuía contatos importantes com abolicionistas nos EUA, fundamentais para o financiamento do jornal e, paralelamente, gerenciava negócios voltados para costura. (FORSTER, 2011, p. 75).

Em 1854, a abolicionista fundou o Clube de Senhoras de Windsor (Windsor Ladies Club) também chamado de Sociedade de Melhoria Mútua (Mutual Improvement Society), tornando-se a primeira sociedade literária feminina no Canadá Ocidental. Em seguida, Amelia Freeman Shadd, abriu o segundo grupo desse tipo em Chatham. Tais organizações eram voltadas para aperfeiçoamento intelectual e contribuíram para a inserção das mulheres negras em cargos de liderança ao longo do tempo. Sendo importante destacar que esses grupos não eram as únicas organizações que aceitavam a participação feminina, pois havia ainda sociedades mistas voltadas para outras questões. (BRIDGEN, 2016, p. 62).

Bibb também desempenhou trabalho essencial na organização do evento do Dia da Emancipação regional, uma celebração pelo fim da escravidão no Império Britânico, que

¹⁹⁴ No original: "Dear Sir. At a late meeting of the Board of Managers of the Ladies' Anti-Slavery Sewing Society of this city [Cincinnati], an ardent wish was expressed that your paper, "Voice of the Fugitive" should be placed pecuniarily, upon such a basis as to relieve you a part of the burden now resting upon you, and remove all fear of the necessity of its suspension, and it was voted to appropriate fifty dollars of the funds of the society to that object [...]. Whenever, therefore, it is in your order the sum above named. May heaven abundantly succeed your labor in the cause of the oppressed."

confluía indivíduos de vários lugares e, inclusive, dos EUA. O evento foi palco de palestras, comícios e marchas, oferecendo um espaço de consciência transnacional e de sensibilidade panafricana, celebrando o fim da escravidão no Império e discutindo sobre a permanência da instituição em outros espaços. O evento também ofereceu jantar a 25 cents e o dinheiro recolhido ajudou na construção da Igreja Batista (que se tornou a Primeira Igreja Batista, que atualmente se encontra na rua Peter Street, em Sandwich, Ontário). (FROST, 2016).

O marido de Mary Bibb, Henry, foi presidente na Convenção Norte-Americana de Pessoas de Cor (*North American Convention of Colored People*), realizada em Toronto, em setembro de 1851, um dos eventos mais importantes da década, que conectou 53 delegados, dos Estados Unidos e Canadá, durante 3 dias. O evento traria debates fundamentais da época, discutindo temas referentes à segurança dos negros na América do Norte e formas de melhoria da vida desses no continente, pensando os destinos que se mostravam possíveis na década de 1850 para a emigração da população negra e elegendo os mais viáveis e promissores. Uma das conclusões foi que o Canadá seria o melhor destino para os negros, sendo a Jamaica o segundo melhor. (NORTH AMERICAN CONVENTION PROCEEDINGS, 1851). Outra decisão importante foi o apoio à criação da Liga Norte-Americana (*North American League*) entre Canadá e Jamaica, para facilitar a comercialização de produtos e fazer valer os direitos universais dos negros à propriedade da terra. (PAGE, 2021, p. 207)

A voz do fugitivo publicou uma espécie de ata do evento, pormenorizando as discussões realizadas. O jornal já se configurava como importante plataforma de comunicação com os envolvidos na Ferrovia Subterrânea, além de informar e auxiliar os recém-chegados ao Canadá. (CARLESIMO, 1973)

Os Bibb fundaram a Sociedade Lar dos Refugiados (*Refugee Home Society*), que ficava a aproximadamente 14 quilômetros de Windsor, nos distritos de Sandwich e Madison (algumas dessas cidades são identificáveis no mapa disponível como Figura 12, na região sudoeste de Ontário). E possuía uma constituição, de agosto de 1852, que declarava que seu objetivo era "ajudar os refugiados da escravidão americana a obter lares permanentes e promover sua elevação social, moral, física e intelectual". A Sociedade propunha a compra de terras do governo canadense, sendo cinquenta mil acres de terra, a um custo de cem mil dólares. O dinheiro para a compra era obtido em parte por contribuições e a intenção era que parte do dinheiro recebido pela venda de terras fosse investido no crescimento do assentamento, de modo que metade seria dedicada à compra de novas terras e a outra metade seria destinada ao

apoio às escolas. Drew destacava o protagonismo de Henry Bibb na elevação e organização da Sociedade, sem citar a esposa, Mary Bibb.

Ainda segundo sua Constituição, cada família de colonos recebia vinte e cinco acres de terra, cinco dos quais seria gratuita, com a condição de que, dentro de três anos a partir do momento da ocupação, desmatassem e cultivassem. Pelos vinte acres restantes, eles pagariam o custo primário em nove pagamentos anuais iguais. As terras seriam destinadas somente aos refugiados da escravidão, sendo impossível o repasse (por venda ou concessão) a outros indivíduos, no período de 15 anos após realizar a compra. As terras desocupadas, por extinção ou remoção das famílias, retornariam aos poderes do Comitê Executivo. (DREW, 1856, p. 324-325)

A “Sociedade Lar dos Fugitivos” voltava-se para os ex-escravizados (não dos nascidos livres) e, através do *jornal* publicaram seu compromisso com o Movimento de Temperança, do qual o casal (assim como vários outros abolicionistas, moderados e radicais) era adepto:

O objetivo desta associação será permitir a todo fugitivo da escravidão, se possível, tornar-se proprietário e lavrador do solo, e promover a causa da temperança e educação entre nosso povo; e que qualquer pessoa que não venda ou use bebidas intoxicantes como bebida, e que tenha um bom caráter moral, pode se tornar um membro desta Sociedade, pagando ao seu tesouro a soma de doze centavos e meio.¹⁹⁵

A Constituição da Sociedade deixou bem evidente a rejeição ao consumo de bebidas alcoólicas, bem como a importância da moralidade e da educação. Segundo Peter Carlesimo, Bibb ressaltava a importância da abstinência, acreditando que o dinheiro poderia ser usado de forma mais proveitosa se investido em roupas, alimento e compra de terras. (CARLESIMO, 1973).

Na Convenção de Amherstburg, de 1853, a presença e organização do movimento de temperança era perceptível, sendo que London já possuía 80 membros em sua Sociedade, enquanto Chatham e vizinhanças possuía 152 membros, dos quais 20 pertenciam ao Chatham Lyceum e 15 pessoas eram da Associação de senhoras Victoria (Victoria Ladies Association) (Chatham).¹⁹⁶ Os registros da convenção evidenciavam que os afro-canadenses participavam

¹⁹⁵ No original: The object of this association shall be to enable every fugitive from slavery, if possible, to become an owner and tiller of the soil, and to promote the cause of temperance and education among our people; and that any person who does not sell or use intoxicating drinks as a beverage, and who bears a good moral character, may become a member of this Society, by paying into its treasury the sum of twelve and a half cents. (Fugitive slaves in Canada West. In: *The Voice from the fugitive*. 1851).

¹⁹⁶ Minutes and proceedings of the General Convention for the Improvement of the Colored Inhabitants of Canada. Windsor, ON: Publisher BIBB & HOLLY. 16-17 June 1853. Disponível em: <https://omeka.coloredconventions.org/items/show/619> Acesso em 19-05-2024.

dessas organizações, mas que também estimulavam a criação de novas sociedades.¹⁹⁷ O jornal *Provincial Freeman*, a partir de junho de 1854, editado pela negra livre estadunidense Mary Shadd, passou a trazer em destaque “Dedicado ao antiescravismo, temperança e literatura em geral” (como é possível ver na Figura 14, abaixo do nome do jornal), demonstrando que Windsor também possuía voz ativa no movimento. Sob os valores da temperança, Shadd também trabalhou pela conexão entre assentamentos e cidade. Seu deslocamento, saindo de Windsor, passando por Toronto e depois por Chatham, levava consigo seu ativismo¹⁹⁸. Ela convocou as demais mulheres negras a lutar contra o racismo, sexismo e classismo em suas publicações. (BRISTOW, 1994, p. 69). Segundo Rinaldo Walcott, Em Chatham, as mulheres negras conseguiram se engajar num projeto bem-organizado e desfrutaram papéis políticos importantes na comunidade. (WALCOTT, 2003, p. 35).

Figura 19 - Imagem do jornal “Provincial Freeman”



Fonte: Projeto INK. Our Digital World (ODW). Disponível em:

<http://ink.ourontario.ca/viewer/cecil/focus/ink/newspapers/pf/reel1/000261-x0-y0-z1-r0-0-0>

Mary Ann Shadd, nascida livre, em Wilmington, Delaware (um estado nortista), saiu dos Estados Unidos para o Canadá Ocidental já com formação como professora e bem articulada no movimento abolicionista. Seus pais, Abraham Doras Shadd (sapateiro) e Harriet Parnell Shadd, eram oficialmente livres e engajados no movimento abolicionista negro, recebendo em sua casa indivíduos influentes. (FAGAN, 2016, p. 98). Eles constituíam parte da elite nortista da comunidade negra estadunidense e engajados na *Underground railroad*. (YEE, 1997, p. 03). Shadd percorreu Pensilvânia, Nova Jersey e Nova York durante sua formação. A historiografia acredita que ela se tornou professora, provavelmente, num ambiente quaker. (FAGAN, 2016, p. 98-99). Suas atividades na docência eram permeadas pelo trabalho

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁸ Publicado em Windsor entre 1853 e 1854, em Toronto entre 1854 e 1855 e em Chatham entre 1855 e 1857. A última edição saiu em 20 de setembro de 1857.

missionário, assim como a maior parte dos educadores impactados pelo “Segundo Grande Despertar”¹⁹⁹. (YEE, 1997, p. 03).

Shadd, diferente de Mary Bibb, possui fotografia. E em contraste com as fotografias de outras mulheres de sua época, sua imagem aparecia sem a presença de um homem, sua postura e olhar penetrante encaravam a câmera, de forma direta, sem semblante de sorriso. Assim, rompia com as imagens de esposas posadas ao lado de seus maridos (que figuravam como o verdadeiro foco da fotografia) e com os estereótipos de negros felizes vinculados nos menestréis.

Figura 20 - Fotografia de Mary Ann Shadd



Disponível em: http://www.biographi.ca/en/bio/shadd_mary_ann_camberton_12E.html

Shadd estava em diálogo com diversos ativistas importantes que comungavam da ideia do nacionalismo negro, elaborado por Lewis Woodson (1806-1878). O pastor e professor em Pittsburg, escreveu ensaios, entre as décadas de 1830 e 1840, pensando uma identidade nacional entre os negros. Essa vertente teorizava que a integração não funcionaria nos Estados Unidos e sugeria como alternativas a emigração e assentamento de comunidades negras. Esses ensaios movimentaram também Henry Bibb, Samuel Ringgold Ward, James Theodore Holly,

¹⁹⁹ O “Segundo Grande Despertar” foi um movimento religioso muito importante no século XIX que permeou a maior parte dos abolicionistas e ativistas reformadores. O movimento enfatizava a erradicação imediata de todas as formas de pecado, associado a valorização da domesticidade entre as classes urbanas mais prosperas, trazendo responsabilidades morais e sociais a classe média protestante. Porém não temos informações suficientes das leituras específicas de Shadd em suas aulas.

Henry Highland Garnet, Alexander Crummel e Martin R. Delany. (SILVERMAN, 1998, p. 103).

Shadd manteve contato com abolicionistas estadunidenses e fez uma palestra importante em suas terras em 1855, quando participou da Convenção Nacional do Negro (*National Negro Convention*), na Filadélfia. Shadd foi a primeira mulher negra a ser admitida como membro correspondente na convenção. Com seus discursos, tocou Frederick Douglas no tema da emigração dos negros para o Canadá. Circulou pelo país e convenceu outros a assinarem o jornal. (SILVERMAN, 1998, p. 108). Sua conexão com Douglas lhe rendeu bons frutos, fazendo com que publicações do *Provincial Freeman* fossem divulgadas ou republicadas no periódico editado por ele, o *North Star*.

Shadd trabalhou com Henry Bibb, no jornal *A voz do fugitivo*, e depois fundou seu próprio periódico. E seguiu na imprensa com ideias próprias, lançando a primeira publicação do *Provincial Freeman* em 24 de maio de 1853, anunciando sua intenção de iniciar um periódico. Depois, fez um intervalo de 1 ano no jornal para viajar pelos Estados Unidos e Canadá para levantar fundos para o empreendimento. Com exceção de Frances Ellen Watkins, poucas mulheres negras conseguiram fazer uma viagem com circuito de palestras. Ao fim de suas viagens Shadd retornou ao Canadá como uma referência na questão da igualdade racial. A partir de março de 1854, o *Provincial Freeman* tornou-se regular, com edições lançadas uma vez por semana. (SILVERMAN, 1998, p. 107).

Shadd assumiu publicamente o jornal como editora, porém sofreu forte resistência, por ser uma mulher em um meio tido como masculino. O periódico teve uma baixa nas assinaturas quando sua autoria veio a público. (DAGG, 2006, p. 275). Assim, decidiu então associar-se a Samuel Ringgold Ward, um homem negro, e Alexander McArthur, branco. Os nomes masculinos tomaram a notoriedade, enquanto Shadd permaneceu com a maior parte do trabalho da edição. Logo, percebemos o quão limitante era para uma mulher negra almejar à vida pública de modo independente da figura masculina. Shadd foi a primeira editora negra na América do Norte e a primeira editora mulher no Canadá.

Chatham serviu de sede ao jornal editado por Mary Shadd, *Provincial Freeman*, entre 1855-1860, um lugar estratégico no Canadá Ocidental. Segundo o jornal estadunidense *North Star*, editado por Frederick Douglass, a cidade se tornou o principal assentamento dos fugitivos da escravidão em 1855, com cerca de 5 a 6 mil habitantes, a maioria negra, que ganhou a liberdade. Com igrejas, escolas e casas confortáveis, comparáveis as de Detroit. Os negros arranjavam bons empregos e conseguiam adquirir terras. (TOBIN, 2008, p. 39). A publicidade,

feita por um jornal da abrangência entre a população negra como o de Douglas, trazia grande atenção para a cidade e as atividades abolicionistas desenvolvidas.

Shadd pregava veementemente pela autossuficiência dos(as) negros(as) no Canadá e publicava notícias constantes para reforçar essa imagem. Benjamin Drew também ressaltou que moradores da cidade fizeram questão de afirmar que dispensavam doações para a cidade, sendo que os recém-chegados não encontravam grandes dificuldades para se assentar e se sustentar, com exceção dos dois ou três primeiros dias na cidade. (DREW, 1856, p. 322). Como explicado em sua introdução, a causa da emigração para o Canadá era recorrentemente enfraquecida por falsos amigos da causa, indivíduos que pregavam a imagem de mendicância dos fugitivos a fim de usar as doações para enriquecimento pessoal, sem que os refugiados sequer pudessem dispor da ajuda financeira. Assim, muitos fugitivos preferiam reforçar o desinteresse por doações.

Amelia Freeman também trabalhou junto a Mary Shadd, sendo que, em 1857, foi editora temporária do jornal. Ela tinha acumulado uma trajetória educacional e política nos EUA, estudado em Ohio no Departamento Preparatório de Senhoras do Oberlin College em 1849, instituição marcada pela presença de abolicionistas e debates acalorados. Amelia tinha experiência como professora nos EUA, ensinando arte e música. Em 1854, participou da Convenção Nacional de Emigração em Cleveland, Ohio. Freeman foi incentivada a se mudar para Chatham por grandes nomes do abolicionismo: William Still, William King e Martin R. Delany. Eles a convidaram a estabelecer a Escola Missionária de Chatham e, assim, seguiu para a cidade em 1856, inaugurando a escola em 1859. Ofereceu cursos clássicos, incluindo filosofia e música. A escola recebia doações e fazia arrecadação de fundos, mas era difícil mantê-la, o que a fez também ministrar aulas em escolas públicas e ofertar aulas particulares de música, arte e bordado. Ela organizou uma série de eventos religiosos, palestras e encontros literários para a comunidade. Em 1861 casou-se com Isaac Shadd, irmão de Mary Ann Shadd. (BRISTOW, 1994).

Isaac Shadd também foi uma personalidade importante no mundo editorial e nas movimentações políticas, trabalhando nas publicações do *Provincial Freeman*, auxiliou na organização da convenção onde John Brown palestrou, em 1858, a fim de recrutar indivíduos interessados no famoso ataque armado em Harper's Ferry²⁰⁰ e foi secretário da Liga da

²⁰⁰ Em 1858, Harriet Tubman e Isaac Shadd auxiliaram o abolicionista John Brown a recrutar pessoas para o ataque armado em Harper's Ferry, na Virginia Ocidental. O ataque seria, nos planos de Brown, o primeiro estágio para estabelecer uma fortaleza independente de negros nas montanhas de Maryland e Virginia. O local armazenava um arsenal federal e era ponto geográfico importante de acesso ao sul. Movimento recebeu apoio financeiro e moral de vários indivíduos de Boston. Em 16 de outubro de 1859, Brown e vinte e um recrutados (sendo 16 brancos e

Liberdade de Brown. Participou do Comitê de Vigilância de Chatham, que lutava contra as tentativas de apreensão de fugitivos dos EUA no Canadá, e se envolveu no caso Sylvanus Demarest, que se tornou largamente conhecido, com grande cobertura da mídia, em setembro de 1858. Isaac junto a membros do Comitê e cerca de 100 cidadãos (alguns armados de pistolas) invadiram um trem e resgataram um menino, de nome Sylvanus Demarest, nascido livre, que havia sido sequestrado para ser vendido como escravizado. Isaac foi temporariamente preso junto com dois homens brancos. A criança foi acolhida por Isaac e sua família enquanto estava proibida por lei de se reunir a mãe até o fim do julgamento. O caso foi resolvido e o Comitê conseguiu salvar a criança das garras da escravidão.

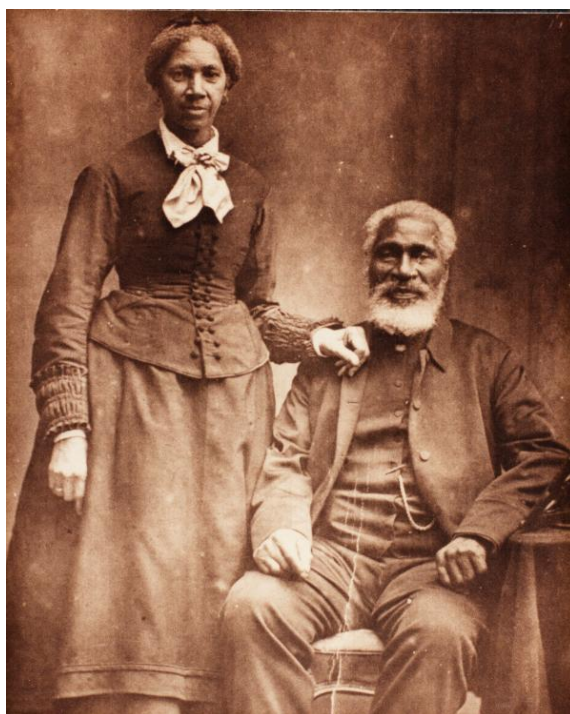
A existência de comitês de vigilância, como esse de Chatham, era uma estratégia importante entre a comunidade negra do período. Casos de famílias separadas por caçadores ou traficantes de escravizados que tentaram – alguns que inclusive conseguiram – sequestrar e vender negros(as) que viviam livres aparecem no livro organizado pelo abolicionista Benjamin Drew, *A north side of slavery* (1856). Por todo formato e histórias narradas, sua obra também era uma forma de articulação política transnacional, entre EUA e Canadá. A introdução era bastante politizada e as apresentações das cidades e assentamentos auxiliavam o leitor para formação de uma opinião pública antiescravista. Seu conteúdo mostrava uma série de narrativas de negros e negras saudáveis, bem estruturados, com acesso à educação e à religiosidade fora dos EUA, assim alimentava os desejos de fuga e respondia os diversos argumentos pró-escravistas, como o da necessidade de tutela dos negros pelos brancos. A escolha de trazer relatos que demonstram as conquistas e a autonomia desses fugitivos em liberdade, além das dores (físicas e psicológicas) da escravidão, alimentavam uma imagem de força e resistência. (Como desenvolvido no item 1.4)

A preocupação com a educação era pauta política muito importante e não se limitou às ações das mulheres. Josiah Henson (1789-1883) se destacou, em Dawn, na organização, levantamento de fundos e na direção de um instituto que oferecia formação para certos tipos de ofícios. Ele próprio um fugitivo da escravidão, pastor e abolicionista, fugiu para o Canadá em 1830, com a primeira esposa, Charlotte, e seus filhos. (HENSON, 1858) Em 1838, fundou o Instituto Dawn. Sua esposa faleceu e ele se casou novamente, agora com Nancy Gamble, negra livre e já viúva, em 1856. Mesmo depois da guerra de Secessão, Nancy permaneceu com o

cinco negros) tomaram o arsenal. Tropas federais e estaduais reagiram ao ataque, John Brown foi preso, indiciado por traição e enforcado. Alguns seguidores de Brown também foram condenados à forca até o fim daquele ano. O evento criou um mártir (John Brown) e aumentou as discussões acerca da abolição). (Harpers Ferry Raid. In: BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Harpers-Ferry-Raid> Acesso em: 22-05-2024).

marido em Dawns até o falecimento dele, em 1883. (HENSON, 1881). Apesar da longa estadia com ambas as esposas, a historiografia não possui informações a respeito delas. Nancy ainda figura em fotografia junto a Josiah, porém sua figura permaneceu na história somente como sua companheira. Seria um apagamento das ações dessas mulheres, como aconteceu em grande parte com Mary Bibb?

Figura 21 - Fotografia de Josiah e Nancy [Gamble] Henson (1877)



Fonte: Publisher, George Gallie & Son Baldwin Collection, Toronto Reference Library, Toronto Public Library 1877. Photograph (book) Catalogue no.: 326.92 H25.3

O Instituto Dawn foi viabilizado por meio de contatos e ajuda financeira adquiridos em viagem de Henson pela Grã-Bretanha, quando conseguiu adquirir 200 acres de terras (cerca de 809.371 metros quadrados). Assim, o instituto e o assentamento puderam gozar de certa autossuficiência. Sua história e suas atividades foram fundamentais para o fortalecimento da comunidade, para o movimento abolicionista e para a memória dos assentamentos afro-canadenses.

Os ativistas construíram redes que cruzavam as fronteiras, de forma intensa, para além da imprensa. Diversos indivíduos que viajavam para os estados escravistas para buscar pessoas diretamente da escravidão permaneceram no anonimato, mas Harriet Tubman (1822-1913) tornou-se um dos grandes nomes (talvez o maior) nessa movimentação. Tubman arriscou

sua vida retornando diversas vezes para auxiliar outros escravizados a fugirem. Ela morou em St. Catharines e conduziu cerca de 300 pessoas ao Canadá. (BRADBURN, 2019). E permaneceu bem articulada com o movimento abolicionista estadunidense e engajada nas organizações políticas. Harriet Tubman possui diversas fotografias, todas individuais, sentada ou em pé, olhando para a câmera com semblante de seriedade.

Figura 22 - Fotografia de Harriet Tubman (1885)



Fonte: Fotografia Horatio Seymour Squyer, cerca de 1885. Domínio público.

Indivíduos ativos no Canadá na década de 1850 também se envolveram em movimentações para pensar a possibilidade da emigração negra para outros lugares. James Theodore Holly – nascido livre em 3 de outubro de 1829, em Washington, D.C. – trabalhou como editor associado no jornal *A voz do fugitivo*, junto aos Bibbs. Em junho de 1853, participou na organização da Convenção de Negros Livres, em Amherstburg, Ontário, onde debateu a possibilidade da emigração para o Haiti, pois a região gozava de boa reputação entre os negros desde o reconhecimento de sua independência em 1804, tendo inscrito a raça em sua Constituição, bem como a impossibilidade de os brancos possuírem terras no país. Na década de 1850, a emigração para o Haiti ainda figurava mais nos imaginários do que na prática. (BOURHIS-MARIOTTI, 2015). Somente na década seguinte os planos começariam a serem

colocados em ação. Em 1861, Holly mudou-se para o Haiti, levando consigo 110 afro-americanos e afro-canadenses. O presidente Fabre Nicolas Guillaume Geffrard declarou oficialmente Holly como um cidadão haitiano somente duas semanas após sua chegada. No novo país, enfrentou doenças que mataram parte de sua família, mas ele estava determinado a permanecer e inaugurou igrejas, escolas e programas educacionais. Holly teve vida longa no Haiti, onde faleceu em março de 1911. Abaixo segue uma fotografia:

Figura 23 - Fotografia de Theodore Holly



Fotografia produzida por volta de 1874

Fonte: National Portrait Gallery. Disponível em:

<https://www.npg.org.uk/collections/search/person/mp61439/james-theodore-holly>

Segundo Cedric Robinson, quando Martin Delany publicou *Political Destiny of the Colored Race on the American Continent* (1854) recebeu apoio de ativistas que habitavam no Canadá, inclusive de Mary Bibb. (ROBINSON, 1997, p. 55). Em 1856, ele se mudou para Chatham, onde permaneceu por cerca de 3 anos. Ele auxiliou nas atividades da Ferrovia Subterrânea, ajudando a reassentar negros(as) refugiados(as), e, assim como Isaac Shadd, foi membro do Comitê de Vigilância de Chatham, envolvendo-se também no caso de Sylvanus Demarest. Em maio de 1859, Delany voltou para os EUA e, de Nova York, viajou para a África. (LEVINE, 2000). Segundo publicado por Delany, a decisão de sua viagem foi determinada em uma reunião do Conselho Executivo da cidade, em 1º de setembro de 1858, que constava que Delany (que habitava em Chatham, Kent Country, Canadá Oeste), fosse um “Comissário para explorar a África, com plenos poderes para escolher os seus próprios colegas”. Com isso, Delany estaria realizando, segundo ele, um projeto que vinha pensando desde 1831-32 e que compartilhara com reverendo Molliston Madison Clark, então estudante no Jefferson College (Pensilvânia), de visitar o continente quando já estivesse formado. (DELANY, 1861).

Desta forma, de acordo com seu biógrafo, Frank Rollin, Delany não limitou sua viagem à nação, mas viajou extensivamente pela África ocidental, para investigar as condições dos negros na região, junto a exploradores negros estadunidenses (os três os primeiros exploradores de cor dos Estados Unidos), conhecidos como Partido Explorador do Vale do Níger (ou *Niger Valley Exploring Party*). Ele publicou suas observações depois de seu retorno, por imprensas localizadas Nova York e London. Em 1860, Delany saiu da Libéria para a Inglaterra, a fim de receber uma homenagem pelo Congresso Internacional de Estatística, que ocorreu em julho, referente ao que foi feito e publicado sobre África. Ele viajou extensivamente na África por um ano. (ROLLIN, 1883, p. 85).

Em 1861, começou a planejar um assentamento numa região da Nigéria atual, próxima a Lagos, tendo conseguido um acordo com o rei de Abeokuta para concessão das terras. Logo, viajou para Inglaterra, onde conseguiu financiamento para a empreitada e, em 1861, voltou para o Canadá para tentar reunir potenciais colonos. No fim do mesmo ano, ofereceu uma versão completa da obra *Blake*, que propagava ideais que, atualmente, permeiam as bases do Panafricanismo, a Thomas Hamilton para publicação no *Weekly Anglo-African*, e a passou a circular de 23 de novembro a maio de 1862. Os planos de Delany quanto à África começaram a perder força quando o acordo com o rei de Abeokuta foi anulado (em meados de 1861) e o início da Guerra Civil Americana trazia a expectativa de luta por direitos dos negros no país. (LEVINE, 2000).

Em 1862, Delany visitou Frederick Douglas a fim de convencê-lo a ver o conflito como uma guerra de emancipação. Ao longo da guerra, Delany encontrou-se com o presidente Abraham Lincoln para discutir questões militares, propondo a formação de um batalhão negro, inteiramente comandado por oficiais negros, com possíveis brancos que se voluntariassem. (LEVINE, 2000). Delany narrou sua versão da reunião com Lincoln para Frank Rollin, que escreveu uma biografia em 1883:

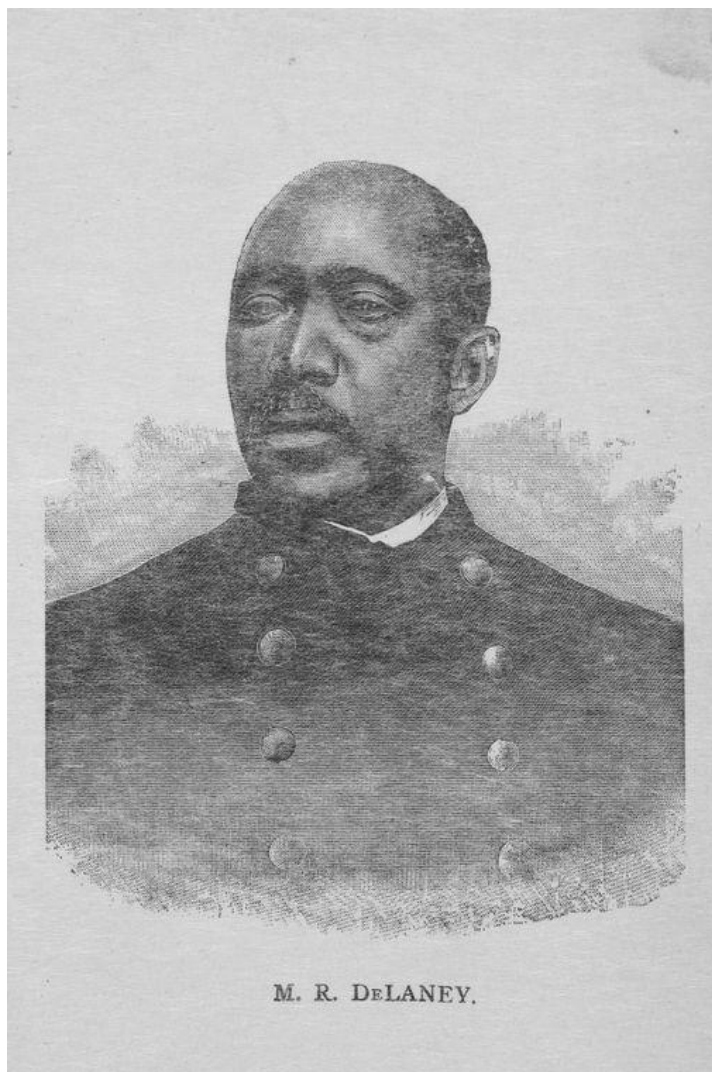
“[...] que este exército penetre pelo coração do Sul, e faça conquistas, com a bandeira da Emancipação desfraldada, proclamando a liberdade em marcha, sustentando-a e protegendo-a armando os emancipados, tomando-os como novas tropas, e deixando alguns veteranos entre os novos homens livres, quando a ocasião o exigir, mantendo este estandarte desfraldado até que todo escravo esteja livre, de acordo com a letra de sua proclamação.”²⁰¹ (ROLLIN, 1883, p. 168).

Delany foi convocado pelo governador de Massachusetts para recrutar em diversas partes do Norte, junto a outros líderes negros como Douglass e John M. Langston. dois regimentos foram treinados entre fevereiro e maio de 1863, como 54^a e 55^a Infantaria “de cor” do estado. Logo, vários outros estados do norte receberam liberação para recrutar e formar suas próprias infantarias “de cor”. Uma grande leva de negros habitantes do Sul engrossaria as fileiras do exército, somando-se aos nortistas no avanço contra os escravistas. (IZECKSOHN, 2017, p. 200).

A participação de Delany na Guerra Civil foi, indiscutivelmente, fundamental para população negra. Até 2018, só existiam duas fotografias dele publicizadas, que eram em trajes militares. Abaixo seguem as duas:

²⁰¹ No original: “this army to penetrate through the heart of the South, and make conquests, with the banner of Emancipation unfurled proclaiming freedom as they go, sustaining and protecting it by arming the emancipated taking them as fresh troops, and leaving a few veterans among the new freemen, when occasion requires, keeping this banner unfurled until every slave is free, according to the letter of your proclamation.”

Figura 24 - Fotografia de busto de Martin Delany



Fonte: Schomburg Center for Research in Black Culture, Manuscripts, Archives and Rare Books Division, The New York Public Library. "M. R. DeLaney." New York Public Library Digital Collections. Disponível em: <https://coloredconventions.org/emigration-debate/martin-delany/>

Figura 25 - Fotografia de Martin Delany em trajes militares



Fonte: US Military History Institute, via The Senator John Heinz History Center. Disponível em: <https://jubiloemancipationcentury.wordpress.com/2015/11/03/major-martin-delaney-to-the-freedpeople-of-sc-we-would-not-have-become-free-had-we-not-armed-ourselves-and-fought-out-our-independence/>. Acesso em 29-06-2024.

Mary Shadd, Harriet Tubman e muitos(as) outros(as) negros(as) reconstruíram esperanças com o início da Guerra Civil Americana e participaram ativamente dos conflitos, inclusive do batalhão negro. Nesse momento, tiveram que suspender (ou esquecer) os desacordos e fortalecer as lutas pelos direitos da população negra. Alguns deles assumiram cargos políticos importantes no pós-guerra e as mulheres negras supracitadas engajaram-se em lutas por direitos das Mulheres com destaque para as negras, além de juntarem-se a movimentos pela população negra em geral.

Dessa forma, nosso texto destacou algumas conexões entre Canadá, Libéria e Estados Unidos, tendo em vistas a circulação das pessoas negras, incluindo abolicionistas e ativistas pela emigração que palestraram sobre o tema da escravidão e liberdade em diversos espaços, movimentaram a imprensa, organizaram assentamentos, escolas, lutaram por direitos nos diversos países, levantaram fundos para as causas e organizaram convenções, sociedades, comitês de vigilância para divulgação de suas ações. Essa circulação reduzia as distancias entre as realidades canadenses, liberianas e estadunidenses, fortalecia o movimento, alimentava a Ferrovia Subterrânea e trazia visibilidade para o tamanho das comunidades negras fora dos EUA. A atuação desses indivíduos foi fundamental para a divulgação da causa abolicionista e para o início da luta contra os estereótipos sobre a população negra.

8 IMAGINÁRIO E EXPERIÊNCIAS DOS/AS NEGROS/AS NO CANADÁ

Nesse capítulo, partimos da ideia de imaginário como uma construção coletiva, reforçada por diversas instâncias e que não necessariamente tem respaldo numa realidade única e comprovável, mas como uma base comum de ação e projeção individual e coletiva na sociedade. Pensamos o imaginário como movedor de indivíduos, alimentador de esperanças e construtor de realidades. Ao entrar em contato com determinadas imagens mentais, emergem vários impactos psicológicos e sociais, entre eles a migração e a movimentação de ideais que fundamentam a criação de comunidades mais unidas e organizadas social e politicamente. Esse delineamento de um imaginário se relaciona com o fortalecimento de uma identidade comum, que liga os indivíduos dentro de um processo maior, direciona as ações e estimula a solidariedade. Essa identidade é colocada “à prova” em diversos momentos e tal pacto social pode ser rompido por diversos indivíduos, sem abalar necessariamente o imaginário construído.

Luciano Brito trabalhou em sua tese como a construção de imaginários sobre o Brasil movimentou expectativas, apesar de se basear principalmente em representações e não em realidades. As impressões e análises feitas pelos intelectuais inseriam-se em projetos políticos para a nação estadunidense e dialogava com diversos grupos sociais, através de discursos repletos de interesses. (BRITO, 2014) Porém não mobilizou indivíduos como o imaginário sobre o Canadá, tão próximo geograficamente e idealmente tão livre.

Acreditamos que a capacidade de se projetar em um imaginário envolve a percepção de sua potencialidade de mobilidade individual dentro do sistema, criando identificação com determinados espaços, pessoas, trajetórias e valores. Segundo bell hooks, o processo de se tornar sujeito é complexo e começa “quando o indivíduo busca compreender como as estruturas de dominação atuam em sua própria vida, à medida que desenvolve consciência e pensamento críticos, inventando novas formas de existir e de resistir distintas do espaço marginal da diferença internamente definida” (HOOKS, 2019, p. 56).

No primeiro item, intitulado “O lado focalizado: um lar em liberdade e paz”, pretendemos analisar como, principalmente, o Alto Canadá passou a ser representado pelos negros e negras envolvidos na fuga da escravidão estadunidense como uma alternativa viável que permitiria uma vida diferente da dominada pelos ímpetus externos e se abriria para outras formas de vida, marcados pela proximidade entre os familiares, acesso à educação, à religião,

a posse de si mesmo e de bens materiais. É necessário analisar essa construção tanto nas narrativas dos fugitivos quanto na imprensa afro-canadense.

No segundo item, refletiremos como a ideia de “terra da liberdade” possuía contradições na prática, tendo em vista a denúncia, feita pelas fontes, da presença de pró-escravistas no Canadá, bem como de diversas formas de racismo (nas hospedagens, nas apresentações teatrais, escolas, igrejas etc.). Somado a tudo isso ainda havia os conflitos internos da população negra em relação a nascidos livres e aqueles que possuíam passado recente na escravidão.

No terceiro item discutiremos algumas formas de ascensão social planejadas, discutidas e empreendidas pela população negra que se refugiou no Canadá. Pensando como se articularam para acolher indivíduos em situação de extrema pobreza, marcados pelo analfabetismo e alvos do racismo.

8.1 “Um lar em liberdade e paz”

*Não tenho mais medo do leiloeiro,
Nem temo a carranca do mestre;
Eu não vou mais tremer quando ouvir
O latido do cão.
Ah! velho mestre!
Não pense mal de mim!
Estou agora à vista do Canadá,
Onde os homens de cor são livres.²⁰²
(TROY, 1861, p. 72)*

Em meados do século XIX, ainda era um desafio para pessoas negras poder concretizar a ânsia por um lugar melhor, onde fosse possível projetar uma vida em liberdade, dispondo de direitos, percebidos como cidadãos, podendo manter uma família fisicamente unida e tratada com humanidade. Apesar de difícil, isso não significava a inexistência de comunidades negras ou integradas aos brancos (sem legislação que estabelecia algum tipo de segregação) em outras regiões das Américas. Esse desejo alimentou a produção de material

²⁰² "I no more dread the auctioneer,
Nor fear the master's frown;
I'll no more tremble when I hear
The baying of the hound.
Ah! old master!
Don't think hard of me!
I'm now in sight of Canada,
Where coloured men are free."

que publicizava um imaginário, que já se delineava desde fins do século anterior, no imaginário através da imprensa e da circulação de indivíduos abolicionistas e antiescravistas.

Diversas narrativas de escravizados/as eram finalizadas com a chegada do/a fugitivo/a ao Canadá, no sentido de sucesso da fuga para um local de acolhimento, como seu “final feliz” possível e intocável. Filmes contemporâneos também reforçam essa representação, contribuindo para uma imagem do Canadá como terra de liberdade e os canadenses como indivíduos antiescravistas, ansiosos por criarem possibilidades para os negros em fuga da escravidão e do racismo, como o personagem Samuel Bass, interpretado por Brad Pitt, no filme *12 anos de escravidão* (2014) ou o filme *Harriet* (2019).

Em nossas fontes, a grande maioria de negros/as reforçava essa imagem positiva do Canadá. A coletânea de relatos colhidos por William Troy trazia diversas histórias de testemunhas e demonstrava a defesa da liberdade pelos canadenses. O caso de John Sanford e sua esposa é um desses exemplos. A narrativa permeia a trajetória de fuga conjunta da fazenda onde eram escravizados, no estado de Kentucky, e acompanha a perseguição pelo escravagista que reivindicava sua propriedade. Ele descobriu o esconderijo e apreendeu os fugitivos, em Dayton, próximo a Cincinnati, Ohio (um estado livre). Contudo, Troy contava que a organização de “amigos da liberdade” se articulou e conseguiu resgatar o casal, o que teria ocorrido em meio a gritos de “Viva a liberdade!”. O fim do casal traz acalento para o leitor: “os assustados escravizados logo foram desembarcados na cidade de Amherstburgh, Canadá Oeste, onde vivem no doce gozo da liberdade.”²⁰³ (TROY, 1861, p. 11).

As narrativas evidenciavam que os Estados Unidos não se configuravam como um lugar seguro sequer para os/as negros/as que tinham passeabilidade, ou seja, negros/as com características físicas de pessoas brancas, que poderiam gozar de privilégios próprios da supremacia branca sem terem sua identidade prontamente revelada. Como no caso de James Smith, um homem negro que fugira da escravidão na Virgínia Ocidental e aparentava ser um “anglo-saxão completo”. Ele, depois de viver por um tempo como homem branco livre, teve seu passado revelado. Os caçadores de escravizados encontraram-no. Porém, conseguira fugir. Assim, William Troy defendia: “O Canadá era agora o único lugar [...] onde ele poderia descansar com algum grau de segurança, e ele e sua esposa partiram para esta tão desejada terra de liberdade.”²⁰⁴ (TROY, 1861, p. 20). Nesse sentido, revela que estratégias de integração não

²⁰³ No original: “The affrighted slaves were soon landed in the town of Amherstburgh, Canada West, where they are living in the sweet enjoyment of freedom.”

²⁰⁴ No original: “Canada was now the only place [...] where he could rest in any degree of safety, and he and his wife started for this much desired land of freedom”.

seriam toleradas por uma sociedade tão fortemente influenciada por ideais escravagistas, mesmo por indivíduos embranquecidos.

William Troy era um grande defensor do Canadá como terra da liberdade e não deixava de demonstrar seu reconhecimento pela rainha em favor dos negros e negras que foram ali acolhidos, tendo seu direito à vida resguardado. São inúmeros poemas e músicas que foram colhidas de pessoas negras diaspóricas e inseridos em sua obra. Muitos deles personificam a rainha como responsável por uma vontade de acolhimento. No escrito de um fugitivo do estado do Tennessee, transcrito por Troy e traduzido abaixo, é possível perceber uma imagem da rainha semelhante à de uma mãe que aguarda os filhos retornarem para seus braços:

"Eu ouvi nossa Rainha Vitória dizer
 Se todos nós abandonássemos
 Nossa terra natal e escravidão,
 E atravessar o lago
 Que ela estava parada na praia
 Com os braços bem estendidos,
 Para dar a todos nós um lar tranquilo
 Além da maré ondulante.
 Adeus, velho mestre,
 Isso é o suficiente para mim;
 Estou apenas à vista do Canadá,
 Onde os homens de cor são livres."²⁰⁵
 (TROY, 1861, p. 59)

No trecho acima percebemos que escolher o Canadá aos Estados Unidos também simbolizava uma adesão à monarquia inglesa em detrimento da república estadunidense. Assim, os/as negros/as tiveram que ser cautelosos tendo em vista a proximidade temporal da independência estadunidense e o interesse em despertar a simpatia dos leitores estadunidenses contra a escravidão. Em sentido semelhante, é possível perceber o tensionamento de Mahommah Gardo Baquaqua, natural do Benin e escravizado no tráfico transatlântico, que fugiu e se refugiou no Canadá, afirmando sobre sua experiência:

²⁰⁵ "I heard our Queen Victoria say
 If we would all forsake
 Our native land and slavery,
 And come across the lake
 That she was standing on the shore
 With arms extended wide,
 To give us all a peaceful home
 Beyond the rolling tide.
 Farewell, old master,
 That's enough for me;
 I'm just in sight of Canada,
 Where coloured men are free."

[...] estando tão satisfeito com a recepção que lá tive, decidi imediatamente tornar-me súdito de Sua Majestade, para o que compareci no escritório adequado, fiz o juramento de lealdade e obtive meus documentos de naturalização sem qualquer dificuldade. Fui gentilmente tratado por todas as classes, por onde quer que fosse, e devo dizer em meu coração que nunca esperei receber em uma nação tão distante de minha terra natal, tanta gentileza, atenção e humanidade. Sou grato a Deus por desfrutar das bênçãos da liberdade, em paz e tranquilidade, e por estar agora em uma terra onde "ninguém ousa me assustar", onde todo homem tem direito ou permissão de "sentar-se sob sua própria videira, e sob sua própria figueira"; "onde todo homem que age como homem, não importa sua cor, é considerado um irmão, e onde todos são igualmente livres para fazer e dizer".²⁰⁶ (BAQUAQUA, 1854, p. 64)

A representação de acolhimento do Canadá contrastava-se com a inexistência de um lugar possível nos EUA, mesmo que nos estados nortistas (comumente propagados como espaços livres e com opinião pública antiescravista). Muitos poemas e canções são evocados por Troy para trazer um pouco do sentimento de frustração vivido no Norte por indivíduos negros/as. Tais expressões são particularmente importantes por serem formas muito comuns e acessíveis, que marcam até hoje a cultura negra, resistindo fortemente por uma população marcada pela oralidade. O sociólogo Paul Gilroy afirma que o poder da música num contexto de privação sistêmica do acesso à alfabetização em meio a escravidão é muito importante para circulação de informações, de comunicação e da própria cultura negra. A música, articulada a gestos e danças, compunham uma expressão mais potente que o discurso, por exemplo. E poderiam mesclar formas culturais africanas à outras designadas como crioulas. A música atravessa uma subjetividade que é corporificada, impossíveis de serem compreendidas somente através da esfera cognitiva ou da ética. (GILROY, 2012, p. 160-163).

As músicas colhidas por Troy remontam à tradição de "slave songs", que, conforme Paul Gilroy, tinham muitos significados, e entre eles indicavam seu desejo de "serem livres e serem eles mesmos". (GILROY, 2012, p. 164) Expressar seus anseios, desejos e sentimentos em meio ao contexto da escravidão ou da discriminação vivida nos estados nortistas resistia a uma série de formas de controle. Segundo W. E. Du Bois, as "músicas de lamento" apontavam para a esperança de suplantar a realidade da injustiça, da escravidão e da discriminação. (DU BOIS, 2021, p. 285). E manter a esperança num sistema que preza pela destruição da

²⁰⁶ No original: "[...] being so well pleased with the reception I there met with, I at once determined to become a subject of her Majesty, for which purpose I attended at the proper office, gave the oath of allegiance, and procured my papers of naturalization without any difficulty.

I was kindly treated by all classes wherever I went, and must say in my heart I never expected to receive in a nation so distant from my native home, so much kindness, attention and humanity. I am thankful to God that I enjoy the blessings of liberty, in peace and tranquility, and that I am now in a land where "none dare make me afraid," where every man can or may "sit down under his own vine, and under his own fig tree:" where every man acting as a man, no matter what his color, is regarded as a brother, and where all are equally free to do and to say."

subjetividade negra é criar um espaço onde se possa ser humano. Na canção abaixo, registrada por Troy, percebemos a busca de pertencimento nessa diáspora:

A Pensilvânia não é o lugar para mim,
 Pois eu tive muita surpresa,
 Muitos de seus filhos para ver
 Em trajes de disfarce.
 Seu nome foi espalhado pelo mundo,
 Trabalho, solo e homens livres;
 Mas é melhor que os escravos sejam lançados
 Na cova do leão.
 Adeus, Pensilvânia,
 Não estou seguro em ti;
 Vou viajar para o Canadá,
 Onde os homens de cor são livres.²⁰⁷
 (TROY, 1861, p. 37-38)

Troy apontou que alterou somente uma palavra em relação à canção original para que, assim, se tornasse perfeitamente aplicável à trajetória do fugitivo Hopkins. Uma pesquisa atenta possibilitou descobrir que a música era original de Joshua McCarter Simpson²⁰⁸ e que o termo trocado fora “Pensilvânia” na parte onde havia “Ohio”²⁰⁹. A ausência da nomeação do autor ou da completa revelação do termo trocado sugere que seus leitores conheceriam a referência feita em seu texto. Enquanto a troca sugerida colocava no mesmo nível as experiências negras nos Estados nortistas, igualando a impossibilidade de segurança nesses espaços e reforçando o Canadá como único destino possível para uma vida plenamente livre.

Joshua McCarter Simpson (1820-76) nasceu livre, mas foi obrigado a trabalhar até os 21 anos em servidão temporário, como determinava a legislação do estado de Ohio. (FROST, 2016, p. 346). Encontramos uma fotografia de Joshua McCarter Simpson, sentado, ao lado de grandes garrafas, uma delas com um funil, sobre uma mesa pequena, com um braço sobre a mesa e uma mão segurando um livro. Como Simpson era médico fitoterápico,

²⁰⁷ "Pennsylvania's not the place for me,
 For I had much surprise,
 So many of her sons to see
 In garments of disguise. Her name has gone out through the world,
 Free labour, soil, and men;
 But slaves had better far be hurled
 Into the lion's den.
 Farewell, Pennsylvania,
 I am not safe in thee;
 I'll travel on to Canada,
 Where coloured men are free."

²⁰⁸ McCarter havia publicado em 1852 um livro com série de músicas compostas por ele, intitulada *Simpson's Original Anti-Slavery Songs*. Ele adotou ações abolicionistas e foi atuante na Ferrovia Subterrânea.

²⁰⁹ A canção completa encontra-se em: <https://www.poetryfoundation.org/poems/52475/no-master-never>. Acessado em 25-02-2024.

acreditamos que as garrafas simbolizavam seu ofício, enquanto o livro simbolizava sua posição no mundo letrado.

Figura 26 - Joshua McCarter Simpson



Joshua McCarter Simpson. Domínio Público. Sem data e sem nome do fotografo. Disponível em: <https://southernspaces.org/2020/joshua-mccarter-simpsons-white-people-america-1854/> Acesso em: 21-05-2024.

Ohio possuía 17.342 pessoas negras livres em 1840, e em 1860 essa população subiu para 36.673. (BERLIN, 2006, p. 326). Apesar de ter iniciado a abolição gradual da escravidão em 1802 (com abolição geral em 1849), o estado adotava medidas contra a imigração de pessoas negras desde 1804, especialmente, tendo em vista sua fronteira com Kentucky, estado escravista ao Sul. As black Laws aprovadas em 1804 e 1807 exigiam que

os/as negros/as que entrassem no estado pagassem fiança de US\$ 500 e que portassem um documento judicial que provassem que eram livres. As leis não foram sistematicamente cumpridas, apesar de um caso grave de pressão de populares que chegou até o amotinamento de brancos linchando e incendiando bairros negros em Cincinnati. (TERRY, 2019)

Segundo a historiografia, no final da década de 1850, a maioria negra do estado de Ohio sofria com forte discriminação racial pela população branca e tinha seus direitos reduzidos. Cincinnati resistiu às exigências do estado de fornecer educação aos negros e não demonstrou interesse em criar condições para que os/as negros/as se sentissem bem-vindos/as. (FINKELMAN, 2004, p. 373-375). Portanto, as afirmações de Joshua Simpson também têm sido respaldadas pela produção acadêmica.

Já a Pensilvânia abarcava 47.854 pessoas negras livres em 1840, chegando a 56.949, em 1860. (BERLIN, 2006, p. 324). O estado começou a adotar leis de abolição gradual da escravidão em 1780, sendo um dos precursores, e a aboliu definitivamente em 1847 (PENSILVANIA, 1847). Apesar dessa imagem de estado livre e antiescravista, segundo Theodore Hershberg, diversos panfletos denunciavam as violências contra a população negra, que desde 1829 (se estendendo pelas duas décadas seguintes), viveram diversos motins contra negros, deixando muitos mortos, espancados e expulsando outros da Filadelfia. Em 1838, as condições na Filadelfia pioraram em termos de riqueza, segregação e empregabilidade para os/as negros/as. Sendo ainda a distribuição de riqueza dentro da própria comunidade muito desigual. Dessa forma, nas décadas de 1840 e 1850 houve uma redução populacional na capital. (HERSHBERG, 1971-1972, p. 185).

Na legislação, os negros e negras foram privados de direitos de voto no Estado até 1870, quando a Décima Quinta Emenda foi adotada, estipulando que nenhum homem poderia ser privado de votar por motivo de raça, cor, ou condição prévia de servidão. Enquanto as mulheres brancas puderam votar com a Décima Nona Emenda da Constituição (1920), após um movimento feminino profundamente segregado. Mas a discriminação racial ainda assolou muitas outras mulheres, postergando seu acesso ao sufrágio, como as indígenas (1924) e as asiático-americanas (a partir da década de 1950) que foram impedidas de votar devido a outras leis federais de cidadania. (SEIDMAN, 2020) Com as leis Jim Crown, o acesso ao voto das pessoas negras foi, na prática, postergado ainda mais. Somente na década de 1960, com o fim do apartheid, que o sufrágio foi, de fato, alargado.

Conforme Natasha Henry-Dixon, no Canadá o acesso ao voto já era acessível a pessoas negras emancipadas, assim como outros direitos de súditos britânicos, desde que

fossem naturalizados e possuíssem bens tributáveis, portanto não chegava a pessoas pobres. Os negros valorizavam muito esse direito e se mobilizaram quando ameaçados de perdê-lo. Em 1848, por exemplo, quando representavam um terço da população de Colchester (em Ontário), foram impedidos de votar pelos brancos. Eles buscaram por justiça junto a um juiz local, que ordenou a restauração do direito, e, posteriormente, o presidente da assembleia municipal foi processado e multado pesadamente. (HENRY-DIXON, 2016, s/ pag). Em 1859, Abraham Shadd (pai de Mary Ann Shadd), nascido livre, se tornou o primeiro homem negro estadunidense eleito para um assento no Conselho Municipal de Raleigh, no condado de Kent, no oeste do Canadá. (ITO, 2009). Ele e seus filhos haviam devotado suas vidas ao movimento abolicionista e à Ferrovia Subterrânea, portanto, sua eleição era muito importante para o avanço dos direitos dos negros na região. Eventos como esses reforçavam uma postura da Coroa britânica como defensora dos negros, preocupada com seus direitos e com a justiça, disposta a barrar ações discriminatórias e penalizar os opositores, mesmo sendo homens brancos. Com isso fortalecia o sentimento de integração dos negros como súditos britânicos.

Isso também se contrastava com a postura estadunidense de estados que incluíam o voto dos negros, mas sob um sistema completamente fraudulento. Como afirmava William Grose, negro refugiado:

Sou um verdadeiro súdito britânico e voto todos os anos tanto quanto qualquer outro homem. Muitas vezes eu me perguntava nos Estados Unidos, quando via carruagens circulando atrás dos eleitores, por que nunca me pediam para votar. Mas desde então descobri a razão – sei que eles estavam usando o meu voto em vez de eu o usar – agora eu mesmo o uso. Agora me sinto um homem e desejo a Deus que todos os meus semelhantes possam sentir a mesma liberdade que eu sinto.²¹⁰ (William Grose. In: DREW, 1856, p. 86)

Apesar da ampla produção impressa de bibliografia denunciando a escravidão e as violências contra pessoas negras livres, ainda era muito recorrente o discurso que pregava que a vida em liberdade era demasiadamente arriscada e inserta, levando muitos indivíduos à pobreza e mendicância. Acreditamos que seja nesse sentido que Harriet Tubman reforçava a ideia de que o retorno à escravidão não seria um interesse de nenhuma pessoa negra que conheceu. (Harriet Tubman. In: DREW, 1856, p. 30). E Thomas Smallwood ressaltava que não possuía nenhum arrependimento por ter fugido e atingido novas terras:

²¹⁰ No original: I am a true British subject, and I have a vote every year as much as any other man. I often used to wonder in the United States, when I saw carriages going round for voters, why they never asked me to vote. But I have since found out the reason,--I know they were using my vote instead of my using it--now I use it myself. Now I feel like a man, and I wish to God that all my fellow-creatures could feel the same freedom that I feel.

Fui rumo ao Canadá, cheguei a Toronto em 14 de outubro de 1843 e lá me instalei, e nunca me arrependi de um só momento por ter realizado minha primeira intenção, que foi, por ter que deixar a metrópole dos Estados Unidos, para buscar a liberdade, de cujas salas legislativas a liberdade é proclamada para todo o mundo, exceto para a raça africana, eu não a buscaria em nenhuma parte daquela nação inconsistente, porque eu estava ciente de que não havia liberdade para uma pessoa de cor dentro seus limites.²¹¹. (SMALLWOOD, 1851, p. 36)

Uma vez que a maioria dos relatos de fugitivos da escravidão finaliza as histórias com a chegada dos/as negros/as ao Canadá, não foram muitas as obras de pessoas negras que se estenderam a tematizar suas experiências após a chegada. Porém, o livro de Mary Shadd (1852) oferecia informações sistemáticas e valiosas para alimentar o imaginário do Canadá como terra da liberdade e da ascensão social negra, oferecendo estudo detalhado da região, aumentando suas vantagens e reduzindo suas desvantagens. Elogiava o clima, como mais saudável que o dos EUA, e o solo como superior para agricultura e criação de animais. A obra era regada em otimismo e apego à nova terra.

Além da intenção de desenhar um bom espaço de acolhimento no Canadá, como opção de emigração voluntária da população negra estadunidense, Shadd contrastava com a imagem dos EUA como sinônimo de uma terra de: exploração, racismo e escravidão. Shadd estava bastante decidida de que a construção de uma comunidade negra livre e bem-sucedida seria possível somente no Canadá. Shadd mostrou-se como forte opositora da colonização da Libéria, afirmando ser uma viagem coercitiva, para um lugar com o clima excessivamente quente e permeado de desvantagens naturais. Ela negava qualquer crédito na emigração para a África (tratada ainda de forma homogênea), sendo impossível como um espaço de ascensão.

Ela respondia também a outros destinos que apareciam nas discussões públicas sobre a emigração, especialmente para o restante das Américas. Shadd indicava as inúmeras desvantagens para os emigrantes, entre elas uma religião diferente (o catolicismo); a grande força dos escravagistas sulistas sobre o México e um domínio da agenda pró-escravista sobre a colonização africana. Assim, chocava-se com Martin Delany que defendia a emigração para a América Latina ou a África como opções melhores que o Canadá. E, por outro lado, afirmava que os EUA haviam feito pouco para a ascensão dos negros, portanto, não seria um lugar adequado à comunidade negra.

²¹¹ No original: I pushed on for Canada, and arrived at Toronto, October 14, 1843, and settled in it, and I have never regretted one moment for having carried out my first intention, which was, inasmuch as I had to leave the metropolis of the United States, to seek freedom, from whose legislative halls freedom is proclaimed to all the world, except to the African race, I would seek it in no part of that inconsistent nation, because I was aware that there was no freedom for a coloured person within its limits.

O imaginário sobre o Canadá fluía também informalmente, através da oralidade entre os negros. Os fugitivos fomentavam esperanças de negros escravizados em relação ao Canadá enquanto empreendiam suas próprias fugas. Assim compartilhavam alimentos, planos, estratégias e rotas que possibilitariam novas ações. E ao mesmo tempo em que dividiam refeições, partilhavam e alimentavam suas esperanças, como foi relatado por Henry Bibb:

Ele então começou a me contar sobre as instalações para minha fuga para o Canadá; dos Abolicionistas; das Sociedades de Abolição e de sua fidelidade à causa da humanidade sofredora. Esta foi a primeira vez na minha vida que ouvi falar de pessoas como os abolicionistas. Eu supus que eles eram uma raça diferente de pessoas. Ele me conduziu até a casa de um desses calorosos amigos de Deus e escravo. Descobri que ele estava disposto a ajudar um pobre fugitivo em seu caminho para o Canadá, até mesmo dividir o último centavo ou um pedaço de pão, se necessário.²¹² (BIBB, 1849, p. 52)

Outras biografias descreviam os flagelos vividos no Sul e terminavam com a chegada ao Canadá, como uma grande redenção, simbolizando o fim do trajeto da escravidão para a liberdade, onde poderiam desfrutar da religião e autossuficiência, na presença de familiares refugiados. Esse discurso reforçaria a memória inesquecível dos que ficaram para trás e dos traumas nunca cicatrizados, ao mesmo tempo em que abria possibilidades para um futuro diferente. A narrativa de Sally, mãe do reverendo Isaac Williams, caracteriza bem essa perspectiva. Ela foi para Detroit e publicou sua história de vida narrada ao filho. (WILLIAMS, 1858). O escritor de seu livro tinha o intento declarado de estimular outras produções semelhantes e alimentar as esperanças dos jovens, fazendo-os compreender o valor da liberdade:

O escritor espera que esta pequena história possa ser o meio de levar aqueles que a leem a pensar e sentir profundamente sobre as verdades que ela envolve, e que muitos outros livros semelhantes possam ser escritos para nossas Escolas Sabatinas, para que os jovens possam crescer imbuídos do espírito de liberdade, e regozijando-se em trabalhar por aquela raça oprimida e infeliz que "tia Sally" representa, então, finalmente, este infeliz não será mais escravo, mas descobrirá que, para todos eles, a cruz foi o Caminho da Liberdade.²¹³ (WILLIAMS, 1858, p. iv-v)

²¹² No original: "He then commenced telling me of the facilities for my escape to Canada; of the Abolitionists; of the Abolition Societies, and of their fidelity to the cause of suffering humanity. This was the first time in my life that ever I had heard of such people being in existence as the Abolitionists. I supposed that they were a different race of people. He conducted me to the house of one of these warm-hearted friends of God and the slave. I found him willing to aid a poor fugitive on his way to Canada, even to the dividing of the last cent, or morsel of bread if necessary."

²¹³ No original: The writer hopes that this little story may be the means of leading those who read it to think and feel deeply upon the truths which it involves, and that many more similar books may be written for our Sabbath Schools, so that the young may grow up imbued with the spirit of liberty, and rejoicing to labor for that oppressed and unhappy race which "Aunt Sally" represents, so, at length, this unfortunate be slaves no longer, but shall find that, to them all, the Cross has been the Way of Freedom.

Muitos refugiados testemunharam que o Canadá era um destino diferenciado, onde seria possível outra relação racial com a sociedade. A construção desse imaginário trazia sentido para as vidas marcadas pela brutalidade, reanimava aqueles que ainda eram perseguidos por captores, ao mesmo tempo em que fortalecia o desejo de ascensão social, quando estabelecidos em novas terras. A procura de um destino diferente do imposto pelos proprietários, pelo Estado ou pela colonização, era uma forma nova de criar, planejar e concretizar seus anseios. Essa via de acesso a liberdade necessitava de que os/as negros/as se envolvessem ativamente numa outra forma de tornar-se sujeito de sua história.

O Canadá também foi identificado por “Terra prometida” por alguns abolicionistas ou antiescravistas. Os(as) negros(as) fugitivos(as) tomavam para seu povo o papel dos judeus oprimidos e escravizados em busca de sua própria Canaã. Esse discurso possuía várias semelhanças com o discurso da fundação dos Estados Unidos, como terra que acolheu os pais peregrinos, em fuga da tirania e do despotismo em busca de liberdade, guiados pela Providência Divina. Em 1847, William Wells Brown afirmava:

Agradeço a Deus por haver um lugar na América onde o escravo pode permanecer e ser um homem. Não importa se o requerente é um presidente dos Estados Unidos ou um doutor em divindade; não importa com que solenidades algum tribunal americano o tenha declarado escravo; no momento em que ele escapa das "estrelas e listras" e põe os pés no solo do CANADÁ, o altar e o deus afundam juntos na poeira; sua alma caminha em sua própria majestade; seu corpo gira além da medida de suas correntes, que irrompem ao seu redor; e ele permanece redimido, regenerado e desembaraçado pelo gênio irresistível da emancipação universal.²¹⁴ (BROWN, 1847, p. 137)

Henry Bibb resgatava essa tradição clássica, representando o rio Ohio como o Mar Vermelho, mas lembrando que os(as) negros(as) não possuíam Moisés para abrir suas águas, sua fuga era empreendida, muitas vezes, individualmente e sob forte fé cristã. Apesar de ser profundamente religioso, não deixava de sugerir a ausência de uma intervenção divina direta para deter as diversas violências impostas aos escravizados:

Eu tinha ouvido falar que o Canadá era uma terra de liberdade, em algum lugar do Norte; e cada onda de problemas que passou por meu peito me fez pensar mais e mais sobre o Canadá e a liberdade. Mas, mais especialmente depois de ter sido açoitado, fugi para as colinas mais altas da floresta, abrindo caminho para o Norte em busca de refúgio; mas o rio Ohio era meu limite. Para mim, era um abismo intransponível. Eu não tinha vara com a qual ferir o riacho e, assim, dividir as águas. Eu não tinha nenhum

²¹⁴ No original: “But I thank God there is one spot in America upon which the slave can stand and be a man. No matter whether the claimant be a United States president, or a doctor of divinity; no matter with what solemnities some American court may have pronounced him a slave; the moment he makes his escape from under the "stars and stripes," and sets foot upon the soil of CANADA, "the altar and the god sink together in the dust; his soul walks abroad in her own majesty; his body swells beyond the measure of his chains, that burst from around him; and he stands redeemed, regenerated, and disenthralled, by the irresistible genius of universal emancipation.”

Moisés para ir antes de mim e liderar o caminho da escravidão para a terra prometida.
²¹⁵ (BIBB, 1849, 28-29)

O conhecimento de outros que haviam fugido e encontrado refúgio fortalecia a imagem de terra da liberdade, como apontava William Wells Brown: “Eu pensava nas cidades do Norte sobre as quais eu tanto tinha ouvido falar; no Canadá, onde tantos homens meus conhecidos encontraram refúgio”²¹⁶ (BROWN, 1847, p. 84). Sua ânsia pela liberdade não o deixava descansar sequer a noite, assim, seus sonhos também se manifestavam como forma de consolidação de seu desejo, segundo ele: “Eu sonhava à noite que estava no Canadá, um homem livre, e ao acordar pela manhã, chorava ao me descobrir tão tristemente enganado.”²¹⁷ (BROWN, 1847, p. 84). O que Brown trata refere-se a dimensão da dor, da raiva e da decepção de um sistema profundamente desumano, que minava suas projeções de futuro.

Como lembra Grada Kilomba (2019), é necessário sempre destacar a dimensão da subjetividade e das emoções ao tratar de experiências difíceis de acessar e de lugares que não nos foi permitido ficar. Essa dimensão desmorona o discurso que insiste em se manter intocado, que trata da escravidão somente em números ou pela perspectiva econômica focada no escravizador. A existência de um solapamento constante da subjetividade da população negra ganha centralidade ao encarar tais fontes, ou seja, as violências do controle não se limitavam a momentos específicos, mas envolvia uma angústia incessante na vida desses indivíduos.

William Brown transformaria sua angústia em força para transformação de sua condição, em busca de um *modus operandi* dentro do sistema racista. Ele fugiu aos 19 anos da escravidão e, posteriormente, auxiliou vários outros a fugir para o Canadá. Posteriormente, Brown ainda trabalhou pelo sufrágio feminino, pela reforma penitenciária, pela redução do consumo de álcool e tabaco. Como indicaria Audre Lorde sobre o uso da raiva para a construção de um bem coletivo contra o racismo: “Sorvi a raiva dos lábios da loba e a utilizo para a iluminação, o riso, a proteção, o fogo onde não há luz, nem alimento, nem irmãs, nem abrigo” (LORDE, 2019, p. 170).

²¹⁵ No original: “I had heard that Canada was a land of liberty, somewhere in the North; and every wave of trouble that rolled across my breast, caused me to think more and more about Canada, and liberty. But more especially after having been flogged, I have fled to the highest hills of the forest, pressing my way to the North for refuge; but the river Ohio was my limit. To me it was an impassable gulf. I had no rod wherewith to smite the stream, and thereby divide the waters. I had no Moses to go before me and lead the way from bondage to a promised land.”

²¹⁶ No original: “I would think of the northern cities that had heard so much about; -- of Canada, where so many of my acquaintances had found a refuge.”

²¹⁷ No original: “I would dream at night that I was in Canada, a freeman, and on waking in the morning, weep to find myself so sadly mistaken.”

Smallwood via o Canadá como uma nação alicerçada na liberdade, o que se tornava um argumento basilar para fortalecer a convocação dos/as negros/as à emigração para o único lugar onde poderiam desenvolver-se plenamente, prosperar e almejar uma vida em coletivo e duradoura. E o representava como espaço estratégico de fortalecimento para, de fato, se tornarem um “terror” para os estadunidenses, ou seja, fazer frente aos interesses de anexação do Canadá pelos EUA. Nesse processo, defendia a importância de os negros resistirem à anexação, inclusive, com suas próprias vidas. (SMALLWOOD, 1851, p. 51). Dessa forma, apresentava o Canadá com seu potencial de acolhimento dos refugiados e como espaço possível de fortalecimento para resistir aos interesses imperialistas estadunidenses, especialmente, de sua parcela escravagista.

As diversas fontes apontam que a circulação possível aos/as negros/as no Canadá era significativamente ampliada, o que contribuía para a ascensão social e econômica. Em Toronto, por exemplo, segundo Benjamin Drew, muitos negros conseguiam acessar as escolas mistas, e frequentar a Escola Normal e a Universidade, bem como manter uma vida religiosa, fosse pelas igrejas mistas ou pelas três igrejas pertencentes exclusivamente às pessoas de cor (sendo uma igreja batista e duas metodistas). E destacava que eles não eram proibidos em nenhuma delas e que, de fato, eles circulavam sem limitações em ambas. (DREW, 1856, p. 94).

O contraste com os Estados Unidos era fundamental para estabelecer as diferenças e criar expectativa nos/as leitores/as negros/as. Alguns/as escritores/as evidenciavam que a forma política e religiosa do país de origem (baseada na democracia, organizado em uma república e sob princípios cristãos) era professada como a melhor e a mais libertária, porém não envolvia a população negra, mantendo-a privada de todo e qualquer direito sob o regime de escravidão. Brown afirmava:

Eu sei que soará estranho aos ouvidos das pessoas em terras estrangeiras, mas ainda assim é verdade. Um cidadão americano estava fugindo de um governo democrata, republicano e cristão, para receber proteção sob a monarquia da Grã-Bretanha. Enquanto o povo dos Estados Unidos se vangloria de sua liberdade, ao mesmo tempo mantém três milhões de seus próprios cidadãos acorrentados; e enquanto estou sentado aqui à vista do Monumento de Bunker Hill, escrevendo esta narrativa, sou um escravo, e nenhuma lei, nem mesmo em Massachusetts, pode me proteger das mãos do senhor de escravos!²¹⁸ (WELLS, 1847, p. 105)

²¹⁸ No original: “This I know will sound strangely to the ears of people in foreign lands, but it is nevertheless true. An American citizen was fleeing from a Democratic, Republican, Christian government, to receive protection under the monarchy of Great Britain. While the people of the United States boast of their freedom, they at the same time keep three millions of their own citizens in chains; and while I am seated here in sight of Bunker Hill Monument, writing this narrative, I am a slave, and no law, not even in Massachusetts, can protect me from the hands of the slaveholder!”

Como evidencia o trecho acima, os inúmeros monumentos levantados pelo governo dos EUA em homenagem a uma história oficial que valorizava a luta pela liberdade seriam repensados por indivíduos negros já no século XIX. O Monumento Bunker Hill foi erguido em homenagem a uma das primeiras grandes batalhas entre ingleses e revolucionários em meio a Guerra de Independência, em Boston, Massachusetts. A Declaração da Independência e a Constituição seriam(são) os principais documentos para reivindicar esse direito basilar estendidos além da população branca, usados inclusive pelo movimento negro da década de 1960, como por Martin Luther King Jr., em seu discurso “Eu tenho um sonho”²¹⁹ (KING JR., 1963). Porém, o abolicionista negro Thomas Smallwood era mais crítico, e reconhecia que o pacto nacional – firmado no século XVIII – implicava em manter o pressuposto de que “a raça africana nunca deve ascender à igualdade com os brancos”²²⁰. (SMALLWOOD, 1851, p. 45)

É sempre importante lembrar que George Washington, primeiro presidente do país e conhecido como Pai da Pátria, permaneceu escravagista após a independência. E Thomas Jefferson, principal autor da Declaração e terceiro presidente do país, mantinha mais de cento e oitenta (180) pessoas escravizadas. As vozes antiescravagistas que apareceram entre os pais fundadores não foram suficientes para convencê-los a empreender essa luta no nascimento da nação. Seria necessário mais oitenta e sete (87) anos para que uma lei estabelecesse a abolição da escravatura (em janeiro de 1863) e mais cento e um anos para a abolição das leis que restringiam os direitos da população negra (com a revogação das leis Jim Crown em 1964).

Ainda é interessante ressaltar que pessoas negras que lutaram na Guerra de Independência retornaram à escravidão após o conflito e algumas que conseguiram a liberdade permaneceram sem pensão após o conflito ou a acessaram já muito idosas. A Sra. Colman Freeman, por exemplo, nascida livre na Carolina do Norte e habitante no Canadá, relatou que seu pai havia lutado contra os britânicos na guerra e veio a descobrir que tinha direito à pensão quando estava em meio a um julgamento por outros motivos (violência de homens brancos). E somente viveu três anos depois de adquirir sua pensão. (FREEMAN, Sra. Colman. In: DREW, 1856, p. 330-331.) Em sentido semelhante, Smallwood relatou sobre um senhor, John Carey, que conseguiu ter acesso à pensão muitos anos após a guerra, quando atingiu 113 anos de idade, porém o valor era tão ínfimo e sua idade tão avançada que somente serviu para sepultá-lo no ano seguinte. (SMALLWOOD, 1851, p. 51).

²¹⁹No discurso, King Jr. Destacaria: “When the architects of our republic wrote the magnificent words of the Constitution and the Declaration of Independence, they were signing a promissory note to which every American was to fall heir. This note was a promise that all men — yes, Black men as well as white men — would be guaranteed the unalienable rights of life, liberty and the pursuit of happiness.”

²²⁰No original: “that the African race should never ascend to an equality with the whites”.

O arquivo estadunidense online Arquivo do Estado de Connecticut (CT State Library) informa que no início do século XIX, o Congresso lançou uma lei para tentar oferecer uma pensão aos veteranos da guerra que viviam na pobreza. A lei foi aprovada em 1818, concedendo pensões fixas vitalícias aos oficiais e alistados. A procura foi maior do que o país esperava e o governo tomou medidas para reduzir a oferta. Entre elas, lançou, em 1820, uma emenda que exigia que o requerente apresentasse uma relação de bens que comprovaria sua situação socioeconômica. Assim, das mais de 20 mil inscrições, conseguiram reduzir cerca de 5 mil pedidos, ou seja, restando cerca de 15 mil. Os veteranos poderiam recorrer solicitando uma reavaliação. Esses documentos constavam informações diversas sobre esses indivíduos, incluindo suas dívidas, ocupação e nomes dos familiares dependentes. O arquivo disponibiliza um acervo extenso de pedidos de pensão que envolvem o período entre 1820 e 1850, totalmente gratuito e online, abrindo possibilidades inúmeras para novas pesquisas.²²¹

Segundo Will Graves, desde 1776 o Congresso Continental lançou uma lei sobre pensão que valeria para oficiais, soldados ou marinheiros que perdessem algum membro em combate, ou ficasse incapacitado a serviço dos Estados Unidos. Porém, devido à falta de recursos, o Congresso dependia de cada estado para, de fato, saldar as pensões e executar a lei. O pedido de um John Carey consta na lista organizada por um arquivo do Sul²²², entre vários outros que recorreram para conseguir seu direito à pensão. Segundo uma nota do arquivo sobre o pedido de Carey: “Um documento do Departamento do Tesouro afirma que o administrador do espólio de John Carey recebeu o pagamento final da pensão até a data de sua morte, 20 de novembro de 1839”²²³. É possível que esse administrador tenha sido sua esposa, que constava no documento como autorizada a receber a pensão, porém não informa quando a pensão começou a ser paga.

Essas experiências de abandono do Estado da população negra egressa da guerra e já idosa, a manutenção de discursos contraditórios sobre liberdade e o avanço de leis que

²²¹ Arquivo do Estado de Connecticut. Disponível em: <https://ctstatelibrary.org/revolutionary-war-pension-applications-index/> Acesso em: 14-12-2023.

²²² O site disponibiliza gratuitamente 422 transcrições de lista e 29.875 solicitações de pensão, reivindicações de terras de recompensa e outros registros, incluindo 5.114 transcrições, feitas da coleção online da Biblioteca da Virgínia e 5.407 transcrições feitas do pagina online da coleção do Departamento de Arquivos e História da Carolina do Sul. (Southern Campaigns Revolutionary War Pension Statements. In: Southern Campaigns Revolutionary War Pension Statements & Rosters. Disponível em: <https://revwarapps.org/> Acesso em: 29-02-2024).

²²³ No original: “A Treasury-Department document states that the administrator of the estate of John Carey received the final pension payment up to the date of his death, 20 Nov 1839”. (Note, 20 Nov 1839. In: Southern Campaigns American Revolution Pension Statements and Rosters. Pension Application of John Carey S40793, Transcribed and annotated by C. Leon Harris. Pennsylvania, Northampton County. Disponível em: <https://revwarapps.org/s40793.pdf> Acesso em: 14-12-2023.

cerceavam a circulação e os direitos dos negros eram catalizadores do sentimento de frustração e revolta acumulados e eram levantados nos momentos de se perspectivar futuros para os/as negros/as. Poderia um país com esse histórico abolir a escravidão?

É importante destacar aqui a consciência por parte de negros/as dos discursos políticos que fundavam a nação estadunidense, bem como das movimentações que acolhiam seletivamente aqueles que lutaram pela independência. Os “pais fundadores” da nação tinham a intenção de manter a sociedade como era antes da guerra, no sentido social e econômico (como assim o demonstrou após a Guerra), mas isso não significava que os/as negros/as aceitariam a restrição de direitos sem questionar e/ou tentar acessá-los. A elite branca buscava sistematicamente demonstrar que os direitos conquistados pela guerra eram somente para atender à sua parcela da população (com especificidade dos homens), e ainda que as leis não tivessem intenção de os envolver, não conseguiam solapar suas tentativas de serem contemplados. Os questionamentos acima citados ecoariam ainda nas lutas do restante do século e na posteridade, conquistando avanços, ainda que parciais ou tardios.

Apesar das leis escravagistas buscarem controlar e coagir a população negra, simultaneamente, a consciência das incoerências da legislação trazia revolta, o que alimentava a resistência, a busca por lugares seguros, as ações de proteção e as mobilizações por resgate de escravizados. Tudo isso era discutido por pessoas negras e brancas nos congressos, palestras, sermões, na imprensa e outras formas de divulgação e publicização das injustiças perpetradas pela escravidão.

A estadia no Canadá trouxe para muitos/as o tratamento de seus traumas, por poder estar em comunidade e projetar seus próprios futuros, conseguindo (re)tomar o poder sobre o próprio corpo. William Grose, por exemplo, relatava como podia se portar de outra forma agora como homem livre com direitos, depois de passados vinte e cinco (25) anos como escravo e cinco (5) em liberdade.

Quando estava nos Estados Unidos, se um homem branco falasse comigo, eu ficaria assustado, quer estivesse certo ou errado; mas agora é uma coisa bem diferente: se um homem branco falar comigo, posso olhá-lo diretamente nos olhos; se ele me insultar, eu poderei lhe dar uma resposta. Tenho os direitos e privilégios de qualquer outro homem. Agora estou morando com minha esposa e filhos e estou muito bem.²²⁴ (William Grose. In: DREW, p. 86).

²²⁴ When in the United States, if a white man spoke to me, I would feel frightened, whether I were in the right or wrong; but now it is quite a different thing,--if a white man speaks to me, I can look him right in the eyes--if he were to insult me, I could give him an answer. I have the rights and privileges of any other man. I am now living with my wife and children, and doing very well.

As colocações de Grose evidenciam as diversas camadas de poder, exercidas pelos olhos, pelas palavras e pelos corpos. Como ressaltaria bell hooks (2019), em *Olhares negros, raça e representação*, o olhar era objeto de controle e estratégia de dominação no período escravista (e se estenderia em períodos posteriores). A relação de poder estabelecia quem podia olhar e quem deveria ser olhado, como deveria ser olhado e quais os sentidos e consequências de cada olhar. Na passagem acima, Grose almejava usar seu olhar de confrontação, como forma de reivindicar um poder conquistado na nova terra. Ele almejava usar sua voz. E, como também destaca hooks (2019), erguer a voz é um ato de equiparação de autoridade, um ato de coragem, da qual a população negra foi sistematicamente privada (e as mulheres e crianças negras permaneceriam privadas por ainda mais tempo).

O contato com relatos como os acima mencionados traziam reflexões e questionamentos. A angústia, a tristeza e a raiva próprias da situação de opressão eram contrastadas e revividas em cada lembrança. Alimentar as esperanças de novos refugiados era também uma forma de alimentar suas próprias esperanças na construção de um espaço acolhedor, coletivo, com direitos iguais e com possibilidades de ascensão. Na atualidade, evidenciam os impactos psicológicos e sociais profundos da escravidão sobre a população negra e branca que, em muitas camadas, não foram alterados.

8.2 As tensões raciais enfrentadas pelos emigrados na nova terra

As experiências de muitos fugitivos da escravidão seriam marcadas pela raça mesmo após saírem dos Estados Unidos e chegarem em terras canadenses. Apesar das leis britânicas ajudá-los em inúmeros casos, conflitos relacionados à fisionomia seriam registrados nos escritos dos viajantes, dos jornalistas e dos habitantes locais. A brutalidade vivida nos EUA foi acrescida de muita violência psicológica no Canadá Ocidental, seja nas hospedagens, tabernas, igrejas ou escolas. Esses refugiados continuavam a ser discriminados, excluídos e inferiorizados por sujeitos brancos, configurando o que Grada Kilomba, com base em Frantz Fanon, afirmava: “[...] o trauma de pessoas *negras* provém [...] do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo *branco* [...]”. (KILOMBA, 2019, p. 40).

A fisionomia negra foi usada como fonte de discriminação, enquanto a fisionomia branca também possuía seus significados próprios relacionados ao mundo da escravidão e discriminação. Desde a fuga, os emigrados associaram a fisionomia dos brancos à desconfiança e ao temor, sentimento que poderia se prolongar por anos. Harriet Tubman declarou que “toda

vez que via um homem branco tinha medo de ser levada embora” (TUBMAN. IN: DREW, 1856, p. 30). A Sra. Nancy Howard relatou ter sonhos em que era recapturada e acordava em pânico (Nancy Howard. IN: DREW, 1856, p. 50-52). Assim, o corpo branco tornou-se sinônimo da ameaça de re-escravização, impondo um estado de alerta e terror constante. Mesmo distantes da terra ou dos sujeitos que as escravizaram, a lembrança e o sonho mantinham presentificados os medos trazidos pela memória. John Little remontava o mesmo gatilho de ansiedade ao entrar em Queens Bush, no Canadá:

Eu me senti grato por ter entrado em um lugar onde não podia ver o rosto de um homem branco. Por algo como cinco ou seis anos, ficava desconfiado quando via um homem branco, pensando que ele estava bisbilhotando para tirar alguma vantagem. Isso porque eu tinha sido muito atormentado e assediado por eles. ²²⁵(LITTLE. In: DREW, 1856, p. 217)

Intencionamos aqui evidenciar as diversas camadas de sentidos envolvidas nas relações entre brancos e negros que dificultavam a integração na vida em liberdade, de modo a compreender as complexidades desse processo. Não intencionamos aqui aprofundar na área da Psicologia, apesar de ser um campo possível aberto pelas narrativas oitocentistas. Quando homens e mulheres negros alcançaram espaços em que a escravidão era proibida ainda tiveram que lidar com seu passado, com suas memórias, com suas identidades, construídas por eles mesmos e com as quais lhes foram impostas. Planejar um futuro livre passaria por pensar a fuga e, para alcançar o avanço do abolicionismo, interagir em meios públicos.

Segundo a narrativa de John Little, a desconfiança em relação aos brancos foi amenizada com as novas experiências com pessoas brancas do Canadá e de abolicionistas brancos estadunidenses. Difícil saber em que medida seu depoimento pode ter sido influenciado pelo fato de estar oferecendo sua narrativa a um homem branco (que defendia a integração):

Por fim, esse sentimento se dissipou com a gentileza que recebi de alguns aqui, e de abolicionistas, que vieram dos Estados Unidos para nos instruir, e senti que não era do homem branco que eu deveria desgostar, mas do espírito mesquinho que está em alguns homens, sejam brancos ou negros. ²²⁶(DREW, 1856, p. 217).

Os sentimentos dos negros contra os brancos eram temidos por muitos líderes abolicionistas e, especialmente, por aqueles/as defensores/as da integração dos negros na sociedade canadense. Samuel Ward e Mary Shadd, por exemplo, se manifestaram abertamente

²²⁵ No original: “I felt thankful that I had got into a place where I could not see the face of a white man. For something like five or six years, I felt suspicious when I saw a white man, thinking he was prying round to take some advantage. This was because I had been so bedevilled and harassed by them.”

²²⁶ No original: “At length that feeling wore off through kindness that I received from some here, and from abolitionists, who came over from the States to instruct us, and I felt that it was not the white man I should dislike, but the mean spirit which is in some men, whether white or black.”

contra a manutenção desse distanciamento. Shadd defendia a justificativa religiosa de que, assim como Jesus perdoou aqueles que o torturaram e assassinaram, os(as) negros(as) deveriam perdoar seus algozes e trabalhar para uma vida harmônica posterior. Era uma tentativa de rompimento profundo com o passado de dor para a abertura para uma experiência nova no presente, em vias de uma construção de um futuro diferente. Assim, de forma categórica em suas escritas, colocava o imperativo do perdão/esquecimento para convivência entre as raças e a possibilidade de ascensão social.

Mary Shadd afirmou que os/as negros/as vindos dos EUA fundavam diversas igrejas específicas para negros no Canadá. Afirmava que eles/as: “Em seu seio nutrem preconceitos de longa data, não cicatrizados, e o ódio contra os brancos, sem exceção, que tiveram sua origem na opressão americana, e que deveriam ter sido deixados no país de onde se originaram [...]”²²⁷(SHADD, 1852, p. 18). Assim, atribuiu o ressentimento às experiências do passado dos emigrados nos Estados Unidos, mas não teve a sensibilidade para perceber a dimensão do trauma sobre as vidas dos sobreviventes, como o fez Samuel Ward, por exemplo. Ele trabalhou em conjunto com Shadd no jornal *Provincial Freeman*. Porém, ele era menos incisivo, tratava do assunto em suas palestras e sermões com o cuidado de respeitar as dores narradas por seu povo. Tendo fugido da escravidão, Ward afirmava: “Sei muito bem, por uma experiência profunda e dolorosa, que os negros foram impelidos a uma constante tentação de odiar os seus concidadãos brancos.”²²⁸ (WARD, 1855, p. 84).

Ward preferiu deslocar o foco e pensar nas ações dos brancos em relação aos negros. Nesse sentido, destacava que o preconceito dos(as) brancos(as) era o primeiro a alimentar o ódio racial. Logo, não era algo necessariamente do domínio dos negros, mas algo que precisava de uma atenção mais profunda para as relações de poder. De modo assimétrico, não cabia aos negros um rompimento que não fosse acordado com os(as) brancos(as).

As tensões nas cidades também eram expressas na imprensa canadense. A edição de janeiro de 1853 do periódico mensal de Halifax, *The Provincial*, apoiava uma visão de que o "negro colonial" é inferior ao "mais baixo entre a população branca" e reforçava: "Não estamos dispostos a ocupar o mesmo meio de transporte e desdenhamos sentar à mesma mesa."²²⁹ (*The Provincial*, janeiro, 1853 *apud*: BROWN, 1970, p. 318). Lara Gara aponta que

²²⁷ No original: “In her bosom is nurtured the long-standing and rankling prejudices, and hatred against whites, without exception, that had their origin in American oppression, and that should have been left in the country in which they originated’tis.”

²²⁸ No original: “I very well know, from a deep and painful experience, that the black people were goaded into a constant temptation to hate their white fellow-citizens.”

²²⁹ No original: “We are unwilling even to occupy the same conveyance, and disdain to sit at the same table”.

com o rápido crescimento da população negra no Canadá, houve um redirecionamento da repulsa à escravidão para um desprezo contra a população negra. (GARA, 1961, p. 65-6). Ou seja, o sentimento antiescravista não significava uma indignação à opressão contra os negros, especificamente, mas um sentimento de aversão ao negro e à escravidão (muitas vezes correlacionadas), e que poderia, simultaneamente, reproduzir ideias de inferioridade racial.

O romance de Sarah Josepha Hale, com significativo teor escravagista, não deixou de reforçar para seus leitores as tensões raciais vividas pelos fugitivos no Canadá. Mediante à pergunta da senhora Virgínia: "As pessoas geralmente tratam você melhor do que em casa?" Edward, fugido da escravidão e habitante no Canadá, respondeu:

"Não, Srta. Virginia, nada parecido também. Eles não parecem tão naturais para nós, nem nós para eles, talvez, como aqueles com quem fomos criados. De alguma forma, eles não parecem ter a mesma consideração por nós, e eu conheço alguns aqui que ficariam muito felizes em voltar se tivessem certeza de que não seriam punidos. Mas esse não é o meu sentimento. Eu não desejaria que ninguém viesse aqui, no entanto, que não estivesse disposto para trabalhar mais e duro tanto quanto eles já fizeram em suas vidas." ²³⁰ (HALE, 1852, p. 120)

Thomas Smallwood relatava que abolicionistas nos estados livres do Norte agiram para reduzir o ímpeto de fuga para o Canadá de pessoas vindas da escravidão sulista. Em sua opinião, compunham discursos com informações falsas, que foram rapidamente absorvidas por muitos negros/as que se sentiram desestimulados/as a emigrar, pois tiveram seus medos e esperanças manipuladas. Com a aprovação da Lei do Escravo Fugitivo, os/as negros/as no Norte tiveram que se reorganizar, muitos se separaram, sacrificaram os poucos recursos que haviam acumulado e tiveram que seguir para o Canadá. Acreditava que se a ida para o Canadá tivesse ocorrido desde o primeiro instante, teriam conseguido acumular bens e o estabelecer uma vida estável mais duradoura e sem intercorrências, principalmente, porque acreditava que o governo britânico não teria cedido a uma legislação escravagista, como os estados nortistas fizeram. (SMALWOOD, 1851, p. 44-45).

Os episódios de tensão racial também foram presenciados por Drew no Canadá, o qual narrou que, em Amherstburg, durante um passeio noturno, enquanto desfrutava da música produzida por um homem negro, dono de um hotel na cidade, foi interrompido por um garoto

²³⁰ No original: "No, Miss Virginia, nothing like as well. They don't seem as natural to us, nor we to them, maybe, as those we were raised with. Somehow, they don't seem to have the same consideration for us, and I know some here that would be very glad to get back if they were sure they would not be punished. But that's not my feelings. I wouldn't 'vise any one to come here, though, that wa'n't willing to work harder, and rough it as much as they ever did in their lives."

branco, gritando menções discriminatórias com base no famoso caso de Anthony Burns²³¹. O vivido por Drew foi expresso em tom de revolta. O caso demonstra o quão próximo era a história estadunidense da canadense, evidenciando as conexões não somente dos eventos que traziam a população negra para a região como também do acompanhamento de casos jurídicos e alimentava o apoio pró-escravista em terras canadenses.

Um tema recorrente nas fontes do período é a respeito da integração ou segregação das escolas e igrejas. Em muitas cidades, indivíduos negros solicitaram ao governo a abertura de instituições exclusivas para pessoas de cor. A prática foi criticada por muitos visitantes e, inclusive, por habitantes em terras canadenses. Nesse texto, preocupamo-nos com os motivos pelos quais a segregação ou a integração foram problematizados pelas perspectivas dos negros e negras.

Mary Bibb, assim como outros ativistas, era a favor da segregação das escolas e demais ambientes públicos. Aqueles que eram a favor da separação argumentavam que as escolas integradas não conseguiam atender às necessidades da educação das crianças negras porque, entre vários fatores, a separação: 1) oferecia maior segurança ao evitar os ataques da população branca; 2) oferecia maiores oportunidades às crianças negras sob orientação de professores negros; 3) conseguiria lidar com os efeitos negativos e específicos da escravidão sobre as crianças; 4) evitaria um ambiente de constrangimento, pois na escola integrada, as crianças negras seriam ensinadas por crianças brancas, que poderiam constrangê-las e comprometeria seu desenvolvimento. Desta forma, muitos acreditavam que, em escolas separadas, as crianças teriam um acompanhamento mais próximo de suas necessidades e com respeito à sua origem. (HEPBURN, 2007, p. 158-159).

Além desses fatores, Mary Bibb preocupava-se com a oposição dos pais das crianças brancas sobre as escolas integradas. Ela estabeleceu escolas exclusivas para crianças negras e manteve uma escola na própria casa, quando morou em Sandwich e, posteriormente, em Windsor em 1852. (FORSTER, 2011, p. 76). O fato de haver uma preferência pela escola separada não significava que ela, assim como outros, podiam escolher ministrar somente para negros/as. Em 1855, Benjamin Drew, viajando pelo Canadá, escreveu que Mary Bibb lecionava em escola privada mista, sendo 46 alunos, dos quais sete eram brancos. (COOPER, 1995, p. 180).

²³¹ Anthony Burns foi um negro que fugiu da escravidão, posteriormente capturado e condenado pela Lei do Escravo Fugitivo a retornar para a escravidão, depois de viver em liberdade em Boston. O caso havia marcado a história americana, levando uma multidão de centenas de indivíduos para a cidade, durante o julgamento, demonstrando uma forte oposição à reescravização.

David Johnson e a esposa relataram, na narrativa colhida por Troy, que, em Windsor, tinham que enfrentar muitos preconceitos e, entre eles, a questão escolar foi particularmente descrita. Seus filhos foram expulsos da escola e proibidos de frequentar as instituições com as crianças brancas, mesmo pagando os tributos referentes aos fins escolares. Ainda assim, continuou a enviá-los, até que a filha se opôs veementemente e foi convencido a não enviar mais nenhum de seus filhos à escola. Porém, decidiu conversar com o administrador, um escocês, responsável pela proibição, que respondeu que a proibição era devido à reclamação de outros indivíduos, e que ele mesmo estava disposto a que seus filhos frequentassem a escola com os dele. (TROY, 1861, p. 26-27).

Segundo a historiadora canadense Natasha Henry-Dixon, o sistema escolar em Ontário e Nova Escócia incluía legalmente escolas diferentes para negros e brancos bem como horários diferenciados. Em outras províncias, as famílias brancas impuseram uma “segregação informal”, ou seja, impedia que os estudantes negros frequentassem a escola. (HENRY-DIXON, 2016, s/ página). No século XIX, David Johnson e a esposa registraram como eles viveram essa segregação informal em escolas mistas em Windsor, na província de Ontário. Eles apontaram que havia muitas expectativas sobre a integração das crianças em escolas mistas, entre elas a possibilidade do casamento interracial que poderia emergir do relacionamento cotidiano. Apesar de não se opor a possibilidade, o relato demonstrava profunda aversão à ideia principalmente se fosse movida por interesses materiais. Evidenciava a intenção de guiar os filhos para que se casassem por princípios e não por almejar uma forma de cabelo, de nariz ou da tonalidade da pele, ou seja, com interesses de embranquecimento de seus descendentes:

Posso declarar aqui para mim mesmo, sobre este ponto, que não acho que seria melhor se minha filha se casasse com alguém ligado a essa escola; e não seria provável que acontecesse se eu tivesse algo a dizer a respeito. Quanto ao meu filho, que tem cerca de sete anos, não estou muito ansioso para que ele vá à escola para se casar; e espero que, em qualquer escola que frequente, ele tenha o julgamento adequado para fazer a escolha do tipo adequado de pessoa, seja de cor branca ou preta [...].²³² (TROY, 1861, p. 27).

Mary Shadd escreveu sobre a existência de igrejas mistas e lamentou a preferência por igrejas separadas pelos negros e negras de Toronto. Ela acreditava que as igrejas separadas serviam como um estímulo ao preconceito racial pelos brancos. (SHADD, 1852, p. 17). Shadd buscava promover a integração entre brancos e negros, fosse nas escolas ou demais meios

²³² No original: “I may here state for myself, on this point, that I do not think I would be any better off for my daughter to marry any one connected with that school; and it would not be likely to happen if I had anything to say in reference to it. As to my son, who is about seven years of age, I am not very anxious that he should go to school to get a wife; and I hope to whatever school he may go, he may have the proper judgment to make a choice of the proper sort of person, whether the colour be white or black [...]”

públicos. (RHODES, 1999, p. 45). Thomas Smallwood, que circulou inúmeras vezes entre Canadá e Estados Unidos, também foi crítico da separação entre negros e brancos nas igrejas, acreditando ser uma ação vinda dos negros de levarem um sistema aprendido num país escravista. Porém defendia que o Canadá era um lugar diferenciado, pelas leis e pela moral antiescravista dos brancos canadenses, que não faziam distinção entre as raças. Ele sugeria um sentimento de dívida para com os canadenses (ricos e influentes) por ter acolhido os refugiados (pobres e vulneráveis). (SMALLWOOD, 1851, p. 60).

Shadd acreditava que a Sociedade Lar dos Refugiados defendia o ideal nacionalista dividindo a comunidade negra, pois vendia terras somente a ex-escravizados e não aos livres. Shadd fez uma defesa dos livres, como ela mesma, que buscavam no Canadá mais oportunidades. Os Bibbs buscavam resolver os problemas mais imediatos dos negros americanos. Shadd pretendia unificar em uma identidade racial os escravizados e os negros nascidos livres. Bibb e outros fugidos da escravidão talvez tenham visto Mary Ann como uma mulher de pele clara, privilegiada e da elite que conhecia pouco sobre as dificuldades dos negros escravizados ou fugitivos. (RHODES, 1999, p. 45).

Samuel Ward evidenciava em sua narrativa a apreensão em demonstrar seus ressentimentos em relação à escravidão, aos EUA e a aos escravagistas, em geral, por medo de ser mal interpretado pelos leitores enquanto tentava direcioná-los e informá-los sobre as situações que viveu. Dessa forma, percebia que estava impossibilitado de falar de um branco, mesmo que seu algoz, com o mesmo amargor que um branco o faria. Assim, convidava seu leitor branco a refletir: “[...] suponha que os negros tenham tratado sua família da maneira que os americanos trataram a minha, por cinco gerações: como você escreveria sobre esses negros e seu sistema de escravidão?” (WARD, 1855, p. 13).²³³

A Lei das Escolas Comuns (*Common Schools Act*), de 1850, foi a base legal das escolas segregadas e foi alvo de um movimento crítico, que teve como um de seus líderes o ativista negro Wilson Ruffin Abbott (esposo da ativista negra Ellen Toyer Abbott e pai de Anderson Ruffin Abbott, o primeiro negro nascido no Canadá a receber licença para exercer a medicina). (WINKS, 1972). Instituições de ensino superior mantiveram atitudes que excluía sistemáticamente pessoas negras dos espaços formativos, como as universidades canadenses, especialmente as escolas médicas (como a Universidade de Dalhousie, da Universidade de Toronto, da Universidade McGill e da Universidade de Queen) e as de enfermagem (procuradas

²³³ No original: “[...] suppose the blacks had treated your family in the manner the Americans have treated mine, for five generations: how would you write about these blacks, and their system of bondage?”

pelas mulheres negras), sendo que apenas alguns hospitais aceitavam estagiários médicos negros. (HENRY-DIXON, 2016, s/ página). Indubitavelmente, a exclusão desses espaços impactou na ascensão social e econômica dos negros e negras, dificultando seu acesso à saúde e à possibilidade de cuidado entre si, colocando-os à mercê de médicos e enfermeiras/os brancas/os, além de compor uma parte do sistema que os/as relega aos trabalhos braçais com menores salários.

Nesse sentido, percebe-se como a sociedade canadense também se formou com base na discriminação racial e de gênero, mantendo espaços segregados e privando negros/as do acesso ao conhecimento acadêmico. Ao mesmo tempo em que ainda era o único lugar que possibilitava alguma expectativa para aqueles que fugiam da escravidão estadunidense. Cabia aos(as) negros(as) munirem-se psicologicamente e afetivamente para o combate ao racismo cotidiano e a criação de espaços onde pudessem viver e prosperar.

8.3 A construção coletiva: “Elevação racial”

A população negra, diversas vezes, foi (é) tomada como unidade ao longo da história, especialmente pelas classes dominantes, mas também, eventualmente, pelos(as) negros(as) que ousaram trabalhar em prol de interesses comuns para essa comunidade. Manter discordâncias entre a comunidade poderiam minar o avanço de qualquer interesse, mas também possibilitava a agência em diferentes alas. Assim, equalizar dissensos e consensos era um desafio constante nas reflexões dos indivíduos circulantes na diáspora negra.

Henry Bibb e Mary Shadd discordavam em diversos pontos, porém convergiam na ideia de uma “elevação racial”, que seria pautada em questões morais e pelo domínio de certas habilidades que os capacitaria a viver em liberdade e defender a abolição. Nesse sentido, incentivaram a criação de organizações e escolas voltadas para o acolhimento da população negra, bem como para o ensino da escrita e leitura e criaram ambientes para aprimoramento de discussões políticas.

Para muitos, a elevação racial necessitaria, no mínimo do aprendizado da leitura, mas muitos/as dos/as negros/as que encontramos nas fontes reivindicavam o acesso pleno a escola para si e seus filhos. Segundo bell hooks, em *Erguer a voz*, a educação sempre foi um valor para a sociedade negra estadunidense. Uma educação que tivesse clareza de sua potencialidade de ascensão social e concretização da liberdade. A intelectual retoma Frederick Douglas para demonstrar como a educação, com consciência crítica, foi fundamental para

alicerçar seu pensamento contra a escravidão. (HOOKS, 2019, p. 140) Bernell Tripp também reforça que a privação de conhecimento tinha sido marcante na opressão dos negros, nos EUA, e a sabedoria e o conhecimento passaram a ser associados à liberdade. (TRIPP, 1993). A preocupação da população negra para com a educação é elemento recorrente também entre os relatos dos negros e negras colhidos por Drew, a respeito de seus filhos. Como relata o Reverendo negro William Troy:

Pessoalmente, tenho sofrido por causa da minha cor em relação à educação. Não pude ir à escola publicamente, - tive que aprender em particular. [...] Além disso, eu não poderia educar meus filhos lá, e fazê-los sentir-se como mulheres e homens deveriam - pois, sob essas leis opressivas, eles sentiriam uma degradação não pretendida por Aquele que fez de um sangue todas as pessoas da terra.²³⁴ (DREW, 1856, p. 355)

O acesso à educação nos Estados Unidos era particularmente difícil para as mulheres negras, sendo que muitas não conseguiam frequentar escolas públicas, impossibilitando a entrada nas escolas normais, que formavam professoras. (TRIPP, 1993, p. 2). Apesar das dificuldades, algumas delas conseguiram ultrapassar essas barreiras e levar seus conhecimentos para o Canadá, atuando como professoras. As mais famosas foram: Mary Elizabeth Miles (depois de casada tornou-se Mary Elizabeth Bibb), Amelia Shadd e Mary Shadd.²³⁵

Assim como nos EUA, havia escolas integradas e escolas segregadas no Canadá. As dificuldades das escolas eram inúmeras: de financiamento para construção e manutenção das escolas, compra de carteiras e mesas, aquisição dos livros, formação de professoras e professoras, como Benjamin Drew registrou em suas viagens. Segundo Alexandra Vinci, as relações raciais entre negros e brancos pioraram depois de 1850, de maneira geral, e sobre questões de escolaridade em particular. (VINCI, 2010).

Alguns lugares tiveram maior atenção da Grã-bretanha e receberam financiamento para erigir alguma estrutura educacional, com instituições abertas aos negros(as). London, no Canadá, era uma delas. As escolas comuns não eram segregadas e contavam com professores brancos e negros, recebendo auxílio tanto com corpo docente quanto com financiamento. Porém, a frequência dos alunos e alunas negras ainda irregular. Uma das escolas que Drew visitou (Union School) tinha uma frequência média diária de 184 alunos. No dia 21 de junho

²³⁴ No original: “Personally, I have suffered on account of my color in regard to education. I was not allowed to go to school publicly,--had to learn privately. [...] Further, I could not educate my children there, and make them feel as women and men ought--for, under those oppressive laws, they would feel a degradation not intended by Him who made of one blood all the people of the earth.”

²³⁵ O sobrenome de Mary Ann é proveniente do pai Abraham Doras Shadd (1801–1882), casado com Harriet Burton Parnell.

de 1855, estavam presentes 174 alunos de ambos os sexos, dos quais somente 13 eram negros. Na Escola St. George School, que em alguns dias chegou a atender 190 alunos, só possuíam presentes 4 crianças negras. (DREW, 1856, p. 147). Assim, percebemos que essa presença britânica não alcançava grande número de negros e a integração ainda compunha um ambiente pouco acolhedor para os refugiados. Drew destaca que o motivo principal da presença reduzida era o preconceito dos brancos. E destacou: “Nessas circunstâncias, é desagradável para as crianças de cor frequentarem as escolas públicas – especialmente se algum dos professores for vítima do próprio preconceito que deveria induzir os outros a superar.”²³⁶ (DREW, 1856, p. 147).

Um grupo de associados cruzou o Atlântico, em busca de auxílio para o que se tornou o Instituto Britânico-Americano, e conseguiu incentivo da Grã-Bretanha (YARHI, 2008). O Instituto, depois renomeado como Instituto Dawn, surgiu em 1840, com a doação de £ 350, da Inglaterra, principalmente arrecadado entre os quakers, com o propósito de estabelecer uma escola profissionalizante para formação dos refugiados e de seus filhos. Trezentos acres de terra foram comprados e doados a administradores, exclusivamente para fins educacionais. (DREW, 1856, p. 310-311).

Entre os engajados, o nome de Josiah Henson destaca-se na historiografia como o principal protagonista. A escola foi criada para alunos de todas as idades e projetada de forma a treinar professores ao mesmo tempo em que fornecesse educação geral e instrução de trabalho comercial aos membros da comunidade. O instituto tornou-se o principal atrativo do assentamento em Dawn, era o local onde muitos residentes negros cultivavam, trabalhavam em suas serrarias, moinhos. Com possibilidade ainda de usarem seus conhecimento para outras indústrias locais. Henson permaneceu como participante do comitê executivo até o fechamento do Instituto em 1868. (YARHI, 2008).

Na data da visita de Drew, a região do Instituto havia sofrido um incêndio e não havia recebido ou levantado – ao menos até a visita – capital para a reforma. Sua serraria a vapor já não funcionava há dois anos. (DREW, 1856, p. 310-311). Drew não comenta que o Instituto tinha Josiah Henson (1789-1883) como diretor e sequer sobre a esposa do mesmo, Nancy Henson. Somente que ele estava viajando e por isso, não pôde fornecer seu relato.

Em Sandwich, a cerca de três quilômetros de Windsor, por lei, era permitido escolas separadas para os negros, assim como para seitas católicas e protestantes. Os negros podiam

²³⁶ No original: “Under these circumstances, it is unpleasant to the colored children to attend the public schools--especially if any of the teachers happen to be victims of the very prejudice which they should induce others to overcome.”

enviar seus filhos para escolas, porém preferiam enviá-los para as escolas segregadas, apesar de a qualidade do ensino ser, segundo Drew, inferior e com professores sem formação adequada. O que já demonstrava o desconforto da população negra para com a integração, denunciando um ambiente pouco acolhedor. Drew registrou, em específico, casos de racismo entre as crianças brancas em relação as negras e a retirada dos filhos brancos da escola, quando na tentativa de integração. Apesar da cidade ser, segundo sua interpretação, fortemente antiescravista. Ainda assim uma escola de Sandwich parecia bem-sucedida, recebendo trinta crianças negras, em uma frequência média de vinte e quatro (24), a cargo de uma professora, Srta. Gifford. A escola foi fundada pela Sociedade Lar dos Refugiados, do casal Bibb supracitado. (DREW, 1856, p. 342-343).

Cada lugar avançava em seu próprio ritmo, com avanços e retrocessos. O sistema escolar de Colchester não estava tão bem-organizado como em outros lugares e a lei permitia muitas escolas segregadas pagas com dinheiro público. E apesar de os negros terem a intenção, ainda era difícil para eles/as terem acesso à educação. (DREW, 1856 p. 368). Ainda assim, o nativo da cidade Benj. Knapp afirmou: “Os negros mandam seus filhos para a escola, quando têm escola, e parecem ansiosos para mandar seus filhos para a escola. A "Igreja Colonial e Sociedade Escolar" considerou esta cidade uma estação escolar”.²³⁷(DREW, 1856, p. 368).

Em Amherstburg, Drew visitou a escola segregada e comentou sobre o estado físico do local, bastante insatisfatório e deteriorado. Drew elogiou o empenho, disposição e preocupação da professora, uma mulher negra, para com a estrutura física da sala, o estado dos livros e as dificuldades dos alunos em manter a assiduidade, ainda que as crianças presentes compusessem, no momento da visita, vinte e quatro, sendo trinta na listagem. (DREW, 1856, p. 348).

Nos EUA e no Canadá, a educação se mesclava à religião. Uma parcela da sociedade usava-a para reforçar a escravização e a subordinação dos negros aos brancos, mas outra ressaltava seu potencial antiescravista (BRAGA, 2014). Henry Bibb, por exemplo, acreditava que a Bíblia tinha esse potencial, e precisava ser lida por escravizados para a usassem a favor de sua própria emancipação. Ele percebia que a religião era altamente capilarizada e aceita, podendo funcionar como um meio capaz de sensibilizar os indivíduos brancos, abrindo caminhos entre aqueles que se oporiam ou ignorariam o abolicionismo "puro". Assim, uma de

²³⁷ No original: “The colored people send their children to school, when they have schools, and seem anxious to send their children to school. The "Colonial Church and School Society" have noted this town as a school station.”

suas preocupações foi entrar em contato com Sociedade Americana (American Bible Society) para conseguir receber Bíblias para a população negra refugiada no Canadá. (BIBB, 1851).

A busca pela escolarização dos filhos é algo latente nas/os fugitivos e as mães/pais demonstraram todo esforço para mandar seus filhos/as para a escola quando acessavam condições para tal, como relata a Sra. Henry Gowens:

Permaneci alguns anos nos estados do Norte e depois vim para o Canadá. Tenho cinco filhos inteligentes e mando todos para a escola, menos os dois mais novos. Quero dizer, eles terão uma boa educação; o pouco conhecimento que tenho, apenas me deixou com fome de mais.²³⁸ (DREW, 1856, p. 145).

A fala da Sra. Gowens evidencia como o estudo era uma fonte de prazer. Não sabemos se ela escrevia ou participava de clubes de leitura, sociedades femininas ou grupos políticos. Sequer temos acesso a seu nome e sobrenome, pois foi identificada pelo nome e sobrenome do marido. Somente sabemos de mais uma mulher negra privada de uma produção intelectual por ter nascido no lugar e no tempo que faziam de sua cor uma condição errada de existência. Sabemos que foi silenciada por essa estrutura. É impossível não lembrar de Maria Carolina de Jesus, no Brasil, que, mesmo deixando registrado toda sua capacidade artística e criativa (através de composição de músicas, poemas, peças de teatro, entre outros), foi tratada com descrédito por muitos de seu momento histórico e negligenciada pela intelectualidade brasileira.

Em nossas fontes e na historiografia é perceptível a reorganização de negros e negras livres, escravizados/as e fugidos/as na diáspora através de ações, atividades ou grupos diversos voltados para sobrevivência, auxílio, acolhimento, proteção, educação, entre outras. Segundo Lélia Gonzalez, a segregação reforça a criação e manutenção de identidade racial dos grupos, com possibilidade de desenvolvimento de formas específicas de percepção do mundo, desde a infância. E, dessa forma, a rigidez do sistema estimulou a união da comunidade negra em direção a uma luta comum, contra as várias formas de opressão. (GONZALEZ, 2018, p. 326-327).

Segundo Lorene Bridgen, os/as negros/as no Canadá se organizaram em grupos grandes e pequenos intencionados a combater a pobreza, o analfabetismo e o racismo. Desta forma, passaram a trabalhar para educação das crianças, jovens e adultos, bem como organizar boicotes ou petições e utilizar o sistema legal em busca de direitos iguais. Tais ações da

²³⁸ No original: “I remained in the northern States a few years, and then came to Canada. I have five smart children, and send all to school but the two youngest. I mean they shall have a good education; what little knowledge I have, has just made me hungry for more.”

comunidade negra qualificam a organização de uma “comunidade civil”, entendida como um espaço voltado para ação coletiva dedicada à promoção do bem-estar de todos. (BRIDGEN, 2016, p. 01-02).

Conforme Ikuko Asaka, durante o final da década de 1830 e início da década de 1840, simplesmente chegar em território britânico não era suficiente para o reconhecimento do governo britânico. Os próprios refugiados negros, por sua vez, solicitaram ativamente o apoio da Inglaterra. Para tanto, realizaram viagens, estabeleceram e mantiveram contatos, além de promoverem reuniões públicas e redigirem solicitações, petições e cartas. Em outras palavras, a fim de assumirem a posição de súditos britânicos emancipados, merecedores da proteção e tutela do império, tiveram que se unir e apelar à autoimagem dos ingleses como emancipadores benevolentes. Os afro-americanos convenceram os abolicionistas britânicos a incluir a proteção e o avanço de sua liberdade como parte da agenda imperial e a oferecer auxílio para contornar leis estadunidenses que pudessem prejudicá-los. (ASAKA, 2012, p. 220).

Segundo Asaka, os negros refugiados lutaram para que a ausência de escravidão no Canadá fosse considerada uma condição britânica que deveria ser mantida dentro de suas fronteiras coloniais. Dessa forma, os refugiados que viviam no Canadá viam os libertos das Índias Ocidentais como um símbolo primário da emancipação e do progresso britânico, e, assim, continuaram a forjar uma identidade comum com seus equivalentes caribenhos. Após a aprovação da Lei do Escravo Fugitivo de 1850, essa identificação se proliferou no discurso público afro-americano dentro e fora do país. E é nesse sentido que a busca pela adesão imperial ocorreu por meio da afiliação diaspórica negra. (ASAKA, 2012, p. 229).

Asaka coloca Samuel Ringgold Ward como um dos líderes nessa identificação, construindo uma figura negra idealizada das Índias Ocidentais ao articular visões de liberdade e pertencimento para um povo oprimido. Ele construiu uma identidade negra britânica comum: “esta grande e crescente classe de súditos de Sua Majestade” no Canadá e “os descendentes da África, em outras partes do império”. Ward definiu o *Provincial Freeman* como um defensor do avanço social, econômico e político de pessoas anteriormente escravizadas para elevá-las “à orgulhosa posição de negros em outras partes de nosso glorioso império.” Em seu plano para o futuro dentro do Império Britânico, os libertos das Índias Ocidentais serviriam como um modelo de progresso para os recém-chegados dos Estados Unidos. Porém, é importante destacar que a fonte utilizada pela historiadora é o *Provincial Freeman*, que tem Ward como editor oficial, porém nem todos os textos são assinados e as passagens utilizadas podem simbolizar a posição

de Ward bem como do impresso como um todo e, inclusive, ter passado pelas mãos de Mary Ann Shadd.

O *Provincial Freeman* reforçava que os negros das Índias Ocidentais eram a referência de negros que conseguiram se destacar entre os mais abastados, instruídos e influentes dos territórios britânicos. Seriam o exemplo a ser seguido, apesar de listar admitir que os negros que nasceram nos Estados Unidos, ou no Canadá eram, em muitos pontos, muito diferentes dos descendentes da África, em outras partes do império. Defendia que “a *diferença entre sua condição presente e passada é resultado de seus próprios esforços, sob DEUS.*” (PROVINCIAL FREEMAN, 24 de março de 1854, p. 02). Portanto, os negros no Canadá deveriam se encontrar, deliberar, discutir, criando formas para melhorar sua própria situação.

Segundo Asaka, Ward classificou os negros das Índias Ocidentais e os negros canadenses emancipados e os auto-emancipados no Canadá como o “negro britânico”, atribuindo a eles devoção à prosperidade imperial e à fé cristã. Em suas diversas falas por todo o território do Reino Unido, Ward ressaltou a significativa contribuição dos negros das Índias Ocidentais e afro-canadenses para a prosperidade do Império Britânico. (ASAKA, 2012, p. 230).

As falas de Ward também recriavam relações dentro do império em relação os colonos brancos, num período e em um lugar em que havia, recorrentemente, protestos antinegros de colonos brancos que afirmavam a propriedade exclusiva das terras canadenses por “milhares de nossos compatriotas de nossa própria cor”. Nesse contexto, a definição de pertencimento negro de Ward pode ser vista como um ato radical, pois rompia com as estruturas racializadas do império do trabalho livre. (ASAKA, 2012, p. 230).

As diversas organizações agiam em diversas frentes, possibilitando uma formação dos indivíduos para compreender e intervir na sociedade. Lorene Bridgen aponta como “as sociedades literárias ensinavam os membros a ler, escrever e debater, enquanto os grupos de etiqueta incutiam lições sobre “respeitabilidade” e comportamento. Estas, juntamente com outras organizações, também ensinaram aos membros treinamento de liderança, autogoverno, construção de comunidade e aceitação daqueles com visões alternativas, promovendo até mesmo a inclusão de “gênero”.” (BRIDGEN, 2016, p. 43).

A solidariedade negra já aparece nos registros desde a experiência da fuga. Segundo Troy, Robert Blackburn ao fugir e encontrar uma casa onde habitava um homem negro, reage com grande positividade, na certeza de ali encontrar acolhimento:

Batendo na porta, ele descobriu que o interno era uma pessoa negra. Robert ficou muito animado com isso; sentiu isso como uma resposta à oração que ele havia feito um pouco antes de se ajoelhar – uma oração pela libertação da fome e da escravidão.²³⁹ (TROY, 1861, p. 54)

William Troy registrou que homens e mulheres negros se organizaram para auxiliar pessoas negras, fosse para fugir da escravidão ou para se manter em liberdade, a partir de grupos de vigilância em Ohio. Ele, junto a outros, agiram para ganhar a liberdade na justiça de uma escravizada (Rosetta Armistead) que passava, junto a um encarregado do proprietário, pelo estado livre. Também agiram no auxílio a fuga de um menino negro capturado e que seria retornado a escravidão (Lewis Williams). Com igual ímpeto, tentou entrar na justiça pela liberdade de uma família (um homem, uma mulher e criança) que cruzava o rio Ohio, porém sem sucesso dessa vez. (TROY, 1861, p. 82-86).

A solidariedade entre os negros e negras dos assentamentos e cidades foram retratados abundantemente, pois alicerçava as comunidades, criando estruturas físicas e psicológicas para o recebimento, acomodação e a manutenção de novos membros. Contudo, esse esforço coletivo não parecia ser de conhecimento público, como relatou o reverendo negro William Troy:

Muitas vezes me perguntaram, desde que estou neste país, se os fugitivos no Canadá demonstram algum apego uns aos outros, ajudando aqueles que parecem estar em circunstâncias difíceis. Para seu crédito, devo dizer que há um grande interesse demonstrado de sua parte em livrar seus irmãos das necessidades. Estou totalmente preparado para provar isso em centenas de exemplos. Muitas vezes desejei ter o prazer de ver alguns de meus amigos ingleses entre eles, para que pudessem testemunhar por si mesmos essas características de bondade para com todas as pessoas, independentemente de raça ou país.²⁴⁰ (TROY, 1861, p. 22)

Aqueles que chegaram primeiro foram se organizando para lutar por formas jurídicas de garantia de direitos para seus semelhantes, como no caso de William Thompson: “Quando vim para cá, as crianças de cor não eram recebidas nas escolas. Eu lutei, e lutei, e lutei e finalmente isso chegou ao governador, e a lei foi declarada, que todos tinham direitos iguais.”²⁴¹(DREW, 1856, p.137). Ou seja, o estado jurídico dos negros no Canadá não foi uma decisão

²³⁹ No original: “Knocking at the door, he found the inmate to be a person of colour. Robert was much encouraged at this; he felt it very like an answer to the prayer he had a little before knelt to offer--a prayer for deliverance from hunger and slavery.”

²⁴⁰ No original: “I have often been asked, since I have been in this country, if the fugitives in Canada show any attachment to each other, by helping those who are seen to be in distressed circumstances. To their credit, I must say that there is very great interest shown upon their part, to relieve their brethren from want. This I am fully prepared to prove by hundreds of instances. I have often wished that I could have the pleasure of seeing some of my English friends among them, that they might witness for themselves those features of kindheartedness to all persons, irrespective of race or country.”

²⁴¹ No original: “When I came here, colored children were not received into the schools. I fought, and fought, and fought, and at last it got to the governor, and the law was declared, that all had equal rights.”

unilateral da coroa ou Parlamento britânico, mas o resultado de uma luta construída por negros/as que foram para lá desde o período precedente.

Em setembro de 1854, em Malden (Amherstburg), foi estabelecida a primeira Sociedade “True Band”, composta por homens e mulheres afro-canadenses, com cerca de 600 membros. (DREW, 1856, p. 237). O foco central era ajudar aqueles que chegavam. Em Chatham também existia uma quando Drew fez sua visita coletando relatos. Segundo ele, os objetivos da organização eram:

[...] os membros devem ter um interesse geral no bem-estar uns dos outros; perseguir planos e objetivos que possam ser para sua vantagem mútua; melhorar todas as escolas e induzir sua raça a enviar seus filhos às escolas; quebrar todos os preconceitos; unir todas as igrejas distantes em um só corpo e não permitir que pequenas diferenças as dividam; para evitar litígios, referindo todas as disputas entre si a um comitê; parar totalmente o sistema de mendicância; [...] para levantar entre eles os fundos necessários para os pobres, os doentes e os necessitados fugitivos recém-chegados; e, em última análise, preparar-se para suportar o devido peso do poder político. ²⁴² (DREW, 1856, p. 236)

A Sociedade temia que uma ajuda muito extensa fomentasse o discurso escravagista de incapacidade de autonomia dos negros/as, assim, decidiu fazer levantamento de fundos para investir no auxílio emergencial da população refugiada, em lugar de um auxílio prolongado. (BRIDGEN, 2016, p. 51). A ideia era fortalecer a ideia de capacidade individual de sobrevivência e autonomia dos/as refugiados/as, opondo-se firmemente contra qualquer discurso que defendia a necessidade de tutela dos brancos sobre os/as negros/as.

Os refugiados poderiam chegar em estado extremamente vulnerável, após viagens que poderiam ter se estendido por muito tempo entre o lugar de origem (entre os escravizados, geralmente saindo de fazendas dos estados do Sul), atravessando todos os EUA, até chegar ao Canadá. Enfrentando climas muito variados (especialmente invernos rigorosos), animais selvagens (como lobos ou ursos), caçadores de fugitivos, entre outras adversidades. O reverendo William Troy relata o caso de Blackburn, um fugitivo do estado do Tennessee, que foi acolhido pela “True band” de Amherstburgh, depois de ter feito a travessia, que durou 6 meses e chegou ao Canadá no período do inverno:

²⁴² No original: “A True Band is composed of colored persons of both sexes, associated for their own improvement. Its objects are manifold: mainly these:--the members are to take a general interest in each other's welfare; to pursue such plans and objects as may be for their mutual advantage; to improve all schools, and to induce their race to send their children into the schools; to break down all prejudice; to bring all churches as far as possible into one body, and not let minor differences divide them; to prevent litigation by referring all disputes among themselves to a committee; to stop the begging system entirely; [...] to raise such funds among themselves as may be necessary for the poor, the sick, and the destitute fugitive newly arrived; and to prepare themselves ultimately to bear their due weight of political power.”

Ele estava congelado em ambas as pernas até os joelhos. Ele foi levado para Amherstburgh e deixado aos cuidados da sociedade. A diretoria deu toda a atenção a ele e contratou um médico para dar as prescrições que pudessem restaurar a saúde habitual do homem. Blackburn nesta época estava totalmente indefeso. Falo como testemunha ocular. Muitas vezes visitei a casa onde ele estava hospedado, para conversar e orar com o homem profundamente aflito e angustiado. Em doze meses, Blackburn se recuperou e foi capaz de trabalhar para garantir seu sustento. Ele agora é perfeitamente capaz de fazer isso.²⁴³ (TROY, 1861, p. 22).

Em 1856, essa sociedade expandiu para quatorze (14) grupos. Elas partiam de objetivos comuns fundados na melhoria das condições dos negros, especialmente: melhorar e encorajar a frequência escolar, combater a discriminação, unir todas as igrejas, levantar fundos e combater o sistema de mendicância. (BRIDGEN, 2016, p. 143).

Outras sociedades foram organizadas ao longo do tempo, sendo que a maioria tinha como objetivo dar auxílio temporário ou emergencial aos recém-chegados, de modo a estimular a ideia de autossuficiência dos/as fugitivos/as. Das inúmeras organizações formadas, uma das mais importantes foi a sociedade literária, que auxiliava na questão educacional, tendo em vista as altas de analfabetismo. Estima-se que somente 10% da população negra adulta estadunidense era alfabetizada. Mesmo sendo poucos, estes se engajaram em atividades que auxiliavam a alfabetização dos negros sem instrução. Enfrentando as ideias expressas de que os altos índices poderiam prejudicar a luta por respeito e igualdade, muitos negros e negras já assentados se organizaram para acolher e instruir os fugitivos que chegavam continuamente. (BRIDGEN, 2016, p. 51-52).

Segundo Natasha Henry (2023), a Sociedade Benevolente Rainha Vitoria (Queen Victoria Benevolent Society) de Toronto, criada em 1840, manteve suas atividades até a década de 1860. (BRIDGEN, 2016, p. 272). A Sociedade foi fundada por Ellen Toyer Abbott (1805-1874), mulher negra nascida livre em Baltimore, Maryland, fornecendo dinheiro a mulheres necessitadas, à membros doentes ou que precisassem de ajuda para despesas funerárias. Enquanto seu filho, Anderson Abbott, era responsável pela Sociedade Literária e de Debate de Chatham (Chatham Literary and Debating Society).

As habilidades e experiências adquiridas com as *True bands* foram fundamentais para organizações diferenciadas que surgiram na segunda metade do século XIX, que buscavam atender a novas demandas da população negra, como a luta por direitos civis. (HENRY, 2023

²⁴³ No original: “He was frosted in both legs up to his knees. He was brought to Amherstburgh, and left in the care of the society. The board of directors paid every attention to him, and employed a physician to give such prescriptions as might restore the man to his wonted health. Blackburn at this time was entirely helpless. I speak as an eye-witness. I have often visited the house where he lodged, to talk and pray with the deeply-afflicted and distressed man. In twelve months Blackburn recovered, and was able to go to his work to secure a livelihood. He is now quite capable of doing this.”

p. 272). No final do século, as taxas de indivíduos que dominavam a leitura já eram muito significativas. Assim, passaram a direcionar seus esforços para desenvolver as habilidades de debate e recitação, a fim de instruir e formar oradores confiantes, levantando-se, nas décadas de 1880 e 1890: a Amherstburg Literary Society, a Buisy Gleaners e o Frederick Douglass Self-Improvement Club (em 1898). (BRIDGEN, 2016, p. 272). Tais espaços colocavam-se como centros importantes de formação de líderes negros.

As mulheres negras atuaram em diversos espaços desses, especialmente na educação. Katherine Bankole oferece chaves interessantes para compreender a feminilidade africana que fluiu no século XIX nos Estados Unidos e acreditamos aqui, que as emigradas a levaram consigo para o Canadá. Entre eles:

- 1) transformar a ideia de fraqueza (ou fragilidade percebida) feminina em força; 2) relacionar-se estrategicamente, travando combate, com a estrutura de poder; 3) agir de maneira assertiva e peremptória em situações críticas; 4) cultivar um senso reforçado de si mesma, orientado e apoiado pela relação da pessoa com a comunidade; 5) concentrar a força da comunidade; 6) recorrer ao humanismo essencial; 7) usar o risco como ferramenta necessária da libertação. (BANKOLE, 2009, p. 263).

Assim como aponta Bankole (2009) na análise da feminilidade africana, Mary Shadd, Mary Bibb e as demais envolvidas nas diversas organizações voltadas para acolhimento da população negra desenvolveram diversas atividades políticas e profissionais orientadas pela relação com a comunidade, em busca da ascensão da comunidade negra como um todo, fomentando estruturas de recebimento e ascensão social da comunidade negra. Elas eram perpassadas pela ideia do humanismo essencial em seus escritos, sobre si mesmas e sobre o grupo que elas movimentavam. Pensavam a educação das crianças e o assentamento geral dos emigrados orientadas para os mais diversos aspectos da existência da comunidade, atentas para questões de alimentação, saúde, vestimenta, acesso à terra, sepultamentos, etc.. Sequer a viuvez foi suficiente para desestimulá-las, demonstrando que suas ações não eram meros desdobramentos das vontades dos maridos.

Em 1858, o caso Sylvanus Demarest também necessitou dessa vitalidade dos valores africanos acima listados por Bankole. Segundo John Farrell, o caso envolveu o resgate da criança Sylvanus Demarest das mãos de um traficante de escravizados. A força e organização das mulheres negras foram fundamentais nessa articulação. Mãe e filho foram proibidos pelas autoridades judiciais de se reunir, exceto na presença do Magistrado, até o caso ser julgado e finalizado. A relação do menino com Sarah Burns, que reivindicava a criança como seu filho sequestrado, permaneceu sob suspeita durante o julgamento. Quando Sarah Burns compareceu

ao tribunal, assistida por várias mulheres negras, o menino correu diretamente para ela sem hesitar. (FARRELL, 1955, p. 90). A coesão dessas mulheres destaca a solidariedade entre elas e a força do coletivo para superar desafios impostos pela sociedade branca.

A Associação Americana Missionária, uma organização antiescravista mista, comprometida com a cristianização e educação de não-brancos nos Estados Unidos e no exterior²⁴⁴, também aparecia como importante propulsora nas demandas dos refugiados negros no Canadá. No rigoroso inverno de 1850:

Bibb informou sobre as condições entre os refugiados, discutiu os esforços em seu nome, sugeriu planos futuros e solicitou conselhos da AMA sobre vários assuntos, tudo na esperança de que a AMA fornecesse a assistência necessária. A AMA respondeu endossando a Refugee Home Society e aumentando o número de missionários que apoiava na área de Windsor.²⁴⁵

Em carta a Associação Missionária Americana (American Missionary Association), Henry Bibb relatava a constância do acolhimento de refugiados em sua casa: “Nas últimas 6 ou 8 semanas, nossa casa esteve cheia de estranhos quase todos os dias e noites, mas nunca deixamos ninguém de nossa porta sem comida ou alojamento, se eles pudessem suportar o mesmo que nós”.²⁴⁶ Bibb também escreveu à AMA solicitando auxílio para aquisição de terras para os fugitivos no Canadá como um meio permanente de autossustento e como base para educação das crianças. Esse diálogo foi publicizado em sua narrativa na íntegra. Assim, escrevendo para aqueles que acreditavam poder auxiliar na causa dos fugitivos, Bibb e vários outros ativistas se mantiveram ativos para a ascensão da população negra na diáspora.

As ações descritas demonstram o insucesso dos escravagistas em promover a desunião entre os negros/as. Como afirmava Thomas Smallwood: “É uma das grandes políticas dos proprietários de escravos manter uma contínua falta de confiança entre as pessoas de cor, sejam elas livres ou cativas, inspirando-lhes ciúme e inveja umas contra as outras, a fim de reduzir aquela simpatia e mutualidade tão necessárias entre pessoas que têm um interesse

²⁴⁴ Em 1855, havia missões no Egito, São, Haiti, Jamaica e África Ocidental, além de mais de cem missões na América do Norte. (Scholarly and bibliographic notes from *The Black Abolitionist Papers*. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/bibb/support1.html> Acesso em 29-02-2024)

²⁴⁵ No original: “Bibb reported on conditions among the refugees, discussed efforts on their behalf, hinted at future plans, and requested AMA advice on several matters, all in the hope that the AMA would provide much-needed assistance. The AMA responded by endorsing the Refugee Home Society and increasing the number of missionaries it supported in the Windsor area.” (American Missionary. Nova York, N.Y., jun. 1851. In: Henry Bibb to the Executive Committee of the American Missionary Association. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/bibb/support1.html> Acesso em: 28-02-2024).

²⁴⁶ No original: “For the last 6 or 8 weeks our house has been filled with strangers almost every day & night but we have never turned one from our door without food or lodging if they could put up with such a as we had.”

comum em jogo.”²⁴⁷ (SMALLWOOD, 1851, p. 17). A fala de Smallwood e as ações dos/as diversos/as fugitivos e refugiados/as, cativos, livres e libertos, na Libéria, nos EUA e no Canadá, evidenciam o fracasso da tentativa sistêmica dos escravagistas de destruição da empatia entre pessoas negras. Nas diversas brechas e oportunidades, são abundantes os relatos de experiências e articulações que evidenciaram a busca por um avanço social e coletivo pautado na raça, e que, apesar do patriarcado, englobaram mulheres negras em espaços de agência e protagonismo.

²⁴⁷ No original: “It is one of the grand policies of the slaveholders to keep up a continual lack of confidence on the part of the coloured people toward each other, whether they be free or bond, by inspiring them with jealousy and envy against each other in order to keep down that sympathy and mutuality which is so necessary among people having a common interest at stake.”

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração da população negra dos Estados Unidos foi uma questão muito debatida no século XIX, movimentando diversos setores da sociedade, ultrapassando raça, classe e gênero. A possibilidade da migração envolvia o lugar da partida bem como o lugar de destino e, acima de tudo, os sentimentos e expectativas que cada um deles geravam a partir dos imaginários construídos, muitas vezes, pela imprensa e pela oralidade. Os meios práticos para sua realização poderiam envolver a total imprevisibilidade, a partir de atos individuais de desespero e fuga, até projetos complexos, envolvendo diversas instâncias, públicas e privadas, como no caso da colonização da Libéria (através da SAC e dos estados) ou da emigração para o Canadá (tendo em vista os constantes diálogos com o governo britânico e de particulares). Em comum, todos eles necessitaram, em algum momento, da convergência de pessoas negras dedicadas a criar um futuro novo, uma comunidade acolhedora, onde pudessem aspirar à ascensão social, individual e coletiva.

A situação de acirramento das leis em torno das vidas negras se capilarizava dificultando o acesso às alforrias, cerceando as vidas dos livres e libertos e aumentando as pressões sobre os fugitivos. Tudo isso pressionava pela urgência em relação à tomada de posição frente aos destinos reservados às/aos negras/os nos Estados Unidos. Emigrar para o Canadá ou para a Libéria poderia não ser a pior opção para muitos no país, que, assim, escolheram. Enquanto outros recusaram-se a deixar suas famílias, territórios, pertences e tudo que fora construído em prol da ânsia pela liberdade em uma terra desconhecida e distante. Ficar ou emigrar eram opções que ainda estavam imersas em inúmeras dificuldades, sendo que a realização do sonho de uma “vida em paz” não esteve ao acesso da maioria deles.

Apesar do foco das discussões serem na emigração dos/as negros/as dos Estados Unidos em direção à Libéria ou Canadá, o retorno também foi praticado por um número ainda desconhecido de migrantes. Há grande discussão na historiografia sobre as proporções do retorno de migrantes negros do Canadá, especialmente durante e ao fim da Guerra Civil Americana. Segundo as pesquisadoras Shadd, Cooper e Frost, muitas famílias que viviam em Toronto enviaram seus filhos para lutar na guerra, sob a esperança de que a escravidão fosse destruída. (SHADD, 2005, p. 59-60).

A região perdeu muito em grandes líderes que retornaram para os Estados Unidos, como Mary Shadd, Mary Bibb, Martin Delany, Isaac Shadd, William Howard Day e William Troy. Eles voltaram determinados a continuar as lutas por direitos da população negra e

alcançaram grandes feitos em terras estadunidenses durante o período da Reconstrução e até o fim do século. No Canadá, são celebrados em diversos documentos oficiais que reconhecem a memória material e imaterial, são homenageados em estátuas, dão nome a instituições, ruas, memoriais, além de terem suas vidas retratadas em filmes e teatros.

Harriet Tubman também retornou definitivamente para os Estados Unidos e atuou diretamente na guerra, depois de ter vivido em St. Catharines, Ontário, de 1851 a 1862. Porém, muitos daqueles que ela ajudou a fugir para o Canadá permaneceram lá e seus descendentes se mantiveram membros da Capela de Salém, onde ela frequentava. Encontramos uma fotografia, sem data, desses descendentes em frente à capela, que segue abaixo, como ponto de encontro e identidade dessa população. A construção ainda existe, no século XXI, e é mantida pela população local e o governo. (BAIG, 2023, s/ página).

Figura 27 - Fotografia de descendentes de fugitivos guiados por Harriet Tubman



Domínio público. Disponível em: <https://aleteia.org/2018/03/10/the-last-stop-on-harriet-tubmans-underground-railroad-was-this-chapel-in-canada/> Acesso em 21-05-2024.

O historiador Michael Wayne acredita que o retorno não ocorreu em grandes proporções e defende que tal alegação baseava-se mais em inferências estatísticas do que em dados ou fontes concretas. (WAYNE, 1998, p. 470). Ele defende que a maioria dos emigrados para o Canadá, mesmo submetidos às situações adversas do racismo, teria optado por

permanecer na região após o fim da Guerra Civil. (WAYNE, 1998, p. 465). As pesquisadoras Cooper, Shadd e Frost defendem que muitos daqueles que retornaram aos Estados Unidos o fizeram em busca de familiares e, posteriormente, voltaram para viver no Canadá. (SHADD; COOPER; FROST, 2009, p. 09).

A trajetória de Anderson Ruffin Abbott exemplifica esse retorno momentâneo. Ele foi dos poucos que conseguiu formar-se médico no Canadá, filho dos ativistas emigrados negros Wilson Abbott e Ellen Toyer Abbott. Na Guerra Civil, ele contribuiu como um dos oito cirurgiões negros no Exército da União. Depois, atuou por um tempo em Washington, D.C., onde estabeleceu um consultório médico e atuou como presidente do Instituto Educacional Wilberforce, porém retornou ao Canadá, onde permaneceu por toda sua vida. (YARHI & DE BRUIN, 2013)

Enquanto do outro lado do Atlântico, a Libéria ou os EUA não conservou registros sobre números de retornados. O alto valor do retorno pode ser uma das causas principais da dificuldade dessa circulação. Contudo, o país carrega consigo uma história profundamente marcada pelo protagonismo dos/as colonos/as negros/as emigrados/as, permeando a cultura, a língua, a política, a economia e todas os demais aspectos da sociedade. A Libéria se tornou uma fonte de inspiração para negros da diáspora, especialmente os estadunidenses, como Nina Simone, onde residiu por três anos em autoexílio em busca de um refúgio, um lugar sem racismo. Ela compôs a música *Liberian Calypso*, lançada em 1982, em seu penúltimo álbum, *Fodder on My Wings*, como uma homenagem a esse espaço de liberdade. (THOMAS, 2017, s/página).

Os pensamentos de Simone estavam de acordo com a Declaração de Independência dos Representantes do Povo da Nação Liberiana de 1847, que afirmava que o país era um “lar feliz de milhares”, referindo-se especialmente às vítimas da opressão, e que tendia a simbolizar a “terra da tranquilidade” para outros milhares em necessidade. (LIBERIA, 1847. In: ARMITAGE, 2011, p. 182). A elite liberiana manteve esse discurso da terra da liberdade ao longo dos anos. A eclosão das guerras civis, no fim do século XX, fez emergir outras perspectivas e outras vivências, chamando a atenção para as populações nativas, que foram muito silenciadas durante todo o processo histórico. Sucidadas por períodos longos de conflitos, diversos problemas sociais tomaram a frente. Mas a ação conjunta e articulada de mulheres negras em prol da pacificação ganhou destaque na esfera mundial, com a eleição da primeira mulher presidenta em um país africano. Ellen Johnson-Sirleaf foi ainda reeleita, governando o

país entre 2006 e 2018. Em 2011, a presidenta recebeu o Prêmio Nobel da paz, na mesma ocasião da também liberiana Leymah Gbowee (SOUZA, 2011).

As histórias, liberiana e canadense, permitem pensar vários vieses e estratégias da população negra diaspórica, em busca de liberdade e emancipação política, econômica e social em meio a períodos de extrema violência. Elas foram diretamente conectadas à história estadunidense, principalmente no contexto escravista. A ação de intelectuais, políticos e religiosos negros e brancos foi fundamental nesses processos, discutindo interesses e demandas da população negra na circulação entre países. Aqui ousamos cavar um pouco desse passado e suas conexões, mas ainda há muito descobrir.

Tabela 6 - Cronologia da abolição da escravidão nos Estados Unidos e Colônias britânicas

Ano	Estado	Evento
1784	Rhode Island	Emancipação de filhos de escravizadas - homens após os 21 e mulheres após os 18 anos
1784	Connecticut	Emancipação de filhos de escravizadas – após completarem 25 anos. Alterada por legislação de 1797 que reduziu para 21 anos
1799	Nova York	Libertava crianças nascidas de mãe escrava - obrigados a servir até 28 anos para meninos e 25 para meninas
1804	Nova Jersey	Libertava crianças nascidas de mãe escrava - 25 anos para meninos e 21 para mulheres.
1827	Nova York	abole a escravidão
1833	Colônias britânicas	Lei de Abolição da Escravatura declara o fim da escravidão a partir de 1 de agosto de 1834 - período de aprendiz + compensação dos proprietários de escravizados
1842	Rhode Islands	Abole a escravidão
1846	Nova Jersey	Abole a escravidão legalmente, mas recém libertos tornam-se aprendizes vitalícios.
1847	Pensilvânia	Abole a escravidão
1848	Connecticut	Abole a escravidão
1862	EUA	Congresso dos Estados Unidos aprovou uma segunda Lei de Confisco emancipando todos os indivíduos escravizados de propriedade dos Confederados.
1863	EUA	Proclamação de Emancipação dos Estados Confederados do Sul, emitida por Lincoln em 22 de setembro de 1862 (efetivada em 1º de janeiro de 1863)

Fonte: ARAÚJO, Ana Lúcia. Perspectivas comparativas da abolição da escravatura nas Américas e na África. In: História da África X. 2023.

REFERÊNCIAS

Fontes

1) Jornais

AMERICAN COLONIZATION SOCIETY. **African Repository and colonial journal**. Washington. Disponível em: https://nyheritage.org/collections/african-repository-and-colonial-journal?gclid=Cj0KCQiAjJOQBhCkARIsAEKMtO08mQbCE12AD6kOmVFeZLNZKVGVEfzNSW9I-Oe5ulLBHmCu8GNtybZ4aApNrEALw_wcB Acesso em 19-05-2024.

DOUGLASS, Frederick. **The North Star**. Disponível em: <https://nyheritage.contentdm.oclc.org/digital/search/collection/p15109coll7/searchterm/North%20Star/field/relatig/mode/exact/conn/and/order/date/ad/asc> Acesso em 19-05-2024.

SHADD, Mary Ann. **Provincial Freeman**. 1853-1858. Disponível em: http://ink.ourontario.ca/calendar-node-field-timeline-dates/month/1853-03?field_newspaper_value%5B%5D=pf Acesso em: 02-06-2021.

BIBB, Henry; BIBB, Mary. **The Voice of the fugitive**. Toronto. Janeiro de 1851 a 29 de julho de 1854. Disponível em: <https://news.ourontario.ca/97899/data?n=50> Acesso em 19-05-2024.

2) Narrativas, relatos de viagens, cartas, petições e documentos oriundos de convenções

AMERICAN REFORM TRACT AND BOOK SOCIETY. **Aunt Sally: or, The Cross the Way of Freedom**. A Narrative of the Slave-life and Purchase of the Mother of Rev. Isaac Williams, of Detroit, Michigan, Cincinnati, 1858.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biography of Mahommah G. Baquaqua, a Native of Zoogoo, in the Interior of Africa**. Detroit: For the Author by Geo. E. Pomeroy & Co., Tribune Office, 1854.

BIBB, Henry. **Narrative of the Life and Adventures of Henry Bibb, An American Slave, Written by Himself**. New York: Published by the Author, 1849.

BLYDEN, E. **Hope for Africa**. A discourse delivered in the Presbyterian Church. New York, 1861.

BLYDEN, E. **Voice from Bleeding Africa**. Liberia: G. Killian Printer, 1856.

BRENT, Linda [Harriet Ann Jacobs]; CHILD, L. Maria (Ed.). **Incidents in the Life of a Slave Girl**. Written by Herself. Boston: Published for the Author, 1861.

BROWN, William Wells. **Narrative of William W. Brown, a Fugitive Slave**. *Written by Himself*. Boston: The Anti-slavery office, 1847.

COWAN, Rev. Alexander M.. **Liberia as I found It**. Frankfort, Kentucky, A.G. Hodges, Printer, 1858.

CRUMMELL, A.. **The relations and duties of free colored men in America to Africa**. A letter to Charles B Dunbar of New York City. Hartford: Press of Case, Lockwood and Company, 1861.

DELANY, Martin Robison. **Official Report of the Niger Valley Exploring Party**. New York: THOMAS HAMILTON; London: WEBB, MILLINGTON & CO., 1861. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/22118/22118-h/22118-h.htm> Acesso em 19-05-2024.

DELANY, Martin Robison. **The Condition, Elevation, Emigration, and Destiny of the Colored People of the United States, Politically Considered**. 1852. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/17154/17154-h/17154-h.htm> Acesso em 19-05-2024.

DELANY, Martin. **Mrs. Stowe's Position, with Reply by Frederick Douglass**: Electronic Edition. Rochester. Publisher: Frederick Douglass, 6 de maio de 1853. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/african/afar03rt.html> Acesso em 19-05-2024.

DOUGLAS, Frederick. **African Civilization Society**. Fev.1859. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/african-civilization-society/> Acesso em 19-05-2024.

DOUGLASS, Frederick. **Frederick Douglass**: Autobiografia de um escravo. Vestígio. Editora. Edição do Kindle, 2021.

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave**. Written by Himself. Boston: Anti-Slavery Office, 1845. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass/douglass.html> Acesso em 19-05-2024.

DREW, Benjamin. **A North-Side View of Slavery. The Refugee**: Or the Narrative of Fugitive Slaves in Canada. Related by Themselves, With an Account of the History and Condition of the Colored Population of Upper Canada. Boston: Published By John P. Jewett And Company; Cleveland, Ohio: Jewett, Proctor And Worthington; New York: Sheldon, Lamport And Blakeman; London: Trübner And Co., 1856. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/drew/drew.html> Acesso em 19-05-2024.

EASTMAN, Mary Henderson. **Aunt Phillis's Cabin; or, Southern Life As It Is**. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co, 1852.

HENSON, Josiah. **The Life of Josiah Henson, Formerly a Slave, Now an Inhabitant of Canada, as Narrated by Himself**. Boston: Arthur D. Phelps, 1849.

HENSON, Josiah. **Truth Stranger Than Fiction. Father Henson's Story of His Own Life**. published Boston: John P. Jewett & Company, 1858.

HENSON, Josiah; STOWE, Harriet Beecher; LOBB, John. **An Autobiography of the Rev. Josiah Henson ("Uncle Tom")**. From 1789 to 1881. With a Preface by Mrs. Harriet Beecher Stowe, and Introductory Notes by George Sturge, S. Morley, Esq., M. P., Wendell Phillips, and John G. Whittier. Edited by John Lobb, F.R.G.S. Revised and Enlarged London, Ontario: Schuyler, Smith, & Co., 1881. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/henson81/summary.html>. Acesso em 19-05-2024.

HOLLY, James Theodore. **A Vindication of the Capacity of the Negro Race for Self Government and Civilized Progress**, 1857. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/12003290/> Acesso em: 22-05-2024.

HOWE, S. G. (Samuel Gridley), 1801-1876. **The refugees from slavery in Canada West**. Report to the Freedmen's inquiry commission. Boston: Wright & Potter, Printers, 1864.

KEITH, George. **An Exhortation and Caution to friends Concerning Buying or keeping of negroes**. New York: Printed by William Bradford, 1693. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A47141.0001.001?rgn=main;view=fulltext> Acesso em: 19-05-2024.

MAY, Sammuel J. Miss Prudence Crandall and the Canterbury School. Some Recollections of our Antislavery Conflict. Boston: Fields, Osgood, & Co. 1869. Disponível em: https://glc.yale.edu/sites/default/files/files/may_prudence.pdf Acesso em 19-05-2024.

Minutes and proceedings of the General Convention for the Improvement of the Colored Inhabitants of Canada. Windsor, ON: Publisher BIBB & HOLLY. 16-17 June 1853. Disponível em: <https://omeka.coloredconventions.org/items/show/619> Acesso em 19-05-2024.

NATIONAL EMIGRATION CONVENTION OF COLORED PEOPLE. **Proceedings of the National Emigration Convention of Colored People Held at Cleveland**, Ohio, On Thursday, Friday, and Saturday, The 24th, 25th, and 26th of August, 1854. Disponível em: <https://omeka.coloredconventions.org/items/show/314> Acesso em: 16-07-2024.

NITEROI, Hermenegildo Frederico. Ofício. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1853. in: *Cadernos do CHDD*, Ano 15, número 28, 1º semestre, 2016.

NORTH AMERICAN CONVENTION. Proceedings for the North American Convention held in Toronto, Canada, 1851. Toronto, Thursday, Sept. 11. In: **The voice of the fugitive**. 1851. Disponível em: <https://omeka.coloredconventions.org/items/show/324> Acesso em 16-07-2024.

PETERSON, Daniel H.. **The Looking-Glass: Being a True Report and Narrative of the Life, Travels, and Labors of the Rev. Daniel H. Peterson, a Colored Clergyman; Embracing a Period of Time from the Year 1812 to 1854, and Including His Visit to Western Africa**. New - York: Wright, Printer, 146 Fulton Street. 1854.

ROBERTS, JJ. Letter. 30 de junho de 1855. In: **African repository and colonial journal**, 1856.

ROLLIN, Frank A.. **Life and Public Service of Martin R. Delany**. Boston: Lee & Shepard, 1883. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/53698/53698-h/53698-h.htm> Acesso em 19-05-2024.

SHADD, Mary. **A Plea For Emigration; Or, Notes Of Canada West, Or In Its Moral, Social, And Political Aspect With Suggestions Respecting Mexico, W. Indies And Vancouver's Island, For The Information Of Colored Emigrants**. Detroit: George W. Pattison, 1852.

SHIPHERD, Jacob R. (compl). **History of the Oberlin-Wellington Rescue**. Boston: John P. Jewett and Company, 1859.

SMALLWOOD, Thomas. **A Narrative of Thomas Smallwood**, (Coloured Man:) Giving an Account of His Birth--The Period He Was Held in Slavery--His Release--and Removal to Canada, etc. Together With an Account of the Underground Railroad. Written by Himself. Toronto: Smallwood; James Stephens, 1851.

SOCIETY OF FRIENDS. GERMANTOWN, PA. GERMANTOWN. **Friends' protest against slavery**, 1688. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/rbpe.14000200/?st=text> Acesso em 19-05-2024.

STEWART, Maria W.. "An Address Delivered at the African Masonic Hall," Boston, February 27.1833, reprinted in Dorothy Porter, Ed.. In: **Early Negro Writing, 1760 – 1837**. Boston: BeaconPress, 1971.

STEWART, Maria W.. "Why Sit Ye Here And Die?". 1832. Disponível em: <https://www.blackpast.org/african-american-history/1832-maria-w-stewart-why-sit-ye-here-and-die/> Acesso em 19-05-2024.

TROY, William. **Hair-Breadth Escapes From Slavery To Freedom**. Manchester: W. Bremner, 11, Market-Street, And 15, Piccadilly, 1861. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/troy/troy.html> Acesso em 19-05-2024.

WARD, Samuel. **Autobiography of a Fugitive Negro: His Anti-slavery Labours in the United States, Canada, & England: Electronic Edition**. Toronto. London: John Snow, 35, Paternoster Row. 1855.

WILLIAMS, Samuel. **Four years in Liberia: a Sketch of the Life of the Rev. Samuel Williams, With remarks on the missions, manners and customs of the natives of the western Africa, together with an answer to Nesbit book**. Philadelphia: King & Baird, printers, 1857.

Outras fontes:

AMERICAN COLONIZATION SOCIETY. **African repository and colonial journal**. Washington: Colonization Society Building, 1867.

BEECHER, C & BEECHER, H.. LESSON NINETEENTH. Africa. In: **Primary Geography for Children, On an Improved Plan**. Cincinnati: Published by Corey & Fairbank, 1833.

C.V.S.. George Harris. **Provincial Freeman** Toronto: 22 July 1854. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/africam/afar64dt.html> Acesso em: 19-05-2024.

DELANY, M. R.. 18 de abril, 1853. PITTSBURGH. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/africam/afar03rt.html>. Acesso em: 03-10-2023

DOUGLASS, Frederick. In: **Frederick Douglass' Paper**. Rochester: 2 de dezembro de 1853. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/africam/afar03agt.html> Acesso em: 11-10-2023.

HALE, Sarah Josepha. **Northwood; or, Life North and South: showing the true character of both**. 1852. Disponível em: <https://fedora.dlib.indiana.edu/fedora/get/iudl:1382600/OVERVIEW> Acesso em: 12-10-2023.

HALE, Sarah. **Liberia**; or, Mr. Peyton's Experiments. New York: Harper & Brothers, 1853, p. iv-v. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/proslav/prfisjha1t.html>. Acesso em: 19/09/2023.

HALE, Sarah. **Woman's Record**: Or, Sketches of All Distinguished Women, from "the Beginning" Till A.D. 1850. Arranged in Four Eras. With Selections from Female Writers of Every Age. Harper & brothers, 1853.

LUGENBEEL, J.W. **Sketches of Liberia**: Comprising a Brief Account of the Geography, Climate, Productions, and Diseases, of the Republic of Liberia. Washington: C Alexander 1850.

LUGENBEEL, James Washington. **Sketches of Liberia**: Comprising a Brief Account of the Geography, Climate, Productions, and Diseases, of the Republic of Liberia. Washington: C Alexander, 1853.

MASSACHUSETTS SABBATH SCHOOL SOCIETY [KNIGHT, Helen Cross]. **The New Republic**. Boston: Massachusetts Sabbath School Society, 1850. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433082450200&seq=15> Acesso em: 19-05-2024.

PENSILVANIA. An Act to Prevent Kidnapping, Preserve the Public Peace, Prohibit the Exercise of Certain Powers Heretofore Exercised by Certain Judges, Justices of the Peace, Aldermen and Jailors in This Commonwealth, 1847. In: **The General Laws of Pennsylvania from the Year 1700, to April 1849**: Chronologically Arranged : with Notes and References to All the Decisions of the Supreme Court of Pennsylvania, Giving Construction to Said Laws. T. & J.W. Johnson, 1849.

RUFFNER, Henry. **Address to the People of West Virginia**. Lexington: printed by R. C. Noel, 1847. Disponível em: <https://archive.wvculture.org/history/statehood/ruffner/ruffner02a.html>. Acesso em: 23-05-2023.

RUFFNER, William Henry. **Africa's Redemption**. A Discourse on African Colonization in its Missionary aspects, and in its relation to Slavery and Abolition. Preached On Sabbath Morning, July 4th, 1852, In The Seventh Presbyterian Church, Penn Square, Philadelphia. Philadelphia: William S. Martien. 1852.

STOWE, Calvin. Professor Stowe on Colonization. **African Repository and Colonial Journal**. Washington: American Colonization Society, December 1834. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/abolitn/abescsat.html> Acesso em 14-10-2023.

STOWE, Harriet Beecher. **A Key to Uncle Tom's Cabin**. Boston: John P. Jewett & CO.; Cleveland, Ohio: Jewett, Proctor & Worthington; London: Low and Company, 1853.

STOWE, Harriet Beecher. **An appeal to the women of the free states of America on the present crisis in our country**. Toronto: 25 de março de 1854. Disponível em: <http://utc.iath.virginia.edu/africam/afar64bt.html> Acesso em: 14-01-2024.

STOWE, Harriet Beecher. **Uncle Tom's Cabin**. Boston: John P. Jewett, 1852.

Referências bibliográficas

AJAYI, J. F. A. (editor). **História Geral da África** - Volume 6: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

AKPAN, Monday. Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados Africanos. **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEMAN, Jennifer. Apprenticeship and Emancipation in Barbados with a focus on education. In: **Building Communities**. Disponível em: <https://scholar.library.miami.edu/emancipation/culture2.html> Acesso em 22-04-2024).

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: *Contraponto*. 1997.

ASAKA, Ikuko. “Our Brethren In The West Indies”: Self-Emancipated People In Canada And The Antebellum Politics Of Diaspora And Empire. in: **The Journal of African American History**, Vol. 97, No. 3 (Summer 2012), pp. 219-239. Published by: Association for the Study of African American Life and History. <http://www.jstor.org/stable/10.5323/jafriamerhist.97.3.0219>. Acesso em: 27-04-2023

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

BAIG, Fakiha. Ontario church attended by abolitionist Harriet Tubman gets upgrades, to reopen for tours. CBC. **The Canadian Press**, 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/hamilton/black-history-st-catharines-chapel-1.6758947> Acesso em 01-03-2024.

BANKOLE, Katherine. Mulheres africanas nos estados Unidos. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.) **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BANTON, Caree A. **More Auspicious Shores: Barbadian Migration to Liberia, Blackness, and the Making of an African Republic**. Cambridge University Press, 2019.

BAPTIST, Edward. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. **Almanack**. Guarulhos, n.05, 1º semestre de 2013.

BAUMANN, Roland M.. **Constructing Black Education at Oberlin College: A Documentary History**. Ohio University Press, 2014.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGQUIST, James M.. **Daily life in immigrant America, 1820–1870**. Greenwood Press: Connecticut; London, 2008.

BERLIN, Ira. **Gerações de Cativo**. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BERLIN, Ira. **Slaves without Masters**. The Free Negro in the Antebellum South. Nova York: WW Norton, 1974.

BORDEWICH, Fergus. **Bound for Canaan**. HarperCollins Publishers, 2009.

BOURHIS-MARIOTTI, Claire. “Go to our brethren, the Haytians”: Haiti as the African Americans’ Promised Land in the Antebellum Era. **Revue française d’études américaines** 2015/1 (N° 142), pages 6-23. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-d-etudes-americaines-2015-1-page-6.htm> Acesso em 28-04-2024.

BRADBURN, Jamie. Why Harriet Tubman made St. Catharines her home. In: **TVO**. 14 Fev., 2019. Disponível em: <https://www.tvo.org/article/why-harriet-tubman-made-st-catharines-her-home> Acesso em 28-04-2024.

BRAGA, Marcelle Danielle de Carvalho. **Um mosaico de fatos: produção e circulação de literatura sobre a escravidão nos Estados Unidos em meados do XIX - A Cabana do Pai Tomás e os romances anti-tom’s**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

BRIDGEN, Lorene. **“Lifting As We Climb”**: The Emergence of an African-Canadian Civil Society in Southern Ontario (1840-1901). Waterloo, Ontario, Canada, 2016.

BRISTOW, Peggy; BRAND, Dionne. **We're Rooted Here and They Can't Pull Us Up: Essays in African Canadian Women's History**. University of Toronto Press, 1994.

BRITO, Luciana da Cruz. **Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

BROWN, Lloyd W.. Beneath The North Star: The Canadian Image in Black Literature. *The Dalhousie Review*, Volume 50, Number 3, 1970.

BURIN, Eric. **Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society**. Gainesville: University Press of Florida, 2005.

BYRD, Robert C.. The Senate, 1789-1989: Classic Speeches, 1830-1993. In: **United States Senate**. Washington, DC: Government Printing Office, 1994. Disponível em: https://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/Speeches_Webster_7March.htm#:~:text=Attacking%20radical%20abolitionists%20to%20boost,could%20never%20be%20dismembered%20peacefully Acesso em: 29-02-2024.

CALLAWAY, SCHELBY. Free blacks in Antebellum America. In: HAGGARD, Dixie Ray. **African Americans in the Nineteenth Century: People and Perspectives**. ABC-CLIO, 2010.

CAMPBELL, Penelope. **Maryland in Africa: The Maryland State Colonization Society, 1831-1857**. Urbana: University of Illinois Press, 1971.

CAMPBELL, Stanley W.. **The Slave Catchers: Enforcement of the Fugitive Slave Law, 1850-1860**. Chapel Hill, N.C., 1968.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales (Vol. 8 no.

1, (2010) <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindecumz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf> Acesso em: 19-05-2024.

CAREY, Brycchan. **Quakers and Abolition**. Kindle edition. University of Illinois Press. 2014.

CARLESIMO, Peter. **The Refugee Home Society: its origin, operation and results, 1851-1876**. Tese. 200 f. Windsor. University of Windsor, 1973.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: **História Da Vida Privada No Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol 2. Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Bar e Botequim**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COOPER, Afua. The Search for Mary Bibb, Black woman teacher in nineteenth century West Canada. In: **Specialize in the Wholly Impossible: A Reader in Black Women's History**. 1995.

DAGG, Anne Innis. **The Feminine Gaze: A Canadian Compendium of Non-Fiction Women Authors and Their Books, 1836-1945**. Wilfrid Laurier Univ. Press, 2006.

DAVID, John Seh. **American Colonization Society: and the founding of the first African republic**. iUniverse, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas Fimbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15(n. especial); 1985.

DICKERSON, Dennis C. **The African Methodist Episcopal Church: A History**. Cambridge University Press, 2020.

DIOUF, Sylviane A.. Resistência dos escravizados na América do Norte. In: SANTOS, Vanicléia Silva. **História Geral da África**, vol. X, UNESCO, 2023.

DRESCHER, Seymour. O fim da escravidão na América Inglesa. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

Du BOIS, W.E.B.. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

ELLIOTT, Mark. **Color Blind Justice: Albion Tourgée and the Quest for Racial Equality from the Civil War to Plessy v. Ferguson**. Oxford University Press, 2008.

ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

FAGAN, Benjamin. **The Black Newspaper and the chosen Nation**. University of Georgia Press, 2016.

FARRELL, John Kevin Anthony. **The History Of The Negro Community In Chatham, Ontario, 1787-1865**. Tese. Faculty of Arts, the University of Ottawa. Ottawa, Canada, 1955.

FERGUSON, Alfred R.. The Abolition of Blacks in Abolitionist Fiction, 1830-1860. In: **Journal of Black Studie**, vol. 5, no. 2, December, 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2783933> Acesso em: 11-10-2023.

FERNANDES, Luiz Estevam de. Reformismo religioso. In: KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam de & MORAIS, Marcus Vinícius. **Estados Unidos; a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2007.

FINKELMAN, Paul. The Strange Career Of Race Discrimination In Antebellum Ohio. **Case Western Reserve Law Review**, Vol 55, 2004, 373-375. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1583&context=caselrev>. Acesso em:26-02-2024.

FISHER, Miles Mark. What is a Negro Baptist? The Home Mission College Review I (May, 1927), nº I. *apud* LINCOLN, C. Eric; MAMIYA, Lawrence H.. **The Black Church in the African American Experience**. Duke University Press, 1990.

FORSTER, Merna. **100 More Canadian Heroines: Famous and Forgotten Faces**. Toronto: Dundurn, 2011.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANKLIN, John Hope; MOSS, Alfred A. Jr. **Da Escravidão à Liberdade: A História do Negro Americano**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1989.

FRANKLIN, John Hope; SCHWENINGER, Loren. **Runaway Slaves: Rebels on the Plantation**. Oxford University Press, USA, 2000.

FROST, Karolyn Smardz. **A Fluid Frontier: Slavery, Resistance, and the Underground Railroad in the Detroit River Borderland**. Great Lakes Books Series. Wayne State University Press. Edição do Kindle, 2016.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Legações e embaixadas do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2021, 349.

GALIANA, Sergio. Edward W. Blyden y los Orígenes del Panafricanismo. **Bibliographica Americana: Revista Interdisciplinaria de Estudios Coloniales**, ISSN-e 1668-3684, Nº. 13, 2017.

GARA, Lara. **The Liberty Line: The Legend of the Underground Railroad**. Lexington, 1961.

GBOWEE, Leymah. **Guerreiras da paz**. Companhia das Letras. Edição do Kindle.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora africana; editora filhos da África, 2018.

GOODMAN, Paul. **Of One Blood: Abolitionism and the Origins of Racial Equality**. Berkeley: University of California Press, 1998.

GOULD, Stephen. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2014.

GRAHAM, Thomas. Harriet Beecher Stowe and the Question of Race. In: **The New England Quarterly**. Published by: The New England Quarterly, Inc. Vol. 46, No. 4 (Dec., 1973), pp. 614-622. IN: <http://www.jstor.org/stable/364818>. Acessado em: 14-01-2024.

GREENWOOD, Ralph. **The Presidency of William V.S. Tubman President of Liberia 1944-1971**. Page Publishing, Incorporated, 2021.

GRUESSER, John Cullen. **Black on Black: Twentieth-Century African American Writing about Africa**. The University Press of Kentucky, 2021. Edição do Kindle.

GUAY David R.P.. **Great Western Railway of Canada: Southern Ontario's Pioneer Railway**, 2015.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. Relações Brasil-África: a missão Niterói à Libéria. **Cadernos do CHDD**, ano 15, número 28, primeiro semestre 2016.

HAMAND, Wendy F. "No Voice from England": Mrs. Stowe, Mr. Lincoln, and the British in the Civil War. In: **The New England Quarterly**. Published by: The New England Quarterly, Inc. Vol. 61, No. 1 (Mar., 1988). IN: <http://www.jstor.org/stable/365218>. Acessado em: 10/11/2010.

HARRIS, J. E.. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

HEDRICK, Joan D.. A Literary Woman: 1839–1843. In: **Harriet Beecher Stowe: A Life**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/25761/chapter/193325701> Acesso em:13-10-2023.

HENRY, Natasha. Black Women Lead the Way. In: **Canada's History**. 15 de Novembro de 2023. Disponível em: <https://www.canadashistory.ca/explore/women/black-women-lead-the-way> Acesso em 17-12-2023.

HENRY-DIXON, Natasha. Black Voting Rights in Canada. In: **The Canadian Encyclopedia**. January 20, 2016. <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/black-voting-rights> Acesso em 15-12-2023.

HEPBURN, Sharon A. Roger. **Crossing the Border: A Free Black Community in Canada**. Champaign: University of Illinois Press, 2007.

HERSHBERG, Theodore. Free Blacks in Antebellum Philadelphia: A Study of Ex-Slaves, Freeborn, and socioeconomic decline. In: **Journal of Social History**, Vol. 5, No. 2 (Winter, 1971-1972), Published by: Oxford University Press Stable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3786411> Acesso em 28-02-2024.

HETRICK, Matthew J.. **African American Colonization and Identity: 1780-1925**. Tese. Faculty of the University of Delaware, 2013.

- HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLSOE, Svend E.. Matilda Newport: the power of a liberian-invented tradition. *Liberian Studies Journal*, v. 32, n. 1, p. 84-93, 2007. Disponível em: https://pure.diis.dk/ws/files/39029/4157_13283_1_SM.pdf Acesso em: 29-02-2024.
- HOOKS, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. **Olhares negros, raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HORTON, James O.; HORTON, Lois E.. **In Hope of Liberty: Culture, Community and Protest Among Northern Free blacks 1700-1860**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1997.
- HOVET, Theodore R.. Christian Revolution: Harriet Beecher Stowe's Response to Slavery and the Civil War. In: **The New England Quarterly**. Published by: The New England Quarterly, Inc. Vol. 47, No. 4 (Dec., 1974), IN: <http://www.jstor.org/stable/364449>. Acessado em: 03/02/2011.
- ITO, Gail Arlene. Abraham Doras Shadd (1801-1882). In: **Black Past**. February 24, 2009. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/shadd-abraham-doras-1801-1882/> Acesso em 15-12-2023.
- IZECKSOHN, Vitor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado. In: **Topoi**. Rio de Janeiro, 2003.
- IZECKSOHN, Vitor O Recrutamento de negros nas tropas da União durante a Guerra Civil Americana. **Afro-Ásia**, núm. 55, 2017.
- JOHNSON, Michele A.. Comunidades de afrodescendentes no Canadá. In: SANTOS, VANICLÉIA SILVA (ed.). **História Geral da África**, vol. X. África e suas diásporas. UNESCO 2023.
- JULIENNE, Marianne E.. William Henry Ruffner (1824–1908). In: **Encyclopedia Virginia** <https://encyclopediavirginia.org/entries/ruffner-william-henry-1824-1908/> Acessado em: 14-01-2024.
- JUNQUEIRA, Mary Ann. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. São Paulo: Edusp. 2018.
- KALTENBRUN, Mary. **The Negro Colonization Movement in Kentucky**. Graduate School of the University of Louisville. Department of History, 1941.
- KANIKI, M.H.Y.. Economic Change in Sierra Leone During the 1930s. In: **Transafrican Journal of History**, Vol. 3, No. 1/2. Gideon Were Publications, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24520403>. Acessado em: 27-02-2024.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam de & MORAIS, Marcus Vinícius. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KING JR., Martin Luther. "I Have a Dream", pronunciado em 28/08/1963, na Marcha sobre Washington, sob o Lincoln Memorial, Washington D.C.. Disponível em: <https://www.npr.org/2010/01/18/122701268/i-have-a-dream-speech-in-its-entirety>. Acesso em 14-05-2023.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 407-430 – 2008.

LARSON, Kate Clifford. **Harriet Tubman: A Reference Guide to Her Life and Works**. Rowman & Littlefield Publishers, 2022.

LEPORE, Jill. How Longfellow Woke the Dead. March 2, 2011. In: **The America Scholar**. Disponível em: <https://theamericanscholar.org/how-longfellow-woke-the-dead/> Acesso em: 13-10-2023.

LEVINE, Robert S.. **Martin Delany, Frederick Douglass, and the Politics of Representative Identity**. Univ. of North Carolina Press, 2000.

LINCOLN, C. Eric; MAMIYA, Lawrence H.. **The Black Church in the African American Experience**. Duke University Press, 1990.

LOGAN, Rayford W. "Some New Interpretations of the Colonization Movement," **Phylon** 4, no. 4, 4th Quarter, 1943.

LOGAN, Shirley Wilson. Literacy as a Tool for social action among nineteenth-Century African American Women. in: HOBBS, Catherine. **Nineteenth-century Women Learn to Write**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1995.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo horizonte: Autêntica, 2019.

LOVIT, Alex. **'The Bounds of Habitation': The Geography of the American Colonization Society, 1816-1860**. Tese. (History) in the University of Michigan, 2011.

LYNCH, Hollis R.. **Edward Wilmot Blyden: Pan-Negro Patriot, 1832-1912**. Oxford University Press., 1970.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. Dossiê: Escravidão. **Rev. Bras. Hist.** 26 (52). Dez 2006.

MALHEIROS, José Victor. O livro que levou ao fim da escravatura americana, de Harriet Beecher Stowe. In: **Colecção Geração: Livros que ajudam a crescer**. 2005. IN: <http://static.publico.clix.pt/sites/colecaojuvenil/livros/33.cabanapaitomas/texto3.htm>. Acessado em: 30-04-2010.

MARQUESE, Rafael. **Feitores do corpo, Missionários da Mente**: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660- 1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARYLANDERS FOR PROGRESS INC. Proposal for the Revitalization of the Port of Harper Maryland County, Liberia, 2009. Disponível em: http://marylandersforprogress.org/harper_port.pdf Acesso em 27-02-2024.

MASSACHUSSETTS SABBATH SCHOOL SOCIETY [KNIGHT, Helen Cross]. **The New Republic**. Boston: Massachusetts Sabbath School Society, 1850. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433082450200&seq=15> Acesso em: 19-05-2024.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.

MEHLINGER, Louis R. . The Attitude of the Free Negro Toward African Colonization. In: **The Journal of Negro History**, The University of Chicago Press on behalf of the Association for the Study of African American Life and History, Jun., 1916, Vol. 1, No. 3. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.2307/3035624> Acesso em 31-01-2024.

MELISH, Joanne Pope. **Disowning Slavery**: Gradual Emancipation and "Race" in New England, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MIRANDA, Clicea Maria Augusto de. *Repercussões da Guerra Civil Americana no destino da Escravidão no Brasil*, 1861-1888., Ano de obtenção: 2017. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

MONAHAN, T. P. Interracial Marriage: Data for Philadelphia and Pennsylvania. **Demography**, vol 7, nº 3, 1970.

MORRISON, Toni. **Playing in the Dark**. Nova York: Vintage, 2007.

MOSES, Wilson Jeremiah. **Liberian Dreams**: back-to-Africa Narratives from the 1850s. State College: Penn State Press, 2010

MOSLEY, Albert. Race in Eighteenth and nineteenth century discourse by Africans in the diaspora. In: Naomi Zack. **The Oxford Handbook of Philosophy and Race**. Oxford University Press, 2017.

MUDIMBE, V Y. **A invenção da África**. Petrópolis: Editora vozes, 2019.

NARO, Nancy Priscilla. **A formação dos Estados Unidos**. São Paulo: Ed. Atual, 3ª edição, 1987.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**. Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora africana: editora filhos da África, 2018.

NEWMAN, Richard S. Abolitionism. Rutgers University, 2012. In: **The Encyclopedia of Greater Philadelphia**. Disponível em: <https://philadelphiaencyclopedia.org/essays/abolitionism/> Acesso em: 09-10-2023.

OLIVEIRA, Rafael Domingos. **Escrita de Si, Escrita de Liberdade**: autobiografias e memórias da escravidão negra na Diáspora Atlântica (1772-1897). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo, 2016.

PAGE, Sebastian N.. **Black Resettlement and the American Civil War**. Cambridge University Press, 2021.

PAIM, Márcio. **Pan-africanismo**: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa de Meu Pai. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos de Diáspora Africana, Ano VII, n.XIII, Julho, 2014.

PARK, Eunjin. **"White" Americans in "Black" Africa**: Black and White American Methodist Missionaries in Liberia, 1820-1875. Psychology Press, 2001, p. 55-56.

PARTEN, Bennett. Francis Scott Key: One of the anti-slavery movement's great villains. In: **The Conversation**. September 29, 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/francis-scott-key-one-of-the-anti-slavery-movements-great-villains-165297> Acesso em: 19-05-2024.

PAUL, Heike. Out of Chatham: Abolitionism on the Canadian frontier. In: SCHOOLMAN, Martha & HICKMAN, Jared. (ed.) **Abolitionist Places**. London: Routledge, 2014.

PAVLAKOS, Raphaela. The Forgotten History of Wellington County: Queen's Bush Settlers and their Legacies. FEBRUARY 15, 2021. Disponível em: <https://blackpastinguelph.com/2021/02/15/the-forgotten-history-of-wellington-county-queens-bush-settlers-and-their-legacies/> Acesso em: 19-05-2024.

PINKNEY, Alphonso. **Red Black and Green**: Black Nationalism in the United States. CUP Archive, 1976.

POWELL, John. Irish immigration. In: **Encyclopedia of North American Immigration**. Infobase Publishing, 2009.

PRICE, Lynn. Bushrod Washington: Slavery and Colonization in the Shadow of George Washington. In: **Washington Papers**. October 18, 2019. Disponível em: [https://washingtonpapers.org/bushrod-washington-slavery-and-colonization-in-the-shadow-of-george-washington/#:~:text=An%20associate%20justice%20of%20the,Martha%20Washington's%20death%20in%201802.&text=When%20Bushrod%20officially%20moved%20in%2C%20he%20took%20his%20slaves%20with%20him](https://washingtonpapers.org/bushrod-washington-slavery-and-colonization-in-the-shadow-of-george-washington/#:~:text=An%20associate%20justice%20of%20the,Martha%20Washington's%20death%20in%201802.&text=When%20Bushrod%20officially%20moved%20in%2C%20he%20took%20his%20slaves%20with%20him.). Acesso em: 19-05-2024.

PRINCETON THEOLOGICAL SEMINARY. **A Report of the Historical Audit Committee**. Princeton Seminary and Slavery. Published on Sep 28, 2018. Disponível em: <https://slavery.ptsem.edu/introduction/>. Acesso em: 19-05-2024.

RANCIÈRE, Jacques. Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos da ficção. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

RHODES, Jane. **Mary Ann Shadd Cary**: The Black Press and Protest in the Nineteenth Century. Indiana University Press, 1999.

ROBINSON, Cedric J.. **Black Movements in America**. New York, London: Routledge, 1997.

ROCHA, Pedro Diniz. O determinismo racial e geográfico no discurso geopolítico moderno/colonial: por uma geopolítica decolonial. In: **Conjuntura Global**, v. 7, n. 3, 2018.

ROLLIN, Frank A. CHAPTER XIX. the council-chamber. President Lincoln. In: **Life and Public Service of Martin R. Delany**. Boston: Lee And Shepard, 1883.

ROPER, Moses. A woman with iron horns and bells on, to keep her from running away. In: **Narrative of the Adventures and Escape of Moses Roper, from American Slavery**. With an Appendix, Containing a List of Places Visited by the Author in Great Britain and Ireland and the British Isles, and Other Matter. 1848, p. 14. Disponível em <https://docsouth.unc.edu/neh/roper/roper.html> Acesso em 19-05-2024.

RUFFNER, Henry. **Address to the People of West Virginia**. Lexington: printed by R. C. Noel, 1847. Disponível em: <https://archive.wvculture.org/history/statehood/ruffner/ruffner02a.html>. Acesso em: 23-05-2023.

RUFFNER, William Henry. **Africa's Redemption**. A Discourse on African Colonization in its Missionary aspects, and in its relation to Slavery and Abolition. Preached On Sabbath Morning, July 4th, 1852, In The Seventh Presbyterian Church, Penn Square, Philadelphia. Philadelphia: William S. Martien. 1852.

SÁ, Willian Lamec de Andrade. **Perspectivas feministas sobre um conflito: o papel das mulheres na segunda guerra civil da Libéria (1999 – 2003)** / Willian Lamec de Andrade Sá. – João Pessoa, 2016.

SAILLANT, John. Liberia; Or, Mr. Peyton's Experiments. **The Encyclopedia of Greater Philadelphia**. Rutgers University, 2015, sem página. Disponível em: [https://philadelphiaencyclopedia.org/essays/liberia-or-mr-peytons-experiments/#:~:text=Peyton's%20Experiments%20\(1853\)%20is%20a,Liberia%2C%20a%20Black%20Christian%20republic](https://philadelphiaencyclopedia.org/essays/liberia-or-mr-peytons-experiments/#:~:text=Peyton's%20Experiments%20(1853)%20is%20a,Liberia%2C%20a%20Black%20Christian%20republic). Acesso em: 25-09-2023.

SAMPAIO, Maria Clara Carneiro & ARIZA, Marília B A.. Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do século XIX. In: **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. **Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização para afro-americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História Social, 2013.

SANTOS, Marco Aurélio. **Migrações e trabalho sob contrato no século XIX**. História (São Paulo) v.36, 2017.

SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade dos; PESSOA, Thiago Campos. **Tráfico & traficantes na ilegalidade**. O comércio proibido de escravos para o Brasil. (1831-1850). São Paulo: Hucitec, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou o paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHERMERHORN, Calvin. Introdução. In: BROWN, William Wells. **Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo, escrita por ele mesmo**. São Paulo: Hedra, 2020.

SCRUGGS, Dalila. **The Love of Liberty Has Brought Us Here: The American Colonization Society and the Imaging of African-American Settlers in Liberia**. Harvard University Cambridge, Massachusetts, May, 2010.

SEBZDA, Steve. Prosperity And Politics: Taking Stock Of Black Wealth And The 1843 Convention: Julia Williams Garnet. In: **Colored Conventions Project**, 2014. Disponível em: <https://coloredconventions.org/black-wealth/biographies/julia-williams-garnet/> Acesso em: 29-02-2024

SEIDMAN, Sarah. **100 Years with the 19th Amendment**. Friday, August 21, 2020. Disponível em: https://www.mcny.org/story/100-years-19th-amendment?gclid=Cj0KCQiAj_CrBhD-ARIsAlIMxT9vXEAZ82j78MD_nvUjqyj8DI0YGwxQu2zzJgV78SD655FxQ5nctgsaApqiEALw_wcB Acesso em 15-12-2023.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. McMILLEN, Neil. **Uma Reavaliação da história dos Estados Unidos: De Colônia a Potência Imperial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

SHADD, Adrienne; COOPER, Afua; FROST, Karolyn Smardz. **The Underground Railroad: Next Stop, Toronto!** Toronto: Dundurn press, 2009.

SILVERMAN, Jason H. Mary Ann Shadd and the Search for equality. In: **A Nation of immigrants: Women, workers and communities in Canadian History: 1840s-1960s**. University of Toronto Press, 1998.

SHANAHAN, Ed. "\$27 Million for Reparations Over Slave Ties Pledged by Seminary". **New York Times**. 21 de outubro de 2019. Acessado em 13-02-2023. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20191024123439/https://www.nytimes.com/2019/10/21/nyregion/princeton-seminary-slavery-reparations.html> Acesso em 19-05-2024.

SIEMERLING, Winfried. **The Black Atlantic Reconsidered: Black Canadian Writing, Cultural History, and the Presence of the Past**. Montreal. Canada: McGill-Queen's University Press, 2015.

SILVERMAN, Jason H. Mary Ann Shadd and the Search for equality. In: **A Nation of immigrants: Women, workers and communities in Canadian History: 1840s-1960s**. University of Toronto Press, 1998.

SINHA, Manisha. Was Harriet Beecher Stowe an Abolitionist? In: **Were's History**. April 14, 2016. Disponível em: <https://werehistory.org/stowe/> Acesso em 28-02-2024.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SMITH, Jessie Carner. Crummel, Alexander (1819-1898). In: SMITH, Jessie Carney; WYNN Linda T. **Freedom Facts and Firsts: 400 years of the African American Civil Rights**. Visible Ink Press, 2009.

SMITH, Whitney. Flag of Liberia. In: **BRITANNICA**. 22 de março de 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/flag-heraldry/National-flags> Acesso em 20-05-2024.

SNODGRASS, Mary Ellen. **The Underground Railroad: An Encyclopedia of People, Places, and Operations**. Routledge, 2015.

SOARES, C. C. M.. As Ganhadeiras: Mulher e Resistência Negra em Salvador no Século XIX. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, v. 17, 1996.

SOLIMANO, Andrés. **Globalization and International Migration: The Latin America Experience.** Cepal Review, n. 80, 2003.

SOUZA, Daiane. Nobel da Paz 2011 será entregue a mulheres da Libéria e Iêmen. **Fundação Cultural Palmares.** 7 de outubro, 2011. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=14811> Acesso em: 15-11-2023.

SOUZA, Monica Lima e. **Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830 - 1870.** Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2008.

STAUDENRAUS, Philip John. **The History of the American Colonization Society.** University of Wisconsin, 1958.

STEVENS. Robin Colette. **The uncertainties of life in Canada: a comparison of the african american communities at Wilberforce and Buxton in Ontario, Canada from 1820-1872.** Bowling Green State University, 2017.

TEMPLE, Brian. **Philadelphia Quakers and the Antislavery Movement.** McFarland, 2014.

TERRY, Shelly. Slavery in Ohio. 14-12-2019. In: **Star Beacon.** Disponível em: https://www.starbeacon.com/news/slavery-in-ohio/article_b0335730-1854-11ea-aca3-9fa5261b80d2.html Acesso em:26-02-2024.

THOMAS, Katherina Grace. Nina Simone in Liberia. In: **Guernica.** June 19, 2017. Disponível em: <https://www.guernicamag.com/nina-simone-in-liberia/>. Acesso em: 15-11-2023.

THOMPSON Jr., J. Earl. Lyman Beecher's Long Road to Conservative Abolitionism. In: **Church History**, Vol. 42, No. 1 (Mar., 1973), pp. 89-109. Published by: Cambridge University Press on behalf of the American Society of Church History. IN: <http://www.jstor.org/stable/3165048> Acesso em 28-02-2024.

TIBEBU, Teshale. **Edward Wilmot Blyden and the Racial Nationalist Imagination.** University Rochester Press, 2012

TISE, Larry E.. **Proslavery: A History of the Defense of Slavery in America, 1701-1840.** University of Georgia Press, 1990.

TOBIN, Jacqueline L.. **From Midnight to Dawn: the last tracks of the Underground Railroad.** New York: Doubleday, 2008.

TOMICH, Dale. A segunda escravidão. In: **Pelo Prisma da Escravidão.** Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2004.

TORREY, E. Fuller. **The Martyrdom of Abolitionist Charles Torrey.** Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013.

TRIPP, Bernell E. **Mary Miles Bibb: Education and Moral Improvement in the "Voice of the Fugitive."** Paper presented at the Annual Meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication (76th, Kansas City, MO, August 11-14,1993). Institute of Education Sciences, 1993.

TURNER, Frederick Jackson. The significance of the frontier in American History. In: *The Frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/22994/22994-h/22994-h> Acesso em: 20-05-2024.

VINCI, Alexandra. **A study of race-relations between blacks and whites over issues of schooling in upper Canada, 1840-1860**: white prejudice, black anti-slavery and school reform. Ontario Institute for Studies in Education University of Toronto, 2010.

WALCOTT, Rinaldo. **Black Like Who?** Writing Black Canada. Insomniac Press, 2003.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães**. Prosa mulherista. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

WALKER, Grant. **A conspiracy in colonize 19th century United States free blacks in Africa by American Colonization Society**. Trafford Publishing, 2014.

WAYNE, Michael. The Black Population of Canada West on the Eve of the American Civil War: A Reassessment Based on the Manuscript Census of 1861. In: **A Nation of Immigrants: Women, Workers, and Communities in Canadian History, 1840s-1960s**: Readings in Canadian History, 1840s-1960s. University of Toronto Press, 1998, p. 468-469. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.3138/9781442687271-006/html> Acesso em: 14-01-2024.

WEAKS, Mary Louise. Introduction to part I. In: PERRY, Carolyn; WEAKS-BAXTER, Mary. **The History of Southern Women's Literature**. LSU Press, Mar 1, 2002.

WILLIAMS, Donald E.. **Prudence Crandall's Legacy**: The Fight for Equality in the 1830s, Dred Scott, and Brown v. Board of Education. Wesleyan University Press, 2014.

WINKS, Robin W.. ABBOTT, WILSON RUFFIN. In: **Dictionary of Canadian Biography**, vol 10. Universidade de Toronto. Ano de publicação: 1972. Ano de revisão: 2022. Disponível em: http://www.biographi.ca/en/bio/abbott_wilson_ruffin_10E.html Acesso em 17-12-2023.

YARHI, Eli & MA, Clayton. Mary Ann Shadd. **The Canadian Encyclopedia**. Publicado em 6 de novembro de 2013. Última edição: 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/mary-ann-shadd?gclid=Cj0KCQjw8rT8BRCbARIsALWiOvSm_s4yofI7tMTRLGw5sRMHCT7nP3PJ7syy9HZI5xu3u0P-GXvurJ8aAovxEALw_wcB Acesso em: 14-01-2024.

YARHI, Eli & DE BRUIN, Tabitha. Anderson Abbott. In: **The Canadian Encyclopedia**. November 27, 2013. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/anderson-abbott> Acesso em: 28-06-2024.

YEE, Shirley J. . Finding a Place: Mary Ann Shadd Cary and the Dilemmas of Black Migration to Canada, 1850-1870. **A Journal of Women Studies**, Vol. 18, No. 3 (1997), pp. 1-16. Published by: University of Nebraska Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3347171>. Acesso em: 28-06-2024.

YOUNGER, Karen Fisher. Philadelphia's Ladies' Liberia School Association and the Rise and Decline of Northern Female Colonization Support. In: **The Pennsylvania Magazine of History and Biography**, Vol. 134, No. 3 (July 2010). Published by: The Historical Society of

Pennsylvania. In: <http://www.jstor.org/stable/10.5215/pennmaghistbio.134.3.235> Acesso em: 28-02-2024.

YOUNGER, Karen Virginia Fisher. **Africa stretches forth her hands unto you: Female colonization supporters in the antebellum United States.** The Pennsylvania State University, 2006.